UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MAÍRA CHINELATTO ALVES

CATIVEIROS EM CONFLITO

Crimes e comunidades escravas em Campinas

(1850-1888)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CATIVEIROS EM CONFLITO

Crimes e comunidades escravas em Campinas

(1850-1888)

Maíra Chinelatto Alves

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

MAÍRA CHINELATTO ALVES

CATIVEIROS EM CONFLITO

**Crimes e comunidades escravas em Campinas
(1850-1888)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Social.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado (Orientadora)
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Keila Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Paulo, 03 de julho de 2015.

Para minha mãe, Maria José, que nunca teve medo de ir
contra o que se esperava dela.

Para minha segunda mãe, Claudete, com amor e saudades.

AGRADECIMENTOS

O momento de escrever os agradecimentos carrega em si grande alívio, porque o trabalho finalmente está acaba(n)do, mas acredito que sua maior característica seja mesmo a enorme felicidade de poder partilhar desta alegria com aquelas pessoas que, muitas vezes, tiveram de ser deixadas um pouquinho de lado para dedicação exclusiva de nossas atenções à escrivadinha e ao computador. Mas, contrariando o dito popular, longe dos olhos não precisa significar longe do coração e vai aqui minha singela homenagem àqueles que me acompanharam nessa longa jornada.

Primeiramente, agradeço o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sem o qual seria muito difícil realizar a pesquisa e redação desta tese. Devo especiais agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que auxiliaram esta pesquisa desde os primórdios e tornaram possível sua continuidade, às vezes mesmo dividindo suas salas durante a mudança para sua nova sede. Agradeço também aos trabalhadores do Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp que sempre foram prestimosos em me auxiliar no decorrer da pesquisa; e ao Departamento de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que foi minha casa nos últimos anos e onde desfrutei das dores e prazeres da vida acadêmica.

À professora Maria Helena Machado sou muito grata pelos já longos anos de convívio, nos quais pude aprender muito e que encheram minha vida de novas possibilidades. Com sua postura séria e comprometida, ela é exemplo de pesquisadora e professora; sua generosidade e paciência com os alunos – de graduação e pós-graduação

– são exemplos que eu espero poder levar comigo. Seu apoio, muito especialmente nos últimos meses da redação deste trabalho, foi essencial para finalizá-lo.

Agradeço as professoras Maria Odila Dias e Enidelce Bertin por participarem do exame de qualificação e me ajudarem a afinar as argumentações que eu fazia naquela primeira apresentação de parte deste texto. Também sou grata aos professores e professoras Robert W. A. Slenes, Flávio dos Santos Gomes, Maria Odila Dias e Keila Grinberg, pela participação na banca de defesa e pelas generosas contribuições trazidas a este trabalho.

Fui extremamente bem acolhida no calor sulista da Vanderbilt University, em Nashville – TN, Estados Unidos, sei que muito devido aos esforços e cuidados dos professores Celso Castilho e Jane Landers. Registro aqui minha gratidão por me propiciarem uma experiência enriquecedora e transformadora num ambiente universitário efervescente de questões e abordagens tão sintonizadas com as nossas. Celso Castilho leu algumas partes deste trabalho e me deu sugestões importantes para sua continuidade.

Aos meus queridos amigos forjados no exterior: Carla Ferrer, parceira de dramas e risadas, que agora vive uma nova fase da vida com a chegada de Yoná e Yasmim, mas que eu nunca esquecerei fazer parte da bagaceira; Pedro Torreão do dente quebrado e das noites viradas, companheiro de estranhamentos e encontros; e Emília Vasconcelos, com quem tive o prazer de partilhar uma viagem quase que de Barra-Macaxeira.

O doutorado trouxe consigo várias amizades, pelas quais sou muito grata: Alexandre Cardoso, de sotaque sedutor, que trouxe um tempero nortista às meninas do sul; Clícea Miranda, com sua risada contagiante, faz a gentileza de perdoar meus trocadilhos; Maria Clara Sampaio, com quem é sempre um prazer conversar e cujas histórias fazem qualquer um gargalhar; Luciana Brito, companheira que me ajudou a

pensar continuamente nas questões de gênero e raça tão negligenciadas no cotidiano; Fabiana Beltramin, que encontrei num momento iluminado e, por sorte, permanece uma amiga querida até hoje; Lorena Telles, mulher sensível sempre disposta a trazer uma palavra de apoio e carinho; Juliano Sobrinho, dos resgates de urgência e de grande gentileza.

Um obrigada especial aos amigos que não consigo encontrar sempre, mas são até amigos do peito: Musguilherme Pozzer é das antigas, parceiro de filmes e músicas e conversas na madrugada; Ilma Valadão é quem me ajuda a manter a sanidade quando as coisas apertam e traz sempre uma visão mais positiva para este mundo tão sombrio; Crica Abreu e Déia Marson me acompanham desde sempre; Lettícia Leite, dos longos, deliciosos e espaçados e-mails, memória de mim perdida pelo mundo, que hoje partilha de anseios e saudades. É sempre um prazer encontrar com Lerice Garzoni, seja por acaso ou de propósito; Daniel Vieira, Camila Pimentel, Alice e Benjamin, mais uma vez me receberam muito bem em sua deliciosa casa e com eles espero ainda passar muitas tardes e noites proseando sobre a vida e a história; Bruno Miranda e Larissa Menezes são amigos queridos que gostaria de poder encontrar mais frequentemente; Deborah Leanza, dos sambas e vinhos e viagens; Sueli Gonzaga ajudou a tornar possível minha dedicação quase exclusiva à redação; Tatiana Hass, Ana Fabretti e Daniela Garcia quase sem saber me ajudaram a aliviar um pouco do estresse dos últimos anos, deixando de lado os problemas e preocupações e nos concentrando apenas em contagens, ritmos e arte, em encontros cheios de risadas.

Entre essas coisas que a vida leva e traz, ela me trouxe duas Renatas: a Renacta Xavier, de alma tão mineira, de quitutes deliciosos e escrita bonita, sou grata pela história que partilhamos e pelo caminho que, juntas, vamos construindo. Renata

Monezzi é das pessoas mais queridas que já encontrei nesse mundão e esconde por trás do sorriso doce uma mulher forte e determinada que vamos aos poucos descobrindo.

Sou muito grata a Hélder Pinheiro, desde sempre um baita incentivador e uma grande inspiração de aplicação, estudos e um pouco de fuleragem; Etienne Rodrigues tornou-se uma amiga querida, com quem partilho gostos musicais e risadas. Davizinho até me deu um novo nome e fez com que Lennon e Marley nunca mais fossem os mesmos para mim. Agradeço à minha avó, Denise Pinheiro, que não se cansa de contar causos engraçados, e a Irene Pinheiro, exemplo de força e perseverança na luta para realizar nossos sonhos. Teresa, Arlindo e Cecília Chinelatto, com quem partilhei tantos momentos felizes – e alguns tristes – nos últimos anos, obrigada por continuarem ao meu lado. Fernando Volpi foi um parceiro de ensaios, desbravando comigo os descaminhos da escrita. A Naur e Claudete de Oliveira deixo minha gratidão pelo carinho com que sempre me trataram, enchendo minhas memórias de brincadeiras e acolhimento. Minhas primas Denise – e seu marido Erick Stevens – e Ana Luísa Pinheiro me receberam em suas casas e me ofereceram dias e noites recheados de papos e lembranças.

Tive a grande sorte de conhecer, nessa caminhada, duas mulheres de marcante generosidade a quem tenho hoje o prazer de chamar amigas: Marília Ariza, que me convidou para sua casa, com quem dividi almoços, jantares e cafés-da-manhã, esperas intermináveis no Arquivo, indignação, satisfação e trabalho nas salas de aula, companheira de projetos, figura engraçadíssima algo pelo avesso, cuja amizade foi outra das grandes riquezas trazidas por este trabalho; e Débora Mattos, com quem divido visões de mundo, sentimentalidades astrológicas e uma fascinação pelo conceito aberto, grande companheira também nos tão difíceis momentos finais deste processo em que

todo incentivo é necessário e bem-vindo, registro aqui meu muito obrigada e a felicidade de dizer que conseguimos.

Minha família sempre me apoiou, na decisão de ingressar na vida acadêmica e em tudo o mais. A minha mãe, Maria José, agradeço por tentar domar sua impaciência e ser uma heroína ao conviver com a tensão e as preocupações que me assolaram nos últimos tempos, sempre com palavras de conforto e confiança e com o exemplo de força e coragem para lidar com a vida. Sou grata ao meu pai, João César, que faz da paciência sua marca e tem uma serenidade que eu gostaria de um dia alcançar. Minha irmã, Anayê, consegue entender de onde eu venho; sou grata por nossa história compartilhada e pelos bons momentos em que tudo isso é muito engraçado. Deixo meu carinho e um muito obrigada à minha sobrinha preferida, Clara, por sua alegria contagiante que tão facilmente desanuvia qualquer ambiente. Ela, com suas perguntas inconvenientes de criança, foi das pessoas mais interessadas em ver o fim deste processo e questionou inúmeras vezes, ora com interesse, ora em desafio: “acabou a tese?”. Acabei, Clara!

RESUMO

Esta tese investiga comunidades escravas na região de Campinas na segunda metade do século XIX. Através da leitura de depoimentos e interrogatórios de cativos e cativas – em documentos judiciais de diferentes tipos reunidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP) – tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais e afetivas que envolviam aqueles indivíduos e as variadas experiências vividas por trabalhadores especializados ou não, casados ou solteiros, de sexo masculino ou feminino que viveram escravizados na região. Questionando a ideia de uma existência forçosa de redes de solidariedade e companheirismo advindas simplesmente do fato de experimentarem juntos a escravidão, esta pesquisa procura perceber manifestações por vezes contraditórias de disputas, amizade, envolvimento afetivos e sexuais, companheirismo e competição que foram registrados nos autos criminais referentes ao período indicado.

Palavras-chave: Escravidão, Comunidades escravas, Crimes, Gênero, Século XIX

ABSTRACT

This dissertation investigates slave communities in Campinas, Province de São Paulo, in the second half of the Nineteenth century. Through the analysis of depositions and interrogations of male and female slaves registered in different kinds of court documents –gathered in the Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP) – this study aims at understanding the social and affective dynamics involving such individuals, as well as the various experiences of skilled or unskilled workers, married or single enslaved men and women who lived in the area. Questioning the idea of an inescapable existence of solidarity and fellowship networks naturally arising from joined experiences of enslavement, this dissertation intends to analyze sometimes contradictory demonstrations of disputes, friendships, sexual and emotional attachment, companionship and competition registered in the documents.

Keywords: Slavery, Slave communities, Crimes, Gender, Nineteenth century

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – Violência, Crime e Escravidão: Abordagens e perspectivas	18
Violência, Crime e Escravidão na Sociedade Imperial.....	20
Violência, Crime e Escravidão: Campinas na Segunda Metade do Século XIX.....	34
Os Meandros da Dominação.....	39
CAPÍTULO 2 – Os Trabalhos no Cativo: O Cotidiano nas Fazendas de Campinas	48
O Trabalho nos Autos Criminais	55
As Roças e a Economia Interna dos Escravos	67
Transformações.....	76
Rixas, Amizades e Parceria no Crime: complementação do trabalho e desvio de produção	80
CAPÍTULO 3 – Feitores escravos: O Dilema da Autoridade Efêmera.....	94
O Feitor Escravo	95
Administrador e Feitor Livre	124
CAPÍTULO 4 – Gênero e Escravidão: Relações de Poder em Conflito.....	141
Mulheres em Trabalho Doméstico.....	149
Sedução e Poder.....	157
Mulheres Escravas e Crimes.....	162

CAPÍTULO 5 – Escravidão e Afetividades: Os Domínios da Paixão.....	184
Disputas Afetivas: o Ônus sobre Mulheres Escravas	188
Disputas Afetivas: o Outro Lado da Moeda	212
Mulheres Escravas e o Sonho da Liberdade	229
 CAPÍTULO 6 – Entre Escravidão e Liberdade: Na Opacidade das Margens	 240
Entre escravidão e liberdade, um mundo.....	243
Início dos anos 1880: Andanças de Bernardo.....	256
Início dos anos 1880: Outros casos.....	273
Avançando na década	277
Agitações nas Senzalas: Quilombolas	285
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 294
 ANEXO 1 – Documentos manuscritos (1850-1888).....	 297
 BIBLIOGRAFIA	 308

INTRODUÇÃO

A leitura de autos criminais traz grandes desafios de paciência e persistência que por muitas vezes testam a perseverança do pesquisador e desaceleram o andamento do trabalho. Como ocorre com todos os tipos de documentos manuscritos, a dificuldade na leitura de passagens ou documentos inteiros gera frustração, assim como o desentendimento de códigos, palavras e procedimentos registrados em papéis hoje amarelados e com a tinta desgastada pelo tempo e por seu manuseio. No entanto, as histórias que saltam daquelas páginas, sejam estas vistas a olho nu ou através das lentes das leitoras de microfilmes, trazem enorme satisfação àqueles que perseveram, pois encontram ali ricas narrativas sobre sujeitos que não tiveram a oportunidade de deixar para a história outros tipos de registros. Este é o caso dos escravos e escravas focados neste estudo, que viveram no município de Campinas na segunda metade do século XIX e em algum momento de suas trajetórias cruzaram os caminhos da Justiça.

Mesmo mediadas por autoridades que os questionavam e por escrivães que copiavam o que lhes era ditado, e sem desconsiderar o impacto destes filtros, vemos ali as palavras de homens e mulheres que utilizavam-se da ocasião muitas vezes dramática para justificar os próprios atos, ou os de seus colegas, amigos ou parentes, ou para explicar à Justiça as injustiças que lhes foram feitas. Tratava-se, como não poderia deixar de ser neste tipo de documentação, de momentos excepcionais na vida de muitos daqueles indivíduos, mas que revelavam quase sem querer muito dos pequenos detalhes que povoavam seus cotidianos, compunham seus relacionamentos, formavam suas

concepções sobre si mesmos, sobre o mundo em que viviam e os mundos que gostariam de criar.

Mergulhar nestes universos na tentativa de reconstruir e compreender as experiências dos homens e mulheres escravizados retratados nos autos é o principal objetivo desta pesquisa, que intenta investigar alguns dos aspectos mais preponderantes de suas vidas aproximando-se o máximo possível das perspectivas dos próprios sujeitos sobre elas. Sua principal meta é a compreensão das dinâmicas sociais e afetivas que os envolviam e das diferentes experiências vividas por trabalhadores especializados ou não, casados, solteiros ou viúvos, de sexo masculino ou feminino que viveram escravizados na região. Sem presumir a existência forçosa de redes de solidariedade e companheirismo advindas simplesmente do fato de experimentarem juntos a escravidão, este estudo procura perceber manifestações por vezes contraditórias de disputas, amizade, envolvimento afetivos e sexuais, companheirismo e competição que foram registrados nos autos criminais.

O fio condutor da pesquisa são os documentos do Tribunal de Justiça reunidos no fundo microfilmado “Autos Crimes do Interior” do Arquivo Público do Estado de São Paulo – do qual há uma cópia no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – em que escravos foram réus ou vítimas de diversos tipos de delitos. Formou-se um corpo documental de 122 documentos envolvendo sujeitos variados, mas ligados diretamente à escravidão, que se envolveram em diferentes tipos de delitos investigados e julgados pela Justiça imperial. A documentação compilada refere-se a crimes contra a pessoa (homicídios e agressões), em que foram réus ou vítimas escravos, livres – inclusive senhores, administradores e feitores livres – ou libertos; crimes contra a propriedade, a honra, fugas e contrabandos,

documentos, enfim, que podem trazer informações significativas sobre as relações cotidianas nas senzalas.

O recorte temporal da pesquisa abrange toda a segunda metade do século XIX, período que apresenta características bastante interessantes, a começar pelos necessários ajustes da instituição da escravidão como consequência do fechamento do tráfico atlântico em 1850. A partir deste momento, os proprietários de escravos tiveram de lidar com a ideia de que a instituição chegaria ao fim – o mais lentamente possível, a depender de seus interesses – e procuravam formas de garantir a viabilidade econômica de suas propriedades. Apesar da proibição da entrada no Império de novos cativos vindo da África, a população escrava em Campinas continuou crescendo até a década de 1870 – e este é um dos fatores explicativos para o concomitante crescimento no número de crimes em que escravos estiveram envolvidos – alimentada pelo tráfico interno. Nesse mesmo período, porém, a continuidade da escravidão sofreu um novo golpe com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871: era impossível o surgimento de novos escravos no Brasil, a menos que houvesse uma revogação das leis vigentes. Na década da abolição, após o ápice atingido nos anos anteriores, no entanto, houve novo retraimento no número de crimes. A compreensão destas oscilações e dos contextos específicos da década de 1880, desde a crescente rebeldia dos cativos que culminou nas fugas massivas a partir de 1887, até as ações e propagandas abolicionistas e a percepção generalizada do esgotamento político da instituição, justificam sua inserção neste trabalho, sempre mantendo o foco nas interações e experiências dos indivíduos que viviam sob cativeiro.

Este trabalho divide-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo, “Violência, crime e escravidão: abordagens e perspectivas”, consiste numa reflexão sobre a inter-relação entre violência, crime e escravidão, tanto no Império brasileiro quanto na região

de Campinas, província de São Paulo, na segunda metade do século, que formarão o foco deste estudo, forjando os alicerces para as discussões que se farão de maneira mais aprofundada ao longo da tese.

Já o segundo capítulo, “Os trabalhos no cativeiro: o cotidiano nas fazendas de Campinas”, trata do dia-a-dia de trabalho nas fazendas da região de Campinas ao longo da segunda metade do século XIX, trazendo a perspectiva dos próprios trabalhadores, registradas nos autos, sobre as atividades que desenvolviam em seu dia-a-dia e os relacionamentos estabelecidos com seus parceiros no seio do sistema escravista.

O terceiro capítulo, “Feitores escravos: o dilema da autoridade efêmera”, foca em uma figura importante para o desenrolar satisfatório do trabalho no sistema escravista: os feitores escravos, cujas lealdades dividiam-se entre seus parceiros e seus senhores. Eles estavam inseridos numa hierarquia de mando que podia se estender por várias camadas de autoridade, envolvendo superiores, como feitores e administradores, livres e subalternos cativos.

O quarto capítulo, “Gênero e escravidão: relações de poder em conflito”, se debruça sobre as particularidades da condição feminina no cativeiro, refletindo sobre os significados de ser escrava e mulher e sobre as múltiplas teias de dominação que as envolviam e contra as quais elas lutavam recorrentemente.

No quinto capítulo, “Escravidão e afetividades: os domínios da paixão:”, faz-se uma reflexão sobre os relacionamentos amorosos desenvolvidos por escravos e escravas, atentando para os interesses divergentes de muitos daqueles sujeitos e sobre seus esforços para assumir o maior nível possível de controle sobre suas próprias vidas.

Finalmente, o sexto capítulo, “Entre escravidão e liberdade: na opacidade das margens”, busca mapear as transformações ocorridas na região no período indicado e as diferentes possibilidades de acesso à liberdade encontradas por aqueles indivíduos,

voltando especial atenção aos desdobramentos da efervescência abolicionista da década de 1880 em suas vidas.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA, CRIME E ESCRAVIDÃO: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

A historiografia brasileira sobre a escravidão tem se voltado nos últimos anos para o estudo de experiências vividas por indivíduos e grupos diversos que tinham em comum o partilhar do jugo do cativo. Estes atores se localizavam nos cruzamentos de forças aparentemente contraditórias que contribuíam para moldar as relações sociais e afetivas que estabeleciam, as atividades que desenvolviam e suas perspectivas tanto em relação ao presente vivido quanto a um futuro esperado.

Por um lado, a necessidade de dominação completa que funcionava como ideal das sociedades escravistas limitava suas ações e afeições. Nesse sentido, escravos não tinham direito a iniciar ações judiciais de nenhum tipo, desde queixar-se à justiça por danos sofridos a entrar com ações de liberdade contra seus senhores. Enquanto propriedade de outrem, para preservar essa propriedade, a condição de escravos era incompatível com a noção de direito. Tal era a letra da lei, não apenas no Brasil como em outras sociedades escravistas das Américas.¹ Ou, melhor dizendo, foi a letra da lei no Brasil, até que o Estado Imperial passou a intervir no absolutismo senhorial daquelas relações privadas a partir de meados do século XIX.

¹ BLASSINGAME, John W. *The Slave Community. Plantation Life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1979; FONER, Eric, *Nada Além da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983 & *The History of American Freedom*. Londres: Norton, 1998; HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power” in *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996; JOYNER, Charles. *Down by the Riverside: A South Carolina Slave Community*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 2009; WAYNE, Michael. *Death of an Overseer: Reopening a Murder Investigation from the Plantation South*. New York, Oxford University Press, 2001; WHITE, Deborah Gray. *Ar’n’t I a Woman? Female Slaves in the Plantation South*. New York: Norton, 1999; MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Transaction, 2007; SCOTT, Rebeca J.. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre; 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/ Ed. Unicamp, 1991. Todas as traduções de artigos em inglês presentes nesse trabalho são de minha autoria.

Aparte isso, no entanto, a realidade do trato de senhores e escravos apresentava-se radicalmente diferente. Mesmo enquanto propriedades que podiam ser compradas, vendidas ou alugadas, os escravos eram reconhecidamente pessoas. Seus proprietários eram obrigados a lidar com este fato e a encontrar meios de fazê-lo trabalhar e obedecer, recorrendo para isso a práticas violentas, como também a outros tipos de estímulos que os incentivassem a agir de acordo com os interesses senhoriais. Informados por uma ideologia paternalista, tais incentivos ligavam-se à concessão de roças para o cultivo autônomo dos cativos, à formação de famílias e aos benefícios daí decorrentes, como moradia e alimentação diferenciadas e ao aprendizado de funções especializadas.² Em conjunto, e com o intuito de preservar uma necessária imagem de bondade e justiça senhoriais, tais práticas colocavam limites, mesmo que tênues, às ações senhoriais, ainda antes de 1850. Assim, a ausência de direitos legais que protegessem indivíduos escravizados era matizada por uma série de costumes que, embora prescindissem da positividade do direito, eram via de regra respeitados pela (maior parte da) classe senhorial.³

Se os escravos não podiam iniciar ações judiciais pessoalmente, poderiam fazê-lo através de curadores e, eventualmente, seus senhores e proprietários podiam exigir na justiça a reparação de danos a eles causados. Neste último caso, a natureza cruel e contraditória da escravidão se revela com clareza: os danos causados a um homem ou uma mulher escravizados poderiam ser punidos justamente enquanto danos à

² MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SLENES, Robert W.. *The demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Stanford University, PhD, 1976.

³ CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os Silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX". in *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987; GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

propriedade de outrem, e não às pessoas que os sofreram. Sem o poder de serem autores de processos judiciais, escravos podiam ser vítimas e réus. Tal reconhecimento formal da agência de indivíduos escravizados constitui uma das sínteses da ambiguidade da escravidão.⁴

Nas interseções destas forças, encontravam-se homens e mulheres escravizados, vivendo sob um regime extremamente violento, tendo suas vidas fiscalizadas de perto por figuras de autoridade senhorial e à mercê de rupturas abruptas e definitivas simbolizadas pela separação de entes queridos através da venda ou da partilha entre herdeiros e credores efetuada quando da morte de um senhor. Sob essa incrível pressão, aquelas pessoas lutavam para encontrar e construir espaços de autonomia, nos quais exerciam sua agência e buscavam diferentes formas de melhorar suas realidades. Procurar por esses espaços é uma das características da história social e a ênfase da análise aqui empreendida, mas isso não significa deixar de lado o contexto de dominação e violência que os oprimia.⁵

Violência, Crime e Escravidão na Sociedade Imperial

Há já bastante tempo, a historiografia brasileira, em busca de novas fontes para o estudo da história social, tem recorrido aos autos criminais, principalmente por registrarem aspectos da vida de pessoas que não deixaram para a posteridade outros tipos de documentos escritos.⁶ Uma das características da sociedade brasileira do século XIX era as altas taxa de analfabetismo, que dificultava a produção de próprio punho de documentos em que contassem suas vidas e suas histórias. Este fato é perceptível nos processos-crime, em que grande parte de réus, vítimas e testemunhas necessitava que

⁴ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

⁵ JOHNSON, Walter. "On agency" in *Journal of Social History*, vol. 37, no.1, 2003.

⁶ SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*, vol. 13, no.1, jan.-abr. 1983.

terceiros assinassem seus depoimentos a rogo, já que não sabiam ler nem escrever. É interessante notar que não apenas cativos e livres pobres tinham acesso restrito à palavra escrita; membros de classes mais abastadas em determinadas situações também precisavam da intervenção de parentes ou advogados para registrar suas vozes perante a Justiça.⁷

Assim, documentos judiciais formam um espaço privilegiado para alcançar experiências vividas por grupos sociais que de outra maneira dificilmente seriam visíveis. Em disputas e desentendimentos cotidianos ou em casos de crimes violentos e excepcionais, esses atores foram levados às autoridades policiais e judiciais e interrogados sobre suas próprias ações ou sobre as atuações de seus pares. Forneceram informações importantes que serviram posteriormente como objeto de análise de historiadores para estudar os modos como se relacionavam, trabalhavam, experimentavam solidariedades e competições, em suma, como desenvolviam suas vidas nas condições determinadas que os envolviam.

Um estudo pioneiro na utilização dessa documentação foi empreendido por Maria Sylvia de Carvalho Franco, na década de 1960, que focou um dos setores menos visíveis, embora numericamente significativo, das sociedades colonial e imperial: os homens livres pobres. Este grupo consistiu, na colocação de Caio Prado Júnior, num setor intermediário entre “o vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos.”

⁷ É o caso de uma parenta do Barão de Pati do Alferes, importante figura do Vale do Paraíba fluminense, a qual não pôde assinar o próprio testamento por não saber ler e escrever. Sandra Lauderdale Graham analisa os desenlaces de sua herança, chamando atenção para esse fato e colocando em discussão as limitações na escolarização de mulheres brasileiras, principalmente até meados do século XIX. Ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 132 e ss.. Martha Hodes, ao relatar a história transnacional da norte-americana Eunice Conolly, resgatou uma série de cartas enviadas e recebidas por diversos membros de sua família ao longo do século XIX, nas quais ficou registrada a dificuldade por eles encarada em manter a correspondência, devido ao preço quase inacessível de papel, tinta e selos. Mesmo quando os indivíduos eram alfabetizados, tal escassez de recursos tornava difícil a produção corriqueira de documentos escritos por pessoas pobres. HODES, Martha. *The Sea Captain's Wife: A True Story of Love, Race, and War in the Nineteenth Century*. New York: W. W. Norton, 2006.

Estas duas categorias encontravam-se, na interpretação deste autor, bem definidas, com lugares sociais claros, determinados e reconhecíveis, enquanto crescia o número dos “desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.”⁸

Estudos mais recentes da população livre no Brasil apontam um caminho diferente do indicado por Caio Prado. Em primeiro lugar, como apontou Stuart Schwartz, o padrão de posse de escravos no Brasil mostra a propriedade escrava bastante difundida entre diversos grupos sociais e econômicos. As sociedades colonial e imperial não podem ser divididas entre um pequeno grupo de grandes proprietários de terras e de escravos, os próprios cativos e uma classe pobre e despossuída, justamente porque os grandes proprietários não formavam apenas um pequeno grupo, mas uma minoria absoluta. A maior parte dos cativos que viviam no Brasil pertencia a senhores pequenos e médios e a maior parte dos proprietários possuíam pequenas e médias escravarias.⁹ Até as décadas finais da escravidão, principalmente antes do grande aumento de preço da propriedade escravista em decorrência do fechamento do tráfico atlântico, a posse de escravos era uma realidade tangível para boa parte da sociedade brasileira. Não se trata aqui das possibilidades de formação de grandes propriedades agrícolas voltadas para a exportação, mas da posse de poucos escravos, os quais poderiam ser alugados, sustentando a família senhorial com a renda daí proveniente, ou

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (1ª ed. 1942). pp. 281 e ss..

⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983; SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; A título de exemplo, ver a excelente biografia feita por João José Reis do africano liberto Domingos Pereira Sodré, em que a propriedade escrava aparece difundida a ponto de escravos e ex-escravos possuírem, além de outros bens, cativos. REIS, João José. “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista” in *Afro-Ásia*, n. 34, 2006, p. 266, 290, 300 e ss.

ainda poderiam trabalhar ao lado de seus proprietários em pequenas propriedades rurais, voltadas principalmente para a subsistência.¹⁰

A partir desses novos paradigmas relacionados aos homens livres na sociedade brasileira do século XIX, pode-se fazer interessante leitura do estudo clássico de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Resultado de pesquisa realizada nos anos 1960, este livro tornou-se um marco por se tratar de um primeiro esforço sistemático de delinear padrões de comportamento daqueles grupos despossuídos, até então entendidos como à margem da ordem escravocrata brasileira. Como aponta a autora, apesar de se tratar de pesquisa relacionada exclusivamente aos homens livres, não é possível ignorar a presença dos escravos. Tratados “apenas de maneira circunstancial” no decorrer de seu estudo, os cativos existiram “como ‘presença ausente’, mas constante e pesada, no mundo de homens livres” reconstituído na obra.¹¹

Partindo da análise de processos criminais, a autora mapeou diferentes interações sociais experimentadas por esse setor da população brasileira, buscando os significados das ações descritas nos autos de interrogatório de réus e testemunhas. O ponto central de seu entendimento sobre aquela sociedade está no fato de que

a violência está incorporada como uma regularidade, eclodindo de circunstâncias que não comprometem as probabilidades de sobrevivência e apresentando um caráter costumeiro suficientemente arraigado para ser transferido a situações que apresentam pelo menos alguns sinais de mudança.

¹⁰ Valter Martins estudou o pequeno grupo de agricultores de Campinas que não possuía escravos. Ver MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996. Ver também: PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

¹¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 (1969), p. 9.

Franco propõe ainda “que a violência seja uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança.”¹² Essa interpretação contrasta com a ideia de que os setores livres e pobres das sociedades colonial e imperial se uniam em solidariedade, devido a sua própria condição de instabilidade social, econômica e geográfica. Para ela, mesmo em trabalhos coletivos como os mutirões, à primeira vista entendidos como símbolos de cooperação e coleguismo, a violência imperava. Transformavam-se de possibilidade de interação e trabalho coletivo em oportunidades para o cometimento de crimes, revelando que o “recurso à violência aparece institucionalizado, como padrão de comportamento”. Revelam, assim, “a existência de um estado de tensão conjugado às formas mesmas de solidariedade que definem o sentido da ação de seus membros” e uma sociedade com “todo um sistema de valores centrados na coragem pessoal.”¹³

A interpretação da sociedade imperial como local em que “a valentia constituiu-se... como valor maior” na vida das pessoas é bastante esclarecedora das possibilidades de interação vivida por livres e escravos.¹⁴ O objetivo do presente estudo é analisar as diversas gamas de vivências partilhadas por esses atores sociais no contexto inescapável da escravidão. Informado pelo trabalho de Franco, é necessária atenção para a violência que se difundia nas mais diversas situações cotidianas, colocando em perspectiva as

¹² FRANCO, *Homens Livres...* op. cit., p. 30.

¹³ FRANCO, *Homens Livres...* op. cit., pp. 38-9; 51. Sarah C. Chambers fez um estudo do funcionamento da honra enquanto ideal de dominação o qual, como valor hegemônico, servia como estabilizador da sociedade colonial peruana e tornava desnecessário um policiamento constante de seus membros. Discutindo processos criminais na cidade de Arequipa entre 1780 e 1854, a autora salienta a preponderância de crimes em defesa da honra, remetendo a importância associada a esse valor às sociedades mediterrâneas de onde partiram os colonizadores da América do Sul. Atenta às especificidades geográficas e temporais desse conceito, a autora aponta alguns aspectos-chaves bastante difundidos, como o fato de tratar-se de um atributo pessoal que deveria ser socialmente reconhecido para ter algum valor – fator inexistente quando se trata de escravos. Ainda assim, a honra poderia ser alcançada por diferentes grupos sociais, embora pessoas de melhor status social fossem consideradas mais honradas do que aquelas de origem mais humilde. Finalmente, destaca o fato de mulheres desempenharem papel crucial na conservação da honra familiar, principalmente as de elevado estrato social. Saidyia Hartman demonstrou como esse era um valor inatingível para escravos, tanto as mulheres, que não podiam escapar de crimes sexuais cometidos por seus senhores, administradores e feitores, quanto para os homens, que não tinham o direito de protegê-las. CHAMBERS, Sarah C. *From Subjects to Citizens: Honor, Gender, and Politics in Arequipa, Peru. 1780-1854*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999. HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power” in *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996.

¹⁴ FRANCO, *Homens Livres...* op. cit., p. 63.

ações relatadas em autos criminais. As relações escravistas aqui focadas representam um extremo dessas relações violentas, em que à valentia e honra pessoais era acrescida a necessidade de coerção e obediência de um grupo enorme de trabalhadores.

Segundo Franco, a própria mobilidade característica dos setores livres revelava-se como fator no cometimento de crimes, já que impedia a formação de laços estáveis de solidariedade e obrigação. Por outro lado, “a mobilidade lhes aparece como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos”.¹⁵ Tal recurso era negado pelos princípios da escravidão, em que o indivíduo a ela submetido encontrava-se preso a um senhor e sua propriedade, sem poder mudar-se segundo sua vontade. A realidade do trato escravista, porém, revela uma situação mais complexa, na qual escravos buscavam constantemente expandir seus espaços de autonomia, fosse através de fugas e apadrinhamentos ou de deslocamentos sem autorização, fosse negociando a própria venda com o senhor ou mesmo cometendo crimes para escapar de seu jugo. Ainda assim, enquanto escravos estavam submetidos a uma das mais terríveis realidades de sua condição: se para os setores livres, a mobilidade era um recurso de sobrevivência, os cativos viviam à mercê de separações forçadas através da venda de membros das famílias e de amigos e parceiros.¹⁶

Assim, se a escravidão representa o grau máximo de uma violência difundida por diversos setores da sociedade imperial, nela também se podem observar relações de afeto e solidariedade, muitas vezes apontadas no entorno mesmo da violência. A

¹⁵ FRANCO, *Homens Livres...* op. cit., p. 32.

¹⁶ Sobre a constituição e significados das famílias escravas, ver SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno. Campinas, século XIX*. Campinas, SP: [s. n.], 2004 e *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

separação de famílias através da venda era “o aspecto mais brutal da escravidão”¹⁷ justamente porque elas existiam e eram importantes para seus membros. De maneira contraditória, tais relações eram motivadoras de diferentes tipos de crime, os quais serão pormenorizados ao longo deste trabalho. Entram nesse rol desde um escravo que, ao assassinar seu senhor, referiu-se aos castigos por este aplicado em sua mulher, até os chamados crimes passionais, em que maridos presumivelmente traídos atacaram suas mulheres ou seus pretensos amantes, num sintoma do significado abismal que atribuíam à perda do controle sobre suas famílias.

Mais do que relatar os conflitos que levaram réus e vítimas escravas à justiça, a história social da escravidão no Brasil se volta para a utilização desses documentos como forma de alcançar diferentes aspectos das vidas de pessoas que podem ser apreendidos através das informações prestadas quando da ocorrência de crimes. Em *Crime e escravidão*, Maria Helena Machado apontou as possibilidades dessa documentação que, com o objetivo de estabelecer a verdade sobre um crime,

permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a Justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda suas vidas íntimas, investiga seus laços familiares e afetivos, registrando o corriqueiro de suas existências.¹⁸

A autora propõe assim um vasto estudo do regime de trabalho escravo, abordando “a dominação escravista a partir da dinâmica das tensões, resistências e ajustamentos à disciplina e vigilância do trabalho que caracterizaram a grande empresa agroexportadora paulista da época.”¹⁹ De início colocando em perspectiva dados quantitativos relativos a processos criminais referentes à região de Campinas, pode-se

¹⁷ BLASSINGAME, *The slave community...* op. cit., p. 173.

¹⁸ MACHADO, *Crime e escravidão...* op. cit., p. 23.

¹⁹ MACHADO, *Crime e escravidão...* op. cit., p. 26.

observar uma curva ascendente da criminalidade entre 1830 a 1870, época em que ocorreu um pico seguido de acentuada descendência na década seguinte. No caso específico de delitos envolvendo escravos, a tendência é similar, constando os perturbados anos 1870 como ápice das ações criminosas por eles cometidas.²⁰ Esse primeiro patamar de análise é fundamental na compreensão do funcionamento da sociedade escravista imperial; documenta não apenas o crescimento populacional e o acirramento de tensões ao longo das décadas finais da escravidão, mas também o progressivo poder exercido pelo Estado, que cada vez mais interferia em relações privadas de poder. Até então, eram estas que regiam os relacionamentos vividos por cativos, mas a crescente instabilidade da instituição tornava necessário aos senhores recorrer ao poder público para resolver e mediar conflitos que antes poderiam ser controlados privadamente.²¹

Um segundo patamar analítico é empreendido por Machado ao estudar os funcionamentos da escravidão através da análise dos autos. Partindo de uma interpretação contratual da instituição, em que as partes em contato tinham expectativas mútuas baseadas no costume, Machado busca manifestações de autonomia dos cativos. Considerar a natureza contratual da escravidão não implica dizer que ela se baseava em justiça social ou direitos igualitários, nem ao menos que ambas as partes detinham poderes semelhantes de negociação, mas que o funcionamento do regime de trabalho escravista não poderia sustentar-se exclusivamente com base na violência. Uma das soluções senhoriais para a dominação de seus cativos foi a adoção de posturas paternalistas que ajudassem a garantir a obediência de seus subordinados.²² Formava-se

²⁰ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, Quadro 1, p. 29 e Quadro 2, p. 39.

²¹ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 28 e ss. Ver também, sobre as relações entre público e privado no Império do Brasil, MATTOS, Ilmar R. *O tempo de saquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

²² MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 59-61. Sobre relações paternalistas em outro contexto, ver “Patrícios e Plebeus” in THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

então um estranho e instável equilíbrio, em que senhores pensavam fazer concessões a seus cativos enquanto estes últimos as entendiam e reivindicavam como direitos adquiridos. Protegidos pelo Estado imperial e pelo poder econômico, o braço senhorial mostrava-se mais forte nessa contenda, mas esta força encontrava a constante resistência de cativos que lutavam incessantemente, e de maneiras diversas, por maiores espaços de autonomia.

“Avaliando-se a resistência escrava como fator constitutivo das relações sociais e da organização do trabalho nas grandes fazendas paulistas”, Machado analisa diferentes formas de agência escrava registradas nos processos criminais. Essas iam desde o assassinato de feitores e senhores no eito até os “furtos realizados por escravos referentes a parcelas da produção agrícola” que “suplementavam uma economia independente dos escravos” e eram entendidos como compensação pelo trabalho por eles realizado.²³ Os homicídios de figuras de autoridade senhorial foram muitas vezes justificados enquanto resultantes de maus tratos, castigos abusivos, carência na alimentação, aumento no ritmo de trabalho, em suma, das ações de maus senhores que falhavam em desempenhar as obrigações que deviam a seus cativos.²⁴

Trabalhando com documentação semelhante, mas oriundas da Corte, Sidney Chalhoub contestou “um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo”²⁵, enfatizando a agência dos cativos não apenas em busca do alargamento de

²³ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 61; 103.

²⁴ Em trabalho anterior, pesquisei especificamente os casos de assassinato e agressão de senhores por escravos ocorridos em Campinas, nas décadas de 1840 e 1870. Pude observar, assim, as motivações destas ações e os discursos elaborados por réus e testemunhas para explica-las e justifica-las. Como contraponto e complemento às informações fornecidas pelos autos criminais, investiguei minuciosamente os inventários *post-mortem* dos senhores falecidos, procurando recuperar os relacionamentos existentes naquelas escravarias e que pudessem ajudar a esclarecer tais delitos. Ver ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando Falha o Controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2015.

²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 36.

margens de autonomia, como no próprio processo mais amplo da abolição. Assim, segundo o autor,

foi a insegurança em relação ao comportamento dos negros importados [de outras regiões do país, após a proibição do tráfico atlântico em 1850] – e a perigosa influência de sua conduta sobre os escravos em geral – que acabou convencendo os deputados paulistas a votar um imposto de importação de cativos que estancou imediatamente o tráfico interprovincial.²⁶

Ligando o contexto dilatado da política imperial a um processo criminal de 1872, em que diversos cativos advindos de províncias do Nordeste atacaram o comerciante que os mantinha e negociava na Corte, Chalhoub salienta as amplas possibilidades de ação encontradas por aqueles indivíduos, as quais impactavam suas próprias vidas, mas cujas reverberações muitas vezes escapavam aos seus objetivos imediatos. A luta de alguns homens para não serem vendidos às lavouras cafeeiras de trabalho extremamente desgastante, segundo sua concepção, “ajudaram decididamente a cavar a sepultura da instituição”, ao generalizar entre os senhores “a impressão de que a criminalidade escrava aumentava e de que o perigo rondava constantemente suas cabeças”.²⁷

Nas nuances das falas de cativos perante a Justiça, Chalhoub recupera diversos aspectos da vida daqueles homens e mulheres, tais como a já apontada resistência em serem vendidos para propriedades rurais, a tecedura paulatina de alinhamentos e solidariedades, a relutância em exercer trabalhos diferentes daqueles para os quais se especializaram, a contestação da autoridade moral de seus senhores e da própria legitimidade de seus cativeiros em contextos de autocompra ou de promessas de

²⁶ CHALHOUB, *Visões da Liberdade... op. cit.*, p. 59.

²⁷ CHALHOUB, *Visões da Liberdade... op. cit.*, p. 59.

alforria.²⁸ Outro ponto de interesse crucial desta obra são os detalhes biográficos observáveis nos depoimentos e que permeiam todo o livro, os quais revelam não apenas as circunstâncias em ocorreram delitos, mas também as histórias e relacionamentos passados e presentes de réus e testemunhas e que contribuem para dar mais textura ao que se pode conhecer das vidas daquelas pessoas.

Outro estudo basal que se utilizou de processos criminais foi empreendido por Maria Cristina Cortez Wissenbach em *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas*, no qual o foco são escravos e forros na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. Bastante preocupada com o contexto especificamente urbano e as particularidades da escravidão aí existente, Wissenbach recupera uma escravidão de pequena posse e bastante desorganizada, mas que ainda assim foi significativa por suas peculiaridades e pela interação com as áreas rurais da província. São Paulo era no século XIX uma cidade com modesto número de habitantes, alcançando o pico de 48.000 em 1886; e com ainda menos escravos: nesse mesmo ano, eram menos de 600. O ápice da população escrava no município ocorreu em 1854, com pouco mais de 7.000 cativos.²⁹ Nesse contexto, bastante diferente dos 14.000 escravos existentes no município de Campinas na década de 1870, a escravidão mantinha princípios comuns com a de outras regiões, como “a reificação da propriedade escrava, a violência e a coerção física” enquanto meios principais para garantir a subordinação dos trabalhadores.

No entanto, ao enfrentar as vicissitudes do dia-a-dia, tais princípios foram relativizados, outras estratégias foram desenvolvidas, novos canais de tutela lhes foram acoplados e a prática do domínio social

²⁸ CHALHOUB, *Visões da Liberdade... op. cit.*, p. 32; 72; 50; 53; 102 e ss;

²⁹ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998, pp. 33 e ss

exigiu renovadas composições que se revelavam mais eficazes ante as inferências que circundavam o trabalho escravo.³⁰

Apesar das particularidades da escravidão urbana, a autora observou nos autos criminais que “parte significativa dos habitantes do município paulista e adjacentes... obtinha seu sustento da posse e trabalho em sítios de pequenas proporções e em roças onde se cultivavam os gêneros da terra: mandioca, milho, feijão e cana”, além da produção de farinha e aguardente “destinados tanto ao consumo próprio quanto ao abastecimento dos mercados locais”.³¹ Numa demonstração da riqueza das informações constantes nos autos, Wissenbach aponta ainda que grande parte dos cativos ali existentes eram provenientes daquele mesmo termo, ligando esta característica ao contexto mais amplo da “dificuldade estrutural dos senhores desses arredores rurais em repor constantemente seus plantéis, sobretudo mediante novas compras, fato que se agravaria nas décadas subsequentes à de 1850”, quando os preços dos escravos cresceriam progressivamente devido ao aumento do tráfico interprovincial.³²

O estudo de Amilcar Martins Filho e Roberto B. Martins sobre a economia não-exportadora em Minas Gerais trouxe uma contribuição importante quanto às dinâmicas da escravidão em setores voltados à produção de subsistência à parte do sistema de plantation.³³ Segundo estes autores, aquela região se caracterizou por ter uma das maiores populações escravas do Império, da qual apenas pequena parte se ligava à produção de café para exportação. Herdando da estrutura mineradora um grande número de escravos, até a proibição do tráfico atlântico aquela província multiplicou sua propriedade escrava através principalmente da venda de excedentes de produtos alimentícios e de algodão, em cuja produção se empregava grande parte de seus cativos.

³⁰ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, pp. 61-2.

³¹ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 97.

³² WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 98.

³³ MARTINS FILHO, Amilcar & Roberto B. Martins. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited” in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, no. 3, ago. 1983.

A explicação dada pelos autores para esse fenômeno é a existência de grandes quantidades de terras inexploradas. Em um contexto de expansão de fronteiras agrícolas, a população livre de menos recursos se empenhava em garantir a própria subsistência através do cultivo de pequenas lavouras, recusando-se por isso a se empregar como trabalhadores agregados às propriedades maiores.

Some-se a isso o fator, indicado por Robert Slenes, da grande oferta de novos escravos advindos da África a preços acessíveis, os quais abasteceram tanto grandes propriedades agroexportadoras quanto pequenos lavradores até 1850.³⁴ Segundo a interpretação de Slenes, no entanto, a divisão entre propriedades exportadoras e propriedades produtoras de alimentos não é tão óbvia como poderia parecer à primeira vista; as últimas encontravam-se intimamente ligadas às primeiras, já que eram responsáveis por abastecer, por exemplo, os trabalhadores envolvidos no cultivo de café e que, devido à concentração nesta lavoura, não produziam alimentos suficientes para o próprio sustento. Além disso, elas acabavam também exportando para os mercados urbanos, inserindo-se assim no contexto maior da economia comercial. Depois do fechamento do tráfico atlântico, porém, houve uma concentração maior do trabalho escravo nos setores comerciais capazes de pagar os preços crescentes pela aquisição da mão-de-obra cativa.

Essa escravidão de pequenos senhores, característica tanto da província de Minas Gerais quanto de outras regiões do Império, tinha como característica a proximidade entre proprietários e trabalhadores escravos, os quais trabalhavam juntos nas roças, e que daria margem para um desgaste da figura senhorial resultante em crimes. Esta foi uma das particularidades apontadas por Maria Helena Machado na região agroexportadora de Campinas, em que “senhores menos prósperos, proprietários

³⁴ SLENES, Robert W.. “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’” in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, no. 3, ago. 1983.

de pequeno número de escravos, [eram] obrigados a feitorizarem pessoalmente seus escravos” eliminando assim a possibilidade de desviarem para feitores ou administradores a peja de “maus” e de conservarem seu papel paternalista em relação a seus cativos.³⁵ De maneira semelhante a Machado, Wissenbach encontrou como motivadores de crimes a “temática da punição injusta” e a implementação de uma “série de estratégias de independência” dimensionadas pelos cativos para “remir, em parte, sua escravização”.³⁶ Dialogando com o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Wissenbach entende que a “vivência da escravidão não eliminava relações de compadrio, afetivas e familiares... mas sem dúvida contribuía para tensioná-las, revestindo-as de violência redobrada, acentuando um código já sancionado pelos moradores desses arredores rurais de São Paulo”, mas aparecia para esse grupo como “recurso próprio de defesa e sobrevivência”.³⁷ Assim,

Como não poderia deixar de ser, os processos descreveram tais espaços impregnados de brigas e desavenças, homicídios e lesões corporais entre parceiros, livres ou escravos, mas que, apesar disso, compõem um quadro expressivo de dimensões da vivência escrava que o regime não conseguia neutralizar.³⁸

Esse quadro expressivo será minuciosamente analisado nos próximos capítulos, em busca dessas vivências e dos significados a elas atribuídos nos autos criminais envolvendo escravos na região de Campinas.

³⁵ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 101, MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 89 e ss.

³⁶ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 104; 110.

³⁷ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 112.

³⁸ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 110.

Violência, Crime e Escravidão: Campinas na Segunda Metade do Século

XIX

No início do século XIX, a região de Campinas era pouco povoada, tendo por conseguinte reduzida população escrava, e voltada sobretudo para a produção de alimentos para consumo próprio e eventual comercialização com tropeiros e viajantes que passavam pela região. No decorrer deste século, porém, importantes transformações no perfil populacional e nas atividades econômicas mudaram estas características. Paralelamente às lavouras de subsistência – cuja permanência pode ser observada ao longo do tempo, ainda que obscurecida pelos gêneros para exportação – a indústria açucareira foi introduzida nas propriedades rurais do município e se tornou a principal atividade desenvolvida na região até a década de 1840. A partir deste momento, o café passaria a assumir protagonismo nas paisagens campineiras, a qual nunca deixaria completamente de lado a produção de subsistência, o açúcar e, em tentativas de diversificação econômica, outros gêneros como algodão e chá.³⁹

Durante esse processo, houve expressivo aumento da população escrava, marcada em princípio pelos altos índices de africanidade, seguido por sua concentração em propriedades mais prósperas e crescente crioulistização, balizada pela proibição do tráfico atlântico em 1850. Segundo Slenes, a população escrava em Campinas passou de 4.800 em 1829, para 8.149 em 1854, sendo que talvez a última cifra represente uma

³⁹ EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; LUNA, Francisco Vidal, & KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas, CMU/UNICAMP; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/ INL, 1997; ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. SLENES, Na senzala... *op. cit.*; *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*. Tese de doutoramento. Stanford, 1976.

subestimação. A proporção de africanos entre os escravos acima de 15 anos deve ter se mantido próxima de 70% até 1850. O número de cativos registrados em Campinas na matrícula geral de 1872 era de 14.000, “maior população escrava de todos os municípios paulistas. Era, agora, uma população predominantemente ‘crioula’”.⁴⁰ O grande sucesso alcançado pela lavoura cafeeira no pós-1850, com aumento da produção e preços favoráveis, possibilitou aos agricultores de Campinas arcarem com os altos preços dos escravos comercializados pelo tráfico interno, vindos principalmente do Nordeste, mas também de outras regiões menos envolvidas em atividades agrícolas exportadoras. Nesse contexto de encarecimento e carência da mão-de-obra e crescimento da economia cafeeira, os ritmos de trabalho exigidos dos cativos também se intensificavam⁴¹.

O crescimento da população escrava em Campinas é um dos fatores explicativos para o concomitante crescimento no número de crimes em que escravos estiveram envolvidos, alcançando seu auge nos anos 1870. Na década da abolição, após o ápice atingido nos anos anteriores, no entanto, houve retraimento no número de crimes. Nos contextos específicos da década de 1880, marcados pela crescente rebeldia dos cativos que culminou nas fugas massivas a partir de 1887, e pelas ações e propagandas abolicionistas e a percepção generalizada do esgotamento político da instituição, a análise de autos criminais fornece elementos importantes para a compreensão das

⁴⁰ SLENES, *Na senzala... op. cit.*, pp.70-71.

⁴¹ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 66; 89-90; Ricardo Salles aponta o aumento do ritmo de trabalho exigido dos escravos em Vassouras através do crescimento da proporção entre pés de café plantados e o número de escravos por eles responsável. Entre 1821 e 1835, a taxa era de 500 pés por trabalhador. Esse valor triplicou até alcançar a média de 1312 pés por cativo no período de 1865 a 1880. O ano de 1876, em particular, alcançou o ponto máximo de 3800 pés de café por escravo, o que distorce a curva para cima, enquanto demonstra o grau de exploração a que poderiam ser submetidos, mesmo em ocasiões excepcionais, aqueles trabalhadores. SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 153-154, gráficos 1 e 2; STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1960.

interações e experiências vividas pelos indivíduos que viviam sob cativeiro e setores livres e libertos daquela sociedade.

A tabela 1 reúne os dados dos documentos levantados neste estudo, discriminados por períodos e organizados de acordo com tipos de crime e de réus e vítimas. Foram separados os crimes contra a pessoa, que envolviam agressões físicas, homicídios e tentativas de homicídio, daqueles contra a propriedade, como roubos e furtos e invasão de propriedade.

A documentação que baseia a presente pesquisa vem sendo analisada por historiadores desde a década de 1980, quando o interesse pela história social da escravidão no Brasil ganhou força. Um dos estudos pioneiros realizado sobre o tema foi o livro *Crime e escravidão*, de Maria Helena Machado, no qual a autora desenha um rico perfil da criminalidade escrava no interior da Província de São Paulo, encarando os crimes como fenômenos amplos sem perder de vista suas singularidades e as informações que eles carregam em si sobre o funcionamento da sociedade escravista.

Segundo Machado, o número de crimes cometidos por escravos na região aumentou constantemente ao longo do século XIX.⁴² Uma explicação para esse aumento é que os processos estejam sub-representados para o começo do período. Com o decorrer do século, o Estado avançava cada vez mais no sentido de limitar e regular as relações privadas de poder. Talvez esse movimento implicasse em maior recorrência à justiça pública, o que criaria a ilusão de que a criminalidade – escrava e em geral – cresceu. Maria Helena Machado aponta ainda outros dois fatores para explicar esses dados: o crescimento demográfico da população em geral da comarca de Campinas, acentuado na década de 1870, pode ter feito com que o número de crimes tenha crescido

⁴² MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, Quadro 2, p. 39.

de forma absoluta, mas tenha se mantido proporcional à população. A população livre de Campinas era de 3.600 pessoas em 1829; 8.000 em 1859; e 17.000 em 1875.⁴³

A situação da população escrava, no entanto, é diferente, já que ela não cresceu similantemente à população livre: passou de 4.700 escravos em 1829 para aproximadamente 12.000 em 1858 e 14.000 em 1872.⁴⁴ Assim, o aumento do número de crimes de escravo evidenciaria a perda de legitimidade do regime – ao estimular os senhores a encaminhar seus cativos delinquentes à Justiça – mas também o acirramento da tensão social que levou os escravos a, de fato, cometerem mais crimes ao longo da segunda metade do século XIX.⁴⁵

Em relação especificamente aos crimes de escravos, a predominância de crimes contra a pessoa sobre aqueles contra a propriedade pode ser explicada, como indica a autora, pela “consideração do costume, arraigado entre senhores, de resolver amigavelmente as pendências relativas aos prejuízos causados pelos furtos e roubos de escravos”. O pequeno número de ocorrências que chegou à justiça pública demonstra “fissuras na coesão das normas de comportamento valorizadas pela camada senhorial”.⁴⁶

Observando a concentração temporal dos crimes envolvendo escravos como réus e vítimas, percebe-se que eles se concentraram nas décadas de 1860 e 1870, atingindo o valor máximo nesse último período. O número de processos apontados nesse levantamento em alguns aspectos se diferencia do indicado por Machado devido à consideração de documentos em que escravos de sexo masculino e feminino foram

⁴³ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, p. 34; MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996, p. 32.

⁴⁴ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, 34.

⁴⁵ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 33-35.

⁴⁶ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 44-45. A autora faz uma discussão destes dados às pp. 38-47.

Tabela 1 – Documentos com réus e/ou vítimas escravos, 1850-1888

Década	Crimes contra a pessoa entre escravos de sexo masculino	Crimes envolvendo mulheres	Crimes envolvendo livres				Outros*	Total
			Contra a pessoa			Contra a propriedade		
			Réu escravo		Réu livre e vítima escravo			
			Vítima senhor/prepostos	Outras vítimas livres				
1850	2	1	5	9	2	2	4	25
1860	3	6	4	4	3	7	-	27
1870	3	6	10	8	1	7	4	39
1880	3	1	2	8	8	4	5	31
Total	11	14	21	29	14	20	13	122

FONTE: Arquivo do Estado de São Paulo, Autos Crimes do Interior.

* Na categoria “Outros” estão incluídos: inquéritos de suicídio, uso de armas proibidas e investigações de pessoas cujo status (livre ou escravo) estava sendo questionado.

vítimas de crimes cometidos por homens – e mulheres – livres e à exclusão de alguns documentos, como as Execuções de Sentença, contabilizados por aquela autora.

Analisando a Tabela 1 segundo os tipos de crime em que estavam envolvidos, fica claro que no maior número de processos na justiça envolvendo escravos, estes eram autores de agressões, ofensas físicas, tentativas de homicídio e propriamente homicídios contra pessoas livres. Somando os casos em que as vítimas eram pessoas livres fora das relações de poder a que os cativos estavam submetidos e aqueles em que estes se voltavam contra seus superiores chega-se a 50 autos, 40% do total de delitos. Por outro lado, os processos envolvendo apenas escravos homens como réus e vítimas não chegam a 10% do total, número pouco menor do que o daqueles referentes a cativos que foram vítimas de ofensas físicas ou homicídios por pessoas livres. Pode ser que se trate novamente de uma reflexão dos arranjos internos ocorridos entre senhores que evitavam levar os desentendimentos vividos por seus cativos à Justiça.

Os Meandros da Dominação

Desde o período colonial, diversos autores que se debruçaram sobre a questão da escravidão no Brasil e do bom trato dos escravos defendiam que o uso exclusivo da violência física, além de estar em desacordo com preceitos cristãos, não era suficiente para manter a disciplina das escravarias.⁴⁷ Desenvolveram-se assim, em diversas sociedades escravistas nas Américas, padrões paternalistas de tratamento dos escravos, que envolviam desde a provisão de bens necessários à sobrevivência dos cativos até o estímulo à formação de famílias, cujo intuito era não apenas o de estender a propriedade

⁴⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (1711) (Ed. A. Mansuy) Paris: IEHEAL, 1968; ROCHA, Pe. Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso theológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro Foro os pretos cativos africanos e as principais obrigações que concorrem a quem deles se servir*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758; "Regimento que há de guardar o feitor-mor de engenho..." in: MELO, J. A. Gonçalves de. "Um Regimento de Feitor-mor de engenho de 1663". *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, 2 (1953): 82-87.

do senhor através dos filhos de suas escravas, mas também incrementar a dominação exercida sobre aqueles indivíduos através de seus laços familiares.⁴⁸

Partindo desta premissa, Florentino e Góes interpretam as famílias escravas como fundamentais em sua função pacificadora dos imensos contingentes de indivíduos cujo estatuto jurídico de propriedade contrastava com a verdade cotidiana de sua humanidade. Em *A paz das senzalas*, estes autores estudaram experiências de escravos no interior do Rio de Janeiro de 1790 a 1850 através da análise de séries de inventários e concluíram que, como estratégia de sobrevivência, os escravos tinham de formar laços de solidariedade, auxílio mútuo e cooperação.

Para analisar as interações experimentadas por aqueles indivíduos, os autores fazem uma analogia entre um “estado social de guerra” entre comunidades africanas – onde a “ausência de um poder exterior que a todos obrigue” gerava uma “inevitável e incessante procura da consecução da paz” – e um “estado social de guerra” que se dava no Brasil no contexto do tráfico atlântico, com a contínua e crescente inserção de estrangeiros na sociedade brasileira. Estes estrangeiros apenas dificilmente conseguiriam se inserir nas comunidades já estabelecidas, mesmo que essas fossem formadas por outros estrangeiros que ali chegaram há mais tempo.⁴⁹ Estavam “fadados a procurar instituir a paz” e uma das formas de fazê-lo era através do parentesco, “a

⁴⁸ BARROS, Maria Paes. *No Tempo de Dantes* in: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial/ Imprensa Oficial/Unesp, 1999. MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram*. (1974). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. John Blassingame salienta as discrepâncias entre as expectativas senhoriais quanto à conduta de seus escravos e a realidade das ações desses últimos, explorando pormenorizadamente os “papéis institucionais” desempenhados por ambos. BLASSINGAME, *The slave community... op. cit.*, pp. 238-248.

⁴⁹ Os autores afirmam ter encontrado na documentação pesquisada evidências da dificuldade de relacionamento entre os escravos, “como, por exemplo, a preferência pelas uniões matrimoniais endogâmicas por naturalidade”, o que “significava uma opção preferencial por iguais, isto é, exprimia um duplo e simultâneo movimento de constituição e recusa do outro. Sob a reiteração deste arranjo matrimonial é possível perceber a produção recorrente do dessemelhante, do estrangeiro. O status comum de escravos não era suficiente para aparar as arestas entre uns e outros. Ao contrário, é provável até que o cativeiro muito contribuiu para exasperar as diferenças que os constituíam”. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 31-32; 34.

possibilidade e o cimento da comunidade cativa”. A família possuía assim a dupla função de “esconjurar a anomia” dos cativos enquanto fornecia aos seus proprietários “ávido(s) de homens pacificados” uma renda política essencial no processo de formação e manutenção do escravo.

Assim, para Florentino e Góes a função de controle atribuída e desejada pelos proprietários alcançava máxima eficácia nas famílias. Robert Slenes, também interessado na formação de laços familiares entre cativos, concentrou seus estudos na região do Oeste paulista e dialoga com as conclusões de Florentino e Góes. Este autor entende que “os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre seus escravos e instituem, junto com a ameaça e a coação, um sistema diferente de incentivos – no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos”.⁵⁰ No entanto, enquanto Florentino e Góes entendem que “família enleva, pacifica, protege e organiza”⁵¹, Slenes reconhece o sucesso dessa política de domínio, ao mesmo tempo em que atenta para seu contraponto. Nas palavras deste autor, devido mesmo ao seu sucesso

talvez ela subverta a autoridade dos senhores ao mesmo tempo que contribui para sua dominação no cotidiano. Rachado por linhas de solidariedade diversas, cujas pontas em geral convergem para a casa-grande, o grupo escravo também desfruta de uma experiência em comum e de instituições, inclusive familiares, que incentivam uma identidade própria. Como resultado, os senhores dormem sobressaltados, pois sabem que os líderes das revoltas nas senzalas com frequência são os escravos mais ‘chegados’ aos proprietários.⁵²

⁵⁰ SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in ALENCASTRO, Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 236.

⁵¹ FLORENTINO e GÓES, *A paz...* op. cit., p. 115.

⁵² SLENES, “Senhores e subalternos...” op. cit., p. 236. Maria Helena Machado já apontava para o fato de a maior parte dos homicídios de senhores e feitores em Campinas entre 1831 e 1887 em Campinas serem cometidos por escravos que ali residiam havia mais de cinco anos. MACHADO, *Crime e escravidão...* op. cit., nota 7, pp. 48-49.

Aprofundando o raciocínio, Slenes observa que o próprio pertencimento a uma família tornava os escravos “especialmente vulneráveis ao arbítrio do senhor”, transformando-os em “‘reféns’, tanto de seus próprios anseios quanto do proprietário”, como no caso de fugas individuais que representavam o afastamento da família, perda da economia doméstica e a ameaça de retaliação contra seus familiares.⁵³

A política de domínio dos senhores era “eficaz e ardilosa”; indo “ao encontro de certos anseios dos escravos, ela aumentava a vulnerabilidade de muitos cativos, tornando-os menos dispostos a arriscar confrontos”. Aí está o papel pacificador das famílias. A questão chave para este autor, porém, é que

essa política provavelmente não conseguiu cooptar a maioria dos escravos favorecidos e dividir politicamente a senzala. Sem dúvida havia tensões na comunidade cativa, por exemplo entre africanos e crioulos e entre campineiros e brasileiros de outras origens, trazidos pelo tráfico interno após 1850. Mas a própria vivência do cativo... teria dificultado a abertura de um fosso intransponível entre subalternos favorecidos e não favorecidos.⁵⁴

Mais do que pacificar as senzalas, a formação das famílias podia voltar-se contra os senhores, na medida em que elas também garantiam aos cativos importantes espaços de autonomia – e muitas vezes os esforços empreendidos pela manutenção destes espaços geravam os mesmos conflitos e questionamentos que os senhores procuravam evitar.⁵⁵

Problematizando a interpretação de que o contexto brasileiro de alto número de alforrias, pelo menos até a proibição final do tráfico atlântico em 1850, implicaria maior

⁵³ SLENES, “Senhores e subalternos...” *op. cit.*, pp. 175-176.

⁵⁴ SLENES, “Senhores e subalternos...” *op. cit.*, pp. 281-282.

⁵⁵ Ver por exemplo o caso estudado em minha dissertação de mestrado em que um escravo assassinou seu senhor motivado, entre outros fatores, pelos castigos que ele aplicava em sua esposa. No “caminho o dito Lopes pedia a Matheus que pelo amor de deus não lhe matasse, pois que lhe daria a liberdade, e Matheus lhe respondia essas palavras ‘quando você está surrando minha mulher não se lembra de carta de liberdade e por isso não só hei de matar a você, como a mulher e os filhos’” ALVES, *Quando Falha o Controle...* *op. cit.*, pp. 75-6.

aproximação dos cativos com o mundo senhorial em detrimento da formação de laços horizontais nas senzalas, Slenes argumenta que a busca por um objetivo incerto e temporalmente distante tornava arriscado demais àqueles escravos em posição privilegiada abandonar relações de solidariedade entre seus pares.⁵⁶

Em outro trabalho, Slenes se debruça mais detidamente na formação da família escrava no Sudeste brasileiro ao longo do século XIX, trazendo uma discussão crucial sobre o próprio conceito de família dentro da escravidão. Ele questiona relatos de época como o do viajante francês Charles Ribeyrolles que afirmava não haver nas senzalas por ele visitadas durante os anos 1850 “nem esperanças, nem recordações”, extraíndo Slenes daí o título de seu livro. Neste, afirma tal existência justamente no seio da família escrava, por ele encontrada em registros cíveis, como inventários *post-mortem* e listas de matrículas de escravos, e criminais, mas também nas entrelinhas dos textos de viajantes como o próprio Ribeyrolles.⁵⁷ Contrapõe-se, também, a estudos anteriores que, sobretudo até a década de 1970, questionavam a viabilidade da constituição de laços familiares dentro da senzala, argumentando a anomia trazida pela escravidão e a dificuldade enfrentada por africanos traficados em estabelecer no Brasil relações de afeto e solidariedade cuja máxima refletia-se na formação de famílias consolidadas.

Os dados elencados por Slenes sugerem não apenas que, quando podiam, escravos e escravas formavam uniões estáveis, mas que criavam juntos seus filhos e filhas, como demonstram índices relativamente altos de legitimidade entre crianças cativas, principalmente em unidades produtivas maiores, e, talvez mais importante, a presença de ambos os pais nas vidas de muitas destas crianças.⁵⁸ Sem deixar de lado a violência característica dos sistemas escravistas que as podiam desmanchar – através de castigos, maus-tratos, negligências e exploração demasiada do trabalho que levavam a

⁵⁶ SLENES, *Na senzala uma flor... op. cit.*, pp. 50 e ss; “Senhores e subalternos...” *op. cit.*, p. 279.

⁵⁷ SLENES, *Na senzala uma flor... op. cit.*.

⁵⁸ SLENES, *Na senzala uma flor... op. cit.*, tabelas 5 a 9, pp. 102-108.

doenças e mortes prematuras ou a fugas, ou do postulado que ditava que o interesse econômico ou disciplinador podia levar, à qualquer momento, à venda de escravos ou escravas,⁵⁹ ou ainda da circunstância, esperada ou não, da morte de um senhor que resultava na partilha de todos os seus bens, inclusive cativos⁶⁰ – a qualquer instante, este autor reitera a importância de se reconhecer a existência de famílias dentro das senzalas e o valor a elas atribuídas por seus membros ou por aqueles que ansiavam em delas participar.

Maria Odila Dias, porém, traz uma nova gama de questões ao debate sobre a família. Já partindo do amplo conhecimento sedimentado pela historiografia mais recente da existência de famílias dentro das senzalas, esta autora indaga se, para a mulher escravizada, o casamento constituiria uma melhoria de vida ou um pesadelo.⁶¹ Odila se alinha com Slenes ao afirmar que casar-se tinha um aspecto bastante vantajoso, pois significava maior autonomia em termos de habitação, liberdade para decidir sobre a alimentação, possibilidade de acesso a roça e, através dela, acúmulo de pecúlio. No entanto, coloca em dúvida as reais condições encontradas por seus parceiros, principalmente os cativos, de proteger as companheiras, por exemplo, do assédio dos senhores. Para Odila, mais importante para a sobrevivência das mulheres escravizadas do que a constituição e manutenção de laços conjugais era o fortalecimento “por meio do casamento ou do compadrio, relações de ajuda mútua.”⁶²

⁵⁹ A separação de escravos casados, ou de filhos menores de 12 anos de seus pais, foi proibida pelo Decreto no. 1695 de 15 de setembro de 1869, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>. Acesso em 05 de abril de 2015.

⁶⁰ A tensão provocada pela morte do proprietário e a posterior separação – ou não – de famílias escravas entre seus herdeiros ou para pagamento de dívidas foi discutida em ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 103 e ss. A autora aponta como contraponto àquela tensão a separação apenas legal dos núcleos familiares cujos membros, embora pertencentes formalmente a senhores diferentes, continuavam a coabitar na propriedade não dividida do falecido senhor; mas também a possibilidade de se alcançar a alforria, mesmo que condicional, na leitura do testamento.

⁶¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Resistir e Sobreviver” in PEDRO, Joana Maria & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

⁶² DIAS, “Resistir e Sobreviver”... *op. cit.*, p. 368.

Ainda outro ponto a ser levantado trata do quanto a decisão daquelas mulheres de contrair matrimônio com seus parceiros era uma escolha delas. Odila relata o caso datado de 1865 de uma liberta grávida na Bahia, Inocência Maria de Jesus, que, recusando-se a se casar com um cativo, foi severamente agredida por um capataz e, depois, carregada até um brejo e ali abandonada por seu suposto noivo, dando ali à luz uma criança que, provavelmente, não sobreviveu. Depois de ainda mais castigos, afinal concordou com o casamento.⁶³ Note-se que o fato de ela estar grávida poderia significar que, independente da formação de laços formais, ela já fazia parte de um núcleo familiar que envolvia o pai da criança ou somente eventuais outros filhos que ela tivesse naquele momento. Sandra Graham analisou a história de outra mulher que recusava o casamento proposto por seus senhores e familiares, que traz algumas semelhanças com o triste episódio por que passou Inocência. Em 1835, a jovem Caetana, de talvez dezessete anos, viu-se obrigada a se casar com seu parceiro Custódio, apenas para, dentro de quatro meses, apresentar uma petição ao tribunal eclesiástico requerendo sua anulação. Dizia ela que não apenas sentia “uma grande repugnância ao estado de matrimônio”, como achava *aquela* homem particularmente desagradável.”⁶⁴ Mesmo inserida numa vasta rede de parentesco que envolvia escravos, livres e libertos – e portanto indivíduos bem-sucedidos em suas estratégias para alcançar a alforria –, a mucama Caetana não desejava formar novo núcleo familiar com o alfaiate Custódio. Toda a tramitação do processo de anulação demorou cinco anos e só foi resolvido em 1840 com uma sentença que proferia o casamento indissolúvel e, portanto e teoricamente, obrigava Caetana a se submeter aos laços matrimoniais com seu marido. No entanto, a pesquisa empreendida por Graham não encontrou sinais da posição real ocupada pela escrava naquele momento, visto ela não aparecer mais em listas de avaliação ou inventário da

⁶³ DIAS, “Resistir e Sobreviver”... *op. cit.*, p. 369.

⁶⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 24.

propriedade de seu senhor, deixando assim margem a especulações de que ela teria conseguido, por outras maneiras, escapar àquela união que tanto desgosto lhe causava.

A história de Caetana revela muito sobre as redes de poder em que estavam inseridas as mulheres escravizadas, ocupando posição subalterna não apenas a seus proprietários mas também aos familiares de sexo masculino: mesmo casada, recusava-se a consumir a união e por isso foi pressionada por diversas pessoas, dentre elas e especialmente um tio. Segundo Graham, foi “a afirmação de autoridade patriarcal de seu próprio tio que levou a batalha de Caetana para um novo terreno desconcertante, em que ela não se defrontou com as ordens de um senhor, mas com a exortação diferentemente opressiva de um parente e parceiro – seu igual na escravidão, mas um homem com autoridade doméstica e familiar convincente.”⁶⁵

A consideração de tais questões é crucial para a compreensão das especificidades das experiências vividas por mulheres escravizadas e das possibilidades e desafios por elas encontrados na interação com seus parceiros. Nesse sentido, as escravas se encontravam no vértice de múltiplas forças opressoras que se acumulavam e sobrepunham – e as famílias que elas formavam podiam significar um destes vetores. Do ponto de vista masculino, como se verá adiante, o principal desafio encontrava-se exatamente em formar e manter ligações afetivas estáveis e duradouras, num contexto em que homens eram mais numerosos, e no fato de estarem alijados do poder de proteger suas parceiras e familiares do poder senhorial ao qual também estavam submetidos. A impotência, apontada por Maria Odila, vivida por aqueles homens em zelar pelo bem-estar de suas companheiras trazia duras consequências para ambos: para as mulheres que se viam à mercê da vontade senhorial com poucos recursos para escapar dela e para os homens que, independentemente de seus desejos e

⁶⁵ GRAHAM, *Caetana diz não...* op. cit., p. 86.

comprometimentos com a família, era também obrigado a conviver com a violência exercida sobre si e seus entes queridos.

Os capítulos a seguir farão uma discussão de vários destes documentos, procurando neles evidências das diversificadas relações estabelecidas entre homens e mulheres escravizados, livres e libertos ao longo da segunda metade do século XIX e de seu papel na formação de comunidades escravas na região.

CAPÍTULO 2 – OS TRABALHOS NO CATIVEIRO: O COTIDIANO NAS FAZENDAS EM CAMPINAS

O sentido máximo dos sistemas escravistas que vigoraram nas Américas até o final do século XIX residia na posse e propriedade de um grupo de indivíduos por outro com o objetivo de coagi-los a trabalhar. Nos Estados Unidos e no Caribe, em Cuba e no Brasil, como um todo e especificamente na região de Campinas, localizada no Oeste paulista; durante a Colônia e o Império e especificamente na segunda metade do XIX abordado neste estudo, escravidão e trabalho eram indissociáveis. Independentemente dos argumentos utilizadas para justificá-lo e das diversas maneiras como ele podia ser implementado, variando ao longo do tempo, lugar ou específicos contextos sociais e econômicos, o trabalho – exaustivo, árduo, intenso – sempre permaneceu no cerne deste sistema. Sua organização e as interações que ocorriam entre aqueles sujeitos no seu desenrolar são o tema deste segundo capítulo.

O trabalho preenchia os cotidianos de homens e mulheres escravizados, ocupando seus dias desde o romper da aurora até bem depois do cair da noite. Stanley Stein traz um minucioso relato deste dia-a-dia nas fazendas cafeeiras do município de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense. Baseado em relatos de viajantes e documentos oficiais, este autor descreve as diferentes atividades em que se empregavam os escravos e escravas de grandes fazendas, envolvidos não apenas nas atividades agrícolas de plantio, cuidado, colheita e beneficiamento do café, mas também numa enorme gama de outras ocupações que iam desde a construção e manutenção dos prédios que compunham a propriedade, o cultivo e preparação de alimentos, ao cuidado

das crianças – escravas ou não – e dos animais.¹ Em seu parco tempo livre, tarde da noite ou aos domingos, dedicavam-se a outros tipos de trabalho: em suas pequenas roças cuja produção utilizavam para complementar a alimentação provida pelos senhores ou para amealhar os lucros da venda de excedentes; ou em troca de remuneração por parte de seus próprios senhores ou de vizinhos.²

Segundo Stein, apesar da crucial importância da produção cafeeira para a grande lavoura, “uma boa porcentagem dos escravos, que alguns calculavam nos dois terços, outros na metade da força de trabalho, não se dedicava diretamente ao trabalho na lavoura.”³ Robert Slenes apresenta uma outra perspectiva com relação a este tema. Analisando cinco propriedades escravistas no município de Campinas, levantou e analisou a porcentagem de escravos em posições administrativas, especializadas ou domésticas, levando em consideração os anos de 1872/3 e 1886/7. Discriminando os trabalhadores de acordo com sexo, idade e proveniência, ele apontou que o principal grupo demográfico a ocupar as posições consideradas privilegiadas eram mulheres de mais de 40 anos e naturais de Campinas, das quais 66,7% desenvolveriam os trabalhos de “feitora, serviço doméstico, mucama, costureira, cozinheira, engomadeira, lavadeira, enfermeira, doceira, pajem”, mas nas quais também se incluíam aquelas que eram de “roça e serviço doméstico”.⁴ Ainda assim, apenas 33,8% de todas escravas de sexo feminino com mais de 15 anos nascidas neste município, e 21,9% dos de sexo masculino, eram especializadas. Considerando todos os nascidos no Brasil, este grupo era composto por 14,1% dos homens e 26,3% das mulheres escravizados na região.

Entre os nascidos na África, o número era ainda mais reduzido: 6,8% dos homens e

¹ STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1960, pp. 193 e ss.

² STEIN. *Grandeza e decadência... op. cit.*, p. 203; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³ STEIN. *Grandeza e decadência... op. cit.*, p. 198.

⁴ SLENES, *The demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Stanford University, PhD, 1976, Table 10-10, p. 535; nota 55, p. 570. Os termos que descrevem os serviços realizados por escravos está em português no original.

10,6% das mulheres. As ocupações especializadas desenvolvidas por homens eram: “feitor, administrador, trabalha em máquina de café, serviço de terreiro, arador, lavrador em madeira, ferreiro, pedreiro, carpinteiro, carapina, telheiro, alfaiate, sapateiro, pintor, carroceiro, carreiro, tropeiro, lida com animais, lida com cargueiros, cozinheiro, doméstico, pagem, copeiro”.⁵ Para Slenes, a mobilidade ocupacional constituía um

Tabela 2 – Percentagem de escravos em posições administrativas, qualificadas ou domésticas, por sexo, idade e lugar de origem: cinco propriedades em Campinas, 1872-3 e 1886-7.

Sexo	Idade (anos)	Lugar de origem				
		Campinas	Centro-Sul, menos Campinas	Brasil, menos o Centro-Sul	África	Todas as origens, menos África
Homens	15-19	6,7	0	2,7	--	3,7
	20-29	29,2	17,4	5,8	--	14,1
	30-39	28,6	29,4	3,8	--	13,3
	40+	18,2	38,9	19,2	6,8	25,5
	Total (acima de 15 anos)	21,9	26,7	6,6	6,8	14,1
Mulheres	15-19	12,5	0	0	--	3,4
	20-29	36,4	25,0	4,5	--	22,7
	30-39	21,9	26,7	6,6	--	23,0
	40+	66,7	50,0	30,8	10,6	52,3
	Total (acima de 15 anos)	33,8	26,3	12,0	10,6	26,3

Fonte: SLENES, *The demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Stanford University, PhD, 1976, Table 10-10, p. 535.

fator fundamental na política de dominação senhorial, complementarmente com a coerção e a violência física. Pelos dados apresentados, ele conclui que a ascensão a serviços especializados, embora dependesse em grande parte da origem, idade, sexo e –

⁵ SLENES, *The demography... op. cit.*, nota 55, p. 570.

talvez mais importante – bom comportamento, consistia numa possibilidade real para todos os escravos.⁶ De maneira semelhante ao que discute quanto à alforria, isto não implica dizer que todos os escravos de fato alcançassem estes objetivos, mas que podiam observar, nos ambientes em que viviam, que tratava-se de uma possibilidade concreta.

Este era, segundo o Slenes, um “modelo de motivação e comportamento por parte dos senhores de escravos que reconcilia as supostas contradições entre paternalismo e busca pelo lucro”. O paternalismo trazia importantes benefícios econômicos aos senhores, ao valorizar escravos mais velhos, de preço mais barato, através da qualificação.⁷ Entretanto, “funcionava também como método racional de organização do trabalho e controle social”, ao motivar os trabalhadores provendo-os de um senso de segurança e comunidade; ao recompensar – e talvez internalizar nos trabalhadores – os comportamentos desejáveis, segundo o ponto-de-vista senhorial; e ao dividir as possíveis solidariedades dentro das senzalas, através da criação de diferenças de status dentro delas.⁸

Ainda assim, como aponta a tabela 2, grande parte dos homens e mulheres escravizados não desenvolvia qualquer especialização e dedicava-se, majoritariamente, ao serviço de roça. Nesse sentido, uma simples divisão entre trabalho especializado e trabalho braçal, principalmente aquele realizado na roça, acaba diluindo-se. Primeiro, porque o próprio trabalho agrícola era diversificado, uma vez que a região de Campinas nunca se dedicou exclusivamente ao cultivo de apenas um produto. Segundo, porque mesmo o trabalho nas roças era intercalado por outros tipos de atividade que

⁶ SLENES, *The demography...* op. cit., p. 536.

⁷ SLENES, *The demography...* op. cit., p. 538. Sobre paternalismo, ver também: GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; THOMPSON, E. P. “Patrícios e Plebeus” in *Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; MACHADO, *Crime e escravidão...* op.cit..

⁸ SLENES, *The demography...* op. cit., p. 539.

acrescentavam complexidade às vivências daqueles que as realizavam. Finalmente, porque os limites entre especialização e trabalho braçal, embora muito significativos principalmente no tangente à autonomia no uso do próprio tempo e nas perspectivas de acúmulo de pecúlio, poderiam ser turvados por circunstâncias fora do controle do trabalhador.

Tal realidade pode também ser percebida através da leitura dos autos criminais referentes ao município de Campinas, na segunda metade do século XIX, em que a maioria de réus, vítimas e testemunhas-informantes escravas encontrava-se empregada em serviço de roça ou lavoura. Também é possível observar como mesmo aqueles escravos que aprendiam ofícios ou trabalhos qualificados estavam sempre sujeitos a desenvolver o trabalho rural, seja por uma transformação na vocação agrícola dos senhores, seja porque em determinados momentos, como a época da safra, era necessário incrementar o serviço nas lavouras.

Um exemplo do primeiro caso pode ser encontrado num processo criminal que não se encaixa nos recortes deste estudo, mas que ainda assim é sintomático ao demonstrar a vulnerabilidade da condição escrava, a todo momento ameaçada tanto pelas vontades senhoriais quanto por necessidades e transformações econômicas. Nele, foi réu Matheus, escravo que não sabia “*o nome de seus pais, por ter vindo da Costa ainda pequeno*”, não sabia sua idade, mas mostrava ter cerca de quarenta anos, era casado com a cozinheira Teresa, caldeireiro, de Nação Congo.⁹ Vale frisar o fato de o crime ter acontecido ainda antes do fechamento do tráfico atlântico, em 1850, e o fato de ambos os réus serem de origem africana. Levado a julgamento pela morte de seu

⁹ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.01.41. Documento 6. Réus: *Matheus e Venâncio, escravos de João Lopes de Camargo*, 1849. “Auto de Qualificação do réu Matheus”, f. 20. Analisei detidamente este caso em ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando falha o controle: Crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2015. Em todo este trabalho, documentos originais foram citados em itálico e tiveram sua ortografia atualizada. A pontuação, no entanto, foi mantida como no original.

senhor, João Lopes de Camargo, em 1847, no dia do crime, Matheus “*estava no serviço capinando um cafezal junto com seus parceiros os quais feitorizava...*”. Este pequeno detalhe ilustra a transformação por que passava a região de Campinas em meados do século, com o café rapidamente ultrapassando a produção canavieira e tornando obsoletos os investimentos realizados em maquinário e especialização para produção do açúcar. Matheus afirmava ter vindo da África ainda muito pequeno, ser “*escravo da casa e era criado junto com seu senhor como irmãos*”.

Talvez isto explique o fato de ele ter ascendido à posição de caldeireiro, bastante qualificada e importante no beneficiamento do açúcar; mas com o advento da cafeicultura, Matheus foi obrigado a deixar de lado sua qualificação e juntar-se a seus parceiros na lavoura de café. É de se notar, porém, que ele não o fazia na mesma posição de seus parceiros, mas os feitorava. No mesmo movimento, ele revela as vantagens e desvantagens de sua situação: por um lado aproximava-se repetidamente do mundo senhorial, preenchendo diversos marcadores de um escravo privilegiado – era qualificado como caldeireiro, exercia função especializada como feitor, era casado com outra escrava especializada, fora criado junto de seu senhor “*como irmãos*”. Como contraponto, dizia-se falsamente acusado de participação na morte do mesmo senhor “*porque os seus parceiros o comprometem de raiva dele por feitorá-los no serviço*”. Como apontado anteriormente por Slenes, uma das formas de funcionamento do paternalismo era a criação de divisões e disputas dentro das senzalas, o que dificultaria a formação de vínculos afetivos fortes o suficientes para ameaçar a instituição da escravidão e o bom funcionamento das propriedades. O mesmo autor, em outro texto, salienta a dubiedade das políticas de dominação senhorial, que se era bem sucedida ao elevar os custos de revoltas ou mau comportamento, propiciava aos mesmos escravos possibilidades de vivenciar laços familiares e de amizade que lhes davam um senso de

identidade ameaçador à boa ordem da sociedade escravista.¹⁰ A figura do feitor escravo, com suas contradições e idiossincrasias, será analisada mais detidamente no próximo capítulo.

O segundo caso de escravos especializados forçados a trabalhar com seus parceiros menos qualificados nas lavouras também pode ser encontrado em autos criminais. Diversos são os casos como o de Manoel Mulato, que “*sabe ofício de pedreiro mas era trabalhador de roça*”; Cândido, que “*tem noções do ofício de pedreiro, mas vem empregado em serviço de roça*”; André, que num depoimento era cozinheiro e noutra, trabalhador de roça; Emiliano, “*trabalhador de roça e cozinheiro*” e Anísio, carpinteiro e trabalhador de roça; Constantino, ora pajem, ora trabalhador de roça; ou Severino, carreiro e trabalhador de roça. Outros escravos, como Filito, revelavam maior amplitude em suas habilidades: era trabalhador de roça, “*pajem do administrador e demais trabalhos em casa*”.¹¹

A centralidade do trabalho na vida destes indivíduos pode ser observada constantemente nos autos criminais; era neste ambiente que conviviam socialmente, desenvolviam amizades, desenrolavam-se zangas e confusões, faziam e executavam planos, viviam enfim. Pela natureza da documentação analisada muitas vezes sobressaem-se as relações conflituosas entre homens e mulheres escravizados; os eventos centrais nos depoimentos dos e sobre os cativos estão ligados à violência que formava outro aspecto central de seu cotidiano. No entanto, uma leitura mais minuciosa

¹⁰ SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in ALENCASTRO, Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

¹¹ AESP, ACI, Microfilme 13.02.081. *Documento 6. Réu: Manoel, escravo da herança de João Ferreira da Silva Gordo*, 1873; AESP, ACI, Microfilme 13.02.067. *Documento 4. Réus: Januário, Cândido e Leocádio, escravos de Francisco Teixeira Vilella (comendador)*, 1867; AESP, ACI, Microfilme 13.01.024. *Documento 4. Réu: André, escravo de José Ferreira Penteado*, 1881. AESP, ACI, Microfilme 13.02.089. *Documento 1. Réus: Benedito, Emiliano, João e Anísio, escravos de herança de Manuel Inácio de Camargo*, 1876; AESP, ACI, Microfilme 13.02.077. *Documento 1. Réu: Camilo, Feliciano, Constantino e Gregório, escravos de Joaquim Guedes de Godói*. 1871; AESP, ACI, Microfilme 13.02.071. *Documento 2. Réu: Filito, escravo de Teresa Miquelina de Amaral Pompeo*, 1868. AESP, ACI, Microfilme 13.02.091, *Documento 2. Réu: Severino, escravo de Felipe Antônio Franco*, 1876.

dos autos revela também as interações mais positivas desenvolvidas por eles, superando, ainda que em espaços limitados, as políticas de dominação senhorial e a competitividade estimulada para dividi-los. Os crimes funcionam, assim, como cenário nos quais tais interações tinham lugar e desvelam diversas facetas das sociabilidades escravas. Ao focar na organização cotidiana das fazendas de Campinas, este capítulo propõe a composição de um panorama de seus trabalhos cotidianos e de seus reiterados esforços para garantir espaços de autonomia duramente conquistados.

O Trabalho nos Autos Criminais

De modo semelhante ao levantado por Stanley Stein quanto a Vassouras, os autos criminais relativos a Campinas são ricos em informações sobre a rotina de trabalho desenvolvida por homens e mulheres escravizados, revelada não apenas a partir do ponto de vista senhorial, através de manuais de fazendeiros ou viajantes, mas relatada e interpretada pelos próprios cativos.

O cotidiano daqueles trabalhadores poderia variar não apenas de acordo com suas especializações individuais, mas também com o momento histórico em que viviam, o clima e estações do ano. A maior parte dos delitos levados à Justiça teve lugar nas roças ou em contextos de produção agrícola, como nos intervalos para almoço, jantar ou ainda depois de o dia de serviço estar já terminado. Poucos são os autos relativos a contextos urbanos, revelando-se assim a ruralidade do município ao longo do período estudado. Como aponta Stein, a organização do trabalho nas lavouras de exportação normalmente se dava pelo sistema de turmas, fiscalizado de perto por senhores e/ou feitores, em que

os melhores trabalhadores eram colocados na beirada dos talhões, cortador e contra-cortador de um lado e o beirador e contra-beirador do outro. Esses quatro trabalhadores escolhidos entre os melhores

davam o ritmo do trabalho, servindo de exemplo aos trabalhadores mais lentos que ficavam de permeio...¹²

Como já foi apontado anteriormente, mesmo Campinas alcançando posição destacada na produção para exportação, especialmente cana-de-açúcar e café, em momento algum as propriedades que ali existiam dedicavam-se exclusivamente ao cultivo destes produtos.¹³ Café e açúcar chegaram a coexistir entre si, mas o mais comum era estarem entremeados com bens de consumo, como o feijão que aparece reiteradamente nos autos – a menos que, como se discutirá adiante, as culturas de exportação se mostrassem lucrativas o suficiente para desestimular a dedicação de terras e trabalhadores para a produção de gêneros alimentícios. Não obstante, como aponta Dean, a iniciar-se o processo de preparação de um terreno para a cafeicultura, era comum plantarem “primeiro milho em terras recém-limpas, o que pedia pouca atenção” e só depois procedia-se ao plantio do café. O milho servia também como proteção aos pés de café novo durante seus três ou quatro primeiros anos e era plantado entre as fileiras de cafezais, compensando o trabalho de manter-se a plantação limpa de ervas daninhas.¹⁴

Vez por outra outras lavouras, como a do algodão, tornavam-se cenário das sociabilidades escravas registradas por autoridades judiciais. No entanto, a rotina do trabalho braçal exercido diariamente por homens e mulheres escravizados parece ter se mantido ao longo da segunda metade do XIX, com pequenas – mas significativas –

¹² STEIN, *Grandeza e decadência...* op.cit., p. 195. Stein aponta também os modos como os escravos resistiam a esse sistema, como com a “história de que um escravo mais velho e mais vagaroso nunca devia ser ultrapassado em sua carreira de café” ou com a aceleração do ritmo quando feitor ou senhor se aproximavam para fiscalizar o trabalho. Ver também SLENES, Robert W. “‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92; DEAN, Warren. *Rio Claro: um Sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 75.

¹³ Como indicam Luna & Klein, o uso dos termos “mercado externo” e “exportação” não se referem necessariamente ao comércio para fora do Brasil, mas para regiões além daquelas em que se cultivavam tais produtos. LUNA, Francisco Vidal, & KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005, nota 8, p. 58.

¹⁴ DEAN, *Rio Claro*, op. cit., pp. 46-7.

alterações. O fechamento do tráfico atlântico e a subsequente alta nos preços dos cativos levaram à concentração da mão-de-obra escrava nas fazendas exportadoras. Num primeiro momento, foi possível aos agricultores de regiões como Campinas manter-se abastecidos de trabalhadores, através do tráfico interno e da própria reprodução de suas escravarias através do crescimento vegetativo, mas depois da Lei do Ventre Livre, de 1871, a situação tornou-se mais crítica. A exigência senhorial foi exacerbada e o ritmo de trabalho, cada vez mais acelerado para compensar os altos custos de obtenção e manutenção dos escravos, cada vez mais valiosos.¹⁵

A promiscuidade das atividades desenvolvidas por aqueles indivíduos no início do período aqui estudado pode ser observada em dois processos criminais datados de 1857. Neles, o escravo mulato Cipriano era acusado de cometer ofensas físicas em seu senhor, Francisco Teixeira Vilella, e em José Pedro Ferreira, “*oficial*” sem os autos esclarecerem de quê.¹⁶ Entre os dois autos, descobrimos surpreendentemente que Cipriano era “*filho de Mariana Joaquina de Souza, hoje liberta, de idade quarenta e três anos, casado, serve de escriturário de seu senhor, tem ofício de Tanoeiro, natural da cidade de Santos, sabe ler e escrever*”, assinando a seguir seu nome. Por todas estas características, incluindo o fato de sua mãe ser “*hoje liberta*”, trata-se de um escravo com posição bastante destacada de seus parceiros. Em seu depoimento, Cipriano relata que estava embriagado na noite de 26 de janeiro daquele ano de 1857 e portanto não se

¹⁵ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, pp. 66; 89-90; SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 153-154, gráficos 1 e 2; STEIN, *Grandeza e decadência... op. cit.*. No Vale do Paraíba, o preço médio de cativos homens de 10 a 39 anos passou de 484\$627 na década de 1840 para 949\$806 no decênio seguinte ao fechamento do tráfico atlântico, 1:125\$962 nos anos 1860 até o ápice de 1:763\$636 na década de 1870. MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em Teoria Econômica, tabela AM.3, p. 259.

¹⁶ AESP, ACI, Microfilme 13.02.053, *Documento 1: Réu: Cipriano, escravo de Francisco Teixeira Vilella, 1857*; AESP, ACI, Microfilme 13.02.053, *Documento 2: Réu: Cipriano, escravo de Francisco Teixeira Vilella, 1857*.

lembrava de ter cometido o crime. Segundo lhe contaram, continua ele, José Pedro, com quem

até conservava amizade... foi prende-lo por ordem de seu senhor, e que fizera o ferimento com uma faca com que andava, e da qual se servia para tapar brocas de barrizes [sic] em cujo serviço esteve empregado nesse dia depois de meio-dia até de tarde, gastando a manhã em serviço de pesar açúcar...

Mesmo tendo a singularidade de ser um escravo letrado e por isso trabalhar num cargo administrativo bastante qualificado, Cipriano não estava limitado às atividades burocráticas de manutenção dos registros da propriedade de seu senhor. Desenvolvia também o ofício braçal de tanoeiro, em que incluía-se o “*serviço de pesar açúcar*”, o qual descobrimos de passagem que era produzido naquela fazenda em finais da década de 1850 – sem haver nos autos menção alguma à produção cafeeira.

A maior parte dos escravos encontrados nesta pesquisa, porém, vivia um cotidiano bastante diferente do de Cipriano, fosse no cultivo de cana, algodão ou café. Beraldo José da Silveira Frâncio, administrador da fazenda dos herdeiros Lapa, foi chamado a depor num processo criminal de 1879, em que o escravo Eufrásio era acusado pelo homicídio de sua mulher, Benedita.¹⁷ Ele deixou uma pincelada sobre a rotina de trabalho naquela propriedade: “*assistindo a revista da madrugada, a cuja fila compareceu o réu com os outros, ordenou que fossem feitos uns pequenos serviços antes da gente irem [sic] para a roça Acabada a revista e seguindo a gente para o serviço determinado...*”. A escrava menor Mafalda, filha da assassinada, de 13 anos, complementa a informação ao dizer que, naquela manhã, “*Eufrásio ainda respondeu a chamada na fila e que pouco depois na ocasião em que espalhava-se o feijão no terreiro desaparecera...*”. Note-se a concomitância das produções agrícolas da fazenda,

¹⁷ AESP, ACI, Microfilme 13.02.092, Documento 10. Réu: Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa, 1879.

com o tratamento do feijão acontecendo antes de os trabalhadores se dirigirem para sua ocupação principal na roça.

Assim começava o dia daqueles trabalhadores: levantavam-se ao raiar do dia, compareciam à inspeção por parte de autoridades senhoriais durante a “*madrugada*”, na qual quaisquer faltas de comparecimento eram notadas e geravam providências para localização do ausente. Escravos especializados, como a cozinheira Benedita, podiam ter uma rotina algo diferente. A mesma Mafalda relata que “*sendo sua mãe cozinheira não respondia a chamada na fila por não ser isso de costume na “Fazenda” [sic], sendo mais tarde dada a falta dela...*”. Isto não significava necessariamente uma carga mais leve de trabalho, pois, segundo depoimento do administrador da fazenda, quando se deu por falta dela, ele “*ordenou que fosse ela chamada para o seu serviço de cozinha...*”. Pode ser que Benedita não respondesse à revista simplesmente por estar já engajada na preparação da comida, a qual talvez abrangesse o café tomado pelos escravos da fazenda, inclusive seu marido Eufrásio.

Os escravos não especializados, depois da revista, poderiam fazer os “*pequenos serviços*” referidos. É de se imaginar que eles dissessem respeito à manutenção da fazenda ou ao beneficiamento da colheita, mas Mafalda aponta que, naquele caso, tratava-se do beneficiamento do feijão que muito possivelmente lhes servia como base alimentar. Afinal, depois de uma “*segunda revista*”, relatada pela escrava Delfina no mesmo documento, é que dirigiam-se todos para a lavoura, onde boa parte do tempo, especialmente nos cafezais, era dedicada à capinação.

Outro administrador, da fazenda de José Ferreira Penteado, chamado Antônio Francisco de Castro, também depôs num processo criminal em que o réu André, escravo do mesmo José Ferreira Penteado, era acusado de homicídio contra seu parceiro

Raimundo, em 1881.¹⁸ O relato de Castro traz minúcias sobre o desenrolar do dia, depois de iniciado o trabalho de todas as manhãs. Disse ele que

no sábado último... em um salão denominado curro como onde os escravos costumam vir comer, por ocasião de almoçar, pelas nove horas mais ou menos da manhã, começando os escravos a chegarem do serviço para essa refeição, os dois primeiros que aí chegaram e se assentaram no chão junto da gamela de comida que aí estava quase encostada ao esteiro colocado no meio da [casa]...

Em outro processo criminal, datado de 1868, em que Romualdo, Bonifácio, Manoel Baiano e Epifânio eram acusados pela morte do feitor – livre – Malaquias, uma testemunha-informante, Sebastião, trabalhador de roça, natural do termo de Campinas e com 25 anos de idade, revelou outra possibilidade no arranjo desta refeição:

*ele respondente se achava com seus parceiros trabalhando em carpir no cafezal na fazenda Samambaia, a qual fica na divisa com o Barão de Atibaia, e chegando o almoço na ocasião de almoçarem Epifânio disse a ele respondente e seus parceiros “hoje eu mato o feitor” ele respondente e seus parceiros tiraram da cabeça de Epifânio que não fizesse isso, concluído o almoço e prosseguindo no trabalho o feitor Malaquias chegou-se a Epifânio e disse-lhe “Epifânio, você hoje há de apanhar vinte e cinco ou cinquenta açoites, porque você anda muito valente” dito isto o feitor seguiu para a beirada do sítio, e nesta ocasião ele respondente saiu do eito para satisfazer suas necessidades, e do lugar onde se achava ouviu golpes de enxada...*¹⁹

Dos dois relatos, ainda que separados por mais de uma década, pode-se observar como o serviço na roça era interrompido no meio da manhã para o almoço. A depender do tamanho de cada propriedade e das ordens e condições estabelecidas por cada proprietário, a “gente” tanto podia se reunir num prédio ou cômodo para fazer a

¹⁸ AESP, ACI, Microfilme 13.01.024, Documento 4. Réu: André, escravo de José Ferreira Penteado, 1881.

¹⁹ AESP, ACI, Microfilme 13.02.69, Documento 8. Réus: Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, escravos de Tereza Maria de Jesus, 1868.

refeição, como esta poderia ser levada até a roça e cuja chegada interrompia o trabalho por um breve período de tempo, sendo este retomado logo a seguir.

A riqueza proporcionada pela leitura de autos criminais está nos pormenores que cada testemunho pode inadvertidamente nos revelar. Assim, sabe-se hoje que na propriedade de José Ferreira Penteado os escravos, sentados no chão, comiam de uma mesma gamela, fato corriqueiro, mas que naquele dia 22 de janeiro de 1881 viria a ser estopim de um conflito algo tolo de que resultou a morte de Raimundo. O “*curro*” em que eles se juntavam não se tratava de uma reunião de senzalas, mas de um “*salão*” e provavelmente era frequentado exclusivamente, ou sobretudo, por cativos – o administrador revela explicitamente que não estava presente quando aconteceu o conflito. Talvez estas particularidades significassem que aquele momento era um dos poucos momentos em que aqueles trabalhadores ficavam livres da constante vigilância exercida sobre eles; e a viagem, por menor que fosse, entre o eito e o “*curro*” representasse um pequeno alívio do cansativo trabalho na lavoura.

Similarmente, o relato de Sebastião é farto por revelar que, em 1868 na fazenda “*Samambaia*”, os escravos não se retiravam da roça para fazer a refeição, mas esta era trazida até eles – talvez outro sintoma do recrudescimento do ritmo de trabalho, que resultaria em paradas menores para refeições e descanso. A pausa, que não devia ser muito longa, era ainda uma oportunidade para desenvolverem-se as sociabilidades entre os cativos: foi durante ela que o parceiro Epifânio teria revelado suas intenções de agredir o feitor e, na mesma ocasião, seus parceiros tentaram dissuadi-lo – até mesmo acreditando, erroneamente, terem sido bem sucedidos. Ou pode ser que eles tivessem mesmo conseguido tirar da cabeça do parceiro aquela ideia, mas uma subsequente ameaça do feitor Malaquias pode ter precipitado os acontecimentos que se seguiram, de que resultou sua morte.

Sebastião demonstra as expectativas a que homens e mulheres escravizados eram submetidos constantemente: além da exigência de trabalho produtivo e constante, quaisquer sinais de valentia eram execrados e passivos de violento castigo. De fato, a violência física era tão cotidiana e exercida tão gratuitamente que o feitor se sentia plenamente à vontade para ameaçar usá-la e dar as costas para sua vítima, propiciando-lhe a oportunidade de inverter o quadro e tornar-se algoz. Incidentalmente, desvela também como aqueles trabalhadores podiam normalmente “*satisfazer suas necessidades*”, simplesmente saindo do eito e afastando-se por algum tempo. Podemos imaginar que, para além de satisfazer necessidades fisiológicas, esta saída implicasse ainda um outro pequeno espaço de autonomia, fosse utilizada como parada para descanso ou, além disso, funcionasse como modo adicional de fazer cera no serviço, forma clássica de resistência à escravidão.²⁰

Numerosos são os autos em que encontramos referências ao nível de exigência quanto ao trabalho desempenhado por sujeitos escravizados e às punições aplicadas quando julgava-se que eles não cumpriam as expectativas. Neste mesmo auto de 1868, o réu Epifânio declarou que

o feitor... observou a Rafael que... ele tinha deixado um pouco de mato, dizendo-lhe que quase era preciso estar mostrando sempre o mato, e ameaçou-o de dar-lhe com o relho...

Ainda no mesmo documento, o feitor escravo Moisés – de idade que ignorava, casado, “*natural da vila de [Caruçá]*” – relatou que

o feitor [Malaquias] disse ao Administrador Joaquim de tal que o preto Rafael tinha levantado com ele, então o administrador ordenou a ele informante que prendesse Rafael, o que fez pondo-o no tronco,

²⁰ MACHADO, *Crime e escravidão...*, op. cit., p. 78; STEIN, *Grandeza e decadência...* op.cit., p. 196.

sendo castigado no outro dia de manhã segundo ouviu dizer, não tendo presenciado por ter ido muito cedo para a roça...

Em 1865, o réu Luiz, de 36 anos, filho de Francisco escravo de Jacinto Vieira da [Costa] Soares, natural do Rio de Janeiro, explicou os fatos que levaram-no a cometer o assassinato do feitor João Batista, vulgo Maranhão:

tendo o feitor assassinado [surrado] os escravos de seu senhor, e estando ele respondente fugitivo para [evitar] os castigos, vinha todas as noites ter com alguns escravos seus companheiros, que lhe forneciam alimento, e [aconselharam] ele respondente que assassinasse o feitor, visto que o mesmo feitor prometeu castiga-lo quando aparecesse embora viesse apadrinhado com Jesus Cristo. Resolvendo-se ele respondente a dar cabo do feitor, alguns escravos lhe disseram que escolhesse para isso domingo dia cinco do corrente, visto que sendo eles os mais vivos da fazenda, e tendo de ir [pousar] no laranjal domingo de tarde era boa ocasião para o que pretendia...²¹

Ambos os documentos são muito claros em associar trabalho, punição e crime, além de revelar as redes de sociabilidade e mando nas propriedades, as quais serão analisadas mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em 1867, o escravo Marcelo, pertencente à herança de Abel Bueno de Lacerda, foi levado à Justiça pela morte do feitor Delfim de Oliveira Cardoso. Quando interrogados por um dos herdeiros da propriedade, Padre Antônio Manoel de Camargo Lacerda, seus parceiros revelaram outra forma de inação que pode ser interpretada como demonstração de agência, ou mesmo de resistência, por parte dos cativos. Perguntados “*por que estando eles tão perto do lugar do delito não o impediram por estes foi respondido, que não viram sendo de mais certo, que do mesmo feitor tinham ordem para não olharem para trás...*” A natureza subversiva deste raciocínio é clara: a mesma

²¹ AESP, ACI, Microfilme 13.02.064, Documento 14. Réu: Luiz, escravo que foi de Joaquim Teodoro Teixeira, 1865.

rigidez imposta pelo feitor – que tentava talvez limitar as interações entre os cativos para coibir ou dificultar a formação de relações de companheirismo através do trabalho e, mais importante, para impedir a lentidão proposital do serviço – poderia voltar-se contra ele, já que ao obedecê-lo um tanto cegamente os escravos não puderam impedir sua morte.

Em 1881, Francisco – escravo de José Guatimozin Nogueira, filho de Perpétua escrava de Ana Siqueira Pereira Lima, solteiro, de 35 anos, carpinteiro – foi acusado de tentativa de homicídio na pessoa de seu feitor José Godói Bueno. Seus argumentos, quando levado perante as autoridades judiciais para explicar-se, iam para além do castigo por mau serviço ou desobediência e chegavam à crueldade sem motivo explícito, sem sentido algum mais que a simples demonstração de força por parte de uma classe senhorial que, pessoalmente ou através de prepostos, sentia a necessidade de controlar estritamente os trabalhadores que possuía. Disse ele que *“hoje de manhã cedo ao toque do sino para formar a gente o feitor da fazenda José de Godói Bueno, sem razão que justificasse deu nele interrogado uma porção de relhadas...”*²²

Depois de um longo dia nas lavouras, aquelas mulheres e homens escravizados voltavam para a sede da fazenda. No documento citado acima que investigava a tentativa de homicídio do feitor José Godói Bueno, em 1881, este ofendido contou que

pela sete e meia horas da tarde, mais ou menos, depois de chegar da roça onde estava feitorando a gente, que já se havia recolhido, ao ir para sua casa como disse, encontrou no caminho o escravo Francisco... Disse mais que, esse escravo não pertencia ao eito que ele ofendido tocava, e nem mesmo ia para a roça, fazendo serviço somente no terreiro...

²² AESP, ACI, Microfilme 13.02.098, Documento 8. Réu: Francisco, escravo de José Guatimozin Nogueira, 1881.

Neste trecho, Bueno esclarece que a especialização de Francisco como carpinteiro lhe garantia a regalia de não ir para a roça junto de seus parceiros e também que, por isso, ele não estava submetido ao toque do feitor. Muito provavelmente o serviço que o cativo fazia no terreiro fosse menos supervisionado – ou supervisionado mais de longe, por quaisquer figuras de autoridade senhorial que passassem por ali – do que o de seus companheiros, cujo ritmo de trabalho era frequentemente monitorado, e acelerado, pelo tocar do relho do feitor. Muito interessante é a colocação sobre o horário em que se dava o recolhimento dos trabalhadores: às sete e meia da tarde.

No entanto, o que se seguia não era descanso. O já citado Epifânio, acusado pela morte do feitor livre Malaquias em 1868, informou:

*Disse mais que este fato deu-se // quase a horas de jantar... Depois ele respondente e seus parceiros foram para a casa para [escolher] feijão, achando-se então no terreiro o feitor de nome Malaquias, e achando-se nesse trabalho apareceu o administrador de nome Joaquim e [ordenou] ao feitor Moisés que levassem o Rafael preso para dentro o que com efeito fizeram, prendendo Rafael no tronco, e que amanhecendo hoje na ocasião em que seguia a gente para o trabalho trataram de surrar Rafael...*²³

No caso do homicídio da cozinheira Benedita por seu marido Eufrásio, a escrava Delfina, de 40 anos, relatou como o casal achava-se “*dentro de sua senzala a socar canjica, sendo essa senzala parede e meia com a senzala dela informante...*”. Em outro depoimento, ela forneceu mais detalhes: “*pelas oito horas da noite, mais ou menos, depois de fechado o curro, onde estavam recolhidos a gente toda dentro do qual estão os dois quartos unidos em que dormem... ela respondente com seu marido Francisco e no outro dormia o réu, com sua mulher...*”.²⁴

²³ AESP, ACI, Microfilme 13.02.069, Documento 8. Réus: Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, escravos de Tereza Maria de Jesus, 1868.

²⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.092, Documento 10. Réu: Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa, 1879.

Como já foi discutido, mesmo propriedades voltadas para a produção de itens de exportação como o café e o açúcar também costumavam se dedicar à produção de gêneros alimentícios. Se o dia era passado nas roças, no repetitivo cultivo daqueles produtos que envolvia plantio, capinação e colheita, parte da noite era empregada na produção e beneficiamento dos bens colhidos, como, por exemplo, escolhendo o feijão ou pilando milho. Não é possível saber pelos autos que feijão e milho eram esses. Eles podiam fazer parte da produção da fazenda e, portanto, pertencer ao senhor, mas seriam utilizados na alimentação tanto da família senhorial quanto de seus escravos e escravas. Podia, porém, se tratar de feijão plantado em roças como a de Antônio, escravo de Antônio Machado do Prado, que ignorava o nome de seus pais por ser Africano de nação Congo, casado e trabalhador de roça. Depondo sobre o homicídio do feitor Camilo Pires, no qual teria tomado parte, ele disse “*que neste domingo próximo passado de manhã, depois que ele respondente tirou as bixas [sic] de seu parceiro Joaquim foi [encavar] sua enxada para capinar o seu Feijão...*”.²⁵ De qualquer forma, é interessante notar como a provisão da própria alimentação implicava a extensão da carga de trabalho daqueles indivíduos, mesmo com o contraponto extremamente positivo de lhes prover de uma autonomia que o trabalho vigiado no eito não trazia.

Os autos criminais revelam, assim, a cruel realidade da escravidão. Homens e mulheres escravizados – e não havia nesse sentido distinções significativas de gênero – eram violentamente forçados a exercer trabalhos pesados do nascer ao pôr do sol, inclusive durante parte da noite, fosse nas lavouras ou nas casas. Esperava-se deles obediência e presteza no trabalho e, quando não atendiam estas expectativas, eram severamente castigados. Submetidos a um violento sistema de dominação, a cruel

²⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.02.055, Documento 5. Réus: Jesuíno, escravo de José Barbosa Aranha e outros escravos (Lourenço e Antônio, escravos de Antônio Machado do Prado, José e Miguel, escravos de D. Maria Francisca Barbosa Aranha), 1858. Grifo meu.

realidade da escravidão encontrava-se incrustada no seu cotidiano e nas atividades nele realizadas, mesmo que buscassem meios de exercer e expandir espaços de autonomia.

As Roças e a Economia Interna dos Escravos

Afinal, que feijão era aquele capinado por Antônio?

A existência e o funcionamento de pequenas roças de escravos já foram bastante discutidas pela historiografia sobre a escravidão nas Américas e dá margens a diferentes interpretações sobre os significados delas próprias e do sistema escravista em si. Sidney Mintz, ao analisar as origens do campesinato do Caribe inglês, chegou à conclusão de que ele tem sua origem ainda durante a vigência da escravidão.²⁶ Dentro das condições geográficas específicas daquelas colônias, os proprietários de escravos encontravam-se diante de um dilema: podiam importar alimentos e enfrentar ocasionais indisponibilidades, mesmo arcando com altos custos, ou permitir que os próprios escravos produzissem o próprio sustento. A saída mais satisfatória encontrada por eles foi a permissão do uso, por parte dos cativos, de terrenos impróprios para o cultivo da cana-de-açúcar, principal bem produzido nas ilhas, pelo menos enquanto o preço do açúcar não disparasse no mercado. Então, o costume ditava que os cativos fossem recompensados pelas roças reapropriadas pelos senhores – cuja propriedade se tornaria uma das chaves das disputas entre patrões e empregados no pós-emancipação.²⁷

Segundo Mintz, esta tradição foi responsável pelo surgimento e crescimento de mercados internos de gêneros, em grande parte produzidos pelos escravos em seu tempo livre, cujos lucros pertenciam a eles próprios. Além de desonerar os senhores da obrigação de alimentar seus cativos, as roças implicavam melhor dieta para aqueles

²⁶ MINTZ, Sidney W.. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Transactions, 2007, pp. 180-213.

²⁷ Walter Fraga, estudando a Bahia, também discutiu os embates pela manutenção de direitos costumeiros da escravidão após o 13 de maio. Ver FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

indivíduos e lhes imbuía de um senso de propriedade que os tornaria mais contentes, menos propensos a fugas ou rebeldia. Nelas, os escravos trabalhariam longe da detestada supervisão que vigorava nas *plantations*, desenvolveriam práticas e sentimentos de solidariedade e identidade, além de lhes propiciar uma experiência importantíssima em acúmulo de capital e práticas de mercado.

No Brasil, o debate se estabeleceu na década de 1970 com a argumentação de Ciro Flamarion Cardoso, que tratava de uma “brecha camponesa” existente na escravidão e que possibilitava aos escravos, através de pequenos lotes de terras, trabalhar autonomamente em seu tempo livre, plantando gêneros alimentares cujos excedentes poderiam ser vendidos colaborando para a formação de pecúlio. Esta produção poderia fornecer a única fonte de alimentação dos cativos ou então, como no caso do Brasil, servir como complementação à comida provida pelo senhor. A interpretação de Cardoso defende que este costume levou à formação de um proto-campesinato negro nas Américas, enquanto outro argumento, defendido por Jacob Gorender, entendia que, mesmo ao trabalhar em sua pequena roça, o escravo continuava submetido às mesmas relações sociais e de produção com que convivia na lavoura de seus proprietários.²⁸

Robert Slenes propõe que a discussão seja feita em outros termos, criticando a metáfora da “brecha” – que dá a entender a existência de uma estrutura fechada cujas estreitas fendas constituíam todo o espaço de agência concedido aos escravos. Trata-se, segundo ele, de uma interpretação que leva em consideração apenas o ponto-de-vista senhorial, sem abranger “a luta entre senhores e escravos para definir o grau de

²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 88; 120. Para uma discussão sobre a alimentação dos escravos no Brasil, da Colônia ao Império, com base principalmente em viajantes, ver COSTA, Iraci Del Nero da & MARCONDES, Renato Leite. “A alimentação no cativeiro: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros.” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 162, n. 411, p. 199-246, 2001. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=21>. Acesso em 23/02/2015.

dependência ou autonomia destes – uma luta em que as relações entre as duas partes e, portanto, as próprias formas de reprodução ou não do ‘sistema’ estavam constantemente sujeitas à redefinição.”²⁹ Slenes propõe tratar não de “brecha camponesa” ou “protocampesinato”, mas do que a bibliografia norte-americana denomina **economia interna dos escravos**, “termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos, desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, o furto”.³⁰ Aponta ainda para a “‘função ideológica’ desta economia, como forma de controle social”, ou seja, o uso deste mecanismo e de outros pela classe senhorial com o objetivo de garantir a obediência e controle sobre as escravarias.³¹

Nesse sentido, a observação relatada por Maria Paes de Barros – que publicou suas memórias sobre o mundo da escravidão e de sua administração enquanto filha de um comendador grande proprietário de escravos no interior de São Paulo – é bastante reveladora. Seu pai teria dito sobre um “negro fugido”: “É preciso casar esse negro e dar-lhe um pedaço de terra, para assentar a vida e tomar juízo”. Acrescenta a narradora: “E, realmente, o remédio foi por vezes salutar...”.³² Este pequeno trecho demonstra não apenas a manipulação, por parte dos senhores, dos desejos e lutas por autonomia dos escravos, mas também sua limitação. Afinal, o “remédio” não se mostrava infalível, era salutar apenas “por vezes”. Outra passagem famosa consta do manual do Barão de Pati do Alferes em que ele recomenda que

o fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana, etc. não se

²⁹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 199.

³⁰ SLENES, *Na Senzala...* *op. cit.*, p. 199.

³¹ SLENES, *Na Senzala...* *op. cit.*, pp. 202 e ss

³² BARROS, Maria Paes. *No Tempo de Dantes* in: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial/ Imprensa Oficial/Unesp, 1999, p.128.

deve consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna. Este dinheiro serve-lhes para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos [...] Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade...”.³³

Como bem conclui Slenes:

Cultivando sua “roça” um dia por semana e tentando formar uma família e um “lar” em torno dela, ele [o escravo] não virava apenas uma sétima parte de um camponês, ganhando com isto um certo espaço psicológico, porém continuando a ser na sua maior parte (ou essencialmente) “escravo”. Ele conquistava “direitos” e formava uma visão de economia moral que ajudava a aglutinar sua comunidade, solidificando a determinação coletiva de colocar limites à exploração senhorial. E, mais importante do que isto, adquiria condições de (re)criar uma cultura e uma identidade própria que tornavam a família e a roça muito mais do que um engodo ideológico, mesmo para aqueles que se empenhavam em melhorar sua situação através de uma estratégia de aparente colaboração com o senhor.³⁴

Este senso de identidade pode ser observado na fala do escravo Antônio, ao relatar como num domingo, ocasião em que costumeiramente os cativos trabalhavam para si ou recebiam pelo trabalho realizado para outrem, encontrava-se capinando “o seu Feijão”, tendo antes disso auxiliado seu parceiro Joaquim ao tirar-lhe “*bixas*”. Evidenciam-se, aqui, estes laços de solidariedade, companheirismo e ajuda mútua que

³³ PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985, pp. 63-4.

³⁴ SLENES, *Na Senzala...* op. cit., p. 208. Ver também GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 244-5, em que o autor aponta para a dubiedade da permissão para o cultivo das roças. Por parte dos senhores, consistem em “questões de controle e segurança” associadas à “minimização dos custos na manutenção dos plantéis e consequentemente da produção.” Para os escravos, era uma conquista que os levou a desenvolver “ao longo do tempo uma sólida economia informal”.

sobreviviam às – e floresciam apesar das – agruras do cativeiro. Afinal, mesmo reivindicando a posse da roça em que trabalhava, Antônio era auxiliado por seus parceiros:

foi capinar o seu feijão indo depois os escravos, Quirino e Marcelino ajudar a ele respondente na capinação de feijão, e quando estavam os três nesse serviço apareceu lá o mesmo Jesuíno acompanhado do escravo Lourenço ambos de foices, e Jesuíno convidou de novo a ele respondente para a morte do feitor...

O fato de Antônio precisar da ajuda de seus parceiros na capinação pode indicar que sua roça não era um pequenino pedaço de terra, que podia ser cultivada por apenas uma pessoa. Talvez ele estabelecesse com Quirino e Marcelino um tipo de mutirão, em que os três se auxiliariam mutuamente em suas respectivas roças; ou talvez os outros dois escravos não possuíssem lotes de terra e trabalhassem no de Antônio a troco de uma parcela da produção ou dos lucros gerados por ela quando fosse vendida.

O estudo de Valter Martins sobre as transformações vividas pela cidade de Campinas na segunda metade do século XIX traz informações importantes sobre os habitantes deste município, mesmo os que faziam parte do mundo rural. Justamente no período em que Antônio cultivava “seu feijão”, a região passava por grave crise de abastecimento de gêneros, problema que, na verdade, se estenderia em maior ou menor grau por todo o século XIX. Em 1859, a situação chegou ao ponto de demandar “enérgicas providências” para melhorar a situação e foi nesse contexto que a Câmara Municipal determinou a criação “de uma praça de mercado onde tudo se venda distribuidamente, ficando assim proibido o atravessamento dando em resultado o povo comprar os gêneros alimentícios em primeira mão e mais baratos.”³⁵

³⁵ MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas. 1859-1908*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 40-41. Dean também aponta para o aumento no preço do milho e feijão na década de 1850 em Rio Claro, devido em parte “à menor auto-

Como aponta Martins, parte do problema devia-se a fatores fora do controle e vontade da população local, como chuvas em grande quantidade que fariam “apodrecer grande parte do milho e outros cereais ainda antes de recolhidos aos celeiros”.³⁶ No entanto, o grande vilão da história era o café. Com o aumento do preço da arroba, muitos

fazendeiros haviam deliberadamente abandonado ou reduzido muito o cultivo de alimentos em suas terras. Para não desviar a cada vez mais cara mão de obra escrava dos cafezais, preferiam comprar a produzir os mantimentos que necessitavam, mesmo pagando altos preços, porque a lucratividade com o café compensava aquele gasto extraordinário.³⁷

Martins chega a cogitar que “caso lhes fosse permitido, até mesmo os escravos trocariam suas plantações de subsistência por belos e rendosos pés de café”.³⁸ No processo presentemente analisado, ou porque não lhes fosse permitido ou porque os cativos existiam sob lógicas outras que não a do puro acúmulo de capital, Antônio, em 1858, cultivava feijão em sua roça. Talvez porque de fato a crise de abastecimento implicasse maior frugalidade por parte dos senhores na distribuição de alimentos, mas talvez também Antônio e seus parceiros dessem ainda mais valor à autonomia no cultivo, preparo e venda de sua comida do que aos grandes lucros trazidos pela cafeicultura.

Outra questão levantada por Martins e que diz respeito às experiências vividas por aqueles cativos é a forma como se dava a comercialização dos gêneros produzidos na área rural, fosse esta feita por escravos, seus senhores ou pequenos proprietários livres. Como já se apontou, parte do esforço da municipalidade em construir um

suficiência dos fazendeiros que se tinham subitamente voltado para o café”. DEAN, *Rio Claro, op. cit.*, p. 51.

³⁶ MARTINS, *Mercados urbanos... op. cit.*, p. 39.

³⁷ MARTINS, *Mercados urbanos... op. cit.*, p. 38.

³⁸ MARTINS, *Mercados urbanos... op. cit.*, p. 40.

mercado devia-se à necessidade de coibir atravessadores para alcançar a diminuição do preço dos alimentos. Uma postura municipal de 1864 é bastante instigante ao explicitar que, sendo “proibido comprar gêneros alimentícios nas entradas da povoação e nas ruas, sem que o vendedor tenha obtido a alta do inspetor do mercado”, excetuava-se desta disposição “os gêneros que nos Domingos e dias santos os escravos venderem com o consentimento de seus senhores.”³⁹ O documento reconhece assim não apenas a existência difundida das roças escravas, mas também o reconhecimento costumeiro de sua legitimidade por parte dos senhores. A necessidade de “consentimento” para o desenvolvimento da economia interna dos escravos, mais uma vez, pode ser entendida como manobra de controle da dominação senhorial, ao mesmo tempo em que dava espaço a atividades autônomas por parte dos cativos, essenciais na formação de suas identidades e laços sociais.

Nesse sentido, os estudos clássicos de Maria Odila Leite da Silva Dias sobre a escravidão urbana em São Paulo são fundamentais para esclarecer os funcionamentos destas atividades. Ao discutir os papéis de negras de tabuleiro e ganho naquele município, a autora aponta a “impotência na aplicação de leis repressivas” num ambiente de incipiente urbanização, em que grande parte dos próprios proprietários de escravos eram também empobrecidos, muitos dos quais eram “mulheres sustentando sozinhas os filhos e alguns poucos escravos”.⁴⁰ Nesse contexto de “fluidez dos laços sociais”, o comércio clandestino exercia papel fundamental “na cidade do século XIX, pois fazia circular produtos de primeira necessidade a preços bem menores, tornando-os, em pequena quantidade, acessíveis aos menos favorecidos.” A prática de burlar os impostos e tabelamentos fixados pelas Câmaras municipais ao adquirir gêneros

³⁹ MARTINS, *Mercados urbanos... op. cit.*, p. 237.

⁴⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho.” *Estudos Econômicos*, no. 15, 1985, p. 97. Ver também DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, especialmente pp. 114-128.

diretamente de produtores das redondezas, continua Dias, era generalizada, tanto entre negociantes estabelecidos como entre a “gente miúda e necessitada”. Os escravos e escravas urbanos tinham função de destaque neste comércio.⁴¹ Ao longo do século XIX, as escravas vendeiras adquiriram cada vez mais proeminência neste movimento e o contato das negras de tabuleiro com escravos fugidos e quilombolas “alarmavam os moradores da cidade”.⁴² No entanto, talvez o que importe mais nesta discussão seja o significado destas práticas para aquelas mulheres: em culturas africanas, as tarefas de alimentação e circulação de gêneros eram tradicionalmente delegadas às mulheres e para elas, “o comércio implicava reciprocidade... de modo que inaugurava entre vendedores e compradores, desenraizados, estranhos entre si, laços sociais novos que o próprio pequeno comércio selava e perpetuava”.⁴³ Assim, além de prover o próprio sustento e o de seus familiares, as vendedoras de ganho “usufruíam da confiança de suas donas... [e] gozavam de prestígio e influência entre os próprios escravos, tornando-se líderes do seu convívio social e religioso”.⁴⁴

Um dado importante sobre as condições de Antônio estava no fato de ele ser casado, o que o colocaria numa posição de vantagem na obtenção do pedaço de terra. Outra questão cuja resposta não foi trazida pelos autos refere-se exatamente a sua família: em momento algum sua esposa é citada, nem há referência à existência de filhos; quem o ajudava na capinação são outros escravos. Tudo isso sugere a possibilidade de arranjos diversificados nas sociabilidades das fazendas, não apenas no dia-a-dia do trabalho no eito, mas também no tempo livre e na exploração da economia interna dos cativos.

⁴¹ DIAS, “Nas fímbrias...”, *op. cit.*, p. 98.

⁴² DIAS, “Nas fímbrias...”, *op. cit.*, p. 103.

⁴³ DIAS, “Nas fímbrias...”, *op. cit.*, p. 104.

⁴⁴ DIAS, “Nas fímbrias...”, *op. cit.*, p. 105.

Uma repercussão da prática de se conceder roças aos escravos foi estudada por Elione Guimarães com relação ao Vale do Paraíba mineiro: por vezes, tais propriedades eram deixadas em herança aos cativos, normalmente por senhores sem outros herdeiros, mas não necessariamente.⁴⁵ Focando-se no caso de um fazendeiro do município de Mar de Espanha, a autora analisa os desdobramentos e disputas ocorridos para garantir ou contestar o testamento, processo que adentrou o século XX. Tal discussão mostra-se muito atual, principalmente se considerarmos os recentes debates sobre as comunidades remanescentes de quilombos e o reconhecimento legal da propriedade das terras em que estão localizadas.⁴⁶

Enquanto ele experienciava a autonomia de trabalhar no “*seu Feijão*”, Antônio foi abordado por outro escravo e convidado a matar o feitor – convite este já feito anteriormente e por ele recusado, o que levava seu parceiro a dizer que ele “*não tinha ânimo*”. As sociabilidades escravas revelam-se, assim, também dúbias e complexas. A parceria e companheirismo existentes entre aqueles indivíduos podiam levá-los a trabalhar conjuntamente numa roça de feijão aos domingos, mas também pressioná-los a agir e se comportar de acordo com as expectativas do grupo, ou de parte dele.

De qualquer modo, o trabalho em sua roça consiste em indicador de “ânimo” pelo menos tão significativo quanto o cometimento de crimes como aquele em que se envolveu Antônio. A exploração daqueles pequenos pedaços de terra era crucial no desenvolvimento de um senso de autonomia que, em princípio, seria contraditório ao funcionamento do sistema escravista. Entretanto, como vimos, trata-se de outra via de

⁴⁵ GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009, especialmente o capítulo 4; “Experiências econômicas de cativos (Zona da Mata de Minas Gerais, segunda metade do oitocentos)” in: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 217-243.

⁴⁶ Ver ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio. Uso Comum e Conflito”. *Caderno NAEA*. Belém, no. 10, jan:dez 1989, pp.163-196; ARRUTI, José Maurício. *Mocambo. Antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2005; FRENCH, Jan Hoffman. “Os Quilombos e seus Direitos Hoje: Entre a Construção da História e das Identidades”. *Revista de História*, 149, 2003, pp. 45-68.

mão dupla característica da instituição. O que era visto por parte dos senhores como meio de dominação e controle, era entendido pelos escravos através de outras chaves, como o senso de propriedade revelado por Antônio, que ajudava na afirmação de sua identidade enquanto sujeito. Este tipo de atividade reforçava sua visão de si mesmo como mais do que apenas propriedade que podia ser vendida ou comprada a qualquer hora.

Em momento algum era possível a Antônio escapar a sua condição de escravo, pelo menos enquanto não alcançasse uma carta de alforria ou fugisse – e ainda assim carregaria consigo a marca do cativo, dificilmente sublimada naquela sociedade por indivíduos pertencentes à arraia-miúda, sem ligações com famílias importantes do cenário imperial. Era-lhe, porém, possível extrapolá-la, reafirmando reiteradamente sua condição de sujeito que, dentro das limitações impostas por aquela condição, tinha sentimentos, vontades e desejos, além de meios para concretizá-los. As roças constituíam uma das principais maneiras de balizar esta condição. Enquanto sujeito histórico, por motivos que podem ou não ser analisados e explicados através dos autos, ele fez uma escolha, naquela manhã de 28 de fevereiro de 1858, e seguiu seus companheiros.

Transformações

Muito embora os autos revelem certa estabilidade nos funcionamentos da propriedade escravista ao longo do tempo, havia elementos transformadores desta rotina, os quais podiam ser de ordem sazonal, já que cada parte do ciclo da produção agrícola demandava tipos diferentes de trabalho, de maior ou menor intensidade. As épocas de plantio e colheita eram mais exigentes, no sentido de terem de acontecer em intervalos específicos de tempo, a depender do clima.

Como aponta Warren Dean em pesquisa sobre o município de Rio Claro, uma das vantagens do café sobre o açúcar estava no fato de ter um custo de produção um pouco menor e exigir menos mão-de-obra; no entanto, embora “a colheita e o beneficiamento de ambas as culturas necessitem mais ou menos do mesmo trabalho, a cana tinha de ser replantada a cada três anos, geralmente, enquanto um cafeeiro poderia durar 30 ou 40.”⁴⁷ A intensidade exigida dos trabalhadores durante a colheita de ambos os produtos era muito maior do que em outros períodos do ano, mas este autor ressalta que “o trabalho nas plantações de café não era, por natureza, tão exaustivo quanto o da maioria das outras grandes lavouras. A tarefa mais cansativa era a incessante limpeza do solo, feita com enxadas”⁴⁸: a capinação tão repetidamente relatada nos autos. A própria transição de uma cultura para outra alterava o ritmo do trabalho, pois o início da cafeicultura exigia “pesados insumos de mão-de-obra para a limpeza de terrenos, o plantio de mudas e a construção de terreiros.”⁴⁹

Além destas transformações periódicas ou algo pontuais, algumas outras ainda podem ser observadas nos autos. Com o fechamento do tráfico atlântico e o subsequente encarecimento da mão-de-obra escrava, estes trabalhadores precisavam produzir cada vez mais para suprir os custos despedidos por seus senhores em sua aquisição, o que logicamente levaria a uma intensificação do ritmo de trabalho. Por outro lado, os mesmos altos preços dos cativos levaria seus senhores a se preocuparem mais com a preservação de seus grandes investimentos, o que resultaria numa melhoria considerável das condições de vida daqueles indivíduos.⁵⁰ A década de 1870 pode ser compreendida

⁴⁷ DEAN, *Rio Claro, op. cit.*, pp. 42-45.

⁴⁸ DEAN, *Rio Claro, op. cit.*, p. 75.

⁴⁹ DEAN, *Rio Claro, op. cit.*, p. 65.

⁵⁰ Segundo Stein, “Quando as reservas disponíveis de mão-de-obra escrava tendiam a diminuir pela morte e pelas doenças, os fazendeiros se tornavam mais cuidadosos com os trabalhadores.” STEIN, *Grandeza e decadência... op.cit.*, p. 193, nota 1. Quando a carência de mão-de-obra se tornava crônica, como depois do fechamento do tráfico atlântico, a preservação do investimento demandava melhorias no tratamento dos cativos. O contraponto, não abordado por Stein, é a necessidade de reaver os valores investidos através da aceleração do ritmo de trabalho.

como o momento em que estas forças aparentem contraditórias encontravam, se não um equilíbrio, ao menos uma quase harmonia. Anteriormente, como no auto de 1868 analisado há pouco, escravos levados à Justiça reclamavam de maus tratos e castigos excessivos e/ou injustificados, mas na década seguinte se tornaria mais comum que eles conseguissem articular perante as autoridades o significativo aumento das demandas por parte de seus senhores, assim como a insatisfação que elas causavam.⁵¹

Um depoimento constante num processo criminal de 1871, em que Camilo, Feliciano, Constantino e Gregório eram acusados pelo homicídio de seu senhor Joaquim Guedes de Godói, é bastante sintomático desse processo. O primeiro dos réus foi muito claro em sua apreciação sobre os comportamentos de seu senhor – e é mesmo interessante perceber como tal tipo de avaliação deveras podia acontecer no sentido inverso do estabelecido pelos cânones da sociedade escravista. Com vinte e nove anos de idade, natural de Santos, casado, trabalhador de roça, dizia Camilo:

*que seu Senhor era mau; que não lhes dava licença para criarem nem plantarem, que não lhes dava ceia, sendo que no almoço e jantar era pouca a comida; que só lhes dava por ano uma muda de roupa, e que aos Domingos agora não lhes permitia trabalhar para fora dando-lhes um minguado salário pelos seus serviços. Que algum tempo [sic] saiu ele respondente e três companheiros para apadrinhar-se com um vizinho e que voltando foi cada um deles obrigado a pagar mil réis pela [falta] no serviço, sendo alguns dias depois acertada [por amigo] e ficando [protesto]...*⁵²

Fica explicitada aqui não apenas a maldade do senhor, característica inerente e auto-explicativa, mas a constituição mesma desta maldade: o impedimento da organização de uma economia escrava autônoma através das roças; a negligência com o

⁵¹ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*; ALVES. *Quando Falha o Controle... op. cit.* especialmente o capítulo 3.

⁵² AESP, ACI, Microfilme 13.02.077, *Documento 1. Réus: Camilo, Feliciano, Constantino e Gregório, escravos de Joaquim Guedes de Godói*, 1871.

cuidado cotidiano de homens e mulheres escravizados refletido principalmente na provisão de alimentação e vestuário adequados; a recompensa injusta pelo trabalho realizado nos momentos pertencentes aos próprios cativos e não a seus proprietários; e finalmente a renúncia parcial por parte do proprietário dos acordos costumeiros da relação escravista, em que os poucos recursos financeiros amealhados pelos cativos lhes pertenciam exclusivamente e em que as relações de trabalho se davam em outras bases que não a monetarização. Como bem colocou Maria Helena Machado com base neste mesmo documento:

Estratégia de incentivo econômico negativo, o senhor procurava com este mecanismo, ao que parece, forjar, em seus escravos, um senso profissional. No entanto, entendida a remuneração monetária como uma gratificação embutida no sistema disciplinar das fazendas, voltada à compensação do trabalho realizado a mais e nos dias considerados tradicionalmente livres aos escravos, o comportamento desse senhor escapava à lógica escravista (...) Utilizando-se de mecanismos provenientes de sistemas disciplinares distintos, o senhor apresentava, a seus cativos, um raciocínio enviesado. Conscientes de que as atividades produtivas executadas nos dias normais concretizavam-se sob um sistema de trabalho compulsório, o plantel desmistificava a lógica do senhor, reafirmando-se enquanto escravo.⁵³

Conforme o cerco sobre a viabilidade econômica e, principalmente, moral da instituição da escravidão no Império brasileiro se fechava, as relações escravistas tendiam a se retesar cada vez mais, possibilitando o tipo de depoimento apresentado por Camilo perante as autoridades.

Os autos criminais constituem, portanto, plataforma fundamental através da qual se pode perceber transformações ocorridas no modo de organização do trabalho escravo e as maneiras como indivíduos escravizados entendiam e relatavam a própria condição.

⁵³ MACHADO, *Crime e escravidão...*, op. cit., pp. 122-23.

Através deles, no entanto, também é possível observar outras características que, ainda que transformadas, continuaram a demarcar as possibilidades e obstáculos enfrentados por aqueles homens e mulheres na busca por melhorar as próprias vidas.

Rixas, Amizades e Parceria no Crime: complementação do trabalho e desvio de produção

Em meio ao cotidiano intenso de trabalho, desenvolviam-se entre escravos complexas relações de solidariedade e disputa, as quais necessariamente ultrapassavam os limites das lavouras e terreiros e imiscuíam-se por toda rede de sociabilidade daqueles sujeitos. Estes relacionamentos podiam resultar em redes de proteção ou, ao contrário, ameaçar a vida e a integridade física dos envolvidos. A seguir, serão analisados dois autos criminais da década de 1870 em que estes laços materializavam-se através do cometimento de furtos de produtos agrícolas, que também podem ser entendidos como desvios de produção ou recompensa pelo trabalho gasto na sua produção: parte da economia interna dos escravos, discutida anteriormente.

Em 19 de dezembro de 1876, um incidente ocorrido na propriedade de Felipe Antônio Franco resultou na morte do escravo Honorato. Seu parceiro Severino – solteiro de vinte e tantos anos, filho de Salvador e Isidora, carreiro e trabalhador de roça – confessou ser o autor do homicídio e da tentativa de livrar-se do cadáver, lançando o corpo no rio Atibaia.⁵⁴

Segundo seu depoimento, na noite de sábado para domingo ele foi chamado por seu parceiro Antônio para verificar o “*armazém de açúcar de seu senhor*” que se encontrava aberto. Note-se que, em 1876, quando a produção cafeeira seguia a todo

⁵⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.091, *Documento 2. Réu: Severino, escravo de Felipe Antônio Franco*, 1876.

vapor, naquela fazenda continuava se produzindo açúcar, mais uma demonstração da convivência das duas culturas naquela região. Armado de foice, Severino seguiu

para o lado de baixo e seu parceiro Antônio para o lado de cima, viu ele interrogado uma pessoa ignorando quem fosse, a ele se dirigiu [e percebendo] que o mesmo [conduzia] um saco com açúcar ao lombo deu uma foiçada na persuasão de que era alguma pessoa estranha que roubava o açúcar de seu senhor e com esta caindo ainda deu-lhe uma [fouçada]; e depois atirou o corpo no rio Atibaia, e isto por conhecer nessa ocasião que era um seu parceiro...

No momento da denúncia do crime ao delegado de polícia, dois dias depois do acontecido, “Antoninho” também foi acusado de envolvimento na morte, mas depois constou nos autos apenas como testemunha-informante. Natural da Bahia, solteiro de 19 anos, Antônio confirmou que, naquela noite, viu o armazém de açúcar aberto, chamou Severino e juntos perseguiram um vulto que carregava um saco no lombo. Severino deu um golpe de foice no desconhecido e depois “*o acabou de matar com uma faca e o atirou no rio... Disse mais que foi [conhecido] que era seu parceiro depois de ofendido e que estavam na convicção de que era pessoa estranha que procurava roubar açúcar de seu senhor...*”. Perguntado, Antônio afirmou não haver rixa entre réu e vítima.

Adriano – solteiro de 18 anos, natural de Campinas, roceiro – acompanhava Antônio e Severino naquela madrugada. Corroborando as informações prestadas por seus parceiros sobre o ocorrido, deu, porém, resposta diferente sobre o relacionamento entre Severino e Honorato. Disse “*que o assassinado e Severino guardavam ódio um ao outro...*”, embora não esclarecesse os motivos do rancor.

Alguns pontos chamam a atenção nas declarações iniciais registradas no inquérito. Todos os três escravos eram solteiros e todos tinham cerca de vinte anos de idade. O fato de não serem casados não significa que não tivessem diferentes tipos de relacionamentos com escravas, livres ou libertas. No entanto, nenhuma mulher foi

citada ao longo dos autos e sua ausência pode ser percebida nos arranjos domésticos por eles citados, além do fato de eles estarem circulando pela propriedade tarde da noite. Talvez houvesse ali casais de escravos, os quais não participaram daquelas atividades noturnas. Talvez o fato de serem homens solteiros incentivasse as ações de Severino, Antônio e Adriano, apropriando-se de um papel masculino de proteção da propriedade e confronto direto contra terceiros que invadissem aquele espaço – ou, como se verá adiante, estimulasse sua ousadia ao se apropriarem da produção agrícola daquela fazenda.

Assim, os autos se debruçam, em primeiro lugar, sobre a ação dos três escravos ao investigar um suposto roubo. Em segundo, sobre a reação de Severino ao encontrar o presumido ladrão, principalmente o segundo golpe dado na vítima, para o *“acabar de matar”* e o descarte do corpo no rio. Liga-se a isso um terceiro problema, cujo peso no homicídio dificilmente pode ser esclarecido: as relações anteriores entre réu e vítima, que poderiam ter motivado sua truculência.

Uma das questões recorrentes nos diversos interrogatórios de Severino, Antônio e Adriano versava sobre o porquê de estarem eles andando pela propriedade durante a madrugada. Em seu segundo depoimento, já como testemunha-informante, Antônio *“disse que estando ele a dormir na senzala de seu parceiro Adriano este o acordou pela madrugada dizendo-lhe que precisava ir fora e que queria que ele informante o acompanhasse...”*. Interrogado pelo promotor sobre *“a razão por que Adriano o convidara para acompanhá-lo fora da senzala em que estava naquela noite? Respondeu que Adriano dissera precisar sair para fazer suas necessidades, e sendo já muito tarde, duas ou três horas da madrugada, estava com medo de sair sozinho...”*. Note-se que a senzala pertencia a Adriano e não a ambos. Voltando à discussão sobre a rotina dos trabalhadores escravizados, desnudam-se algumas das poucas horas em que as

atividades e movimentações cessavam na fazenda: durante a madrugada. É peculiar também esta outra menção às “*necessidades*” fisiológicas daqueles indivíduos, que podiam implicar uma pausa no trabalho do eito, mas por vezes os obrigariam a enfrentar a noite deserta e assustadora da fazenda.

Adriano explicou que “*em precisando sair fora na noite que se deu o fato [denunciado], e sendo já muito tarde, três horas mais ou menos da madrugada, teve medo de ir só...*”. Ambas as testemunhas relataram que, dirigindo-se “*para o lado do armazém de açúcar viram este aberto e desconfiaram que ali estivesse algum ladrão...*” e foram “*chamar Severino cuja senzala era a única que tinha fogo àquela hora e saindo este com uma foice, trazendo também faca na cintura, dirigiu-se para o dito armazém...*”.⁵⁵ Severino, por sua vez, disse “*por lhe ser perguntado que o seu parceiro Antônio o foi chamar estando ele... interrogado dormindo em sua senzala, para ver quem era o ladrão que estava no depósito...*”. O réu ainda foi perguntado

se depois da morte do escravo Honorato recolheu-se para sua senzala e deixou aberta a porta do armazém? Respondeu que Honorato quando saiu do armazém fechou a porta, sendo certo que a chave ficava sempre em poder de seu senhor, e não sabe se Honorato tinha ou não chave falsa do armazém. Disse mais o interrogado que nem ele nem seu parceiro chamaram a seu senhor ou o feitor para lhe comunicar que o armazém estava aberto porque era muito tarde...

A insistência em estabelecer as motivações dessas três personagens pode ser interpretada como uma desconfiança de que eles não estavam dizendo toda a verdade. Apesar de não ser aventada explicitamente nos autos, a hipótese de que todos os envolvidos tivessem participação no furto parece bastante coerente, principalmente em

⁵⁵ Uma explicação para os usos que os escravos e seus descendentes faziam do fogo pode ser encontrada em SLENES, Robert W. A.. “As Provações de Um Abraão Africano: a Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 2, 1996, pp. 271-294.

decorrência das perguntas sobre se a porta do armazém ficou aberta ou fechada depois do crime. Bastante pertinentes foram as questões sobre como foi aberta a porta, se a chave “*ficava sempre em poder de seu senhor*” e do motivo de nenhum deles ter buscado ajuda de outras pessoas nem terem comunicado o ocorrido ao senhor ou feitor.

O suposto medo de Adriano ao ter de sair para fazer “*necessidades*”, resultando na coincidente descoberta do galpão aberto e do vulto que carregava um saco às costas, poderia ser uma fachada acobertar pequenos furtos cometidos, talvez mesmo com alguma regularidade, por aqueles escravos, os quais se desentenderam naquela noite, de que resultou no delito investigado nos autos. As contradições quanto às atividades de Severino naquela noite, se estaria dormindo ou acordado em plena madrugada, podem ser indícios de que os fatos se deram de maneira bastante diferente do que foi descrito nos autos.

Como aponta Maria Helena Machado:

os furtos realizados por escravos referentes às parcelas da produção agrícola sangravam a economia das fazendas e colocavam em constante alerta os proprietários e os feitores. Realizados normalmente na calada da noite e em pequena escala, os desvios de açúcar, café, feijão e outros produtos suplementavam uma economia independente dos escravos.⁵⁶

Essa tensão entre o que era considerado um direito, ainda que costumeiro, pelos escravos e o direito de propriedade defendido pelos fazendeiros e pelo Estado muitas vezes era resolvida no âmbito privado das fazendas, sem interferência – e, portanto, sem registros oficiais – das autoridades policiais e judiciais. Ainda assim, argumenta Machado que as medidas preventivas e punitivas estabelecidas pelos fazendeiros para coibir o que pode ser considerado “desvios da produção agrícola” eram por vezes

⁵⁶ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*, 103 e ss.

insuficientes. Quando as perdas alcançavam proporções mais significativas, os senhores acrescentavam à “vigilância constante, sistema de delação entre escravos, apresentação de incentivos capazes de substituir os furtos e, finalmente, os castigos corporais” a recorrência à intervenção judicial com o intuito de diminuir seus prejuízos. Outra possibilidade de registro poderia acontecer como no caso presente, em que, concomitantemente ao furto, outro tipo de crime – mais grave – teria lugar, ocasionando a abertura de inquérito policial e subsequente julgamento. Some-se a isso a intrigante observação de Adriano sobre o ódio existente entre Honorato e Severino. Sem maiores investigações sobre o assunto registradas no documento, esta afirmação evidencia dubiedades possíveis nas relações entre escravos, que podiam trabalhar juntos e juntos se apropriar da produção agrícola em que trabalhavam, surgindo daí cumplicidade e confiança, ainda que frágeis. No mesmo movimento, porém, podiam surgir desavenças graves o suficiente para levar ao ódio e ao assassinato.

Nos casos em que o sistema judiciário era acionado, foram produzidos documentos como o processo em que foram réus Agostinho e Sebastião, escravos de Caetano José da Silva Costa Pessoa, três anos mais tarde, em 1879.⁵⁷ De acordo com a denúncia,

Tendo-se notado por várias vezes falta de café nos depósitos da Estrada de Ferro Mogiana, foi incumbido de vigiar os armazéns da dita estrada o empregado da Companhia João Leonardo [Thans]. No cumprimento desse dever espreitava o empregado... quando no dia 1º do corrente mês, em certa hora do dia, surpreendeu os denunciados, cada um deles conduzindo um saco com café tirado dos armazéns da companhia....

⁵⁷ AESP, ACI, Microfilme 13.02.093. Doc. 1. Réus: Agostinho e Sebastião, escravos de Caetano José da Silva Costa Pessoa, 1879.

As respostas dadas em interrogatório por Sebastião – filho dos escravos Pedro e Felizarda, solteiro de quarenta anos de idade – demonstram uma possível interpretação dos escravos para a apropriação de propriedade agrícola. Ele afirmou

que era verdade ter sido ele depoente preso quando conduzia um saco de café que ajuntou dentro dos vagões da Companhia Mogiana; que esse café foi juntado aos bocadinhos porque estava espalhado no soalho dos ditos vagões e que ele pensou que nisso não cometia falta alguma, supondo o café abandonado...

Agostinho – filho de Manoela e Vicente, solteiro de vinte anos, natural da Bahia – também confessou

ter sido ele preso quando saía do Armazém da Companhia Mogiana conduzindo um saco de café que ele ajuntou de dentro dos vagões onde estava espalhado; que esse café foi ajuntado em diferentes dias e guardado em um saco que estava oculto no mato nas imediações do armazém...

O debate estabelecido entre promotoria e defesa ateu-se a duas questões que contrapunham os pontos de vista de senhores e escravos e que representavam os limites entre furto e desvio da produção agrícola. No primeiro caso, entendia-se que os escravos tinham de fato roubado sacos de café dos armazéns da companhia. No segundo, como eles alegavam, os réus apenas juntaram os grãos desperdiçados sem, no entanto, pedir permissão a ninguém para fazê-lo. A favor da hipótese de furto estava o fato de os funcionários da Mogiana terem notado, ainda antes da prisão dos réus, que o produto vinha desaparecendo dos armazéns.

Na segunda hipótese, a negligência em pedir autorização para carregarem os restos de café poderia indicar certa malícia dos escravos, que poderiam assim acumular o produto sem chamar a atenção para o fato, no caso de a prática não ser permitida – daí o fato de ocultarem o produto amealhado num saco no mato. Poderia também ser

sintoma da naturalidade com que eles entendiam tais ações, sendo lógica para eles a pouca importância atribuída pela companhia às pequenas porções de café descartadas, as quais, no entanto, poderiam assumir papel crucial na economia doméstica daqueles cativos.

Em interrogatórios subsequentes, os réus reiteraram sua inocência, alegando não ter consciência de cometer mal algum através de suas ações. Agostinho revelou que morava na casa de seu senhor havia dois anos e era vaqueiro, mas agora trabalhava como jornaleiro empregado na estrada de ferro como carregador, em outro sintoma de como o trabalho dos escravos podia se transformar com o passar do tempo e com as transformações sociais e econômicas vividas no findar do século:

Disse que o café com que foi encontrado não foi furtado, mas apanhado por ele do chão, visto parecer-lhe que não era um crime apanhar alguns grãos que existiam espalhados pelo chão por haverem caído dos sacos [...] esse ato lhe parecendo inocente, visto estarem os grãos muito espalhados, e [havendo] caído dos sacos...

Sebastião contou que era natural de Amparo, morador em Campinas na casa de seu senhor havia cerca de vinte anos e era trabalhador na estação também como carregador:

Disse que vendo café espalhado pelo chão do... que caía dos sacos, e costumando-se deitar fora entre restos entendeu ele respondente [que não] havia mal apanhar, digo, ir ajuntando esses restos e levá-los para vender [...] mas sem intenção de furtá-lo...

Perante o júri, os dois réus afirmaram que o café que pegaram não estava ensacado, como afirmava o libelo crime acusatório, mas era verdade que eles não pediram nem receberam permissão para juntar os grãos que encontraram no chão. Segundo Sebastião, ele “cometeu esse fato... depois dos outros trabalhadores se terem

retirado para jantar, ficando ele e seu parceiro Agostinho a sós no armazém...”. Sem que esse detalhe fosse melhor investigado nos autos, ele nos faz pensar que os escravos podem ter agido assim deliberadamente, ou seja, que suspeitavam que talvez a autorização para levar o café não lhes fosse consentida e que pegá-lo na frente de outros poderia ser malvisto. Provavelmente, entendiam que outros trabalhadores, talvez livres ou libertos, muitos deles imigrantes, não teriam o mesmo comprometimento em se proteger mutuamente demonstrado pelos dois escravos e, tendo fidelidades e interesses diferentes, poderiam denunciá-los. Agostinho e Sebastião não tentaram culpar um ao outro, ao contrário, permaneceram unidos em suas explicações. Tivessem ou não cometido o crime e retirado sacas de café, e não apenas grãos caídos no chão, eles conseguiram sustentar a mesma versão e não foram punidos pela Justiça. Os jurados aparentemente acreditaram nas versões dos réus e declararam que, apesar de eles terem tirado café dos armazéns sem permissão, não cometeram o roubo de que eram acusados e foram absolvidos.

À luz deste caso, torna-se mais fácil imaginar que Honorato, Severino, Antônio e Adriano estivessem praticando juntos o mesmo tipo de apropriação de que foram acusados Agostinho e Sebastião alguns anos mais tarde. O mesmo exercício de imaginação sugere que, por motivos desconhecidos, aqueles quatro escravos tivessem algum tipo de desentendimento que os impedisse de manter a coesão demonstrada pelos réus de 1879. Daí resultaria um conflito que teve Honorato como vítima fatal, Severino como algoz e Antônio e Adriano como testemunhas interessadas em encobrir as reais circunstâncias em que ocorreu o crime.

Outra peça instigante do quebra-cabeça refere-se ao modo como os três depoentes relataram sua reação ao descobrirem o ladrão: encontrando a porta do armazém aberta, Severino ignorava a identidade do vulto e cometeu o crime na

“persuasão de que era alguma pessoa estranha que roubava o açúcar de seu senhor...”, afirmando posteriormente que *“matou a seu parceiro, supondo que era um ladrão de açúcar estranho à fazenda, pois encontrou já fora do depósito de açúcar com um saco às costas e não conheceu que era escravo da fazenda...”*. Antônio também estava *“na convicção de que era pessoa estranha que procurava roubar açúcar de seu senhor...”*. Ora, a se acreditar nesta versão dos fatos, caso a pessoa que roubava o açúcar não fosse *“estranha”* e eles soubessem se tratar de um *“escravo da fazenda”*, teriam eles deixado de investigar o armazém aberto e, eventualmente, Severino não cometeria o homicídio? A forma como se registrou a fala destes escravos é dúbia o suficiente para levantar esta possibilidade. Tal interpretação implicaria em mais uma evidência da prática comum de apropriação da produção agrícola e dos laços que uniam os cativos nela envolvidos, suficiente para não se delatarem uns aos outros perante as autoridades judiciais.

Voltando novamente a atenção para a escolha de Severino em acabar de matar Honorato e às rixas existentes entre ambos, os dados são escassos mas significativos. Segundo Antônio, a ignorância quanto à identidade da vítima fora esclarecida antes de sua morte: de sua posição algo distante da cena, ele teria ouvido *“Severino dizer logo depois da [queda] antes das facadas que aquele vulto era o mesmo Honorato, que em seguida o réu presente arrastou o cadáver até o rio Atibaia onde o largou...”*. Adriano foi mais longe em explicar o comportamento de Severino:

logo em seguida a queda do vulto, Severino que o tinha reconhecido declarou ser o escravo Honorato, acrescentando que como ele já estava morrendo era melhor acabar de matá-lo e então puxando a faca assim praticou dando duas facadas, e que pediu a ele informante que nada dissesse sobre o que acabava de se passar, pois ia lançar o cadáver no rio, para que se não descobrisse crime...

Severino, por sua vez, explicou que suspeitando tratar-se de “*um ladrão de fora da fazenda...*” deu o primeiro golpe na cabeça, com o que

Honorato caiu e ele respondente o reconheceu então, e porque o mesmo Honorato estivesse [a morrer] [ileg.] foiçada e julgando-se ele interrogado perdido por ter morto esse seu parceiro, deu-lhe uma facada, para o acabar de matar, e atirou o cadáver ao rio sem que tivesse motivo algum...

O medo da punição pelo crime, associado à convicção de que o primeiro ferimento fora mortal, pode ter motivado Severino a tentar se livrar do corpo. No entanto, o relacionamento entre réu e vítima já era conturbado antes daquela noite. Recorrendo mais uma vez aos testemunhos dos informantes, Antônio disse “*que já fazia algum tempo que ele informante não observava rixa alguma entre Severino e Honorato, mas que [anteriormente] eles brigavam [seguido] o mais das vezes somente por palavras e uma só chegaram a agarrar-se, sendo logo apartados...*”. Adriano acrescentou um detalhe interessante: ameaçado por Severino na noite em que ocorreu o crime, ele “*conservou-se calado até o dia em que se achou o cadáver no rio...*”. Ele porém relatou o que sabia a seu senhor “*por essa ocasião então como o réu depois de preso por Tertuliano, que dele havia desconfiado em razão das contínuas brigas que tinha com o assassinado, tivesse confessado ser autor do crime...*”

O réu tentou minimizar os conflitos que tivera com Honorato, afirmando “*que ele dava-se e tinha amizade com o escravo Honorato, sendo certo que com ele teve algumas rixas, mas que estas logo passavam, e continuavam a... [viver com] harmonia e com relações de amizade...*”. Tentava, assim, se distanciar da desconfiança de que teria cometido o crime motivado por desavenças anteriores, o que levantaria a possibilidade de premeditação e, conseqüentemente, tornaria mais severa sua punição.

Afinal, ele foi considerado culpado pelo homicídio e, sem agravantes nem atenuantes, foi condenado a pena de 200 açoites e uso de ferro ao pescoço por 4 anos.

Uma observação final sobre as declarações de Severino: mesmo durante o julgamento, tentou-se investigar as possíveis causas para os desentendimentos entre réu e vítima e uma última possibilidade foi aventada. Severino “*disse mais por lhe ser perguntado que o escravo Honorato trabalhava conjuntamente com ele interrogado na roça, e eram todos igualmente tratados na fazenda sem distinção alguma...*”.

A afirmação da igualdade de tratamento entre a escravaria de Felipe Antônio Franco servia como argumento para dirimir as imagens de competição acirrada que justificassem atos de extrema violência entre os escravos. Ao mesmo tempo, opunha-se à realidade de outras propriedades e outros autos criminais, como aqueles em que a condição privilegiada de alguns cativos poderiam ter influência direta nas ações violentas registradas pela Justiça, como se discutirá no próximo capítulo.

Em outro estudo, sobre a década de 1870, foi possível perceber como naquele momento os cativos levados a depor utilizavam-se de conceitos de bom e mau tratamento para explicar ataques a figuras de autoridade sob as quais viviam e trabalhavam.⁵⁸ Para aqueles cativos, um bom senhor proveria, por exemplo, alimentação, vestimentas, cargas de trabalho e castigo adequados. Aqui, o alvo da agressão do réu foi um parceiro em condição de igualdade – ainda que tal igualdade não fosse sinônimo do que se poderia considerar um bom tratamento.

Talvez se possa acrescentar ao conceito de “bom senhor”, tão importante na explicação das agressões e homicídios de proprietários, uma imagem do “bom parceiro”: escravo que não ocupava posição de vantagem ou superioridade – ou não se aproveitava demais dela – com o qual era possível manter relações de amizade,

⁵⁸ ALVES. *Quando Falha o Controle... op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

companheirismo e solidariedade, viver em harmonia sem que essa fosse pontuada por rixas, ódios e violência.

De qualquer forma, os autos analisados permitem a construção de uma visão não romantizada da escravidão, na qual conviviam intimamente sentimentos e relações contraditórias. As identidades criadas no cativeiro poderiam tanto resultar em parceria e ações conjuntas, como nos desvios de produção relatados, como no mesmo ato fazer surgir disputas e desentendimentos fatais. Mais do que decidir pelo ódio ou amizade, importa aqui trazer à tona essas diferentes possibilidades e as peculiaridades destas interações, devidas em grande parte ao fato de se tratarem de escravos.

O enfoque na organização dos trabalhos realizados no cativeiro fornece um panorama das atividades que ocupavam os dias e noites de homens e mulheres escravizados e dos diversificados e muitas vezes contraditórios relacionamentos que eles desenvolviam entre si e com o mundo que habitavam. Era no contexto do trabalho que aqueles indivíduos passavam a maior parte do seu tempo; forçados, fiscalizados e punidos por senhores, administradores ou feitores empenhados em garantir que produzissem a contento.

Era, porém, naquele ambiente que eles viviam juntos a escravidão, formando assim profundos laços com seus parceiros e parceiras. Tentavam fugir ou proteger-se uns aos outros de demasiados e imerecidos castigos, auxiliavam-se mutuamente em suas pequenas roças, decidiam quais as estratégias mais interessantes para alcançar melhorias nas próprias condições, sobreviviam às agruras do cativeiro e tentavam dizimá-las. Algumas vezes, acreditavam ser vantajoso manterem-se unidos, fosse estrategicamente ou pela formação de fortes ligações afetivas. Noutras, a depender de circunstâncias bastante específicas, buscavam alcançar individualmente situações melhores, à revelia

de seus companheiros de escravidão. Era no dia-a-dia do trabalho, no entanto, que tais dinâmicas se desenvolviam e para entender melhor as vivências possíveis experienciadas por cativos e cativas é necessário jamais perder de vista o sentido máximo da instituição a que estavam submetidos.

CAPÍTULO 3 – FEITORES ESCRAVOS: O DILEMA DA AUTORIDADE EFÊMERA

O trabalho desenvolvido por escravos e escravas inseria-se em diversas teorias e práticas que versavam sobre o bom funcionamento da instituição. Um dos requisitos fundamentais para tal andamento era a existência de figuras de autoridade cuja finalidade era organizar, fiscalizar e, eventualmente, disciplinar os trabalhadores para que corresponderem aos ideais de submissão e obediência caros às expectativas senhoriais.

Por vezes, esta função era exercida pelos próprios senhores, principalmente no caso daqueles cuja pequena propriedade não possibilitava ou justificava delegar a supervisão dos trabalhos a outrem ou mesmo tornava necessário que senhores e escravos trabalhassem lado a lado. Em outros casos, estabelecia-se nas fazendas uma hierarquia que podia envolver o senhor, um administrador, um ou mais feitores livres e um ou mais feitores escravos. Estes empregados, responsáveis diretos pela manutenção da disciplina e da ordem, auxiliavam assim na conservação da imagem paternalista do bom senhor, preocupado com o bem-estar de seus cativos e afastado da ira eventualmente causada pelas brutalidades da escravidão.¹

A seguir, entrará em foco uma das figuras mais obscuras do sistema escravista: o feitor escravo. Inseridos numa rede plural de relacionamentos horizontais e verticais, divididos entre lealdades opostas e sem escapar jamais à sua condição, estes indivíduos viam-se em alguns casos na posição de pivôs de violentos ataques – seja por dentro da

¹ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 89.

legitimidade da instituição, ao aplicar intensos castigos a seus companheiros de escravidão, seja enquanto vítimas do revide destes mesmos parceiros enquanto exerciam sua função de supervisores e promotores da disciplina senhorial. Subvertendo suas posições na hierarquia administrativa das fazendas, um segundo tema a ser discutido adiante serão os administradores e feitores livres – não necessariamente brancos – que compunham os outros elos do poder senhorial no controle e supervisão dos trabalhos no eito.

O Feitor Escravo

Se havia uma personagem capaz de personificar a posição conflituosa e contraditória do privilégio e do companheirismo era o feitor escravo. Esta figura, ainda pouco estudada na historiografia brasileira, foi minuciosamente analisada por William Van Deburg, nos Estados Unidos pré-Guerra Civil, através de diferentes tipos de documentos e, portanto, de diferentes perspectivas.²

Por um lado, correspondências e diários de senhores e relatos de viajantes os mostram como escravos identificados com valores senhoriais de disciplina e distantes, assim, de seus companheiros de cativeiro. A visão dos feitores – que compunham uma categoria específica dentro do trabalho agrícola – como seres cruéis, que se regozijavam em castigar outros escravos é em alguns casos corroborada por narrativas de antigos cativos recolhidas nos anos 1920 e 1930 pelo Federal Writers Project. O projeto de recuperar e conservar histórias da escravidão vividas por ex-escravos e seus descendentes formou um significativo corpo documental sobre as experiências de cativos no Sul dos Estados Unidos indisponível no caso do Brasil, mas muitas vezes tais depoimentos foram vistos com suspeita, principalmente por terem sido recolhidos tanto

² VAN DEBURG, William L. *The slave drivers: Black agricultural labor supervisors in the Antebellum South*. Greenwood Press: Westport, 1979.

tempo depois da emancipação. Muitas das histórias relatadas não dizem respeito aos próprios entrevistados, mas a seus pais, parentes ou amigos mais velhos; e muitas vezes os entrevistadores brancos no contexto da segregação racial não eram bem sucedidos em angariar testemunhos sinceros dos homens e mulheres negros que entrevistavam.

Não obstante, Van Deburg entende que através da crítica aos documentos, aliada a informações obtidas de outros tipos de fontes, tais narrativas podem servir como janela para as diversas experiências dos feitores escravos e de seus companheiros. Um outro lado da questão pode ser encontrado nas autobiografias de escravos, fugidos ou libertos, datadas de antes da Guerra Civil, as quais fornecem material valioso sobre as vidas dos feitores, já que muitos dos escritores desempenharam esta função enquanto viveram sob cativeiro. Tais relatos, assim, podem remeter a feitores cruéis, mas o fator mais importante segundo a análise de Van Deburg é que eles denotam a humanidade daqueles homens e as decisões e ações que eram obrigados a tomar devido à natureza da função de desempenhavam.

Algumas características apontadas por Van Deburg para o Sul dos Estados Unidos mostram-se úteis para se pensar sobre os feitores escravos no Brasil. Em primeiro lugar, aponta o autor, eles não existiam em todas as propriedades, nem o tempo todo, podendo assumir esta posição ocasionalmente – como durante os anos da Guerra de Secessão em que a disponibilidade de trabalhadores brancos seria menor.³ No caso brasileiro, a dificuldade em engajar a população livre ou liberta em trabalhos regulares era entendida como crônica e consistia numa das principais justificativas para a necessária continuidade do sistema escravista. Até as primeiras décadas do século XIX, teóricos discutiam a relação entre a maior ou menor disponibilidade de terras em determinado país e a necessidade ou não de se implementar ali o trabalho escravo ou

³ VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 4.

livre/assalariado – quanto mais terra desocupada disponível, menor a propensão dos sujeitos livres ou libertos, que poderiam com alguma facilidade estabelecer suas pequenas lavouras de subsistência, a se submeterem ao trabalho controlado por patrões nas grandes propriedades exportadoras.⁴

Em segundo lugar, o sistema de trabalho mais difundido nos Estados Unidos nas regiões produtoras de algodão, tabaco e açúcar era a organização por gangues – em oposição ao sistema de tarefas nas plantações de arroz – que no Brasil era chamado de “turmas” e foi descrito no capítulo dois. Tal como se pode observar nos autos criminais de Campinas, Van Deburg indica que no período anterior à Guerra de Secessão a cadeia de comando nas fazendas sulistas estava bem estabelecida e consistia do senhor e/ou administrador, feitor livre e, finalmente, o feitor escravo, definido como “o escravo que dirigia o trabalho no campo e desempenhava autoridade de supervisão e/ou policial sobre os trabalhadores braçais”.⁵

Em terceiro lugar, Van Deburg destaca a grande onda de críticas que a existência destes trabalhadores levantava na nação norte-americana, baseadas no entendimento de que eles enfraqueciam a posição da classe dos feitores brancos, desencorajando-os de participar do avanço da agricultura sulista. Deste debate, surgiram diversas legislações estaduais que, desde o século XVIII, ditavam a proporção necessária e legal entre escravos negros e supervisores brancos. Na Carolina do Sul, em 1726, era necessário

⁴ BARICKMAN, B. J.. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780/1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 221-226. Daí a associação entre a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico atlântico de escravos, e da Lei de Terras, ambas em 1850. Esta última tinha como um de seus objetivos a atração de imigrantes para o Brasil – que afinal só se concretizou algumas décadas mais tarde – mas dificultava a eles o acesso à terra, pois do contrário não haveria trabalhadores dispostos a se empregar nas grandes fazendas exportadoras. Ver COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. pp. 127-9; CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, pp. 85-100; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp. 164-175; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, pp. 88-95.

⁵ VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 6.

que houvesse um empregado branco para cada dez negros e dois mil acres de terras, por exemplo, mas as variações regionais e temporais eram enormes.⁶ No Vale do Paraíba fluminense, por exemplo, existiam preocupações similares que levaram à formação, em 1854, de uma comissão de cafeicultores com o objetivo de formular instruções para controlar o risco de revoltas escravas na região.⁷ Em suas disposições não trataram especificamente dos feitores brancos, mas revelaram o mesmo tipo de inquietação ao discorrer sobre a necessidade de se manter “um número relativo de pessoas livres trabalhando e/ou morando nas suas fazendas. Era inclusive indicada a proporcionalidade necessária: ‘uma pessoa livre por 12 escravos; duas por 25; cinco por 50; sete por 100; dez por 200; e daí para cima mais duas pessoas livres por cada 100 escravos que acrescerem.’”.⁸ Note-se que, no caso fluminense, tratava-se de pessoas livres, as quais poderiam não ser necessariamente brancas, para contrabalancear a imensa população africana deslocada para a região no contexto da proibição do tráfico atlântico.

Um quarto ponto levantado por Van Deburg versa sobre os critérios de escolha do feitor escravo, segundo os ideais dos senhores: devia ser honesto, industrioso, mas não muito falante, um trabalhador bom e fiel, capaz de obedecer a ordens, forte, rápido no trabalho e, principalmente, com habilidades de liderança reais ou potenciais.⁹ A ascensão de alguns bons escravos a essa “elite”¹⁰ também era recomendada por Carlos Augusto Taunay em manual publicado em 1837. Segundo Rafael Marquese, um dentre outros mecanismos

⁶ Na Louisiana, em 1853, havia propriedades com um feitor branco responsável por 68 trabalhadores de roça. VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 7.

⁷ MARQUESE, Rafael De Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 232-3; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 281 e ss.

⁸ GOMES, *Histórias de quilombolas... op. cit.*, p. 287.

⁹ VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 8. Nas páginas seguintes, o autor se debruça sobre as características físicas de diversos feitores, como altura, idade e cor.

¹⁰ VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. xiii e seguintes.

para dirimir as tensões existentes na unidade produtiva agrícola era premiar os escravos de boa conduta e diligentes nas suas tarefas, deslocando-os para funções como as de feitores inferiores: a promoção seria evidenciada por insígnias de pequena monta, tais como vestimentas ou bonés mais brilhantes, continuando no resto a labutarem lado a lado com o restante dos escravos, aos quais serviriam de exemplo.¹¹

Mesmo considerando as significativas diferenças entre o contexto brasileiro e o norte-americano, em ambos os países transparece a dubiedade da figura do feitor escravo, indivíduo que, para alcançar este posto, precisava aproximar-se do ideal de bom escravo imaginado pelos senhores, enquanto ao mesmo tempo não rompia os laços com a comunidade escrava da qual, afinal, ainda fazia parte. Dentro daquelas comunidades, aponta Van Deburg, os feitores podiam ser “respeitados por suas próprias realizações ou evitados por suas falhas pessoais. Como membros destas comunidades, participavam na vida familiar, religiosa e social dos negros escravizados nos Estados Unidos.”¹²

Segundo Stanley Stein, no contexto de Vassouras, município do Vale do Paraíba fluminense, na segunda metade do século XIX, os “capatazes eram geralmente escravos que fiscalizavam turmas de trabalhadores rurais. Os feitores, em geral, homens livres, mulatos ou portugueses, que ganhavam salário”.¹³ Os processos criminais de Campinas apontam para a tendência de chamar indistintamente tanto livres quanto escravos pelo mesmo nome de feitor.

Independentemente de sua condição de livre ou escravo, esta figura era parte crucial no funcionamento do sistema escravista, pois era quem acompanhava de perto e ditava o ritmo do trabalho dos escravos, além de ser responsável diretamente pela

¹¹ MARQUESE, *Administração e escravidão...* op. cit., p. 213.

¹² VAN DEBURG, *The slave drivers...* op. cit., p. 14.

¹³ STEIN, *Grandeza e decadência...* op. cit., p. 193, nota 2.

manutenção da disciplina na propriedade – a não ser no caso daquelas pequenas propriedades em que a família senhorial trabalhava lado a lado com seus cativos. Ao longo do século XIX, é provável que este personagem se tornasse cada vez mais importante para a manutenção e lucratividade da produção agro-exportadora do Império, devido ao aumento no preço dos cativos à qual se ligava, juntamente com a introdução de novas tecnologias, o crescimento da produtividade do trabalho escravo. Ricardo Salles, baseado na análise de inventários *post-mortem* em Vassouras de 1821 a 1880, apresenta dados importantes sobre estas questões. Este autor observou as variações anuais nos preços médios de escravos, constatando um crescimento contínuo desde o início da série até o meados da década de 1850, quando ultrapassaram a elevada cifra de 1:000\$000. No começo da década seguinte, sofreram pequeno declínio, voltando a subir lentamente no final do decênio. Assim, na segunda metade da década de 1870, o preço médio era de cerca de 915\$000, recuando para 810\$000 em 1880.¹⁴

Concomitantemente, Salles aponta como o número de pés de café por escravo naquela região também enfrentou crescimento constante, passando de cerca de 118 pés por cativo em 1821, para o auge de 3.800, em 1876, em número absolutos. Corrigindo distorções devido a este pico excepcional, o autor indica que “passou-se de uma proporção média de pés de café por escravo de 461 pés, entre 1821 e 1835, para 1.312

¹⁴ SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 164. Outro aspecto importante levantado por Salles é que o preço médio de escravos manteve-se semelhante, independentemente do tamanho dos plantéis (p. 165, gráfico 7). Sobre a década de 1880, que será discutida pormenorizadamente no capítulo seis, ver a análise de Pedro Carvalho sobre o mercado de compra e contratação de escravos entre 1871 e 1888. Este autor argumenta que a erosão sofrida pela escravidão no Império não ligava-se à sua saúde econômica, mas a sua viabilidade política. Os dados sobre aquele mercado indicam que no início da década da abolição havia uma expectativa de sobrevivência da instituição até o século XX; expectativa esta que em 1883 passava a ser de apenas seis anos, indicando que a escravidão encarava uma morte política apesar do entendimento de que o trabalho escravo ainda se mantinha produtivo. MELLO, Pedro C. de. “Expectation of Abolition and Sanguinity of Coffee Planters in Brazil, 1871-1881.” In FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery. Conditions of Slave Life and the transition to Freedom: Technical Papers, Volume II*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1992.

pés, entre 1865 e 1880”, ainda que fosse possível que, no período final, ao trabalho escravo se associassem formas de trabalho livre.¹⁵

Como coloca Maria Helena Machado sobre este contexto: “Revelando-se como a figura catalisadora das tensões provenientes da disciplina do trabalho, pressionado fortemente pelo senhor para fazer frente à resistência do escravo, o feitor transformava-se em alvo privilegiado de ataques.”¹⁶ Muitos são os casos de ataques a feitores livres documentados nos autos criminais de Campinas e eles revelam claramente esta tensão. No processo datado de 1868, já citado anteriormente e também analisado por Machado, em que Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano eram acusados pela morte do feitor Malaquias, o primeiro dos réus declarou que

achando-se ele respondente com seus parceiros no sítio Samambaia de sua senhora... e estando trabalhando em capinar um café na divisa com o Barão de Atibaia aí aconteceu que estando também um parceiro de nome Rafael o feitor que é branco de nome Malaquias observou a Rafael que ele, digo ele tinha deixado um pouco de mato, dizendo-lhe que quase era preciso estar mostrando sempre o mato, e ameaçou-o de dar-lhe com o relho, mas não deu, e dependurou o relho na faca que trazia: depois disso continuaram a trabalhar... achando-se ele trabalhando, aí apareceu o feitor Malaquias e disse que botassem a [enxada], e eles responderam “sim, senhor”, e então o feitor disse de novo “vocês [me hão] de conhecer, já tenho lidado com muita gente, e se vocês não me obedecerem eu [hei de] acabar com vocês todos” e continuaram a trabalhar sossegado [sic]. O feitor depois de ter dado uma volta dirigiu-se para ele depoente e lhe disse que a [ajustasse] o mato, e sem que ele respondente dissesse alguma coisa [investiu] para lhe dar pancada; então ele respondente gritou

¹⁵ SALLES, *E o Vale era o escravo...* op. cit., pp.153-4, gráficos 1 e 2.

¹⁶ MACHADO, *Crime e escravidão...*, op. cit., p. 67.

*pelos companheiros, e estes acudiram-no, e logo ele respondente deu-lhe uma enxadada com a qual o feitor caiu...*¹⁷

No decorrer dos autos são numerosas as referências à malignidade do feitor que, mesmo não sendo escravo, ocupava uma posição especialmente dúbia.¹⁸ Malaquias era “branco”, mas em momento algum seu sobrenome foi registrado pelas autoridades. É referido apenas – e no libelo crime acusatório – como “*Malaquias de tal*”. Diversos outros feitores livres que foram vítimas de violência por parte dos cativos que fiscalizavam tiveram seus nomes, e por vezes mesmo relações de amizade e parentesco na região, assinalados nos autos. No relato de Epifânio, porém, constam características de praxe do comportamento do feitor: sua minúcia em verificar e garantir a qualidade do trabalho, a ameaça ou castigo quando se via insatisfeito, a exigência em ser obedecido e o carregar o relho, sinal de sua posição de poder.

A tensão revelada pelo depoimento de Epifânio podia se intensificar se a figura responsável pela manutenção da ordem e do trabalho fosse um seu parceiro, também escravo. Analisando a mesma documentação aqui investigada, Machado observou que

Essa situação era percebida pela escravaria de maneira ambígua, pois o novo feitor ou capataz teria que ser julgado segundo dois padrões. Assim, por um lado, de sobreaviso, os escravos acompanhavam suas ações, procurando avaliá-las segundo os interesses senhoriais e, dessa forma, o bom feitor era aquele que conseguia manter a disciplina do trabalho e, obviamente, satisfazer o senhor, com o mínimo possível de castigos. Mas, por outra parte, o cativo alçado a um posto hierárquico acima de seus parceiros passava a ser visto como um depositário da

¹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.02.69, Documento 8. Réus: Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, escravos de Tereza Maria de Jesus, 1868.

¹⁸ Dizia Romualdo, por exemplo, que “há muitos dias ele respondente e seus companheiros disseram ao administrador que não podiam aturar mais o feitor Malaquias porque era muito mau, então o administrador lhes disse que tinha posto o feitor Malaquias para [castrar] a eles, por isso queixaram-se também a sua senhora Dona Tereza, e esta lhes disse que o que o administrador fazia estava bem feito, então eles continuaram juntos a sofrerem os maus tratos [sic] do feitor Malaquias...” AESP, ACI, Microfilme 13.02.69, Documento 8. Réus: Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, escravos de Tereza Maria de Jesus, 1868.

confiança senhorial e esperava-se que ele soubesse fazer com que essa situação se revertesse em benefício de seus iguais. Eventualmente, desconfiados de que o antigo companheiro se tivesse deixado cooptar totalmente, passando para o lado do senhor, os escravos iniciavam por desprezá-lo, podendo acabar por matá-lo.¹⁹

No sítio Samambaia, além de Malaquias de tal, existia também pelo menos outra pessoa nessa posição hierárquica. Outro réu, Romualdo – que ignorava a idade, casado, africano – contou que o feitor Malaquias tomara birra do escravo Rafael e se queixou dele ao administrador. Disto resultou que

ontem depois do jantar, estando ele respondente e seus companheiros no terreiro a recolher o feijão, o administrador deu ordem ao feitor Moisés, que é cativo, para prender no tronco a Rafael, então todos os outros escravos se pregaram de joelhos e pediram ao administrador que não fizesse nada a Rafael, porque este não era culpado, e que quando o feitor lhes quis dar por ele ter deixado um pouco de mato, que ele apenas pediu perdão. Disse mais que o administrador não atendeu as súplicas deles...

De fato, segundo depoimento do administrador da fazenda, “*ele depoente é quem fez prender o preto por Moisés para ser castigado...*”. Poucas são as informações disponíveis sobre Moisés e seu papel na organização daquela propriedade. A hierarquia desdobrava-se ali ao menos cinco níveis: a senhora, o administrador, o feitor livre, o feitor escravo e, finalmente, os cativos do eito. Mesmo na posição de feitor, aparentemente Moisés não era o responsável por fiscalizar o bom andamento das turmas do eito, mas apenas exercia parte das determinações punitivas de seus superiores. Não foi ele quem decidiu pela punição a Rafael “*cambinda*”, nem quem a aplicou, limitando-se suas ações a prendê-lo. Continuando seu relato, disse o administrador que

¹⁹ MACHADO, *Crime e escravidão...*, op. cit., p. 69.

numa ocasião em que o feitor Malaquias tinha ficado em [casa puxando uma roda], ele depoente, estava no trabalho, quando a gente toda lhe pedia que moderasse ou que tirasse o feitor porque este surrava-os muito, e que ele depoente lhes disse que andassem direito porque não haviam de ser surrados, mas que não tirava o feitor porque este estava às ordens dele depoente. Perguntado se com efeito o feitor Malaquias era mau? Respondeu que a princípio o feitor surrava bastante, isto é, dava relhadas porque os pretos estavam abusando, mas que após não houve isso porque ele mesmo depoente recomendou particularmente a ele que quando fosse preciso surrar ele depoente daria providências, mas que ele depoente não reconhecia o feitor como mau e sim o achava um pouco [frouxo] e [moderado]. Perguntado se os réus presentes tinham algum precedente de insubordinação? Respondeu que não tinham...

Não há em todas estas interações nenhuma referência a um eventual papel de proeminência de Moisés: ele não tomou a frente de seus parceiros para interceder junto ao administrador contra o feitor, nem tinha qualquer autonomia para decidir sobre os castigos de seus parceiros. Pode-se especular que esta falta de protagonismo de Moisés teria motivado a contratação do feitor Malaquias, em primeiro lugar. Segundo os autos, ele estava na propriedade havia cerca de seis semanas quando aconteceu o crime. Será que antes de sua chegada Moisés de fato exercia sua posição de fiscalizador e intermediário entre a escravaria e o poder senhorial e este último estava insatisfeito com o estado de coisas no sítio? O administrador é claro em dizer que as surras de Malaquias não eram devidas à sua maldade, mas que “*dava relhadas porque os pretos estavam abusando...*” e que os réus não tinham “*precedente de insubordinação*”.

A similaridade da posição de Moisés com a de seus parceiros transparece dos autos por alguns detalhes bastante significativos. Chamado a depor, ele informou ser casado e natural da vila de Coruçá, ignorando sua idade, mas não disse ser feitor – talvez não tivesse sido perguntado, tal como outros escravos que prestaram informação

no processo não revelaram suas ocupações. No entanto, mesmo no corpo de seu depoimento não há referências a qualquer distinção especial a sua pessoa, afora o fato de que o “*administrador ordenou a ele informante que prendesse Rafael, o que fez pondo-o no tronco, sendo castigado no outro dia de manhã segundo ouviu dizer, não tendo presenciado por ter ido muito cedo para a roça...*” Ora, seria muito difícil deduzir que ele ocupava o cargo de feitor escravo com base somente nestas informações.

Moisés presenciara a “*rixa*” do dia anterior entre Rafael Cabinda e o feitor Malaquias, mas também não parece ter tido qualquer participação neste evento: “*no dia antecedente ao do assassinato achando-se na roça o preto Rafael cambinda [sic], o feitor quis dar-lhe relhadas porém Rafael o encarou, e vendo isso o feitor Malaquias, deixou-o de surrar...*”. Sentindo-se ameaçado, o feitor Malaquias não recorreu a seu assistente para protegê-lo nem para aplicar uma punição a Rafael naquele momento, preferindo queixar-se depois ao administrador.

No mais, no dia do ocorrido, disse: “*achando-se ele com a gente toda trabalhando na fazenda Samambaia...*” – ou seja, no momento do trabalho ele era apenas mais um da “*gente*”, estando talvez sujeito aos mesmos castigos de seus companheiros, embora não haja qualquer indício de que ele fosse punido nos autos. Dentre os quatro escravos que depuseram no processo como testemunhas informantes – Moisés e outras três mulheres, Damásia, Jacinta e Maria das Dores – apenas uma, Damásia, admitiu ter algum conhecimento de intenção prévia de Epifânio em cometer o crime: “*estando ela respondente no serviço junto a Epifânio, ouviu este dizer que ia matar o feitor, e tendo o dito feitor se aproximado deles deu-lhe Epifânio uma enxadada na cabeça, caindo o feitor como morto...*” – note-se que homens e mulheres trabalhavam juntos no eito. É curioso notar que Moisés dizia nada saber por não ter presenciado o assassinato, “*sabendo apenas por ouvir dizer de Damásia, Maria das*

Dores e Jacinta que Epifânio é quem matou o feitor Malaquias...” Este detalhe pode indicar uma maior aproximação dele com as escravas mulheres do que com seus companheiros de sexo masculino.

A ignorância de Moisés sobre o ocorrido provinha de sua preocupação com a situação no eito, naquela tarde. Disse ele que

achando-se ali o feitor Malaquias, depois do almoço o feitor gritou a gente que botassem as enxadas, e ninguém respondendo ao feitor, ele informante entendeu que a gente estava com má tenção [sic], largou ele respondente do serviço correu para a casa com o fim de participar o administrador...

O fato de ele desconfiar de alguma coisa e procurar o administrador ou seu senhor moço é indicativo de uma proximidade com o interesse senhorial condizente com a posição de feitor. Moisés demonstra, aqui, tentar equilibrar-se na fina linha que dividia suas possíveis lealdades. O resultado de suas ações, porém, importam tanto quanto sua suposta intenção: ele não disse ao feitor Malaquias que desconfiava haver “*má tenção*” entre a gente, nem tentou dissuadir seus parceiros, nem ficou ali para defendê-lo e, finalmente, sua busca pela ajuda de seus senhores não foi suficiente para impedir a realização do crime.

Há uma lacuna gritante no depoimento de Moisés: ele não diz, nem é perguntado sobre o comportamento do feitor Malaquias de modo geral, nem especificamente sobre sua maldade. É preciso sempre considerar que os relatos transcritos nos autos não são explanações de vontade própria de réus, vítimas, testemunhas ou informantes, mas resultado de indagações feitas por autoridades policiais e judiciais interessadas em aspectos específicos das falas daqueles sujeitos. Contudo, a leitura deste tipo de documentação evidencia que cada um deles, quando chamado a depor, podia escolher como responder às perguntas colocadas e alguns eram mais prolixos e detalhados que

outros, muitas vezes fornecendo diversas informações não solicitadas pelos interrogadores. Moisés não voluntariou nenhuma informação a respeito da índole da vítima e este não deixa de ser um dado importante sobre ele.

O escravo africano Faustino – casado, que ignorava a idade, trabalhador de roça – também foi interrogado no processo e, mesmo sem ocupar cargo especializado, assumiu também uma posição dúbia: quando perguntado “*se o feitor era bom ou mau? Respondeu que o feitor... era maligno, mas que ele respondente o achava bom...*” Esta resposta contraditória parece indicar que o frágil equilíbrio em que vivia o feitor escravo também fazia parte da vida de qualquer cativo, ainda que de maneira menos contundente. Por um lado, Faustino devia ter motivos para dizer que o feitor “*era maligno*” – no mínimo observava as “*surras*” aplicadas a seus parceiros, sendo muito possível que também as sofresse. Pelo outro lado, apesar disso, “*o achava bom.*” Talvez ele estivesse empenhado em se manter nas boas graças do feitor e os violentos castigos relatados por outros não recaíssem sobre suas costas. Talvez ainda ele simplesmente não achasse interessante ser peremptório em suas opiniões sobre o feitor, com medo de eventuais punições por parte de seus senhores. De qualquer forma, denota-se assim este cabo-de-guerra em que viviam aqueles sujeitos escravizados, tentando equilibrar tal como malabaristas diversos interesses contraditórios, mas de cujo equilíbrio dependiam sua sobrevivência e a qualidade da vida que podiam levar.

No caso já citado da morte de Benedita, em 1879, também são revelados alguns pormenores do funcionamento da propriedade em que ela vivera. O administrador relatou que “*veio a saber que ontem a noite houve na senzala alguma coisa de rixa entre Delfina que há pouco dera informações e a preta Benedita sendo preciso o feitor Tito escravo ir lá acomodá-los...*”.²⁰ Quando, na manhã de 6 de maio deu-se conta da

²⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.092, Documento 10. Réu: Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa, 1879.

ausência da cozinheira Benedita, o mesmo administrador ordenou que ela fosse procurada mas não foi encontrada,

pois que o feitor incumbido dessa diligência limitara sua investigação aos lugares onde ela poderia estar, chamando-a do lado de fora da porta do quarto em que o casal dormia, cuja porta achava-se fechada com chave e esta ao lado de fora, supondo ele por isso que ela não estivesse dentro. Em vista do feitor não ter encontrado a mulher do réu ele depoente supôs que ambos estivessem fugidos...

Pode-se presumir que ambas as informações sejam relativas à mesma pessoa, Tito, que, porém, não depôs no processo. Estes pequenos fragmentos, no entanto, fornecem um vislumbre do papel por ele desempenhado nas senzalas: figura de autoridade não apenas por designação senhorial, Tito não funcionaria como simples intermediário entre senhor e escravos, mas teria a função e a capacidade de acomodar disputas entre os próprios cativos. Van Deburg relata como, entre outras e diversificadas funções, o feitor escravo ajudava a resolver variadas controvérsias que, sem sua intervenção, atrapalhariam a vida cotidiana nas senzalas. Podia, assim, ser chamado a intervir para prevenir possíveis problemas entre dois rivais pelo afeto de uma jovem particularmente desejável, para coletar os testemunhos das diversas partes envolvidas em rixas, ou para proteger escravos particularmente vulneráveis aos ardis de seus parceiros mais espertos. Nesses casos, era mais comum ao feitor recorrer a resoluções criativas do que aos castigos físicos tão característicos da escravidão.²¹ É verdade que a escrava Delfina não se referiu a qualquer intervenção do feitor em suas informações, mas disse que resolveu amigavelmente a “*rixa*” com Benedita. Pode ser que Tito inflacionasse sua participação na resolução do conflito, com o intuito de valorizar sua importância perante seus superiores.

²¹ VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 19.

O administrador não chegou a criticar explicitamente a busca feita por Tito pela escrava desaparecida, mas pode-se imaginar que o fato de o feitor limitar “*sua investigação aos lugares onde ela poderia estar...*” lhe causasse algum desagrado. Ora, seria de se esperar que o sumiço de um ou dois escravos na propriedade – que, inclusive, como já foi discutido, fazia duas revistas da escravaria pela manhã – gerasse mais comoção do que a referida pelo administrador. Talvez a certa displicência na procura por Benedita pudesse ser interpretada como um acobertamento velado dos fugitivos. Nesse caso, Tito demonstraria um tipo de proteção e solidariedade a seus companheiros.

Ao contrário do que se esperava no começo desta pesquisa, poucos foram os casos em que feitores escravos foram vítimas de agressões por parte de seus parceiros. Os feitores aparecem de passagem em diversos documentos, mas raramente estiveram no centro de conflitos que vieram a ser registrados pelas autoridades. Um deles, um auto de apelação datado de 1860, em que era réu Inácio, acusado do homicídio de Benedito, ambos escravos de João Pires Batista, colocou uma destas figuras mais em foco. Nas palavras de Antônio Pires Pimentel – solteiro de 15 anos e senhor moço dos cativos – na manhã de 24 de setembro de 1859,

por ordem de seu pai, tirou da prisão em que se achava o escravo de nome Inácio, pertencente ao pai dele respondente, o qual se achava preso por ter andado fugido sete meses e por causa deste crime o levava para o terreiro do quintal para aí castiga-lo com cinquenta açoites, indo também, por ordem de seu pai, escravo Benedito, e assim chegaram ao lugar onde ia ser feito o castigo, ele respondente tirou as algemas das mãos do indiciado neste tempo, ele abaixou-se, como para correr e apenas quando endireitou-se foi com a faca na mão, e logo correu uma facada nele respondente, o [quanto] ele desviasse dela, assim mesmo foi ferido levemente na boca do estômago, a vista disto ele respondente gritou para o escravo

*Benedito que fugisse, do lugar em que estava, porque o Inácio com uma faca nem bem acabadas estas palavras o escravo Benedito recebeu a facada no peito, do lado esquerdo, entre a sexta e sétima costelas, e a dita facada foi dada pelo indiciado Inácio, com isto Benedito largou de uma corda que segurava em a qual estava preso o indiciado, por uma mão. Benedito vendo-se assim ferido mortalmente, caiu por terra, e o indiciado tratou de fugir...*²²

Trata-se, aqui, de uma disputa clara entre senhor e escravo, da qual Benedito acabou sendo a vítima. Pelo que consta dos autos, “o réu havia dito que a morte era para seu senhor moço, mas morreu o parceiro por querer defendê-lo...”. Num momento de extrema tensão, o alinhamento de Benedito com seu senhor-moço lhe custou a vida. Não fica claro se ele de fato tentou defender o rapaz ou se sua simples presença junto dele foi o que levou a sua morte, mas o fato é que, para seu parceiro Inácio, a fidelidade de Benedito naquele momento estava com Antônio Pires. Neste cenário, as figuras desfocadas de réu e vítima se espelham, revelando-se opostas.

De um lado, Inácio – natural de Santos, “ignora a idade, mostrando porém ter mais de quarenta anos, solteiro...”, “mora em casa de seu senhor, não sabe ao certo há quanto tempo, mas que faz alguns anos...” – andou “fugido sete meses” e por isso, ao ser “capturado e entregue a seu senhor”, foi preso e seria punido com cinquenta açoites. Infelizmente, é impossível saber exatamente por que fugira – terá sido devido a castigos excessivos aplicados pelo feitor? – ou como e onde vivera pelos sete meses em que esteve ausente, ou o que levou afinal a sua captura. No entanto, Inácio se afastava assim da figura do bom escravo, não era obediente nem digno de confiança e não buscava, com seu comportamento, aproximar-se ou identificar-se com os interesses senhoriais que, afinal, poderiam lhe trazer benefícios.

²² AESP, ACI, Microfilme 13.01.020, Documento 2. Réu: Inácio, escravo de João Pires Batista, 1859.

Do outro lado, Benedito se encaixava neste perfil: era de confiança e tinha ascendência sobre os parceiros, exercendo, como veremos, a função de feitor. Pode ser que essas diferenças não resultassem em inimizade entre os dois, talvez mesmo eles convivessem algo pacificamente entre si quando viviam na mesma propriedade. Não há menção alguma a rixas ou desentendimento entre eles. A circunstância que os colocou em lados diametralmente opostos naquela manhã, com fins trágicos, foi simples e justamente o fato de Benedito obedecer as ordens de seus senhores e procurar castigá-lo.

É sintomática a arguição do curador do réu ao Tribunal de Apelação: Inácio foi condenado em primeira instância à pena de galés perpétuas, punição considerada injusta pelo curador. Questionando a posição do júri de sentença, que considerou haver o agravante da surpresa na perpetração do crime, argumentou o curador que

O réu praticou o crime quando se tratava de o castigar, com o fim de evitar o castigo, e estando preso está provado que também para evitar a prisão; como é certo que todo preso quer fugir, e para isso lançará mão de qualquer meio, os ofendidos deviam prever que se o réu pudesse, fugiria; portanto o crime não foi imprevisto e não poderia haver surpresa...

As ações de Inácio são assim simplesmente explicadas; afinal, no entender do curador, é dado e “*certo que todo preso quer fugir...*”. Fica a questão se a mesma regra se aplicaria também necessariamente a todo e qualquer escravo na iminência de sofrer castigos. Afinal, Inácio foi condenado à pena de 400 açoites e uso de ferros nos pés por seis meses.

Voltando novamente a atenção à vítima, outras testemunhas depuseram no processo e puderam esclarecer melhor a posição de Benedito naquela propriedade. Uma delas afirmava que “*Benedito costumava feitorizar em ausência de seu senhor, e como este se achava presente por isso supõe que o assassinado não feitorizava a fazenda, e*

que este tinha sido mandado para ajudar a Antônio Pires Ramos a castigar...” o réu.

Outro depoente declarou que

sabe que aquele era feitor da fazenda por ter o visto algumas vezes dirigindo o serviço da mesma. Disse mais por lhe ser perguntado que o senhor do assassinado lhe contara que este era pessoa de sua confiança e que tinha ascendência sobre os mais escravos, tanto assim que feitorizava a fazenda na ausência de seu senhor...

Ainda uma terceira testemunha colocou a questão da maneira mais interessante:

Perguntado se sabia se o assassinado era ou não feitor da casa? Respondeu que era feitor em falta de seu senhor moço, mas que na ocasião do conflito não exercia esta jurisdição, por estar presente seu senhor moço, isto sabe porque morando na casa viu o assassinado substituir sempre a seu senhor moço...

Não constam dos autos informações como a idade ou naturalidade de Benedito, mas eles revelam as funções desempenhadas por ele naquela fazenda. Sabe-se, assim, que ele desfrutava da confiança do senhor, mas também “*tinha ascendência sobre os mais escravos*”, o que lhe possibilitaria feitorizá-los, mas apenas na ausência do senhor.²³ É curioso notar que ele substituíra o senhor-moço no papel de fiscalizador do trabalho de seus parceiros. Antônio Pires tinha apenas 15 anos, mas tudo leva a crer que estava plenamente envolvido na administração da propriedade de seu pai, provavelmente preparando-se para tornar-se, também, um senhor de escravos. Antes disso, contudo, tinha de revezar suas funções com o escravo Benedito e talvez aprender com ele a feitorizar os trabalhadores da fazenda. O feitor funcionaria então como mais do que uma figura de autoridade perante seus pares e intermediário entre eles e o

²³ Van Deburg aponta as circunstâncias algo emergenciais que poderiam levar à escolha rápida de escravos para supervisionarem o trabalho de seus parceiros – tais como doenças ou ferimentos, ou mesmo performances insatisfatórias, dos antigos supervisores. VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 10. A situação de Benedito indica uma outra possibilidade: um certo tipo de revezamento com o senhor-moço no papel de supervisor, mas ambas revelam a instabilidade que revestia esta função, tanto no contexto brasileiro como no americano.

senhores, mas como mentor, ainda que informal, do senhor-moço. Afinal, este último não fora sozinho transportar e castigar Inácio, mas contou com a companhia de Benedito.

Outro Benedito feitor foi réu, e não vítima, em um processo datado de 1876 em que, junto de seus parceiros Ana, João, Martinho e Caetano, era acusado pela morte de seu senhor Francisco de Salles.²⁴ A participação de Benedito no assassinado, ocorrida enquanto os escravos trabalhavam no “*preparo do terreno para plantação de feijão a fim de não se deixar passar o tempo dessa planta...*” e eram castigados pelo senhor pela morosidade e atraso na conclusão do serviço, foi bastante controversa. Ele tinha 25 anos de idade, era solteiro, natural de Campinas e feitor. Em seu depoimento disse que

há muito tempo todos os escravos projetavam a morte de seu senhor por causa de serem muito apertados no serviço e castigados com excessivo rigor e que ele interrogado não obstante sofrer muito também, contudo se esforçava por dissuadir a seus parceiros de semelhante intento; pois tendo crescido junto com seu senhor a quem foi dado em dote pelo pai deste, não tinha coragem de concorrer para o seu assassinato...

O primeiro ponto interessante está no fato de Benedito desfrutar da confiança de seus companheiros, que o incluíram nas discussões sobre o projeto, e mostrar-se digno dela ao não delatá-los. A proximidade que ele indica ter com seu senhor, com quem cresceu, era suficiente apenas para tentar dissuadi-los, mas não para tomar providências mais enérgicas e eficientes para impedi-los, em que pese nisso o fato de ele também “*sofrer muito*”. Benedito revela-se, assim, detentor de uma posição privilegiada que não lhe trazia tantas vantagens quanto seria de se esperar para um feitor criado junto do

²⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.087, Documento 8. Réus: Ana, Benedito, João, Martinho e Caetano, escravos de Francisco de Salles, 1876. Este caso foi analisado em MACHADO, *Crime e escravidão...*, op. cit., p. 94 e ss; SLENES, “Senhores e subalternos...” op. cit.; ALVES, *Quando falha o controle...* op. cit..

senhor. Como colocou Robert Slenes, “o escravo que cultivava o favor do senhor não podia dispensar a ‘amizade’ de seus parceiros. Se assim fizesse, poderia ser alvo do revanchismo deles”.²⁵ Este foi o caso do feitor Benedito de João Pires Batista em 1859, mas não deste Benedito, que parecia fruir laços bastante profundos com seus companheiros de cativeiro.

A tensão na propriedade de Salles chegou a seu limite quando, num domingo, depois de passarem o dia na roça – e não desfrutando de seu tradicional tempo livre – o

mesmo seu senhor ficou muito zangado por não terem eles concluído a tarefa que lhes fora dada de acabar de carpir e destocar um terreno destinado a planta de feijão, que no dia seguinte também seu senhor os mandou para aquele serviço dizendo que iria logo atrás deles e os faria trabalhar de modo a concluírem a tempo. Decorrida uma hora mais ou menos seu senhor foi a roça deixando o animal amarrado em uma porteira no [fecho] do pasto e foi logo arrancando o relho da cintura dele interrogado começando por surrá-lo e passando em seguida aos demais escravos, que nesse dia tinha-se repetido o ajuste feito anteriormente entre os escravos e no qual ele interrogado também entrou...

Seguiu-se um violento ataque ao senhor, com enxadas usadas como armas, de que resultou sua morte. O que mais interessa para a presente discussão é o papel assumido por Benedito nessa trama. A complexidade de sua posição transparece das reiteradas mudanças de atitude que ele relatou ter vivido, num momento tomando parte no ajuste de seus parceiros, noutro recusando-se a participar, segundo os outros réus ajudando no ataque ao segurar o senhor, mas segundo ele mesmo tentando protegê-lo da agressão de seus parceiros. Analisando este mesmo processo, Robert Slenes salientou a verossimilhança da versão de Benedito sobre os fatos. Uma vez “tendo ganhado a preferência dele [senhor] ao longo dos anos, a ponto de ser instituído feitor dos outros

²⁵ SLENES, Robert. W. “Senhores e subalternos...” *op. cit.*, p. 279.

cativos, Benedito teria retribuído ao favor com solidariedade e gratidão, intercedendo pela vida do proprietário, não por sua morte”. No entanto, a sociedade da época, representada no tribunal pelo júri, “não acreditou na história”. Os jurados, continua este autor,

já estava[m] farto[s] de saber de escravos favorecidos que fingiam deferência mas que não mereciam confiança. Nas sociedades escravistas da América, os líderes de revoltas escravas freqüentemente eram cativos ‘privilegiados’: feitores, trabalhadores qualificados, escravos domésticos.²⁶

São diversos os relatos sobre a participação de feitores na organização de revoltas e levantes, como foi apontado por Sueli Queiroz, inclusive na região de Campinas, província de São Paulo.²⁷ Flávio Gomes indicou a grande participação de escravos domésticos e/ou especializados entre os citados num processo de insurreição em 1838, em Vassouras, dentre eles ao menos dois feitores, um dos quais, Epifânio, era apontado como principal líder do movimento.²⁸ Ao estudar o plano de revolta escrava ocorrido em Campinas em 1832, Ricardo Pirola demonstrou que algumas das lideranças do movimento eram cativos de destaque nas senzalas a que pertenciam e as funções especializadas que desempenhavam tiveram grande influência na articulação dos planos.²⁹

Em trabalho clássico sobre uma rebelião de escravos em Demerara, em 1823, Emília Viotti da Costa apontou que os “líderes haviam sido recrutados principalmente entre os escravos qualificados – artesãos e capatazes, mas também barqueiros e maquinistas.”. É instigante notar que os cerca de 9 a 12 mil escravos rebelados

²⁶ SLENES, Robert. W. “Senhores e subalternos ...” *op. cit.*, pp. 281.

²⁷ QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/ INL, 1997, p. 170 e ss.

²⁸ GOMES, *Histórias de quilombolas...* *op. cit.*, pp. 221-2, quadro 4.

²⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2005.

“puseram feitores [livres] e administradores nos troncos e tomaram-lhes armas e munições”, numa clara subversão do cotidiano de violência e dos ritos de dominação a que eram cotidianamente submetidos.³⁰ A província de São Paulo vivenciou um caso semelhante, analisado por Maria Helena Machado, já no conturbado contexto de 1885, quando agitações escravas colocavam lentamente em xeque a viabilidade do sistema escravista no Império. Naquele momento, diversos escravos de uma mesma fazenda se apresentaram à polícia declarando haver agredido o feitor, descrito como excessivamente violento e maligno, e por isso não pretendiam voltar para a fazenda a que pertenciam. O pivô do incidente fora a ordem dada pelo administrador ao feitor escravo Mamede para castigar seus parceiros e, ao negar-se a cumprir o que lhe era ordenado, o feitor fugiu e então os outros escravos caíram sobre o administrador. Nas palavras de Machado:

Nesse caso, o grupo havia transgredido um dos tabus mais bem defendidos em uma sociedade escravista – que é o monopólio do exercício do castigo corporal pelo chicote, infligido pelos senhores e seus prepostos sobre o plantel de escravos, e nunca o contrário – realizando o impensável, colocando perigosamente o mundo de cabeça para baixo.³¹

Também na década da abolição, em 1882, um elevado número de escravos sublevou-se em Campinas, resultando na morte de diversas pessoas entre livres e escravos, também analisado por Maria Helena Machado. Fazendo parte de um complexo movimento com fundo mágico e salvacionista que incluía a existência de uma sociedade secreta, a revolta foi liderada por Felipe Santiago, um liberto reconhecido

³⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 235.

³¹ MACHADO, Maria Helena. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão” in: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 380 e ss.

como feiticeiro e líder carismático. No entanto, a leitura da documentação relativa ao caso permitiu desvelar-se uma “hierarquia constituída”, em que o posto de segundo em comando foi ocupado pelo feitor escravo José Furtado. Delineia-se, assim, um “escravo de confiança” que, por isso, usufruía

de notável autonomia, o que lhe fornecia as condições necessárias para atuar como conspirador e organizador da revolta. Realmente, teria sido Furtado o elo entre Felipe Santiago e os escravos, transmitindo-lhes as ordens, indicando os locais e momentos convenientes para a reunião da sociedade; finalmente, recolhendo as colaborações dos mesmos à organização, na forma de dinheiro ou gêneros, no mais das vezes roubados, e executando as punições ordenadas por Felipe Santiago.³²

Não há indícios de que o feitor Benedito, pertencente a Francisco de Salles na década de 1870 exercesse papel de liderança no plano fomentado por seus parceiros de atacar seu senhor. Na verdade, sua experiência de cativo era bastante próxima da de seus subordinados; talvez ela fosse até mais intrincada pela tentativa de manter a função privilegiada que alcançara através da aproximação com os interesses de seu senhor. Fica claro que Francisco de Salles estava bastante insatisfeito com o ritmo do trabalho de sua escravaria, cuja morosidade talvez atribuísse à incompetência do feitor em fazê-los render a contento. Benedito tinha, portanto, de satisfazer as demandas opostas de seu senhor e de seus parceiros, o primeiro exigindo rapidez e eficiência, atingidos através de um esforço mais intenso dos trabalhadores, enquanto aos segundos interessava um ritmo mais lento e orgânico de trabalho que respeitasse suas folgas costumeiras dedicadas a outras atividades.

Ao chegar à roça, o senhor cumpriu suas ameaças começando pelo feitor e é muito sintomático que ele o fizesse utilizando o próprio relho – reconhecido “emblema

³² MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994, p. 100 e o capítulo 3 como um todo.

de autoridade” do feitor escravo do sul dos Estados Unidos³³ e alhures – arrancado da cintura de Benedito, que este utilizaria em seus parceiros na qualidade de feitor. Esta imagem simboliza bastante claramente a fragilidade das posições ditas privilegiadas ocupadas por escravos: em momento algum elas traziam qualquer garantia de tratamento diferenciado com relação aos outros cativos, sempre havia a possibilidade de o privilégio ser revogado, ainda que momentaneamente, e aqueles indivíduos serem reduzidos à mesma situação precária e brutalizada dos homens e mulheres escravizados com quem conviviam – e que feitorizavam – nas senzalas.

Como apontou Slenes, a manutenção de boas relações com seus parceiros era importante não apenas para a sociabilidade dos feitores, como também para sua sobrevivência. Um processo crime de ofensa física, datado de 1886, talvez seja o mais esclarecedor dos custos pagos por aqueles cativos no exercício de suas funções. Segundo a denúncia, na *“manhã de 29 de janeiro último, estando no cafezal os escravos da fazenda do Major Franco, entendeu o feitor Joaquim de castigar alguns deles. Aproximando-se, para esse fim, Paulo, este opôs-se e lançando mão de uma faca, de que estava armado, agrediu-o...”*³⁴

Paulo – natural do Rio Grande, residente na fazenda de seu senhor havia 8 anos, trabalhador de roça – foi preso na manhã seguinte ao amanhecer, *“por agentes da força pública, vindo consigo seus parceiros de nomes Manoel e Casemiro...”*, na rua do Comércio, município de Campinas, aonde vieram para *“apresentar-se ao Delegado de Polícia...”*. Apesar da companhia, ele admitiu ter cometido o crime sozinho, com uma faca que ele trazia *“por ser costume na fazenda tanto ele como outros escravos usarem*

³³ Van Deburg discorre sobre a função do feitor na liderança ou supervisão das turmas de trabalho, nas quais administrava punições aos trabalhadores que ficassem para trás no desempenho de suas atividades. O relho seria referido por contemporâneos como o “‘emblema de autoridade’ do feitor” e diferiria de acordo com cada propriedade. VAN DEBURG, *The slave drivers... op. cit.*, p. 11.

³⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.01.111, *Documento 6. Réu: Paulo, escravo de João Francisco de Andrade Franco (major)*, 1886.

desse instrumento como necessário para tirar espinhos dos pés e fazer cunha para as enxadas...". Ele teria encontrado Manoel e Casemiro no mato depois de ter cometido o crime, sendo que os dois *"havia fugido da fila antes desse fato para evitarem o castigo..."*. Estes três escravos, quando deparados com a mesma ameaça, reagiram de modos diferenciados. A fuga da fila, empreendida por Casemiro e Manoel, era sempre uma possibilidade apesar de trazer em si outras consequências – afinal eles não se aquilombaram, nem chegaram a se distanciar muito da propriedade. Ao contrário, procuraram rapidamente as autoridades do município que, naquele momento da década de 1880, poderiam se mostrar simpáticas às suas reclamações e reações. Não há mais menções nos autos sobre seu destino depois da chegada à cidade e recolhimento à cadeia. A opção de Paulo por permanecer na fila, a princípio mais obediente ou submissa, não lhe trouxe, afinal, grandes vantagens. Indagado sobre o que o levou a cometer o crime, Paulo respondeu

que na manhã de 29 do corrente achando-se os escravos trabalhadores da fazenda formados no eito, isto havia ser 7 horas da manhã mais ou menos, quando sem ele interrogado saber o motivo, seu senhor, major João Francisco Andrade Franco, mandara formar a escravatura e tirar a camisa de cada um ordenando aos feitores Joaquim e Celso, ambos escravos, que tocassem da direita um e da esquerda outro, sendo que os pacientes todos, inclusive o interrogado, levaram 6 relhadas cada um; que novamente seu dito senhor mandou reproduzir mais seis relhadas em cada um; que alguns ele interrogado viu apanhar seis, como disse, e [mais] seis... que ao chegar novamente a sua vez ele interrogado saiu da fila e ajoelhou-se perante seu senhor para que lhe perdoasse essas seis relhadas, que a resposta que ouviu dar seu senhor foi ordem ao feitor Joaquim para aplicar nele interrogado [cem] relhadas; que tomando-se de medo de apanhar tão grande número de relhadas, puxou da faca e agrediu o feitor, não para matá-lo, que o poderia fazer se quisesse, quando o feitor caiu, mas tão somente para fazer sangue no feitor como meio de

se livrar do excessivo castigo que, se não fosse esse fato das facadas, por certo que ainda hoje estava sofrendo...

Em primeiro lugar, nota-se o discurso do castigo inexplicado e, portanto, imerecido e injusto, que teria motivado o delito. Em segundo lugar, pode-se observar que naquela fazenda não apenas havia um feitor escravo, mas dois. Não é possível apreender nenhuma distinção entre eles, ao contrário: exerciam tão equilibradamente suas funções que castigavam simetricamente os outros escravos, começando cada um por uma ponta da formação.

A existência de dois feitores escravos foi também registrada num auto em que o escravo Isidoro, pertencente a Abílio de Camargo Andrade foi acusado pela morte de “Juvenal, filho de uma escrava da fazenda tapera [sic]” esmagando-o “com as rodas do carro que conduzia, na tarde do dia 28 de setembro” de 1878.³⁵ O administrador da fazenda da Tapera, lançou luz sobre os vínculos familiares de Juvenal:

disse que indo ontem as cinco horas mais ou menos desta cidade para a Fazenda alcançou os escravos da fazenda que iam do cafezal para a fazenda, e aí o feitor negro lhe contara que tinha acontecido uma desgraça na roça que tinha morrido um seu neto por ter passado uma carroça carregada de café por cima de seu neto de nome Juvenal filho de sua filha Theodora, cujo carro era da Fazenda ou chácara do falecido Major Elisiário, e que dita carroça era condutor o escravo de nome Isidoro pertencente a Abílio de Camargo Andrade. Disse mais por lhe ser perguntado que sabia por ouvir dizer pelos escravos da fazenda que houve imprudência da parte do condutor da carroça acima referido por que tendo sido advertido que ali havia crianças no corredor da divisa das duas fazendas por onde passava o carroceiro com a carroça de café.... este respondeu que não se importava e foi tocando os animais por cujo motivo a carroça passou com uma ou

³⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.01.014. Documento 6. Réu: Isidoro, escravo de Abílio Camargo Andrade, 1878.

mais rodas sobre o inocente vindo disso a morrer logo antes de chegar a casa...

A testemunha informante Basílio – casado de 25 anos, natural e morador de Campinas, escravo de Souza Queiroz de Carvalho – acrescentou que

em vista deste acontecimento o feitor mandou largar dos serviços em que se achavam no eito e mandou todos para casa.. Disse mais que explicava esse fato para não haver confusão nas declarações dada o que era de haverem dois feitores naquela fazenda, sendo que o primeiro feitor que é avô da criança não viu o fato, senão depois ao passo que o segundo feitor, que os dirigia no eito presenciou tudo [sendo] o princípio e o fim e chama-se Thobias...

Havia portanto na fazenda não apenas um, mas dois feitores escravos e o fato de serem chamado de “primeiro” e “segundo” sugere a existência de uma hierarquia entre eles. O nome do “primeiro”, avô de Juvenal, não foi informado, mas segundo os depoimentos ele tinha autoridade suficiente para suspender os trabalhos na roça em consequência do acidente. Já Thobias, solteiro de 50 anos, foi chamado a prestar informação e “respondeu... *que sendo segundo feitor da Fazenda de seus senhores dirigia a gente do trabalho no eito do cafezal que divide pelo corredor a chácara do Eliziário...*”.

Transparece aqui, ainda que de maneira muito sutil, parte da hierarquia e funcionamento da fazenda Tapera. Diferente do relatado anteriormente, não havia ali, além de um administrador, um feitor livre e um escravo, mas dois feitores escravos que desempenhavam funções diferentes na propriedade. O “primeiro” feitor, cujo nome não foi revelado, não estava presente no eito, chegando apenas depois do acontecido, ficando o “segundo” feitor, Thobias, responsável por dirigir “a gente do trabalho”. Pela própria natureza do delito investigado, não se pode inferir nenhuma tensão provocada pela presença dos feitores. Talvez se tratasse apenas do momento excepcional em que

uma tragédia se abatia sobre a família do primeiro feitor, mas ainda assim os depoimentos demonstram as possibilidades de conjunção e solidariedade da escravaria da fazenda Tapera, em oposição à recriminação contra Isidoro, também escravo, mas pertencente a outra propriedade e responsabilizado pelo incidente.

Retomando o processo de 1886 em que os dois feitores castigavam quase sincronizadamente seus parceiros, fica claro que eles não sofreriam os mesmos castigos que o restante da escravaria, advindo daí uma diferença significativa da experiência vivida por Benedito em 1876, quando foi o primeiro a ser castigado com o próprio relho tomado pelo senhor. Ainda sobre os castigos, há uma pequena contradição nos depoimentos de Paulo e do próprio feitor Joaquim. O primeiro dissera que seu senhor ordenara a punição, *“sem ele interrogado saber o motivo...”*. Some-se a isso o fato de ela ser intensa: seis relhadas num primeiro momento, mais seis a seguir e, quando Paulo *“ajoelhou-se perante seu senhor para que lhe perdoasse essas seis relhadas, que a resposta que ouviu dar seu senhor foi ordem ao feitor Joaquim para aplicar nele interrogado [cem] relhadas...”*. Segundo esta versão, o pivô da cena, quem tomou a decisão de punir os escravos, foi o próprio senhor, que aliás se mostrou irrazoável ao não atender ao pedido de perdão e recrudescer o castigo. Joaquim apenas obedecia às ordens. Por isso, Paulo *“puxou da faca e agrediu o feitor, não para mata-lo, que o poderia fazer se quisesse, quando o feitor caiu, mas tão somente para fazer sangue no feitor como meio de se livrar do excessivo castigo...”*. A tensão entre feitor e feitorados aparece atenuada nas palavras do réu.

Já o depoimento de Joaquim – de 31 anos, casado e natural do Ceará – conta uma história diferente:

que indo escravo e feitor e seus parceiros escravos todos da fazenda do major João Franco, e mais herdeiro, na qualidade de feitor vendo que o réu presente e mais outros companheiros estando ficando

atrasados no eito da capina indo para os castigar deu primeiro no companheiro do réu presente e quando tratara de castigar a este imediatamente ele dera-lhe uma facada...

Para o feitor, o castigo aplicado aos demais cativos não apenas era justo, como justificado: a morosidade no trabalho de capinação. Sem interferência alguma do senhor, Joaquim teria decidido por si mesmo que aqueles indivíduos mereciam punição e foi eficiente em aplicá-la rapidamente. A autoridade do feitor fica mais evidenciada nesta versão, assim como as consequências para o relacionamento com seus parceiros. De fato, outras testemunhas afirmaram que *“o indiciado presente dissera a ele depoente, no ato de ser recolhido ao calabouço que não matara o feitor porque este correria e que se assim não fora o matava...”* e que *“o réu presente também declarara que havia apanhado, mas que se vingara dando no feitor cinco facadas e que só havia acertado quatro...”*. A primeira colocação foi contestada por Joaquim, *“pois que o que dissera foi não ter matado o feitor porque não quis e nem era essa sua intenção e que dera somente quatro facadas”*. Com ou sem a presença do senhor na cena, o feitor escravo sofreu as consequências do descontentamento e revolta do cativo surrado.

Outra vez comparando as impressões deixadas por réu e vítima, não existe uma diferença tão gritante entre bom e mau escravo como a analisada anteriormente. Ao contrário, um empregado da fazenda afirmou que *“o réu até essa época tinha um procedimento morigerado e ignora que por parte dele réu tivesse havido premeditação...”* O próprio Joaquim relatou que *“é costume dos escravos da fazenda o uso de facas e que o réu sempre lhe pareceu bem comportado, revelando-se apenas muito mau gênio [sic] porque quando sucedia ser castigado ficara amuado, tanto que nessas ocasiões nem se alimentava...”* Novamente percebe-se a vulnerabilidade da condição escrava: mesmo tendo bom comportamento e vida exemplar, a violência inerente ao sistema escravista podia vir à tona de diferentes maneiras, sendo uma das

mais usuais o castigo físico. Para a sensibilidade do século XXI, é óbvio que este tipo de abuso causaria, no mínimo, aborrecimento em quem o sofria, tanto por suas consequências físicas quanto emocionais.

Por mais que homens e mulheres escravizados lutassem continuamente para obter e garantir margens de autonomia e condições de melhorar seus cotidianos e relacionamentos, por mais bem-sucedidos que fossem nessa tarefa, ainda assim, enquanto escravos, tinham poucos recursos para se eximir das brutalidades da vontade senhorial, fosse essa manifestada pelo próprio senhor ou por seus prepostos, livres ou cativos. Preso nessa complexa tessitura, com lealdades divididas e uma agenda própria que o levava a pender para lados diferentes em diferentes momentos, o feitor escravo tentava se equilibrar, sem jamais conseguir alcançar estabilidade.

Administrador e Feitor Livre

Administradores e feitores livres compunham os quadros de organização estabelecidos nas fazendas e, muitas vezes, incorporavam o poder senhorial a ponto de, como mencionado há pouco, serem vítimas de agressões por parte de escravos que se julgavam por eles maltratados. Sintomático é o caso analisado acima em que, mesmo havendo na propriedade um feitor escravo, o feitor livre Malaquias foi vítima de homicídio por parte dos escravos do sítio Samambaia, em 1868.

Tal como ocorria quando de crimes envolvendo feitores escravos, aqueles em que foram vítimas feitores livres apresentam como característica comum o abuso nos castigos e a crueldade dos mesmos, apresentados como justificativa para os delitos cometidos pelos cativos. Em seu estudo sobre as diversificadas ideias produzidas no Império brasileiro sobre a boa administração da escravidão, Rafael Marquese apontou que, segundo Carlos Augusto Taunay, “o único mecanismo capaz de permitir de fato aos proprietários comandarem seus escravos, obrigando-os a cumprir seus deveres, seria

o ‘medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista’”.³⁶ Medo e coação formariam, assim, “o eixo da administração dos escravos”, sendo a última

obtida pela vigilância assídua, enquanto o medo seria interiorizado nos escravos por meio da aplicação dos castigos. Tornava-se necessário então fixar as máximas para a administração das punições. Determinados com moderação, aplicados com razão, proporcionados à qualidade da culpa e conduta do ‘delinquente’, e, sobretudo, executados à vista de toda a escravatura, o objetivo central dos castigos era ensinar e intimidar os demais negros.³⁷

Já o Barão de Pati do Alferes enfatizava a importância de “medidas recompensatórias” como as roças discutidas no capítulo anterior. No entanto,

não excluía de maneira alguma a necessidade da aplicação do chicote. Quando cometida uma falta, o negro deveria ser prontamente castigado, sendo a punição proporcionada ao delito: ‘ele que apanha, se não esquece e se corrige com esta pontualidade. Fazei pois justiça reta e imparcial ao vosso escravo, que ele apesar da sua brutalidade não deixará de reconhecer.’³⁸

Recorrendo novamente ao contexto dos Estados Unidos como contraponto que ajuda a esclarecer o brasileiro, Stephen Crawford fez uma pesquisa com base em depoimentos de ex-escravos em que focalizou especialmente os sistemas de castigos e recompensas no Sul pré-Guerra de Secessão.³⁹ Este autor dividiu as propriedades sulistas em três tipos: aquelas sem punição, com punição não frequente e com punição

³⁶ MARQUESE, *Administração e escravidão... op. cit.*, p. 209.

³⁷ MARQUESE, *Administração e escravidão... op. cit.*, p. 212.

³⁸ MARQUESE, *Administração e escravidão... op. cit.*, p. 222; PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985, p. 64.

³⁹ CRAWFORD, Stephen C. “Punishments and Rewards” in ENGELMAN, Stanley L. & FOGEL, Robert William. (orgs.) *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery. Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom: Technical Papers, Volume II*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1992, pp. 536-550.

frequente. Independentemente dos tipos de cada fazenda, porém, punição era sinônimo de açoites, havendo apenas distinções quanto ao grau e, principalmente, aos motivos que podiam levar ao açoitamento. Nos casos de punição não-frequente, o castigo, quando ocorria, era tido como merecido pelos escravos – como no caso de roubos, brigas com outros escravos e fugas, destruição de propriedades, por aprender a ler, sair da propriedade sem permissão/passe – e poderiam, portanto, ser evitados. Já naquelas propriedades em que as punições eram freqüentes, os castigos ocorriam também por motivos como produção inadequada, em que o trabalho do escravo não satisfazia as expectativas senhoriais, ou por irem os cativos a serviços religiosos sem permissão ou em demasia. Era-lhes, portanto, mais difícil se comportarem de maneira a evitar a punição. Além disso, nesta categoria, o índice de castigos sem motivo definido seria maior, o que indica também maior dificuldade do escravo em evitá-los, já que as regras não seriam tão claras, dificultando seu cumprimento.

Outro ponto de interesse no trabalho de Crawford é a análise quanto à idade dos castigados, que tendiam a ser adolescentes e jovens adultos, tanto devido a uma rebeldia natural neste grupo etário que seria superada em idade mais avançada, quando talvez aqueles mesmos indivíduos alcançassem alguns dos privilégios estabilizadores já debatidos, como casamento ou usufruto de roças. No caso dos cativos mais velhos, as punições se concentrariam mais na saída sem permissão das propriedades do que à produção insatisfatória, fugas ou brigas com parceiros que levavam os mais jovens ao castigo. Quanto às crianças, Crawford aponta para as similaridades na disciplinarização dos escravos com a exercida pelos senhores com as próprias crianças brancas de sua família.⁴⁰

⁴⁰ CRAWFORD, “Punishments and Rewards...”, *op. cit.*, p. 538, especialmente na nota 1 em que um escravo entrevistado relata como era castigado junto de seu senhor-moço por não trabalharem direito.

O aspecto mais instigante desta pesquisa está na conclusão de que a grande maioria das punições físicas aplicadas em escravos e escravas – algo em torno de 80% ou 90% – não se relacionaria diretamente ao controle do trabalho, mas sim a infrações dos códigos de controle social da população escravizada. Apesar de ambos se relacionarem muito intimamente, a sutil distinção apontada por Crawford pode ajudar na reflexão sobre os castigos sofridos pelos escravos da região de Campinas.

A discussão sobre a justiça dos castigos é frequentemente encontrada nos autos criminais analisados neste estudo. Ao denunciar o homicídio do feitor Antônio Joaquim de Camargo em 1857 por seu escravo Felisberto – trabalhador de roça natural da Costa da África, de idade ignorada⁴¹ – Luiz Nogueira Ferraz relatou que a vítima fora assassinada no serviço, no dia 6 de maio daquele ano.⁴² Preso o acusado, este confessou ter sido ele o autor do crime com duas pancadas na cabeça com uma enxada e que o feitor “*judiava muito dele respondente e seus parceiros, e que ontem depois que seu senhor foi ver o serviço, o feitor castigou muito a ele respondente e também a seus parceiros, porém que ele respondente fora mais castigado, e que o castigo fora feito com relho, e porrete nas costas...*”. Como este depoimento ocorria no ato da realização do exame de corpo de delito no cadáver, o juiz municipal determinou aos peritos que examinassem “*as costas do preto para verificar se haviam [sic] essas alegadas sebécias [sic]; e passando os mesmos peritos a fazerem o exame, declararam, que nas costas nenhum sinal existe de castigo, e que apenas na coxa direita aparecem poucos ligeiros sinais de ponta de latigo [sic] de relho...*”.

⁴¹ Vale frisar o fato de Felisberto ser africano, afinal no momento do crime aqueles eram predominantes nas escravarias de Campinas, demografia que seria lentamente transformada nas décadas posteriores ao fechamento do tráfico. Neste processo criminal há também a indicação de que ele fora trazido para o Brasil depois de 1831 e, portanto, sua escravidão era ilegal. Este tema será abordado com mais pormenores no capítulo seis.

⁴² AESP, ACI, Microfilme 13.02.053, Documento 3. Réu: Feliesberto [sic], escravo de Luiz Nogueira Ferraz, 1857.

A conclusão a que chegaram os peritos de que Felisberto não sofrera sevícias é contraditada pelo depoimento outras testemunhas, como o carapina José Ignez de Souza que, trabalhando no sítio, afirmou que “*viu o acusado com sinais de castigo de relho...*”. Outros escravos daquela propriedade serviram como testemunhas-informantes do ocorrido. Reinardo – casado, natural de Pernambuco, que supunha ter 25 anos de idade – fez um riquíssimo relato do ocorrido. Informou que

tendo o feitor de seu senhor Luiz Nogueira, por nome Antônio de tal, tomado zanga com o escravo Felisberto, o espancava amiudadas vezes no serviço, começando essa zanga pelo fato de estar o Felisberto pitando na ocasião que estavam juntando lenha... que no dia do sucesso, que não se recorda a data, estavam os escravos em serviço de capinação de café, e o feitor castigava os escravos todos a torto e a direito com poucas exceções, sendo ele informante um dos excetuados... Dada a palavra ao réu..., requereu que o informante declarasse se o feitor era demasiadamente severo com os escravos da fazenda a ponto de ter sido admoestado pelo senhor dele informante? Respondeu que o feitor era bastante maligno, porém ignora se seu senhor fez admoestações a esse respeito. Requereu mais que o informante declarasse se no dia do acontecimento o feitor castigou ao réu com bacalhau, além do castigo que fez com o relho? Respondeu que nesse dia não surrou com bacalhau, tendo-o feito na ocasião que o réu esteve pitando, porém que nesse dia tentou surrar o réu com bacalhau, mandando a este que se deitasse, e este em lugar de deitar-se para ser castigado, ajoelhava-se pedindo perdão e era então que o feitor dava-lhe com o relho e pau...

Diversos são os pontos de interesse levantados por Reinardo. Em primeiro lugar, é possível afirmar que, como apontou Crawford sobre o Sul dos Estados Unidos, o castigo aplicado em Felisberto não estava diretamente ligado ao simples incremento do ritmo de trabalho, mas ao controle social do trabalhador.⁴³ O réu não foi castigado por

⁴³ “The major controversy over the extent of physical punishment revolves around its use as a labor incentive. The information already examined suggests, however, that physical punishment was not

se atrasar ou trabalhar mais lentamente do que seus parceiros, mas por “*estar pitando*”. Crawford entende que controle social sem dúvida se ligava ao uso eficiente da força de trabalho escrava, mas defende que a punição relacionava-se primeiramente a questões paralelas ao trabalho, ainda que intimamente ligadas a ele. Esta distinção pode ser importante para se compreender tanto o funcionamento da escravidão como um todo, como o da política de medo defendida por Taunay, ainda na década de 1830. É importante frisar que talvez esta separação entre controle do trabalhador e incremento do ritmo de trabalho se atenuassem com o avançar do século XIX, principalmente a partir da década de 1870, em que o crescente preço dos escravos implicava também uma pressão para que produtividade do trabalho escravo fosse maior, como foi discutido anteriormente.

Liga-se, porém, a isto a segunda questão levantada por Reinardo sobre a possível crueldade do feitor. Outro escravo que prestou depoimento à justiça, Benedito – natural de Constituição, casado de 35 anos – foi claro ao afirmar que “*o feitor que era muito malino [sic] castigou os escravos todos em geral a torto e a direito com um relho, inclusive ele informante, com especialidade ao réu a quem o feitor castigou excepcionalmente por duas vezes com relho e com pau...*”. Ora, um dos princípios reguladores do castigo enquanto maneira de ensinar e disciplinar a escravaria era, conforme a explicação do Barão de Pati do Alferes em 1847, que o “negro deve ser

primarily used for work-related offenses. Of the ex-slaves providing information, between 10 and 20 percent gave inadequate production as a reason for punishment. The remaining 80 or 90 percent stressed offenses that related to social rather than work-related control of the slave population. While social control was undoubtedly linked to the efficient use of the slave labor force, punishment remained primarily non-work related. [...] That the frequency of punishment was closely related to infraction of the social code rather than the production code meant that slaves could more easily minimize their personal probability of punishment. The exceptional slave might gain freedom from physical punishment though his ability as a worker (...) For the normal slave, however, avoiding punishment meant performing one's job as well as possible and not breaking any of the social rules that governed the slave community and the slave's relationship with his master.” CRAWFORD, “Punishments and Rewards...”, *op. cit.*, p. 543.

castigado quando faz o crime: o castigo deve ser proporcionado ao delito”.⁴⁴ A queixa contra feitores maus que castigavam em excesso e sem motivo é recorrente; outra testemunha afirmou que “*tem ouvido dizer no sítio que o mesmo [feitor] era espancador de escravos...*”. No capítulo anterior, foram discutidos alguns aspectos de um processo instaurado pouco mais de um ano depois, em 28 de fevereiro de 1858, para investigar a morte do feitor Camilo Pires por Jesuíno, Antônio e outros escravos pertencentes à família de Dona Maria Francisca Barboza.⁴⁵ Jesuíno – também natural da Costa da África, que também ignorava a idade, mas morava em Campinas havia doze anos, casado – afirmou que “*o feitor era muito malino*” e que ele réu tomara parte no plano de assassiná-lo “*porque era um dos maltratado [sic] pelo dito feitor...*”. Outro réu, José – natural de Porto Feliz, de vinte anos, solteiro e residente no sítio de seu senhor fazia perto de oito anos – explicou “*que o feitor era mau porque fazia mais do que seu senhor lhe mandava castigando a ele respondente e aos mais escravos demasiadamente...*”. Lourenço – natural do Ceará, solteiro que mostrava ter quarenta anos, vivia na fazenda de seu senhor havia cerca de um ano e meio - foi perguntado “*por que razão ele respondente e seus companheiros não se queixaram a seus senhores das barbaridades que alegam daquele feitor...*”, descrito por este réu como “*muito cruel para os escravos aos quais castigava continuamente, retalhando-os até nas nádegas...*”. Ele respondeu “*que ele e seus companheiros debalde havia se queixado a seus senhores...*”.

Tanto nos depoimentos destes cativos quanto nos de Reinardo e Felisberto, levantou-se a questão da posição senhorial com relação aos castigos em excesso e sem justificativa aplicados pelos feitores. As posturas dos senhores nos dois casos, porém,

⁴⁴ PATI DO ALFERES, *Memória sobre a fundação de uma fazenda...* op. cit., p. 64. Vale notar que uma segunda edição deste manual foi publicada em 1878, na qual as observações sobre o castigo permaneceram inalteradas. (p. 103).

⁴⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.02.055, *Documento 5. Réus: Jesuíno, escravo de José Barbosa Aranha e outros escravos (Lourenço e Antônio, escravos de Antônio Machado do Prado, José e Miguel, escravos de D. Maria Francisca Barbosa Aranha)*, 1858. Grifo meu.

mostrou-se distinta. Em seu depoimento, Lourenço afirmou que as queixas feitas foram vãs e não há nenhuma indicação de reprimendas ao feitor por seu comportamento. Já Felisberto defendia que o “*feitor era demasiadamente severo com os escravos da fazenda a ponto de ter sido admoestado pelo senhor...*”. Outra testemunha ouvida neste caso, o português Manoel da Costa Guimarães, relatou uma conversa que tivera com Luiz Nogueira Ferraz, proprietário de Felisberto e Reinardo, o qual lhe contou que

tendo ido ao serviço, ao aproximar-se ouviu bulha de castigos que o feitor fazia aos escravos em geral, e que chegando ao lugar, o feitor parou de castigar os escravos, que retirando-se do serviço ouviu bulha de que o feitor continuava da mesma sorte de castigar os escravos, e que chegando em casa disse a sua mulher que estava descontente com o feitor por causa de sua crueldade para com os escravos, e que naquele dia a noite [o advertia] para mudar de conduta, e quando não anuísse o despediria, que passados poucos momentos chegou-lhe da roça o aviso de que o feitor tinha sido assassinado por um dos escravos...

O discurso apresentado por Ferraz – e aqui importa mais o discurso em si do que a veracidade de suas intenções – é bastante sintomático do esforço empreendido por alguns senhores em manter uma imagem paternalista que o sobrepunha ao bom pai que zelava pelo bem estar de seus protegidos.⁴⁶ Como colocou Maria Helena Machado,

A relativa ausência do senhor na vida diária da fazenda, afastando-o, até certo ponto, dos problemas disciplinares usuais, tarefa a ser desincumbida pelo feitor, colocava-o mais ou menos a salvo das críticas de seus escravos, salvaguardando a sua imagem de bom senhor, justo, magnânimo aos olhos de seus cativos. Nesse sentido, embora percebendo claramente que a exploração do trabalho e as normas disciplinares emanavam dos interesses senhoriais, os escravos tendiam a atacar muitas vezes o feitor, alvo mais claramente delimitado e próximo. Assim, se sobre os feitores recaía a fúria dos

⁴⁶ MACHADO, *Crime e escravidão... op.cit.*, p. 60.

escravos, é porque o ‘senhor estava distante’, ‘morava na cidade’, ‘confiava demasiadamente no feitor’ ou, ainda ‘autorizava os castigos’, mas estava apartado o bastante para safar-se da ira dos escravos.⁴⁷

Ferraz assumia a rigor esta posição, inclusive verbalizando sua insatisfação com o excessivo rigor do feitor e acenando com a possibilidade de demiti-lo para o bem de sua escravaria. Muito provavelmente, os escravos e escravas a ele pertencentes tinham ciência desta postura e buscavam se beneficiar dela – talvez reclamando junto a ele das ações do feitor. Todavia, como a escravidão carrega em si grandes contradições, num depoimento posterior Felisberto relatou que, tendo a vítima se tornado “*bárbaro*”, “*teve medo de queixar-se ao senhor, porque se não fosse atendido pelo seu senhor a sua sorte se tornava pior pela maior zanga que o feitor tomaria com ele visto que tinha permissão para o castigar...*”. A visão que seus escravos – ou pelo menos Felisberto – tinham de Ferraz mostra-se em desalinho. Ao mesmo tempo em que este admoestava o feitor e o fazia de modo que a escravaria tivesse conhecimento da reprimenda, podia não atender às queixas do cativo e nem interceder junto ao feitor para que amenizasse o trato dispensado aos escravos, de que resultaria uma piora neste tratamento.

Um terceiro ponto interessante levantado pelo depoimento de Reinardo em 1857 diz respeito ao próprio posicionamento assumido por este escravo em suas declarações. Ele relatou que “*o feitor castigava os escravos todos a torto e a direito...*”, mas ele mesmo era uma das poucas exceções que escapavam a tal tratamento. Considerava-o maligno, mas ignorava as supostas admoestações feitas pelo senhor e referidas por Felisberto. Presenciou os castigos sofridos por seus parceiros, mas apenas soube do homicídio por ouvir dizer “*de outros pretos...*”. Afinal, chegando a novidade a seu conhecimento, juntou-se a “*outros pretos [que] seguiram o réu, o prenderam...*”.

⁴⁷ MACHADO, *Crime e escravidão... op.cit.*, 89.

Reinardo se revela, assim, bastante bem sucedido em corresponder àquelas expectativas senhoriais que grande parte de seus companheiros de senzala não conseguiam alcançar. É instigante notar que a testemunha era um crioulo, enquanto o réu era africano. Diferente do que foi apontado por Crawford, Reinardo aparentemente era mais novo do que Felisberto, mas talvez também por sua procedência, conseguia se movimentar com mais desenvoltura no universo da escravidão e do favor senhorial. Este último fora comprado por Ferraz havia dois anos e meio, tendo seu proprietário anterior, João Bicudo, do Rio de Janeiro, falecido. Pode ser que o tempo de residência na propriedade fosse o fator explicativo nas discrepâncias existentes entre os comportamentos de ambos os escravos, que permitiam a um deles escapar do castigo e ao outro, sofrê-los constantemente.

Não obstante, o escravo Benedito – que, revelando a complexidade das relações estabelecidas entre aqueles indivíduos, ajudou a prender o Felisberto – declarou, ao ser perguntado “*se o réu era bom escravo de serviço, e obediente ou se pelo contrário era [rixosão], insubordinado e mau trabalhador...*” que “*o réu sempre foi muito bom escravo, muito bom trabalhador, em suma é um escravo de lei, e até amigo do peito dele informante...*”. Tal amizade, aparentemente, não se estendia a ponto nem de Benedito participar na ação de Felisberto contra o feitor, nem de impedi-lo de fugir depois dela. Capturado e levado a julgamento, o réu foi condenado à pena de galés perpétuas, mesmo sendo incurso na lei de 10 de junho de 1835, que determinava que crimes como este fossem punidos com pena de morte sem direito a apelação.⁴⁸

Neste mesmo âmbito da sociabilidade escrava, o depoimento de Luiz – de 36 anos, filho de Francisco escravo de Jacinto Vieira da [Costa] Soares, solteiro, brasileiro

⁴⁸ Sobre a lei de 1835, ver RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005; PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de Doutorado em História.

nascido no Rio de Janeiro, escravo de Joaquim Teodoro Teixeira – acusado em 1865 pela morte do feitor “*João Batista, conhecido em Paraibuna, de onde é filho pelo nome de Maranhão*”.⁴⁹ Logo no início do inquérito, quando da comunicação do crime ao delegado de polícia, Teixeira encontrava-se de tal maneira convencido da culpa de Luiz que de partida declarou: “*como seja meu escravo e sobre ele tenha inteiro e legítimo domínio desde já faço dele completa cessão a ação da justiça, renunciando, por esta forma todo direito que sobre o mesmo tenho...*”. Interrogado, Luiz afirmou que

tendo o feitor assassinado [surrado] os escravos de seu senhor, e estando ele respondente fugitivo para [evitar] os castigos, vinha todas as noites ter com alguns escravos seus companheiros, que lhe forneciam alimento, e [aconselharam] ele respondente que assassinasse o feitor, visto que o mesmo feitor prometeu castigá-lo quando aparecesse embora viesse apadrinhado com Jesus Cristo. Resolvendo-se ele respondente a dar cabo do feitor, alguns escravos lhe disseram que escolhesse para isso domingo dia cinco do corrente, visto que sendo eles os mais vivos da fazenda, e tendo de ir [pousar] no laranjal domingo de tarde era boa ocasião para o que pretendia....

Luiz ratifica, assim, a interpretação de Flávio Gomes que, estudando comunidades quilombolas na província do Rio de Janeiro no século XIX, não interpreta os escravos fugidos como isolados da sociedade escravista, discutindo, ao contrário, a existência de um “campo negro”, formado por “quilombolas, cativos e taberneiros – que também podiam envolver caixeiros viajantes, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais”.⁵⁰ Este autor define o campo negro como

⁴⁹ AESP, ACI, Microfilme 13.02.064, Documento 14. Réu: Luiz, escravo que foi de Joaquim Teodoro Teixeira, 1865.

⁵⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 62-3. Ver também GOMES & REIS, João José, (orgs.). *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, pp. 263-290.

uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos. Tal arena social foi palco de lutas e solidariedades entre as comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e até nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos históricos que vivenciaram os mundos da escravidão.⁵¹

Luiz não chegou a formar um quilombo, nem mesmo, aparentemente, juntou-se a um; nem ele cita qualquer contato com outros escravos fugidos. Ele permaneceu em íntima relação não apenas com os escravos de seu senhor, como com cativos de ao menos uma propriedade vizinha, pertencente a Francisco Xavier dos Santos. No mesmo depoimento, aquele réu explicitou as interações vividas com seus parceiros: “*o escravo Adão da mesma fazenda... lhe disse que esperasse atrás da senzala que ele Adão lhe viria contar quando o feitor fosse sair, ou quando estivesse dormindo...*” e depois lhe forneceu a mão de pilão com que cometeu o crime. Já seu “*parceiro Bonifácio lhe trouxe uma porção de virado e uma garrafa de aguardente, da qual bebeu seguramente a metade...*”. Depois de perpetrar o delito, Luiz passou a noite na senzala de Adão e Bonifácio, seguindo para o mato no romper do dia seguinte. Naquela noite, “*se dirigiu a casa de Francisco Xavier dos Santos, a fim de relatar ao se parceiro Paulo, escravo do mesmo Santos, com quem mantinha relações de amizade o fato que acabava de praticar, e convidou o mesmo para fugirem juntos...*”. É curioso que Luiz tenha convidado Paulo a fugir, mas não Adão e Bonifácio, o que sugere que mesmo pertencentes a senhores diferentes sua relação com o primeiro era mais forte do que com os últimos, ou ele percebia Paulo como mais suscetível de aquiescer ao convite.

Quaisquer que fossem suas motivações, ele estava enganado. Seguindo seu relato, o réu combinou de retornar à senzala de Paulo “*na noite seguinte depois que os*

⁵¹ GOMES, *Histórias de Quilombolas... op. cit.*, p. 63.

brancos estivessem dormindo...”, mas ao voltar foi preso “*por dois carpinteiros, um de nome Luiz e outro Francisco...*”, camaradas de Santos. A menção aos “*brancos*” podia significar somente uma maneira de se referir à classe senhorial, mas a fala de Luiz dá margem a que se imagine um carregado clima de tensão em que os escravos negros se opunham aos “*brancos*”, oposição esta conhecida e temida pela classe senhorial.⁵²

Os depoimentos do escravo Paulo e de seu proprietário Francisco Xavier dos Santos desvelam o outro lado desta história, em que Paulo, depois de ser informado do crime por Luiz, procurou seu senhor e lhe contou o que acontecera, planejando então uma emboscada que resultou na prisão do réu. Não é possível conhecer o que levou Paulo a trair a confiança de seu amigo, mas ele foi minucioso ao recontar sua participação no caso: ele “*mandou pedir a seu senhor que viesse ter com ele e... comunicou-lhe tudo quanto o réu lhe havia contado a ele informante...*”. Na noite da captura, “*ele informante acendeu o fogo em sua senzala, e cerrando a sua porta que era de esteira, foi a casa de seu senhor debulhar milho com os outros seus parceiros...*”. Quando voltou à senzala percebeu que Luiz estava lá e armado, então saiu novamente para informar seu senhor desta circunstância. De volta novamente, Paulo

forneceu alimento e bebida ao acusado, depois do que disse ao mesmo, que o fogo estava muito aceso, e que para alguém o não enxergasse achava bom que se escondesse debaixo da cama, e que tendo feito o acusado, e tendo-se ele informante retirado deu o sinal [convencionado], chegando-se então os camaradas que o prenderam...

Retomando o depoimento de Luiz, este fora

⁵² Ver MACHADO, *O plano e o pânico... op. cit.*; AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para um estudo clássico da guerra entre negros, mulatos e brancos na colônia de Saint-Domingue/ Haiti, ver JAMES, C. L. R.. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000. Sobre outras colônias do caribe francês ver DUBOIS, Laurent. *A Colony of Citizens. Revolution & Slave Emancipation in the French Caribbean, 1787-1804*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

Perguntado se Paulo [nessa] noite, antes de ser preso, tratou-o de maneira por que costumava trata-lo, e se nos atos do mesmo não estava alguma diferença? Respondeu que... estava de boa fé, mas lembra-se que houve de notável o ponto de haver Paulo estando [em] fogo mais do que costumava, ficando a senzala completamente clara, ao passo que em outras noites a luz do fogo era tão fraca que mal se podia enxergar os objetos e que estranharia mais se não estivesse de boa fé a circunstância de Paulo fazer contínuas saídas e entradas, e que na última vez que entrou, aconselhou a ele respondente ocultar-se debaixo da cama, por isso que o fogo era grande e alguém de fora podia enxergar a ele respondente; dito isto Paulo retirou-se e ele respondente ocultou-se no lugar acima mencionado, Paulo não voltou mais em seu lugar, vieram [sic] os camaradas que o prenderam, tomando-lhe uma espingarda...

Combinados, estes relatos trazem à tona as diversas relações existentes entre aqueles sujeitos: o relacionamento de Paulo com seu senhor era bom o suficiente para que o primeiro se sentisse seguro em lhe relatar o crime e conceber um plano para capturar seu amigo; os dois escravos tinham intimidade suficiente para que o réu confiasse no parceiro, confessando o crime e combinando a fuga. Estas amizades eram evidenciadas pelas reiteradas ações de Adão, Bonifácio e Paulo para ajudar no sustento do companheiro fugido e foram rompidas no momento do crime, sendo Luiz condenado a galés perpétuas e enviado à cadeia da capital.

Por sua vez, o crime ocorrera no contexto da rigidez do feitor João Batista. Luiz fugira para escapar dos castigos de que era vítima juntamente dos outros escravos de seu senhor. Mesmo “*apadrinhado com Jesus Cristo...*”, “*o mesmo feitor prometeu castigá-lo quando aparecessem...*”. O depoimento de Francisco Xavier dos Santos, proprietário de Paulo, contesta esta visão, já que perguntado

se o feitor tratava com barbaridade os escravos? Respondeu que ... conhecia muito bem o feitor, e sabe que ele não obstante ser exigente

para algumas coisas, contudo tratava muito bem os escravos, e na ocasião em que os escravos apareciam apadrinhados para se livrarem dos castigos que lhe seriam feitos por erros ele [facilmente] atendia, e os perdoava...

Neste caso, é difícil desvendar que tipo de “erros” resultariam em castigos, mas é sintomático que Luiz nem use este termo, mas afirme que o feitor assassinado havia “*surrado os escravos de seu senhor...*”. Ora, o castigo é uma punição infligida para corrigir um erro, enquanto “surra” remete simplesmente ao ato violento, mas não a sua causa. Quando, poucos anos depois, os escravos de Dona Maria Teresa de Jesus Paula assassinaram o feitor Malaquias, Epifânio também referiu a “*pancada*” que recebeu sem que o escravo “*dissesse alguma coisa...*”.⁵³ Neste caso, ocorrido em 1868 e analisado anteriormente, há algumas referências ao julgamento, por parte do feitor, de que o serviço realizado pelos escravos estivesse malfeito. Imediatamente antes da “*pancada*”, Malaquias dissera a Epifânio que “[ajustasse] *o mato...*” e, pouco antes, “*observou a Rafael que ele... tinha deixado um pouco de mato, dizendo-lhe que quase era preciso estar mostrando sempre o mato...*”. Outro réu, Romualdo, contou que o “*feitor Malaquias, o qual tendo tomado muita birra de um escravo de nome Rafael fez uma queixa ao administrador de que esse escravo tinha turrado com ele...*”. Como apontado por Crawford, pelo menos neste momento, pode ser que o recurso ao castigo ocorresse mais para coibir os desafios à autoridade do feitor do que para pontualmente acelerar o ritmo de trabalho ou melhorar a qualidade deste – muito embora os dois aspectos se relacionassem muito intimamente.⁵⁴

⁵³ AESP, ACI, Microfilme 13.02.69, Documento 8. Réus: Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, *escravos de Tereza Maria de Jesus*, 1868.

⁵⁴ Como já foi discutido no capítulo anterior, na década de 1870 tornar-se-ia mais comum que escravos levados à justiça conseguissem articular perante as autoridades o crescimento das demandas por parte de seus senhores a insatisfação causada pela quebra do ritmo costumeiro de trabalho e de comportamentos que eram entendidos pelos escravos como direitos.

Já nos conturbados anos 1880, Francisco – filho de Perpétua escrava de Ana Siqueira Pereira Lima, solteiro de 35 anos e carpinteiro, escravo de José Guatimozim Nogueira – explicou que *“hoje de manhã cedo ao toque do sino para formar a gente o feitor da fazenda José de Godói Bueno, sem razão que justificasse deu nele interrogado uma porção de relhadas...”*, daí sua tentativa de homicídio no feitor.⁵⁵ Devido a sua especialidade como carpinteiro, afirmava a própria vítima que *“esse escravo não pertencia ao eito que ele ofendido tocava, e nem mesmo ia para a roça, fazendo serviço somente no terreiro, por isso não podia reparar com a [fonte da] agressão...”*. Mais tarde naquele mesmo 11 de março de 1880, Francisco encontrou-se a pequena distância do feitor – depois de este retornar *“da roça com a gente...”* – enquanto descascava cana com uma faca de ponta. Como *“ao [frontar] o mesmo feitor, este declarasse a ele respondente que havia de conversar, e ele interrogado temesse que o mesmo feitor fizesse-lhe novo castigo...”* de improviso deu-lhe algumas facadas e fugiu para apresentar-se a autoridade na cidade de Campinas.

José de Godói Bueno nem sequer era responsável pela disciplina e rendimento do trabalho de Francisco, mas, como feitor, tinha liberdade para castigá-lo quando julgasse necessário. Num momento posterior, o réu esclareceu que o *“feitor o perseguia constantemente dando-lhe pancadas, não porque o interrogado faltasse ao serviço ou deixasse de cumprir com as suas obrigações, mas porque entretinha relações ilícitas com uma escrava da fazenda com a qual o feitor também andava envolvido...”*.

No papel de prepostos da autoridade senhorial, administradores e feitores livres formavam um dos vértices do caleidoscópio criado pelos sistemas escravistas e, como tal, estavam sujeitos a arcar com o pesado fardo de submeter homens e mulheres ao jugo da escravidão. Enquanto responsáveis pelo satisfatório desempenho econômico de cada

⁵⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.02.098, Documento 8. Réu: Francisco, escravo de José Guatimozim Nogueira, 1881.

propriedade, eles iam muito além da economia e respondiam também pelo controle social sobre aqueles homens e mulheres. Quando suas ações eram entendidas por seus subordinados como injustificadas, cruéis ou excessivas, enfrentavam fúria e revolta que, por vezes, mostravam-se letais. Os ataques cometidos por escravos contra feitores e senhores demonstram a insistência com que aqueles sujeitos tentavam alcançar e manter não apenas autonomia, mas condições de vida com que pudessem conviver – e os castigos a que estavam sujeitos não faziam parte destas condições.

Os casos analisados neste capítulo tornam clara a intrincada estrutura de administração das propriedades escravistas na região de Campinas na segunda metade do século XIX – e tais características podem eventualmente ser extrapoladas para outras regiões e períodos. O tratamento destinado às escravarias envolvia mais questões do que o simples desempenhar do trabalho que, como discutido no capítulo anterior, consistia no cerne da instituição tal como existiu nas Américas até o final do século. Por isso, muitas vezes manuais como o do já citado Barão de Pati do Alferes explicam alguns aspectos significativos das vivências de homens e mulheres escravizados, mas não conseguem abranger situações como a de Francisco. Mesmo com a privilegiada ocupação de carapina, ele estava sujeito ao relho do feitor livre que nem ao menos supervisionava seu trabalho. Para trazer mais complexidade ao tema, inseria-se nesta relação, que aparentemente deveria versar sobre trabalho e disciplina, uma outra gama de relacionamentos e sentimentos, ligados às vidas afetivas daqueles sujeitos, que serão analisadas a seguir.

CAPÍTULO 4 – GÊNERO E ESCRAVIDÃO: RELAÇÕES DE PODER EM CONFLITO

O princípio norteador do estudo de comunidades escravas é a consideração de que a experiência comum da escravização trazia consigo algumas especificidades partilhadas pelos indivíduos que viviam sob cativeiro. Como já foi apontado, isto não implica necessariamente na formação de laços de solidariedade e companheirismo entre eles, mas também abrange diversos tipos de disputas e desentendimentos. Ainda assim, o fato de se tratarem de escravos colocava diversos sujeitos sob uma mesma rede de vivências e expectativas que justifica sua análise enquanto grupo. Dentro das comunidades escravas, porém, existem outras categorias que podem ser analisadas de forma semelhante, devido às particularidades de suas experiências que as diferenciavam de alguns de seus companheiros – tal como os feitores escravos estudados no capítulo três – e às conflituosas relações que estabeleciam com seus parceiros de cativeiro. Propondo um outro nível de diferenciações existentes dentro das comunidades de senzala, este quarto capítulo foca, portanto, histórias de mulheres escravizadas e os dados fornecidos por autos criminais quanto ao seu cotidiano e aos diferentes tipos de relacionamentos por elas estabelecidos com diferentes atores sociais com os quais conviviam. A partir da observação da participação de mulheres nos documentos levantados, ocupando as posições centrais de réus e, principalmente, vítimas, mas também enquanto testemunhas dos eventos relatados e muitas vezes envolvidas no seu desenrolar, serão tratadas algumas especificidades da condição feminina em questões como a formação de famílias, maternidade e comportamento sexual.

Refletindo sobre os significados de ser escrava e mulher e sobre as relações deste universo com o de seus parceiros imediatos, os escravos de sexo masculino, delineou-se, assim, a abordagem do tema através de uma perspectiva de gênero, e não apenas de uma história das mulheres. Joan Scott, em artigo de 1986 denominado “Gender: A Usefull Category of Historical Analysis”, abordou essa questão, propondo uma definição de gênero dividida em duas partes. Em primeiro lugar, gênero era entendido como um “elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças perceptíveis entre os sexos”, com uma identidade subjetiva e no qual as pessoas atribuíam significados a símbolos os quais, por sua vez, eram carregados de funções normativas. Em segundo lugar, “gênero é uma forma elementar de dar significado a relações de poder”, sendo mesmo uma forma elementar de articular o poder. Colocando o conceito de gênero ao lado das categorias analíticas clássicas de classe e raça, Scott argumenta que, para ser útil, também ele tem de ser entendido como ao mesmo tempo vazio e transbordante, por não ter um significado transcendental e por conter em si “definições alternativas, negadas ou suprimidas”.¹

A diferença entre história das mulheres e estudos de gênero delineava-se, assim, pela consideração dos últimos destas dinâmicas e tensões, não apenas focando-se em contar a história de mulheres que viveram em determinado tempo e lugar, mas se concentrando no que significava então ser mulher, a que forças sociais específicas elas estavam submetidas e quais papéis esperava-se que elas desempenhassem de acordo com seu sexo. Como coloca Maria Odila Dias, ligada aos estudos feministas está a

¹ SCOTT, Joan W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” in *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986). pp. 1053-1075. Martha Hodes explorou a natureza ao mesmo tempo vazia e vigorosa do conceito de raça. Trata-se de um conceito mutável que se ajusta de maneiras diferentes a diversas situações e que, portanto, não pode ser definido de modo estanque. Longe de isso significar que a ideia de raça é frágil, coloca Hodes, “seu poder se encontra na própria habilidade de autoridades legais, econômicas e sociais de atribuir e reatribuir categorias raciais para fins opressivos”. Assim, quanto mais mutável, mais forte ela se torna. HODES, Martha. “The Mercurial Nature and Abiding Power of Race: A Transnational Family Story”, *The American Historical Review*, Vol. 108, n.1, Feb. 2003, p. 2, par. 3. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.1086/533046>. Acesso em 5 de maio de 2015.

hermenêutica do cotidiano, que “procura historicizar aspectos concretos da vida de todos os dias dos seres humanos – homens e mulheres – em sociedade”; é através das “experiências vividas” que podem emergir “os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres”. Para esta autora, as histórias de mulheres apenas podem ser estudadas quando se criam conceitos adequados, cuja temporalização é imprescindível, assim como

sua contextualização histórica para que possam servir de balizas instáveis porém críticas, renegadas todas e quaisquer categorias universais, abandonados quaisquer parâmetros fixos ou permanentes, pois trata-se de posturas teóricas que se constroem enquanto processo de conhecimento movido num mundo transitório.²

Ainda de acordo com Scott, em artigo de 2008 revisando sua postura anterior, os estudos de gênero não devem trabalhar com “um significado fixo para a categoria [feminina], tomando as características comuns das mulheres como um sinônimo de uma entidade coletiva designada ‘mulher’”. O mais importante é questionar a dualidade de “homem” e “mulher” enquanto fatos dados e enfatizar que essa oposição é construída politicamente. Ratificando sua posição anterior, Scott argumenta que gênero “é o estudo da relação (acerca da sexualidade) entre o normativo e o psicológico, a tentativa de ao mesmo tempo coletivizar fantasias e de usá-las para algum fim social ou político, seja ele a construção da nação ou a estrutura familiar.” Para a autora, é o gênero que “dá significado ao sexo e às diferenças sexuais” e não o contrário.³

A partir dessas reflexões teóricas iniciais, outros estudos contribuíram na elaboração do tema presentemente abordado, qual seja o da conexão das especificidades de gênero às da escravidão. Em trabalho sobre experiências escravas femininas no Sul

² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” in *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, no. 2. 1994.

³ SCOTT, Joan W. “Unanswered Questions” in *American Historical Review*, Vol. 113, No. 5 (Dec., 2008). pp. 1422-1430.

dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, Deborah Gray White afirma que, para mulheres negras naquele contexto, gênero era uma de três amarras. O mais importante marcador da posição social de uma pessoa era a cor, intimamente associada à escravidão. Combinados, cor, escravidão e gênero tornavam as mulheres escravas no grupo social mais vulnerável dos Estados Unidos. Quer fossem associadas por sua raça ou por seu status social à escravidão, mulheres negras tiveram de fazer face a dois grandes estereótipos profundamente relacionados ao gênero: o de “mammy” e o de “Jezebel”.⁴

A “mammy”, associada a uma definição da mulher enquanto naturalmente propensa à maternidade e, como consequência, ao carinho, cuidado, sensibilidade e afeto, aproxima-se bastante da mãe preta e da ama de leite das senzalas brasileiras descritas, entre outros, por Gilberto Freyre.⁵ Escravas domésticas, elas eram descritas como mulheres gordas – talvez para indicar que eram bem tratadas e alimentadas – que estavam sempre disponíveis e dispostas a cuidar das crianças brancas e da casa senhorial. Trata-se da encarnação do ideal paternalista da instituição, que atribui aos cativos uma identificação direta com interesses senhoriais, em relações mediadas por benevolência e afeto recíprocos.

O segundo estereótipo delimitado por White é o da escrava sedutora, jovem e de sexualidade exacerbada, em constante busca por contatos sexuais e pelos eventuais privilégios daí decorrentes. A figura da Jezebel também incorpora uma visão paternalista das relações escravistas, na qual senhores e outras figuras de poder

⁴ WHITE, Deborah Gray. *Ar’n’t I a Woman? Female slaves in the plantation south*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1999.

⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. Para uma análise aprofundada desta figura nos parâmetros da história social da escravidão, ver MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão” in Xavier, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto de & GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012, pp. 199-213.

imputavam às mulheres negras a responsabilidade pelo contato sexual que elas não poderiam evitar.⁶

White chama atenção, assim, para a múltipla opressão que recaía sobre mulheres escravas, submetidas enquanto mulheres a um sistema de gênero que ditava seu comportamento e a um tipo específico de violência que as acometia, enquanto escravas à autoridade senhorial, que determinava boa parte de seus modos de vida, de movimentação e mesmo as possibilidades de estabelecerem relações de afeto e familiares e, finalmente, enquanto negras, às teorias racistas que colocavam-nas não apenas em posição inferior com relação aos brancos, mas também associavam a elas uma série de atributos principalmente sexuais que justificavam a violência cometida contra elas.⁷

Estas ideias dicotômicas sobre as mulheres não se limitavam às escravas ou libertas, muito embora tais visões fossem recrudescidas quando sobrepostas aos preconceitos raciais que de diferentes maneiras pesaram sobre as últimas na era moderna. Tratando da “mulher popular rebelde” na França, Michelle Perrot argumenta que o século XIX, em que erigiram as fronteiras entre público e privado,

levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual

⁶ Para uma crítica contundente à ideia de sedução por parte de escravas, ver HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power” in *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996, discutido adiante.

⁷ O excelente estudo de Z. S. Strother sobre a “Vênus Hotentote” é categórico em demonstrar as percepções eurocêntricas sobre grupos africanos, geralmente descritos como primitivos, mas principalmente sobre as mulheres africanas, cujos corpos eram alvo de crescente curiosidade e violência, e aos quais eram imputados comportamentos reprováveis, como sexualidade exacerbada. STROTHER, Z. S. “Display of the Body Hotentot” in: LINDFORS, Bernth (ed.), *Africans on Stage. Studies in Ethnological Show Business*. Bloomington: Indiana University Press, 1999. O contato entre europeus e africanas também foi analisado por Mary Louise Pratt, de maneira bastante elucidativa. Ver PRATT, Mary Louise, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, especialmente capítulos 3 a 5.

comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’, diz um texto operário (1867)...⁸

Estas distinções burguesas também recaíam, guardadas as especificidades de cada contexto, às mulheres brasileiras, cujas representações foram estudadas por Margareth Rago em trabalho sobre prostituição e sexualidade feminina na virada do século, abordando as ambiguidades que marcaram a intensificação da participação da mulher, principalmente burguesa, na vida social da cidade de São Paulo. Por um lado, viajantes, memorialistas e uma nascente imprensa feminina relatavam e defendiam a crescente participação das mulheres nos ambientes públicos, a importância de sua educação e profissionalização e a ampliação de direitos. Por outro, reiteravam ideais de maternidade e domesticidade, no sentido mesmo de que mulheres mais inteligentes e informadas tornavam-se melhores mães e esposas.⁹ Como aponta Silvane da Silva, formavam-se assim imagens bipolares: mulheres honestas *versus* perdidas, virtuosas *versus* de vida dúbia, exemplares *versus* adversas. No entanto, como coloca esta autora, “havia uma enorme distância entre o que era esperado pelas normas estabelecidas e o comportamento cotidiano das mulheres, principalmente as pobres”,¹⁰ que, vivendo num universo em que reinava a informalidade, acabavam desfrutando de maior liberdade do que suas congêneres de elite. A elas era impossível manterem-se nos limites burgueses das casas, vigiadas por maridos e parentes – tinham de tratar da sobrevivência de si e de suas famílias e, assim, tomavam as ruas das cidades brasileiras no século XIX, como

⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 176; 186-187.

⁹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, especialmente o primeiro capítulo.

¹⁰ SILVA, Silvane Aparecida. *Racismo e sexualidade nas representações de negras e mestiças no final do Século XIX e início do XX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2008. Dissertação de Mestrado em História Social, pp. 21-22; 23.

bem apontou Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre a cidade de São Paulo, onde haveria

uma camada de população, furtiva e sorrateira – a da ‘pobreza recolhida’, que saía à rua de noite: ‘formosas sem dote’, mulheres brancas empobrecidas, solteiras e solteironas, disfarçavam a sua pobreza, sob mantos de baeta negra, herdados de tempos melhores. À margem do aburguesamento das novas elites do café, viviam como setores excedentes de mulheres brancas empobrecidas, rejeitadas pela sociedade que lhes deu berço...¹¹

Maria Cristina Wissenbach, em seu estudo sobre a escravidão urbana e a vida de libertos em São Paulo na segunda metade do século XIX, se debruçou sobre as interconexões observáveis em documentos judiciais entre questões de gênero e escravidão. Voltando-se tanto para as experiências de escravos quanto de forros, a autora destaca como mesmo entre setores populares os maridos reproduziam valores socialmente aceitos, tendo “a questão da honra, o papel mantenedor do lar, a fidelidade e a reclusão das mulheres como expectativas”. Suas companheiras, por outro lado, “mesclando anseios próprios à condição escrava com valores dos relacionamentos afetivos, desenvolvem percepções que extrapolam da escravidão e alforria os parâmetros de suas singulares reações.” Como se “às mulheres fosse mais sensível a dupla dominação com a qual se defrontavam, e que, aparentemente, viviam cada uma a seu tempo”, tornava-se “inadmissível a violência do marido que substituíra a dos algozes da escravidão, e intolerável a imobilidade que lhes era imposta.” Assim, em autos de desavenças domésticas entre libertos, Wissenbach observa que

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995, especialmente p. 90. Mais adiante, Dias ainda aponta o papel de protagonismo assumido também por mulheres de elite, as quais, “empresárias ativas, formadoras dos filhos, socializadoras e treinadoras dos escravos, administradoras eficientes de suas lavouras e propriedades” (pp. 104-5), ainda “intrometiam-se constantemente na administração pública” (p. 108).

nos comportamentos das mulheres transparece a série de pequenas resistências e artimanhas improvisadas ao longo da escravidão e que manteriam na sua vivência como forras e casadas; nos dos libertos, traços dos valores machistas da sociedade que, provavelmente, já haviam desfrutado como escravos e que tratariam, também, de estender a seus relacionamentos como alforriados.¹²

Esses documentos revelam, portanto, as lutas de mulheres egressas do cativeiro em negar “a reprodução do domínio escravista na dimensão doméstica” e “manter aprendizados sociais adquiridos” em suas experiências enquanto escravas.¹³

Um ponto bastante interessante da análise de Wissenbach é a advertência sobre a quantidade de conflitos familiares entre libertos investigados por autoridades policiais e judiciais. Para ela, tais inquirições atestam um “olhar excessivamente atento às desarmonias internas das famílias negras, sublinhando tensões que provavelmente existiriam em outras camadas sociais e que, com certeza, seriam resolvidos de maneira privada.”¹⁴ Vêm à tona, dessa forma, uma série de valores e regras que, em determinadas circunstâncias, aproximavam mulheres de diferentes estratos sociais.

Essa questão foi abordada pioneiramente por Maria Odila Leita da Silva Dias em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. Tratando do mesmo ambiente estudado por Wissenbach, esta autora destacou a proximidade física e afetiva em que viviam “pequenas proprietárias de poucos escravos” e as cativas de quem dependiam para sobreviver. Assim, as “relações entre proprietárias empobrecidas e suas escravas, no pano de fundo da escravidão urbana, eram peculiares e, nos fogos de mulheres sós, destoavam do conjunto da cidade, principalmente porque predominavam as escravas mulheres”.¹⁵ A polaridade entre serviço doméstico e tarefas de rua não fazia sentido

¹² WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998, pp. 144-145.

¹³ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 149.

¹⁴ WISSENBACH, *Sonhos africanos... op. cit.*, p. 150.

¹⁵ DIAS, *Quotidiano e Poder... op. cit.*, p. 136.

naquele contexto, em que ambos os trabalhos “ocupavam escravas, mulheres forras e livres pobres, fechadas num círculo estreito de vizinhança e pobreza.” Todas essas atrizes improvisavam, “a duras penas, uma sobrevivência precária, beirando o mínimo vital para si e seus familiares, coletando o que podiam de bicos e miúdas transações, morando precariamente em quartos alugados ou casebres fora de alinhamento, estreitamente dependentes de si mesmas”.¹⁶

Na fluidez dos laços sociais da cidade,

o pequeno comércio local encadeava as relações sociais de trabalho doméstico e de venda ambulante, criando mediações e nexos peculiares entre a exploração propriamente doméstica e caseira e as dimensões sociais da rua e do comércio local; escravas do comércio ambulante e domésticas mal se distinguiam, alternando as atividades conforme o momento, o temperamento e as conveniências de suas proprietárias.¹⁷

Debater as experiências femininas da escravidão implica considerar estas abrangentes temáticas que versam sobre as relações estabelecidas por aquelas mulheres com os universos que as rodeavam e nos quais estavam inseridas e atentar para os papéis por elas ocupados – fosse por vontade própria ou alheia – nessas redes. No entanto, torna-se também necessário abordar as atividades por elas desempenhadas em diferentes contextos, visto que seus cotidianos eram ocupados pelo trabalho e este tinha papel crucial na determinação daqueles papéis.

Mulheres em Trabalho Doméstico

Refletir sobre quais características eram as partilhadas pelas mulheres em geral e quais as diferenciavam entre si mostra-se um aspecto crucial na análise de vivências

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho.” *Estudos Econômicos*, no. 15, 1985, p. 91.

¹⁷ DIAS, *Quotidiano e Poder... op. cit.*, p. 120.

femininas em cativeiro. As atividades desempenhadas pelas escravas podiam ter enorme influência em suas formas de vida; trabalhadoras de roça encontravam possibilidades de interação entre si, com seus parceiros escravos e com o mundo senhorial bastante diferentes daquelas encontradas por escravas domésticas. Ainda assim, grande parte das mulheres escravas não exerciam ocupações especializadas. Segundo Robert Slenes, as escravas que ocupavam posição privilegiada eram minoria dentre as escravarias de Campinas. Analisando cinco propriedades da região, nos anos de 1872-73 e 1886-87, o autor aponta que apenas 26,3% das mulheres escravas (e 14,1% dos homens) acima de 15 anos nascidas no Brasil eram empregadas em posições administrativas, especializadas ou domésticas. O maior índice refere-se às naturais de Campinas, das quais 33,8% ocupavam tais atividades, enquanto o menor, 10,6%, dizia respeito às nascidas na África. Para escravos de sexo masculino, essas taxas ficavam em 21,9% e 6,8%, respectivamente.¹⁸

Uma temática importante nos estudos da escravidão, qual seja a proximidade entre família senhorial e escravos em posição privilegiada, já foi bastante discutida no capítulo três, mas o debate não foi esgotado e precisa ser aqui retomado. Os números levantados por Slenes indicam a tendência a esta proximidade ao demonstrar que os senhores preferiam alçar aos postos mais especializados escravos e escravas naturais da sua região, tratando-se provavelmente de pessoas que cresceram com seus proprietários ou que foram adquiridas ainda muito jovens, através de herança ou doações entre familiares.

Por um lado, ocupar-se destas atividades constituía em si um privilégio, que podia significar o afastamento do duro trabalho de sol a sol nas lavouras, o acesso a melhor alimentação, vestuário e moradia ou mesmo o desenvolvimento de relações de

¹⁸ Ver tabela 2, p. 50; SLENES, *The demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Stanford University, PhD, 1976, Table 10-10, p. 535.

afeto com a família senhorial que garantiriam melhor tratamento para os próprios escravos e para seus grupos familiares.¹⁹ Por outro lado, essa mesma proximidade significava que passavam “longas horas” trabalhando “constantemente sob os olhos vigilantes dos brancos e sujeitos a cada um de seus súbitos, vingativos ou sádicos caprichos”.²⁰

Segundo Maria Helena Machado, tratando da década de 1880,

o espaço de manobra das cativas necessariamente se reportava às relações no âmbito privado do serviço doméstico, sempre entendido como uma troca de favores e de cuidados amorosamente realizados, e nunca como trabalho. Assim, para livres, libertas ou cativas, os caminhos da autonomia estavam marcados por restrições de gênero, que determinavam o ambiente doméstico como quase o único espaço de sobrevivência para as mulheres pobres, fossem elas livres ou não.²¹

Foi nesse universo doméstico que surgiu e se desenvolveu a figura da ama-de-leite, da mãe preta ou da “mammy” norte-americana, cujo papel foi debatido anteriormente. Ainda no contexto americano, Kimberly Wallace-Sanders fez um instigante estudo dessas escravas domésticas e de seu duradouro impacto na cultura do Sul dos Estados Unidos em *Mammy – A Century of Race, Gender and Southern Memory*. Analisando obras literárias escritas por homens e mulheres nos Estados Unidos em diferentes momentos do século XIX, Wallace-Sanders aponta para algumas peculiaridades nas representações da “mammy”: como a instituição da escravidão era defendida a partir da ideia de superioridade e inferioridade racial, a maternidade das

¹⁹ John Blassingame cita diversos exemplos desses privilégios, denominando os escravos domésticos de uma “elite” entre a escravaria, enquanto enfatiza a dureza do trabalho por eles desenvolvido. BLASSINGAME, John W. *The Slave Community. Plantation Life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1979, pp. 250-1.

²⁰ BLASSINGAME, *The Slave Community... op. cit.*, pp. 251. Thavolia Glymph analisa as relações entre escravas domésticas e suas senhoras no Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, relatando a proximidade destas relações e a crueldade das senhoras, em contraposição a um ideal de feminilidade que valorizava domesticidade, delicadeza e bondade. GLYPH, Thavolia. *Out of the House of Bondage. The Transformation of the Plantation Household*. New York: Cambridge University Press, 2008.

²¹ MACHADO, “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: Benedita Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)” in *Afro-Ásia*, v. 42, 2010, p. 168.

escravas – vistas como seres inferiores – “era construída como primitiva, instintiva, baixa. Ao mesmo tempo, sua devoção maternal aos brancos é construída como sublime, extraordinária e sobre-humana”.²² No momento em que a personagem de uma babá salva o bebê que estava sob seus cuidados de um acidente, por exemplo, o autor Joseph B. Cobb elogia o gesto enquanto expressão de lealdade perante a família senhorial – não de coragem ou rapidez de raciocínio. “Seu heroísmo não está ligado a instintos maternais, ou à realidade de que qualquer adulto arriscaria sua vida pela segurança de uma criança; pelo contrário parece que ‘seu traseiro carnudo destina-se a literalmente amortecer os brancos dos choques da vida’”.²³ Nas obras analisadas por Wallace-Sanders é negada à mulher negra uma vivência desvinculada do mundo senhorial; sua ligação com os filhos de seus proprietários seria mais forte do que os laços com seus próprios filhos. Ao estudar o caso da morte de um bebê alimentado por uma ama-de-leite escrava em 1886 na cidade de Taubaté, Maria Helena Machado apresenta um contraponto a esta visão, analisando o drama enfrentado pela cativa ao tentar amamentar e cuidar de duas crianças pequenas, coincidentemente chamadas Benedito, um dos quais seu próprio filho.²⁴

A figura da “mammy” enquanto mãe negligente para com os próprios filhos reflete uma visão mais ampla que considerava as mulheres negras, de maneira generalizada, como depravadas. O trabalho recente de Enidelce Bertin sobre a “feroz” preta Maria relata as peripécias de uma mãe africana livre determinada a permanecer próxima dos filhos e é sintomático do outro lado dessa moeda.²⁵ Sander Gilman mostra como, em algumas obras de arte do século XIX, a mulher negra simbolizava a

²² WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy. A century of Race, Gender and Southern Memory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008, p. 19.

²³ WALLACE-SANDERS, Mammy...*op. cit.*, p. 23.

²⁴ MACHADO, “Entre dois Beneditos...” *op. cit.*

²⁵ BERTIN, Enidelce. “Quando ser ‘possuída da liberdade’ tornava Maria uma ‘preta de caráter feroz’” in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300241394_ARQUIVO_EBertin_Anpuh_11_Texto.pdf Acesso em 01 de maio de 2015.

sexualidade feminina, o que se relacionava diretamente à degradação da mulher. Nas representações artísticas, era a presença de uma mulher negra, normalmente desempenhando a função de criada, que revelava a sexualização da mulher branca, objeto central da obra. A degeneração do comportamento feminino estava associada ao seu corpo, representado com características associadas às mulheres africanas como, por exemplo, nádegas avantajadas. Mesmo que a discussão de Gilman não se refira diretamente a mulheres escravas – ele foca seu trabalho em prostitutas europeias – estas representações são importantes ao considerarmos as formas como as mulheres negras, fossem elas escravas, livres ou libertas, podiam ser vistas e entendidas no século XIX em diversas partes do mundo. Nesse sentido, a exibição de Sarah Bartman em espetáculos no papel de Vênus Negra, em Londres e Paris no início do século XIX, demonstra uma visão da época em que estava estabelecida uma hierarquia entre os seres humanos. Nela, o homem branco europeu estaria no topo, com africanos em geral abaixo dele, mas dentre os quais se diferenciavam os chamados “hotentotes”, grupo originário da região mais meridional da África e considerado ainda inferior a outros grupos africanos. No entanto, a escala admitia outro grupo, tido como ainda mais primitivo: as mulheres hotentotes.²⁶

Os temas da sexualidade da mulher negra e das peculiaridades do trabalho doméstico se interpenetram em histórias individuais, as quais revelam em suas peculiaridades importantes características do tratamento dado a essas figuras dentro de regimes escravistas. Mais uma vez, um estudo norte-americano de um relacionamento extraordinário funciona como base de reflexão. Joshua Rothman questionou o mito

²⁶ GILMAN, Sander L., “Black Bodies, White Science: Towards an Iconography of Female Sexuality in Late Nineteenth-Century Art, Medicine, and Literature” in: GATES, Henry Louis (ed.), *“Race”, Writing, and Difference*. Chicago, The University of Chicago Press, 1985, pp. 223-261. STROTHER, “Display of the Body Hotentot...” *op. cit.*. Para uma discussão sobre a cadeia hierárquica entre seres humanos e seus fundamentos, ver BINDMAN, David. *Ape to Apollo. Aesthetics and the Idea of Race in the 18th Century*. Ithaca, Cornell University Press, 2002, pp. 190-222.

construído nos Estados Unidos segundo o qual as linhas de cor naquele país eram bem definidas e dificilmente cruzadas em *Notorious in the Neighborhood*. Trata-se da investigação do polêmico relacionamento entre uma escrava de nome Sally Hemings e o presidente norte-americano Thomas Jefferson – contato esse que no Brasil se dava de forma mais aberta e menos polêmica, ainda que não fosse socialmente aceito.²⁷ Sally constituía a terceira geração de escravas de sua família que estabelecia relações sexuais com seus senhores; era meia-irmã da esposa de Jefferson, filha do sogro dele com uma escrava, e com ela o presidente iniciou, depois de ficar viúvo, uma ligação que geraria sete filhos num período de 18 anos.²⁸

A família Hemings tinha posição de destaque na propriedade de Jefferson; eram eles que desenvolviam as atividades de cozinheiros, criados e criadas, mordomos e costureiras. Pela história familiar dos Hemings, cujas mulheres tinham, há gerações, filhos com homens brancos, a aparência de Sally a aproximava de uma mulher branca e a distanciava do comum das escravas – seus filhos com Jefferson foram muitas vezes descritos como quase brancos ou brancos. A proximidade com a família senhorial e as características pessoais de Sally são indicadas por Rothman como prováveis fatores que propiciaram o relacionamento de Sally e Jefferson.²⁹ Estes aspectos ajudam a explicar um dos lados da equação: o envolvimento de Jefferson com Sally, mas a contrapartida exige maiores reflexões.

²⁷ Nesse sentido, é sintomática a situação dos filhos mestiços dos relacionamentos entre senhores e escravas, que no Brasil ascendiam à posição dúbia de “mulatos” enquanto nos Estados Unidos poderiam ser identificados como “negros” ou “não brancos”. Ou seja, ainda assim existia naquele país um reconhecimento implícito de relacionamentos inter-raciais, ainda que estes fossem execrados publicamente e, em muitos estados, até mesmo proibidos por lei. A opção corrente na sociedade imperial ia no sentido de branquear esses mestiços, o que causava horror a estrangeiros que visitavam o Brasil e viam-se obrigados a conviver com não-brancos em posição de destaque. De todos os modos, pode-se entender que em ambas as sociedades havia uma rejeição à ascendência africana, seja no contexto americano de restringir direitos, inclusive de mestiços, seja no brasileiro, em que o branqueamento excluía sua herança negra. Ver, por exemplo, a famosa passagem de Henry Koster sobre um capitão-mor mulato, que, ao ascender ao cargo, deixa de sê-lo. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 480

²⁸ ROTHMAN, Joshua D. *Notorious in the Neighborhood. Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003, p. 20.

²⁹ ROTHMAN, *Notorious... op. cit.*, p. 23.

Como bem coloca Rothman, sem negar a possibilidade de afeição entre os dois e nem inferir que ela foi coagida fisicamente a entrar na relação, o fato de ela ser escrava a colocava numa situação bastante frágil. Depois de iniciado o relacionamento, Sally se arriscou imensamente quanto às possibilidades de desfrutar vantagens através dele: “somente Thomas Jefferson decidiria se Sally Hemings e os descendentes dela seriam livres ou escravos em seu país natal. Ele não precisava assinalar isso para ela para ser coercivo. A situação o era, inerentemente”.³⁰ O relacionamento deles se desenrolou

num ambiente em que o corpo da mulher era implicitamente entendido como não pertencente a ela. Qualquer que fosse o poder de negociação que ela possa ter tido, o homem com quem ela negociava já partia com a vantagem de ser seu proprietário e provedor. Não importa as escolhas que ela tivesse a sua disposição, as consequências inerentes a cada uma dessas escolhas demonstram que, afinal, ela tomou sua decisão a partir de uma posição de relativa fraqueza em relação a Jefferson, não de força ou mesmo igualdade.³¹

Robert Slenes discutiu a fragilidade da posição de outra escrava, chamada Marcelina, essa residente no Rio de Janeiro, que teve um relacionamento aparentemente afetuoso – ao menos por parte dele – com seu senhor, em “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. A natureza dessa relação pode ser até certo ponto apreendida por algumas cartas escritas pelo amante e que, preservadas, permitem a Slenes apontar que

Marcelina, antes de aproveitar (ou sofrer) “as noites da barraca” com [o senhor] Antônio, tinha decerto alguma ideia dos ‘prêmios’ que poderia ganhar com isso, prêmios tanto mais atraentes quanto mais era precária sua situação de escrava. Por outro lado, com certeza sabia também o que poderia acontecer se contrariasse os desejos de Antônio. Não que seu senhor necessariamente partisse, nesse caso, para o estupro. Ele pode não ter tido a índole para isso. Ou, se tivesse,

³⁰ ROTHMAN, *Notorious... op. cit.*, p. 24.

³¹ ROTHMAN, *Notorious... op. cit.*, p. 25.

poderia ser dissuadido do ato... pelo apoio que a mulher escrava eventualmente mobilizasse na senzala. Em todo caso, é certo que ele tinha à sua disposição outras represálias eficazes contra escravas ‘desobedientes’, desde os conhecidos castigos físicos à retração de favores.³²

As histórias de Marcelina e Sally Hemings não eram excepcionais nem no Brasil, nem no Sul dos Estados Unidos – a própria história familiar dessa última revela que casos semelhantes eram bastante comuns. Segundo Rothman, mais do que condenar a existência de tramas desse tipo, a sociedade da época condenava sua divulgação:

como casos sexuais duradouros entre homens brancos e mulheres negras na Virginia entre a Independência e a Guerra Civil eram quase sempre segredos abertos mas apenas perigosamente escandalosos quando tornados amplamente conhecidos, brancos envolvidos nessas ligações tinham de confiar que os outros iriam aderir ao código cultural de silêncio público.³³

Esse código de silêncio compunha outra forma de violência contra as mulheres negras, às quais ele negava a possibilidade de buscarem amparo e proteção contra investidas sexuais indesejadas de senhores e seus prepostos. No Brasil, se essas relações eram menos “perigosamente escandalosas”, eram também protegidas pelo próprio funcionamento da instituição, que garantia aos senhores pleno poder sobre os corpos que legalmente possuíam. As escravas empenhadas em trabalhos domésticas estavam particularmente vulneráveis a estes contatos, mas este não se limitava a elas. Permeando tais relações estava o ideal, discutido a seguir, da escrava voluptuosa que seduzia os senhores e alcançava assim privilégios e vantagens.

³² SLENES, “Senhores e subalternos...” *op. cit.*, p. 255

³³ ROTHMAN, *Notorious...* *op. cit.*, p. 31.

Sedução e Poder

Josephine Boyd Bradley e Kent Anderson Leslie, em “White Pain Pollen: an Elite Biracial Daughter’s Quandary”, contam a história de outro envolvimento entre um senhor abastado, residente na Geórgia, e uma de suas escravas, do qual resultou uma filha, Amanda America Dickson. Os questionamentos com que os autores iniciam o texto são tão cruciais quanto difíceis de se responder:

num mundo em que a raça dominante justificava a venda de seres humanos retratando-os como ‘outros’ absolutos, que emoções e ações poderiam ser categorizadas como amor? Poderia um pai branco amar sua filha mulata cruzando essas fronteiras e não socializá-la por estar consciente de que, para o mundo branco ao redor, ela era ‘o outro’?³⁴

Tais questões, relacionadas às possibilidades e formas de afeto entre desiguais nos diferentes mundos da escravidão, são bastante complicadas de serem resolvidas, tanto pela dificuldade em se definir sentimentos e sua intensidade, como pelo difícil acesso a documentação que trate sobre o tema. Na história de Sally Hemings e Thomas Jefferson, por exemplo, Rothman, apesar de imaginar a existência de laços afetivos na família formada por eles, não conseguiu encontrar nenhuma evidência que confirme o tratamento afetuoso, por parte do político, da mulher ou de seus filhos. No caso de Amanda America, o fato de ela ter sido reconhecida pelo pai, David Dickson, e ter sido feita sua herdeira universal (note-se que na ausência de outros herdeiros necessários), além das evidências de convívio íntimo e cotidiano entre eles, a questão do amor parece mais tangível. Robert Slenes discute o caso de um senhor, mulato, que faleceu sem deixar herdeiros necessários e reconheceu em testamento seis filhos que teve com três escravas de sua propriedade e os nomeou seus herdeiros. A situação alcança maior

³⁴ BRADLEY, Josephine Boyd & LESLIE, Kent Anderson, “White Pain Pollen: An Elite Biracial Daughter’s Quandary”, in HODES, Martha (ed.), *Sex, Love, and Race. Crossing Boundaries in North American History*. New York, New York University Press, 1999, p. 213.

dramaticidade por se tornarem seus herdeiros os proprietários das próprias mães, sem a possibilidade de libertá-las enquanto não atingissem a maioridade.³⁵

Ainda assim, trata-se de uma história em que a violência está presente de forma inescapável. Amanda America foi concebida quando seu pai, aos 40 anos de idade, estuprou sua mãe, Julia, então com apenas 12 anos. Logo que o bebê foi desmamado, foi retirado da mãe e levado para viver com a avó paterna – outro ato de violência contra a menina escrava.³⁶ Uma interessante discussão do estupro de mulheres cativas é feita por Saidiya Hartman em “Seductions and the Ruses of Power”, partindo da definição legal do estupro – “conhecimento carnal forçado de uma mulher contra sua vontade e sem seu consentimento” – que não reconhecia nem legislava sobre a tentativa ou o próprio estupro de mulheres escravizadas.³⁷ O que Hartman chama de “discurso da sedução” envolve uma “ideia de relações recíprocas e conluiadas e gera uma construção precipitada da sexualidade feminina em que o estupro é inimaginável. Como a mulher escravizada é legalmente incapaz de consentir ou oferecer resistência, presume-se que ela está sempre disponível.”³⁸

Hartman é bastante veemente ao afirmar, em relação à sexualidade, que “a devastação despótica do poder tornava a violência indistinguível do completo desfrutar da coisa”. Assim,

o estupro desaparecia através da intervenção da sedução – a asserção da cumplicidade e submissão voluntária da mulher escrava. A sedução era central à própria constituição e imaginação do Sul pré-Guerra Civil, pois provia uma maneira de mascarar as fissuras antagônicas da sociedade ao atribuir ao objeto da propriedade uma agência criminosa

³⁵ SLENES, “Senhores e subalternos...” *op. cit.*. Para uma recente discussão sobre doações de propriedade a escravos, ex-escravos ou filhos ilegítimos na ausência de herdeiros necessários e a disputa gerada por tais heranças ver GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

³⁶ BRADLEY & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*, pp. 215-216.

³⁷ HARTMAN, “Seduction...” *op. cit.*, p. 111.

³⁸ HARTMAN, “Seduction...” *op. cit.*, p. 113.

e confusa que dissimulava as bárbaras formas de divertimento branco permitidas pela lei.³⁹

Seguindo esse raciocínio, a noção de sedução, associada a uma representação paternalista da escravidão tipificada por laços afetivos, servia para a construção de uma fantasia social de uma sociedade não-antagônica, orgânica e complementar. “Enquanto teoria de poder, a sedução pretende que haja uma igualdade ostensiva entre dominante e dominado”, de forma que o poder seja definido “não pela dominação, mas pelas manipulações do dominado”.⁴⁰ Trata-se da fórmula que defende o “poder da fraqueza”, ou seja, que escravizados, tal como mulheres e crianças livres, exerciam uma dominação efetiva sobre seus superiores hierárquicos (homens brancos), que sucumbiam a ela devido a sua inerente bondade.⁴¹ Trata-se, em suma, de outra forma de violência exercida contra mulheres negras, mais cruel porquanto distorce a violência sofrida e a camufla em poder e sedução por parte das vítimas.

Voltando à história dos Dickson, a relação entre David e Julia permaneceu envolta em mistérios e contradições. Segundo os autores, a mulher nunca o perdoou pelo ato de violência que gerou sua filha, mas ao mesmo tempo manteve com ele durante muitos anos uma relação algo afetiva – era tratada mais como esposa do que como uma servente, inclusive com relato de um episódio em que Julia agrediu seu senhor por ciúmes dos presentes que ele dera a outra criada. Talvez aqueles pensadores citados por Saidiya Hartman interpretassem esta relação como exemplo final do “poder da fraqueza”, mas nenhum dos autores aqui estudados corrobora tal interpretação. Bradley e Kent concluem que

Julia não exibiu o comportamento estereotipado de uma vítima de estupro. Ela nunca se permitiu ser apagada. Não morreu nem foi

³⁹ HARTMAN, “Seduction...” *op. cit.*, p. 121.

⁴⁰ HARTMAN, “Seduction...” *op. cit.*, p. 123.

⁴¹ HARTMAN, “Seduction...” *op. cit.*, p. 124.

embora, não foi vendida nem fugiu. Ela escolheu ficar, mesmo depois da emancipação, mantendo a memória do estupro viva através de sua presença e vivendo para contar a história⁴².

A vida de Amanda America tem diversas peculiaridades, não sendo a menor delas o fato de a moça ter sido herdeira universal de seu pai e se tornado assim uma das pessoas mais ricas da Geórgia. No entanto, ela nasceu como escrava, em 1849, e só foi libertada após a morte de sua avó paterna em 1864. Enquanto ela era criada como uma dependente na casa do pai, sua mãe vivia uma vida bastante diferente numa senzala, junto dos outros criados. Dessa residência, Julia “ia e voltava para a casa branca de Dickson como uma escrava em posição privilegiada. Ainda assim, essa posição privilegiada não a separava da comunidade negra escravizada”.⁴³ A situação de Julia parece ter sido muito diferente da de Sally Hemings, já que a última parece ter vivido com Jefferson uma relação estável. Julia, vítima de um estupro aos 12 anos de idade,

continuou a viver na propriedade de seu estuprador. Este espaço negava-lhe o papel de mulher, mãe, amante e esposa. A resposta de Julia a essas relações distorcidas era ‘governar David Dickson com mão de ferro’ e controlar as chaves da propriedade, um símbolo reconhecido de autoridade. A liberdade de Julia era resultado de sua habilidade de inverter amor e culpa.⁴⁴

Sua vida, porém, não se resumiu apenas a essas relações deturpadas. Ainda muito jovem ela teve outras duas filhas: em 1853, aos 17 anos, teve uma filha de outro escravo de Dickson chamado Joe Brookens e, treze meses depois, teve outra menina, filha de um homem branco.⁴⁵ Sem oferecer dados mais completos sobre essas crianças e os relacionamentos de que foram fruto, Bradley e Leslie sugerem a existência de outras vivências, exteriores à casa senhorial, que foram experimentadas por Julia. Estas outras

⁴² BRADLEY & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*, p. 230.

⁴³ BRADLEY & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*, p. 218.

⁴⁴ BRADLEY & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*, p. 218.

⁴⁵ BRADLEY & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*, p. 220.

experiências revelam as diferentes possibilidades de interação sexual e/ou afetiva encontradas por mulheres escravizadas: com seus senhores, com seus parceiros escravos ou ainda com homens – brancos ou não – alheios à propriedade em que viviam.

Aparentemente, o relacionamento entre Julia e Joe Brookens não foi muito longo ou não durou muito depois do nascimento de sua filha, Julianna. Mas mesmo quando homens e mulheres escravizados desenvolviam relacionamentos estáveis, o fato de estarem sujeitos a relações escravistas podia trazer-lhes grande instabilidade. Numa sociedade patriarcal e paternalista, o papel de gênero atribuído aos homens era também crivado de problemas e contradições. Aos homens escravos era negada a prerrogativa de proteger suas mulheres e filhos em diversos âmbitos: ele não podia poupá-los de trabalhos pesados e excessivos, não podia impedir que fossem castigados violentamente, nem mesmo que suas mulheres fossem exploradas sexualmente por seus senhores.

Segundo Eric Foner, durante a Reconstrução (período posterior à Guerra Civil), os ex-escravos americanos, tal como aconteceu em praticamente todo o Caribe, tentaram “reconstruir a vida familiar pela retirada das mulheres e das crianças do trabalho de eito nas fazendas”.⁴⁶ Tentavam, assim, exercer aquele poder patriarcal que, afinal, protegia mulheres e crianças dos trabalhos mais pesados, enquanto as relegava aos trabalhos domésticos, os quais apenas eram (mal) remunerados se desempenhados nas casas de terceiros. Essa ação, associada a um desejo de maior autonomia por parte dos recém libertos, provocou “um fenômeno ao qual os contemporâneos atribuíram uma boa parte de escassez de mão-de-obra no pós-guerra.”⁴⁷ Aconteceu então o que o autor chama de uma “luta econômica travada entre fazendeiros e libertos”, os primeiros conseguiram impedir que os últimos tivessem acesso à terra, mas esses se faziam valer

⁴⁶ FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983, p. 41.

⁴⁷ FONER, *Nada Além... op. cit.*, p.80.

da escassez de mão-de-obra “para se opor às tentativas de reinstaurar condições de trabalho que faziam lembrar a escravidão.”⁴⁸

É nos cruzamentos entre trabalho, poder, sedução e afeto que se pode encontrar as vozes de mulheres escravizadas, imortalizadas em autos criminais. Eram sobretudo agentes num meio que se esforçava continuamente por subjugar-las e, sem se encaixar nos estereótipos sobre o feminino e a escravidão que grassavam na época, desenvolviam relacionamentos e eram, por vezes, vítimas deles.

Mulheres Escravas e Crimes

A presença de mulheres escravas se mostra nos autos judiciais de diversas maneiras; enquanto réus ou, principalmente, vítimas, suas vidas foram destrinchadas não apenas pela violência com que foram muitas vezes tratadas, mas também por interrogadores que buscavam dar sentido aos delitos que as envolviam. Nos casos em que elas estiveram no centro das ações investigadas pelos documentos, é possível obter maiores detalhes sobre seus comportamentos, ações, falas, valores, além de diversas expectativas que as rodeavam e cujo descumprimento podia levar a finais trágicos. Outras personagens aparecem de maneira mais esporádica em processos nos quais elas se envolveram apenas tangencialmente, prestando depoimentos sobre crimes que não as envolveram diretamente. As informações daí advindas são em geral mais esparsas, mas ainda podem revelar aspectos importantes de suas vidas.

Tal é o caso de Vitorina, mãe dos réus Simão e Benedito, escravos acusados de ofensa física e tentativa de homicídio ao tentar assaltar a casa do cirurgião-mor Antônio Luiz Patrício da Silva Manso em 1846. O nome de Vitorina aparece em duas parcas linhas de um volumoso processo; na primeira, para mandar que seja notificada a comparecer perante as autoridades policiais com o intuito de prestar esclarecimentos

⁴⁸ FONER, *Nada Além...* op. cit. pp. 81-2.

sobre às ações de seus filhos; na segunda, para registrar que ela foi de fato interrogada como informante, mas “*nada sabia*”.⁴⁹ A mínima participação de Vitorina já é indicativa de dois fatos: em primeiro lugar, que as autoridades acreditavam que ela poderia contribuir com a investigação, demonstrando o pressuposto de íntimo contato entre mãe e filhos. Em segundo lugar, que as expectativas das autoridades foram frustradas pelo silêncio categórico de Vitorina; ao não revelar nenhum conhecimento sobre os atos pelos quais Simão e Benedito eram acusados, ela corrobora a existência de laços que a levavam a tentar proteger seus filhos. A situação de Vitorina não fica clara nem quando de sua intimação, nem em seu depoimento. Ela foi informada em pessoa, não através de seu senhor ou senhora, o que indica que talvez fosse liberta. No entanto, sua fala ficou registrada num “*termo de informações*”, o que sugere que ela não podia ser uma testemunha jurada. Caso ela fosse escrava, não podemos conhecer através dos autos seu senhor. Talvez pertencesse ao mesmo proprietário de um de seus filhos, já que os irmãos pertenciam a pessoas diferentes, mas que faziam parte da mesma família.

Outra aparição bastante elíptica de uma figura materna pode ser encontrada no processo em que era réu o escravo Jerônimo, acusado da morte de seu parceiro Benedito, em 1864.⁵⁰ Tendo fugido da fazenda de seu senhor há vários dias, Jerônimo procurou abrigo e apoio na cidade de Campinas, conseguindo aí cartas de apadrinhamento de um José Antônio Dias da Silva, conhecido por José Mina, e de Maneco músico. Sobre estas figuras o processo não registrou maiores informações; seus nomes remetem a figuras relativamente humildes, mas ainda assim eles se encontravam em posição de escrever bilhetes assegurando proteção a Jerônimo. Vemos aí indícios da proximidade em que viviam escravos e os setores livres ou libertos pobres e as

⁴⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.01.005, *Documento 4, Réu e autor: José Antônio Soares, 1846.*

⁵⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.064, *Documento 11. Réu: Firmino, escravo de Francisco Teixeira Vilella, 1864.* Apesar de a notação feita pelo Arquivo do Estado indicar um réu chamado Firmino, a capa do próprio processo demonstra que seu nome era Jerônimo e nenhum Firmino foi citado em seu decorrer.

possibilidades de ajuda mútua de que desfrutavam. Para Jerônimo, era vantajoso contar com qualquer tipo de proteção que os padrinhos pudessem lhe garantir; José Mina e Maneco talvez percebessem na ação paternalista do apadrinhamento um reconhecimento de status social que os elevava aos próprios olhos e aos de seus pares.

Tendo notícias de que Jerônimo encontrava-se na cidade, o administrador de seu senhor enviou dois escravos em seu encalço, “*para ver se encontravam ao escravo Jerônimo na casa que serve de hospital aos escravos doentes, pois era de supor que ele aí se [acolhesse] visto aí se achar sua mãe, e de fato aí o encontraram...*”. Não constam quaisquer outras informações sobre esta mulher, nem mesmo seu nome; é impossível afirmar se ela trabalhava no hospital enquanto escrava ou liberta ou ainda se estava internada como paciente, se mãe e filho foram separados por venda ou pela alforria ou se havia outros membros da família na região. O que fica evidente é o fato de ela, mesmo vivendo distante do filho já adulto, representar para ele ainda segurança e proteção, a ponto de possivelmente abrigá-lo em sua fuga.

Os dois escravos mandados em perseguição a Jerônimo, de nomes Joaquim e Benedito, partilhavam um parentesco intermediado por outra mulher anônima: eram cunhados. Joaquim, que testemunhou a disputa da qual resultou a morte de Benedito, era viúvo, o que talvez indique que fora casado com uma irmã já falecida da vítima. De qualquer forma, perante as autoridades, ele tentava provar sua inocência argumentando que “*não podia ter sido o autor do delito; 1º porque era cunhado do finado, cujo parentesco não deixa de trazer alguma amizade...*”.

De fato, o âmbito mais proeminente de ação das mulheres escravas era o familiar e afetivo. Nos 14 documentos em que elas aparecem em posição central, principalmente enquanto vítimas, poucos são aqueles em que os delitos se desenrolaram paralelamente às suas afeições. Como já foi discutido anteriormente, a formação de famílias é

geralmente vista como uma das maiores ambições dos cativos, pelo que elas representavam não apenas em termos afetivos, como também em termos de autonomia. Mesmo as manipulações senhoriais desses desejos com o intuito de garantir obediência e disciplina, além de expandir a propriedade através dos filhos gerados por suas cativas, não minavam a ânsia por sua realização e preservação. No entanto, os significados desses laços poderiam variar de acordo com cada indivíduo, com seu gênero e com as posições sociais em que se encontravam.

No caso específico das mulheres, a possibilidade de formação de famílias provavelmente tinha caráter menos dramático do que para homens, já que elas eram minoria nas fazendas da região e por isso tinham maiores possibilidades de escolher um parceiro de seu agrado.⁵¹ No entanto, mesmo esta discrepância numérica podia trazer consigo um ônus, já que, por estarem em menor número, as escravas se viam em situação mais vulnerável, estando mais à mercê dos caprichos e vontades de seus parceiros de sexo masculino e das violentas reações destes quando elas frustravam suas expectativas e desejos.⁵² Nesse sentido, é interessantíssima a observação de Carlos Augusto Taunay, em seu manual de 1837, sobre os casamentos dos escravos. Como coloca Rafael Marquese, “os senhores não deveriam forçar os negros a selar uniões legitimamente na Igreja, por parecer ‘injusto e duro impor novo cativeiro aos escravos, e especialmente às mulheres, que se achariam com dois senhores’...”. Taunay

⁵¹ Slenes aponta, para o ano de 1872, uma população total de 14.028 escravos em Campinas, com razão de masculinidade, entre a população acima de 15 anos, de 213 homens para cada 100 mulheres. Outro dado importante apontado por este autor é a percentagem de casados e viúvos nessa mesma faixa populacional: cerca de 39% de todos os escravos e escravas maiores de 15 anos. Mais especificamente, 28,7% dos homens e 61,8% das mulheres escravizados encaixavam-se nessa categoria, embora o autor considere que provavelmente os números relativos aos homens estejam superestimados enquanto os dados concernentes às mulheres fossem subestimados. Esses dados ajudam a esclarecer a posição vantajosa das mulheres escravas em termos de possibilidades de escolha de parceiros. Ainda que enorme, a razão de masculinidade em 1872 era menor do que a de 1829, quando alcançou a proporção de 286 homens para 100 mulheres. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, Tabelas A-2 e A-3, pp. 264-266.

⁵² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” in *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, no. 2. 1994.

considera, portanto, mais conveniente que os interessados decidam por si legitimar ou não suas uniões “ao pé do altar”.⁵³ Em seu estudo sobre Campinas ao longo do século XIX, Robert Slenes encontrou proporções significativas de escravos e escravas formalmente casados, com variações importantes de acordo com especificidades como o tamanho da propriedade em que viviam, mas não descarta a importância das uniões apenas consensuais existentes entre aqueles indivíduos.⁵⁴ É de se imaginar que, nestes contextos, a submissão das mulheres escravas aos “dois senhores” referidos por Taunay não se limitasse apenas aos casamentos oficiados pela Igreja, mas também abrangesse as uniões informais, estáveis ou não, em que estavam envolvidas.

A seguir, serão analisados alguns crimes que se deram fora deste contexto familiar – o qual será analisado mais minuciosamente no próximo capítulo – como o assalto de quilombolas com o intuito de levar mulheres junto deles e o ataque sofrido por Francisca, uma escrava que andava em uma estrada em companhia de parceiros. O caso de Joana, escrava agredida por um senhor moço, é instigante por dizerem testemunhas que ela lhe havia emprestado dinheiro. Ana, uma viúva proveniente da Bahia, destaca-se como única ré escrava encontrada na pesquisa: junto de seus parceiros, ela liderou o ataque que resultou na morte de seu senhor.

Ventura e Bernardino, escravos de Dona Raquel Umbelina de Camargo e de Vicente de Souza Queiroz, respectivamente, encontravam-se fugidos em 1865, mas gastavam boa parte de seu tempo tentando arranjar companheiras para viver com eles. Foi assim que, na tarde de 19 de junho daquele ano, eles encontraram Vitorina, escrava

⁵³ MARQUESE, Rafael De Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 217. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.78.

⁵⁴ SLENES, *Na senzala... op. cit.*, pp. 74 e ss; 109.

de João de Campos Salles, a qual por ordens deste ia “às roças de seu sítio levar comida aos trabalhadores...” e quando voltava foi “acometida pelos queixados... que, de comum acordo, tentaram arrastá-la para dentro dos cafezais...”.⁵⁵

Submetida a exame de corpo de delito enquanto ainda estava viva, observou-se que Vitorina, de cerca de 25 anos de idade, estava grávida de sete meses quando foi atingida por arma de fogo, cujos projéteis ocasionaram diversos ferimentos nela e em seu filho natimorto. Na mesma ocasião, ela foi interrogada, embora os peritos advertissem que ela apresentava “sintomas de uma morte próxima”. Em suas palavras:

conduzindo a janta aos trabalhadores na roça, em caminho na beira de um pasto, lhe cercaram dois pretos um de nome Boaventura conhecido por (Ventura) [sic] escravo de Dona Raquel, e outro de nome Bernardino escravo de Vicente de Souza Queiroz, ambos armados de espingardas; que aquele instou com ela respondente, para que os acompanhasse para o mato aonde eles se achavam acoitados; ela respondente se recusou de o fazer; e querendo eles forçarem a ela respondente, tomou a deliberação de fugir deles correndo para sua casa, e foi quando então este Bernardino escravo de Souza Queiroz, lhe descarregou o tiro que dado pelas costas dela respondente produziu as ofensas com que se acha...

Poucos dias depois, Bernardino foi preso e, em seu auto de qualificação revelou ser “natural da Costa de África e Moçambique”, filho legítimo de Mussamba e Acaruguissa, solteiro de 24 anos. Boa parte dos questionamentos das testemunhas voltava-se para determinar se os réus já tinham agarrado outras “pretas” para levar ao mato. Leopoldino de Souza Campos afirmou constar-lhe que os réus

andam sempre juntos e acoutados pelos cafezais próximos do lugar em que se deu o delito, e que em outras ocasiões tentaram levar por

⁵⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.01.021, Doc. 1. Réu: Ventura, escravo de Raquel Umbelina Camargo, 1870. Esse documento refere-se à apelação em segunda instância do julgamento, em que se transcrevia o primeiro processo integralmente. Bernardino não consta da notação do Arquivo, mas foi indiciado e julgado pelo delito.

força no mato algumas pretas que encontravam, entre as quais lembra-se de ouvir mencionar uma preta da fazenda “Samambaia” escrava do finado José Francisco...

Antônio Roberto de Oliveira disse que, alguns dias antes do assalto a Vitorina, “dois pretos cujos nomes ignora tentaram conduzir por força ao mato ou cafezais duas pretas...”, uma pertencente a Luiz Pupo e a outra ao mesmo senhor da vítima, “não se tendo dado a levada das pretas ao mato porque elas foram soltas em consequência de aparecer gente que acudiu aos gritos...”. Vitorina se utilizou de estratégia diferente dos gritos por ajuda para tentar escapar; segundo o depoimento de José da Costa Ribeiro, ela contou-lhe que

foi agarrada por Ventura e Bernardino, dizendo Ventura que queria leva-la em sua companhia, livrando-a assim do cativeiro, e assim dizendo a arrastava pelo braço, ao que a ofendida respondera que tinha filhos, e que por isso não podia acompanhá-los e tendo conseguido escapar-se das mãos de Ventura pôs a correr, quando recebeu o tiro... disparado sobre ela por Bernardino...

Já Custódio Joaquim do Prado afirmou que “ela para se ver livre deles disse que ia buscar uma baeta, ou manta, e que depois voltaria, a vista do que os pretos a largaram, e ela vendo-se a alguma distância começou a correr, e então ouviu Ventura dizer a Bernardino que atirasse...”. Os autos não esclarecem se Vitorina de fato tinha outros filhos além do que carregava no ventre, mas é curioso o uso deste argumento para tentar convencer seus sequestradores a não capturá-la. A fala atribuída a Ventura de que assim ela se livrava do cativeiro é sintomática da própria percepção dele sobre a vida como quilombola; ele talvez imaginasse que a mesma motivação que o levava a escapar pudesse ser compartilhada por Vitorina e outras mulheres que abordara anteriormente.

O escravo Inácio, parceiro da vítima, relatou que os réus andavam sempre juntos *“agarrando as negras da vizinhança entre as quais menciona a sua mulher a quem o acusado quis persuadir a acompanhá-la, oferecendo-lhe dinheiro, que nada podendo conseguir lançou mão da força, mas que ela gritando o acusado largou-a...”*.

Uma dessas vítimas – Teresa, pertencente a Dona Teresa viúva de José Francisco, a quem se referiu Leopoldino de Souza Campos – disse que

conhece perfeitamente o acusado presente porque estando ela respondente na roça apanhando mamões foi assaltada pelo acusado presente e um preto que vinha em sua companhia, ambos armados de espingarda, os quais... levaram-na por força ao mato onde ela esteve dois dias em companhia do companheiro do acusado, tendo aquele dito que a levava ao mato para ser sua mulher, e que aproveitando uma ocasião em que ambos se tinham ausentado, fugiu para a casa de seus senhores. Disse mais... que o acusado presente agarrara em uma mulata sua companheira de nome Antônia, mas largou-a porque ela tinha lhe dado muitas dentadas nas mãos...

Bernardino e Ventura viviam, segundo os autos, acoitados pelos matos e cafezais da região, apesar de não se tentar estabelecer a existência de algum tipo de acampamento a que os dois recorressem. Ainda assim, eles foram designados *“canhambora”* pelo preto Inácio, testemunha-informante. Ventura foi afinal capturado pela polícia, em março de 1868, julgado e condenado em primeira instância, mas sua senhora apelou da sentença. Nesse meio tempo, ele permaneceu na cadeia da cidade até dezembro daquele ano, quando conseguiu fugir da prisão e, segundo Dona Raquel Umbelina, *“consta agora... que o mesmo fora preso na cidade de Constituição com mais dois escravos da Suplicante que o mesmo depois que saiu da cadeia induziu, e conduziu consigo, escapando apenas um que não estava no Quilombo; nestes termos como o referido Ventura é um preto perigoso...”*, por isso ela pedia sua imediata transferência de volta para Campinas.

Ao realizar pesquisa sobre os funcionamentos do sistema escravista e as batalhas cotidianas dos cativos para estabelecer os maiores espaços de autonomia possíveis, corre-se o risco de cair na armadilha de opor simplisticamente escravidão e liberdade. Os historiadores sociais da escravidão e do pós-abolição vêm chamando atenção para esta cilada, ao relatar situações diversas em que ambos os mundos se aproximavam e se intercalavam mas, principalmente, ao criticar a concepção, um tanto ingênua, de que à superação da condição de escravo advinha automaticamente a de livre. Com esses avisos em mente, é possível uma aproximação mais realista das figuras de Ventura, Bernardino e as mulheres escravas que eles tentavam repetidamente levar consigo “*para o mato*”. Em primeiro lugar, como bem apontou Flávio dos Santos Gomes, os quilombos não constituíam sistemas alheio à sociedade imperial escravista, mas ligavam-se a ela por diferentes fios.⁵⁶ Bernardino e Ventura, enquanto fugidos, estavam ainda inseridos naquela sociedade e dela participavam, ainda que de maneiras oblíquas; diversas pessoas conheciam sua presença e suas ações, ainda que não pudessem impedi-las e não admitissem tomar parte delas.

Em segundo lugar, não deixa de ser irônico que Ventura, ao propor a suas vítimas uma libertação para o cativo, procedesse de maneira a prendê-las em outros sistemas de opressão, separando-as assim de suas famílias e da vida que conheciam e que podiam escolher não abandonar para viver acoitadas pelas matas. É notório o fato de que aquelas mulheres não queriam acompanhá-los. Tentavam evitá-lo através de gritos de socorro, estratégias e dentadas e, não conseguindo, fugiram logo que podiam, como fez Teresa. Para elas, portanto, a promessa de liberdade provavelmente soava vazia, com implicações de encontros sexuais com parceiros não escolhidos por elas, numa vida de dificuldades e penúria distantes de seus filhos e outros parentes,

⁵⁶ SANTOS, GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

amigos e conhecidos. O medo desse tipo de sequestro é visível em outros autos já analisados, como em 1882 quando Valentina, Luiza e suas parceiras, ao ouvir alguém se aproximando, supuseram “*que era negro fugido e puseram-se a correr para casa...*”⁵⁷ ou quando testemunhas perguntaram a Querubina em 1868 se ela fora ferida “*por algum caiabora ou fugido*”.⁵⁸ Trata-se de uma experiência eminentemente feminina, partilhada até certo ponto por negras e brancas, escravas e livres, como apontou Flávio Gomes ao relatar o sequestro de três menores brancas, ainda donzelas, por um grupo de quilombolas no Espírito Santo em 1846.⁵⁹ Como coloca a senhora de Ventura, escravos podiam ser “*induzidos*” a acompanhá-lo, enquanto os autos demonstram que escravas eram coagidas.

Resta o fato de que essas mulheres podiam ter companheiros, além de filhos, e eles também se viam recorrentemente intimidados pela constante ameaça do sequestro de suas companheiras, filhas ou mães. Aos homens escravos era negada por todos os ângulos a possibilidade de proteger a estabilidade de suas famílias, fato que certamente impactou seus comportamentos e sentimentos das mais diversas maneiras.⁶⁰

Essa impotência masculina pode ser observada ao revés na pessoa de Sabino, escravo pertencente a Fernando Castaneiro, que foi agredido fisicamente por um homem livre, o “*caboclo*” de nome Inácio Galvão Godói em 27 de agosto de 1854. Neste dia, ele andava pela estrada que ligava Campinas a Mogi Mirim com três de suas parceiras:

⁵⁷ AESP, ACI, Microfilme 13.01.103, Doc. 3. Réu: Benedito, escravo de Manoel Joaquim de Moraes, 1882.

⁵⁸ AESP, ACI, Microfilme 13.02.071, Doc. 2. Réu: Filito, escravo de Dona Teresa Michelina do Amaral Pompeu, 1868. Flávio Gomes analisa casos de fuga coletiva e formação de quilombos dos quais participavam mulheres, mas a diferença entre implementar juntos a fuga e ser raptada por fugitivos é bastante significativa. GOMES, *Histórias de Quilombolas...* op. cit., pp. 226 e ss..

⁵⁹ GOMES, *Histórias de Quilombolas...* op. cit., pp. 89 e ss,

⁶⁰ CARNEIRO, Sueli, “Gênero, Raça e Ascensão Social”, *Estudos Feministas*, 3, 1995. HARTMAN, *Seduction...* op. cit., FONER, *Nada além da liberdade...* op. cit.

a africana Francisca, a crioula Benedita e Dalmila, “esta ainda em mui tenra idade”.⁶¹

Pelas duas horas da tarde, encontraram

o referido Galvão [que] sem a mínima provocação, e unicamente pelo escravo [Sabino] recusar entregar-lhe uma das escravas para o fim imoral que ele queria deu-lhe muitos bofetões e chicotadas com um chicote com que se achava, e não satisfeito com isso puxou por uma faca de ponta com que se achava armado e deu-lhe com ela uma facada...

Os peritos de fato consideraram o ferimento bastante grave, mas Sabino conseguiu se recuperar completamente. Segundo informações prestadas por este:

quem lhe feriu foi um caboclo algum tanto claro, que não é muito alto, e que vindo ele paciente hoje cedo do sítio de seu senhor para esta cidade, encontrou na estrada esse caboclo que não conhece... e esse caboclo perguntou a ele paciente se lá por sua banda não andava algum cavalo alheio, e ele paciente respondeu-lhe que não, seguiram ambos seu caminho, e voltando ele paciente para o sítio acompanhado das pretas Francisca, e a crioula Benedita e uma pequena de nome Dalmila, tornou a encontrar com o mesmo indivíduo logo adiante do cafezal do finado Bento da Rocha, e perguntando ele paciente ao dito indivíduo, se havia achado o cavalo que procurava, respondeu-lhe o mesmo que não, e então o mesmo indivíduo disse a ele paciente que queria conversar com aquela preta que ia em sua companhia, e ele paciente respondeu-lhe que isso não podia ser, logo apeou-se o indivíduo, puxou por uma faca e fez-lhe o ferimento...

Em seu interrogatório, Inácio Galvão – filho de João Garcia de Godói e sua mulher Ana Garcia, casado de 20 anos, carpinteiro e natural e Mogi Mirim – confirmou ter andado a cavalo na estrada naquele dia, indo até o rio Atibaia:

⁶¹ AESP, ACI, Microfilme 13.01.047. Documento 8, Réu: Inácio Galvão Godoi, 1854.

Perguntou-lhe mais se quando de volta não encontrou com um preto adiante do cafezal de Bento da Rocha acompanhado de uma preta e uma crioula, que se acham ambas presentes? Respondeu que não se lembra, e nem se recorda de haver visto a preta e a crioula que se acham presentes. Foi-lhe mais perguntado se vinha calçado ou descalço, se trazia rebenque com que tocava o cavalo, e uma faca de ponta na cinta? Respondeu que trazia o rebenque com que tocava o cavalo, mas que não trazia faca, porque [não tem]...

Contestando o Libelo Crime Acusatório, Inácio Galvão alegou negar o fato aludido, “*por não ter consciência de o haver perpetrado...*”, pois “*ele nesse dia se achava em estado de embriaguez...*”. Interrogado perante o Júri, Galvão reafirmou que estava muito embriagado no dia do delito e, por isso, mal se recordava do que acontecera:

Perguntou-lhe mais se não se recorda de haver encontrado nessa estrada com um preto que levava um balaio na cabeça acompanhado de uma preta e uma crioula inda rapariga? Respondeu que não se recorda. Perguntou-lhe mais se as pessoas que o argue [sic] de ter cometido esse crime dizem de quem era a faca com que se diz haver ele respondente cometido o crime? Respondeu que não sabe a quem atribui pertencer a faca com que dizem haver ele cometido o delito...

Segundo consideração dos jurados, Galvão de fato feriu ao escravo Sabino, mas sem circunstâncias agravantes e com atenuantes e sem superioridade de armas, sendo ele condenado no grau mínimo do artigo 201 do Código a um mês de prisão simples e multa correspondente a metade desse tempo. As circunstâncias do delito, o envolvimento da escrava Francisca e as decisões do júri ressaltam a posição de fragilidade em que se encontravam as mulheres sob cativo. Galvão se julgou no direito de simplesmente requisitá-la para, segundo palavras do Libelo Crime, “*fins libidinosos*”, esperando ser prontamente atendido por ela e seus companheiros de estrada. Enquanto escrava, Francisca não estava protegida do assédio de qualquer

homem que a encontrasse numa estrada e, caso fosse de fato violentada, não tinha meios de se proteger legalmente. Seu senhor, sim, poderia cobrar alguma reparação ou punição para o agressor, mas ainda assim ficam claros os diversos tipos de violência a que estavam vulneráveis as mulheres escravizadas. Com as devidas ressalvas referentes aos diferentes contextos, momentos e resultados, a história vivida por Francisca remete à vida de outra escrava, a já referida Julia, que vivia na Georgia e foi violentada aos 12 anos por seu senhor.⁶²

A postura de Sabino, por outro lado, é sintomática da impotência vivida por diversos homens escravos em defender suas mulheres – fossem com elas casados, tivessem relacionamentos, estáveis ou não, ou apenas fossem seus parceiros de cativeiro e interessados no seu bem estar. Nesse caso em específico, Sabino parece ter sido bem sucedido em impedir o ataque a Francisca, ainda que disso resultassem graves ferimentos contra si. No entanto, é possível imaginar outras ocasiões em que o agressor não foi repellido ou o que teria acontecido à escrava se ela por acaso estivesse sozinha naquele dia ou em companhia apenas de Benedita ou Dalmila. Certamente ela tentaria se defender, mas seu sucesso poderia ter sido muito menor não fosse a presença de Sabino para ajuda-la naquele momento.

Um grau diferente de violência é revelado pela decisão do júri ao responder ao quesito que indagava se Inácio teria ou não cometido o crime “*impelido por motivo reprovado*”. Eles não conseguiram chegar a nenhuma conclusão e se dividiram exatamente ao meio, seis jurados votaram sim e seis votaram não. A posição do júri em outros processos revela a banalidade de crimes sexuais contra mulheres escravas, pois a

⁶² BRADLEY, & LESLIE, “White Pain Pollen...” *op. cit.*

presunção de roubo apresentava-se mais “*reprovável*” do que a violação de uma mulher cativa.⁶³

No entanto, Francisca não foi de fato violentada, seu parceiro Sabino foi competente ao defendê-la, ao menos naquelas circunstâncias, em mais uma demonstração das possibilidades de existência de redes de solidariedade e proteção existentes na comunidade escrava. Por mais frágeis que estas fossem, podiam também ser cruciais na preservação da vida e da dignidade sob cativo.

As ameaças ao bem-estar de mulheres cativas, porém, podiam vir das mais diversas frentes. Em 16 de junho de 1855, a escrava Joana, pertencente a Antônio da Costa Galvão, não conseguiu se proteger nem obter ajuda que a impedisse de ser espancada e agredida com “*instrumento contundente*” por Joaquim Jacinto da Luz – filho de Maria Jacinto da Luz, de 38 anos, carpinteiro casado natural de Mogi Mirim – “*no lugar denominado do Cambuisal [sic] já no escurecer*”.⁶⁴

A primeira testemunha arrolada no processo foi Francisca das Chagas – que era comadre da ofendida, mais uma demonstração das intrincadas redes que ligavam escravos e livres – e ela descreveu o conflito, dizendo não ter visto o início da contenda, mas

que estando dentro de sua casa ouviu a voz da preta Joana, dizendo que nhozinho [sic] podia dar e fazer o que quisesse porque era seu senhor moço, e que por isso ela era seu dinheiro e que estava apanhando por ter emprestado dinheiro a ele, e o réu respondeu que não era seu dinheiro mas que podia dar, matar e fazer o que quisesse...

⁶³ Martha Abreu e Sueann Caulfield fizeram um estudo sobre o controle social do corpo feminino já durante a República, baseado em processos criminais de estupro e defloramento. ABREU, Martha & CAULFIELD, Sueann. “50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890-1940)” in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 2, ano II, no. 1/2 Uberlândia, 1995. Sobre a interpretação de quaisquer relações sexuais entre escravas e senhores – e, poder-se-ia extrapolar, homens livres – como estupro, ver HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power...” *op. cit.*

⁶⁴ AESP, ACI. Microfilme 13.01.051. *Documento 3, Réu: Joaquim Jacinto da Luz, 1856.*

Thomás dos Santos Inocentes também depôs e afirmou

que recolhendo-se para sua casa do seu trabalho encontrou com o réu Joaquim Jacinto conversando com a preta Joana que estava com um tabuleiro na cabeça e esta dizendo em altas vozes, que não só ele como a sua Sinhá moça haviam de pagar esse falso nos quintos dos infernos e que então o réu presente... inflorecendo-se [sic] deu-lhe um tapa com o qual o tabuleiro caiu, e nisto a preta correu para entrar em uma casa aí o réu presente atirou-lhe com uma cepa de plaina, e ele depoente continuando o seu caminho ouviu que a preta continuava a insultá-lo, e que tinha apanhado por ter emprestado dez mil reis...

O réu Joaquim Jacinto esclareceu em seu interrogatório

que... por ser sua sogra senhora da negra e ela não se dando com ele interrogado não fazia caso que esta vivendo quase como forra o insultasse, e ele vendo que ela ficava zangada quando se fazia queixa de sua preta assentou [ou acertou] de corrigir // quando ela o insultasse...

Menos de um mês após a denúncia e depois de aceito o Libelo Crime Acusatório e do pronunciamento do réu, o senhor de Joana, Antônio da Costa Galvão, resolveu que “sendo o Réu cunhado do Suplicante, e querendo não persegui-lo, quer desistir da Acusação, como por esta desiste...” O processo de investigação e punição pela agressão feita a Joana podia ser simplesmente deixado de lado, porque os interessados nele legalmente eram homens livres, e não a vítima. Ainda assim, os procedimentos legais não foram interrompidos, mas tiveram prosseguimento com o promotor público assumindo a acusação por julgá-la procedente. Não obstante, o caso só foi a Júri em setembro de 1856.

Perante o tribunal, Joaquim Jacinto insistiu que o motivo da acusação estava no fato de que “o queixoso seu cunhado e sua sogra vivem intrigados com ele respondente por isso atribui má vontade destes...” e “que a preta de que se trata é escrava de sua

sogra, e que ele respondente tinha faculdade da mesma sua sogra para castigá-la quando ela se portasse atrevida com ele respondente...”

Continuando o interrogatório, foi

Perguntado mais como combina ele respondente o que acabou de dizer quando disse primeiramente que atribuía o motivo da presente acusação a má vontade de sua sogra e seu cunhado, com o que acaba de dizer, isto é, que sua sogra lhe havia dado faculdade para castigar escrava [sic]? Respondeu que o motivo da rixa que sua sogra tem com ele respondente é posterior a faculdade que lhe havia dado anteriormente para castigar a escrava, e [nasceu] o motivo da rixa pela razão de querer ele respondente mudar-se deste termo para Mogi Mirim, e opor sua sogra que chegou até aconselhar a filha mulher dele respondente, a separar-se de sua companhia... que razões teve ou que insultos recebeu ele respondente da escrava de sua sogra para a castigar tão desapiedadamente, chegando a feri-la e podendo matá-la com a pancada de cepo que lhe atirou? Respondeu que tendo a escrava insultado a ele respondente de palavras na rua de baixo por ser lugar muito público não quis ele respondente altercar com a mesma, e por isso lhe mandou recado por uma irmã da mesma escrava que o não tornasse a fazer outro tanto, porque ele respondente a castigaria e nesse mesmo dia depois que ele respondente largando o serviço da obra que estava fazendo para João // e recolhendo-se para sua casa, topou com a mesma escrava que continuou a injuriá-lo, e a mulher dele respondente dizendo-lhes entre outras coisas, que fossem para o Inferno, o que obrigou a ele respondente a lhe dar uma bofetada, que longe de fazer sossegar a escrava fez com que ela atirasse em terra o tabuleiro de quitandas que trazia e redobrasse os insultos que lhe dizia, o que obrigou a ele respondente a atirar-lhe com a cepa de paina que trazia na mão...

Afinal, o réu foi absolvido pelo júri que entendeu que existia “no réu a qualidade de senhor da escrava como genro que era da senhora da dita escrava para a

castigar moderadamente...” e que o “*castigo que fez o Réu à escrava [não] era contrário a lei...*”[grifo meu].⁶⁵

Ficou, porém, sem esclarecimento o depoimento das duas primeiras testemunhas que afirmaram ter sido o pivô da discussão o dinheiro emprestado pela escrava à sua senhora moça e/ou ao marido desta. As falas das testemunhas levantam diversos questionamentos para os quais não é possível encontrar resposta: a quem pertenceria o dinheiro que Joana emprestou e quem a castigaria pelo empréstimo? Seria fruto de suas poupanças ou ela simplesmente o guardava, depositária da confiança de outrem – talvez até mesmo de sua senhora, que tinha a prerrogativa de castigá-la?

De qualquer forma, Joana parece ter sido envolvida na disputa familiar existente entre seus proprietários, a própria denúncia e acusação inicial feita entre os parentes de sua senhora. O caso, então, não era de queixa pela agressão de uma escrava, enquanto propriedade de outrem, mas pretexto para a implicância contra o novo membro da família, o qual ainda desejava mudar-se da cidade levando a esposa. Esposa essa, mulher livre, que, idealmente, devia ao próprio marido obediência, inclusive devendo mudar-se para outra cidade por vontade dele. A contestação deste ideal feminino pode ser encontrada nas atitudes da mãe da moça, senhora da escrava Joana, a qual pretendia proteger a filha e mantê-la próxima a si, mesmo que à revelia da vontade do marido.

Sabemos através dos autos que Joana tinha uma irmã na mesma propriedade ou nas proximidades, através da qual Joaquim Jacinto tentou controlar o comportamento da ofendida. Tinha também uma comadre na primeira testemunha jurada do processo. Ela não apresentava o comportamento esperado de uma cativa, muito pelo contrário, enfrentava aberta e violentamente, em público, a autoridade do jovem senhor, situação que para este se tornou insustentável. Apesar da absolvição na justiça, não é possível

⁶⁵ Grifo meu.

saber se afinal Jacinto não sofreu outros tipos de represálias ou se o episódio serviu para harmonizar as relações dentro da família senhorial.

Em termos de rebelião contra os papéis de escrava e mulher submissa, no entanto, não se encontra nos processos criminais figura mais expressiva que Ana – viúva baiana de 22 anos de idade, filha de Rita e trabalhadora de roça. Seu marido, Luís, pertencera à mesma propriedade pelo menos até 1872, quando ambos foram matriculados juntos. Única ré constante deste estudo, ela foi indiciada e julgada pelo assassinato de seu senhor, em 1876.⁶⁶ Ana confirmou sua participação nas combinações existente entre diversos cativos para se cometer o homicídio e foi condenada por suas ações à sentença atenuada de 150 açoites (dois de seus parceiros sofreriam o dobro de vergastadas).

Em seu depoimento, Ana confessou em detalhes o planejamento e execução do crime:

no dia de ontem ela interrogada e todos os seus parceiros escravos de Francisco de Salles tinham se combinado pela manhã quando foram para o serviço de roça de matar a seu senhor logo que ele aparecesse no dito serviço e durante todo o dia aguardaram assim resolvidos a assassiná-lo; que esta combinação já era de algum tempo projetada entre os escravos da fazenda, não se tendo porém resolvido em definitivo senão no dia de ontem, [em] que entretanto não puderam levar a efeito tal resolução porque o dito seu senhor não apareceu no serviço; que hoje pela manhã no despontar do sol seu senhor foi a roça; onde já se achava ela interrogada e seus parceiros empregados no trabalho, e ali chegando começou logo ele a surrar com seu relho quase todos os escravos, tendo ela interrogada também apanhado, que em virtude da combinação havida ontem e repetida hoje ela interrogada devia ser a primeira a dar em seu senhor e gritar imediatamente para que seus parceiros se atirassem sobre ele, pois

⁶⁶ AESP, ACI, Microfilme 13.02.087; Documento 8, Réu: Ana, Benedito, Martinho, João e Caetano, escravos de herança do finado Francisco de Salles, 1875 [sic].

estes não tinham coragem de tomarem a iniciativa da agressão, e assim ela interrogada algum tempo depois de haver apanhado, e no momento em que seu senhor se abaixava para cortar com a faca um [toco de lixa], descarregou sobre ele um golpe com a enxada, não tendo entretanto esta o alcançado, e gritou incontinenti por seus parceiros, dizendo “cheguem, cheguem”; que em vista da agressão e do grito dado por ela interrogada, seu senhor que não tinha sido ofendido com a pancada referida, dirigiu-se imediatamente para ela interrogada, com a faca [sua] na mão e dizendo “o que é isto?” e nesse ato o escravo Benedito que é feitor e foi o primeiro a ser surrado hoje agarrou seu senhor por trás e logo em ato contínuo o escravo Martinho veio pela frente e descarregou um golpe de enxada sobre a cabeça do mesmo seu senhor... [grifos meus]

Quando um dos escravos quis evadir-se, os outros “*não o deixaram sair, pois era o combinado que todos deviam se apresentar sem que nenhum pudesse negar a sua responsabilidade pelo fato criminoso, devendo todos asseverar que a morte era devida a eles conjuntamente...*”.

Frente à reconhecida falta de coragem de seus parceiros, ela tomou a iniciativa não apenas por uma decisão de momento, mas como resultado da combinação prévia. Ou seja, quando os escravos conversaram sobre a morte de Francisco de Salles, os homens admitiram não ter coragem para fazê-la, a não ser que Ana tomasse a dianteira. Não apenas ela foi a primeira a atacar seu senhor – havendo controvérsias sobre se seu golpe o acertou ou não, mas concordância quanto ao fato de que seu impulso motivou a ação dos outros escravos –, como ela manteve o acordo de assumir conjuntamente com seus parceiros a autoria do crime.

Cinco foram os réus levados a julgamento pela morte de Francisco de Salles, mas diversos outros escravos foram presos e não indiciados, entre os quais incluía-se outra mulher, Helena, de 25 anos, casada, natural de Silveiras. Em seu interrogatório, Ana chegou a afirmar que a parceira entrara na combinação na manhã em que aconteceu

o delito, visto encontrar-se na véspera ausente da roça ocupada em lavar roupa; no entanto, em seu relato minucioso do ataque, não descreveu quaisquer ações de Helena. De maneira geral, segundo as declarações dos réus, os demais escravos que trabalhavam no eito naquele momento não tomaram parte no assalto, mas também não tentaram defender a vítima, ficando “*impassíveis no mesmo lugar onde trabalhavam...*”. Quanto à motivação para cometê-lo, um de seus parceiros afirmou que o fizeram “*em razão do cativo excessivamente rigoroso em que viviam, pois seu senhor além de os fazer trabalhar com muito aperto até nos domingos e dias santos, os castigava em demasia...*”. Além do rigor habitual do senhor, na manhã do crime diversos escravos foram por eles castigados, fornecendo assim motivos imediatos para o revide.

A condição singular de Ana, única mulher acusada de agredir seu senhor, aponta duas interpretações possíveis quanto aos papéis femininos sobre o cativo. Em primeiro lugar, a excepcionalidade de sua circunstância significa que a maioria absoluta das mulheres escravizadas não optava pelo confronto direto contra seus proprietários ou outros sujeitos – ou eram muito bem protegidas por seus companheiros a ponto de não serem formalmente acusadas. Outras mulheres, como Querubina e Valentina, ousaram desafiar a honra e energia masculinas, desafiando seus parceiros escravos com palavras ou confronto físico, mas foram por eles derrotadas e assumiram o papel de vítimas de delitos, ao invés de réus.

Ana, porém, agiu de acordo com uma segunda possibilidade: a de tomar nas próprias mãos, e de pagar por isso altos custos, a luta por um tratamento mais justo por parte de seu proprietário. Talvez pelo fato de ser viúva, ela dispusesse de maiores liberdades de movimentação e ação, ao mesmo tempo em que não podia contar com um companheiro para ajudar a protegê-la. A coragem por ela demonstrada transborda dos autos, tanto quanto às ações que levaram à morte de seu senhor quanto por sua postura

perante as autoridades, aparentemente sem grandes hesitações ao relatar em detalhes os acontecimentos de que tomou parte.

Um dos aspectos mais curiosos deste caso são as relações de fidelidade e companheirismo demonstradas pelos réus. O projeto de cometer o delito vinha já de “*algum tempo*”, no entanto não houve delação e nem desconfiança por parte da vítima que a levasse a se precaver. No momento da ação, eles agiram em conjunto e, mesmo que depois do crime houvesse alguma confusão, mediante a gravidade do que fizeram e das punições que enfrentariam, creio que o que se destaca é a uniformidade de propósitos e ações antes demonstrada.

Organicamente inserida nessas relações, Ana assumiu seu protagonismo e o exerceu, em harmonia com seus demais parceiros, homens e mulheres, trabalhadores de roça ou feitores, mais velhos ou mais novos do que ela, mas que partilhavam uma concepção de justiça dificilmente mináveis pelas pretensões de autoridade senhorial.

Gênero e escravidão se sobrepõem e interconectam num sistema de dominação e exploração do trabalho que oprimia particularmente as mulheres escravizadas. Elas viviam sob diferentes redes de dominação: por seus proprietários era esperado que trabalhassem dura e constantemente, a maioria delas acompanhando seus parceiros no eito e devendo produzir tanto quanto eles mesmo em circunstâncias adversas e especificamente femininas, como quando grávidas ou lactantes. Ao desempenhar suas funções enquanto trabalhadoras, se expunham às ganas de outros homens, que se achavam no direito de desfrutar de seus corpos como bem lhes aprouvesse e não hesitavam em usar de força física para tentar submetê-las às suas vontades. Enquanto africanas ou afrodescendentes, eram vistas como sempre disponíveis a encontros sexuais fortuitos ou recorrentes, esforçando-se mesmo para seduzir homens que

sucumbiam ao poder de sua fraqueza, conservando-se bons apesar da violência que exerciam com naturalidade. Os autos criminais são fonte privilegiada para analisar estas movimentações, pois focam justamente os momentos em que estas relações cotidianas alcançavam extremos, dando margem a se imaginar o sem-número de outros episódios que marcaram, talvez inescapavelmente, a vida daqueles indivíduos, mas não deixaram impressões posteriores a serem observadas pelos historiadores.

Contudo, os mesmos documentos não se limitam a narrar a violência a que elas estavam submetidas. Formam também ricos registros das ações daquelas mulheres, que reiteradamente se reafirmavam enquanto agentes em suas vidas e escolhas. Vitorina não queria abrir mão de sua família e do mundo que conhecia para viver a liberdade quilombola. Francisca não queria separar-se de seus parceiros numa estrada para “*conversar*” com um desconhecido e teve a felicidade de contar com a ajuda de Sabino para conseguir se furtar ao encontro. Joana se recusava a baixar a cabeça ao senhor moço e o demonstrava, não apenas com desobediência, mas mesmo com insultos públicos e em altos brados, revelando ainda a própria autonomia que lhe permitia emprestar dinheiro àqueles que constavam serem seus superiores. Ana não aceitava os excessos de seu proprietário e, ao conluir-se com seus parceiros de cativo, concordava em assumir o protagonismo num ataque combinado por todos eles. Sua coragem fica evidenciada num documento peculiar e pelo fato de ser a única ré nos autos pesquisados, mas de modo algum ela se singulariza por defender os próprios interesses, mesmo diante de oponentes tão hostis. A seu modo, estas mulheres insistiam em expressar os próprios desejos e planos e em lutar para realizá-los da melhor forma que encontravam apesar das adversidades que encontravam a todo momento.

CAPÍTULO 5 – ESCRAVIDÃO E AFETIVIDADES: OS DOMÍNIOS DA PAIXÃO

A violência exercida contra as mulheres no âmbito das relações escravistas não se limitava à violência sexual ou aos trabalhos em excesso. Sua submissão a castigos corporais podia trazer instabilidade tanto às relações familiares quanto àquelas existentes entre senhores e escravos. Um caso flagrante deste tipo de conflito pode ser observado quando do assassinato de João Lopes de Camargo, ocorrido em Campinas em 1847, pelo qual foram condenados à pena de morte dois de seus escravos. Um deles, Matheus, era casado com Thereza, cozinheira, e segundo uma testemunha do processo criminal entre senhor e escravo deu-se o seguinte diálogo, na hora da morte do primeiro:

*o dito Lopes pedia a Matheus que pelo amor de deus não lhe matasse, pois que lhe daria a liberdade, e Matheus lhe respondia essas palavras ‘quando você está surrando minha mulher não se lembra de carta de liberdade e por isso não só hei de matar a você, como a mulher e os filhos’...*¹

Mesmo se tratando de uma passagem rápida, que não foi aprofundada pelas autoridades nos interrogatórios ou no julgamento, a fala de Matheus revela a revolta do escravo diante dos castigos sofridos por sua esposa e a forma encontrada por ele de extravasar esse sentimento. Segundo os autos, esse não foi o motivo primordial que levou ao crime – este aconteceu na roça, logo depois de o próprio Matheus ter sido

¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.01.41, Documento 6. Réus: Matheus e Venâncio, escravos de João Lopes de Camargo, 1849. Este e outros casos de homicídios de senhores por seus escravos foram discutidos em ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando Falha o Controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2015.

castigado pelo senhor – mas pode ter sido uma motivação importante para as ações do escravo.

Em “Amores Ilícitos”, trabalho sobre crimes passionais na comunidade escrava, Elione Guimarães discutiu diversos casos semelhantes aos que serão adiante analisados. Pesquisando documentos criminais relativos ao município cafeeiro de Juiz de Fora, Minas Gerais, a autora conclui que cerca de 30% dos delitos ocorridos entre parceiros de escravidão podem ser classificados como “crimes passionais”. Ela também observou como a Justiça poderia se dobrar aos interesses de senhores de escravos, amoldando seus decretos, denúncias e sentenças para proteger a propriedade econômica daqueles.²

Como motivadores dos atos de violência, a autora aponta a desproporção entre os sexos, comum às grandes e pequenas fazendas escravistas do sudeste escravista, as imposições senhoriais que limitavam “a possibilidade de escolha e/ou imp[unham] um parceiro escolhido pelo proprietário” e os casos de adultério que não eram incomuns entre os cativos.³ Guimarães entende que os “crimes passionais entre mancípios, no município em tela, estavam relacionados a afetividade, ou melhor, à quebra desta afetividade por uma das partes envolvidas; na defesa preservação do parceiro sexual/afetivo; pela honra ou orgulho ferido”.⁴

Guimarães conclui, em consonância com Florentino e Góes, que “os cativos eram ‘seres sinuosos, possessivos, ciumentos e vingativos como quaisquer outros’”, eram afinal humanos, marcados “pelas possibilidades e ambigüidades, pela dualidade de sentimentos: amor e ódio, temor e ousadia”.⁵ É importante porém ressaltar que, sem em momento algum negar sua humanidade, os escravos estavam submetidos a um sistema extremamente violento que os considerava propriedades de outrem. Tal particularidade

² GUIMARÃES, Elione. “Amores Ilícitos – os crimes passionais na comunidade escrava. Juiz de Fora, Minas Gerais, segunda metade do século XIX” in *Vária História*, no. 25, julho de 2011, pp. 165-193.

³ GUIMARÃES, “Amores ilícitos...” *op. cit.*, pp. 188-190.

⁴ GUIMARÃES, “Amores ilícitos...” *op. cit.*, p. 191.

⁵ GUIMARÃES, “Amores ilícitos...” *op. cit.*, p. 191.

fazia com que estivessem em constante tensão entre a busca por autonomia e os limites impostos a essa por seus proprietários. Pode ser que muitas das ações – e reações – cometidas por cativos estivessem diretamente relacionadas à própria condição de escravos.

Adiante, será discutido o homicídio de uma mulher grávida por seu marido, que foi mantido distante da esposa por um longo período a mando de seu senhor. Quando voltou, achou que a mulher o tratava mal e que ela mantinha um relacionamento adúltero com outro escravo da propriedade, o que o levou a cometer o crime. Obviamente, o desinteresse de um parceiro poderia acontecer a qualquer momento e em qualquer circunstância, mas nesse caso em específico a discórdia entre o casal começou quando o homem foi obrigado a se afastar – e nisso sua condição de escravo era incontornável. A não ser que ele se rebelasse, ou fugisse, arcando com as conseqüências discutidas por Robert Slenes, não lhe restava alternativa a não ser obedecer.⁶ E, obedecendo, a seu ver, perdeu o afeto, provavelmente arduamente conquistado e bastante precioso, de sua esposa. Assim, a intervenção do poder senhorial sobre as vidas privadas de seus cativos poderia ser, como era, extremamente violenta e levar a conseqüências trágicas.

Outro tipo de interação triangular entre senhor e escravos ocorrido no Mississipi, EUA, foi relatado por Anthony Kaye, ao analisar a história de um senhor que deu permissão para o casamento de dois de seus escravos, mas manteve a mulher dormindo na sua casa, com a justificativa de cuidar de seus filhos. Em determinado momento, ele decidiu mandar o esposo para outra propriedade sua, separando-o de seus familiares, sob o pretexto de protegê-los da violência do marido. No entanto, o autor encontra evidências de que aquele senhor mantinha relações sexuais com a escrava, revelando

⁶ em SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in ALENCASTRO, Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 175-6; 236.

uma conjunção de diversas das questões até aqui trabalhadas: a figura da “mammy”, as interações (consensuais ou não) entre senhor e escrava, a perda do pátrio poder por parte do escravo.⁷

Em comum, todas essas situações demonstram os desafios enfrentados pela mulher escrava e as

restrições sociais e jurídicas que a impediam de desfrutar livremente de seu próprio corpo. Enquanto mulher ela compartilhava com suas irmãs livres e libertas inúmeras restrições sociais e perigos; como os da violência sexual, da gravidez indesejada, dos partos perigosos, além de ter de se submeter a uma circulação social restrita e vigiada. No entanto, enquanto escrava ... se destacava do círculo de mulheres, tendo de carregar o fardo de sua situação: a de ser por condição e raça o próprio motivo e local de todas as transgressões sexuais.⁸

São diversos os casos em que homens traídos ou abandonados reagiram violentamente, resultando em trágicas e sanguinolentas mortes de mulheres. Para melhor analisar os processos levantados, eles serão divididos em tipos de crimes com base principalmente em suas motivações e nas situações de réus e vítimas. Os primeiros três casos discutidos, em que foram vítimas Querubina, Elisa e Valentina, dizem respeito a relacionamentos menos estáveis, em que o casal não era considerado casado e aparentemente não tinha filhos.⁹ Em outro documento, veremos Alexandrina, uma cativa grávida que rejeitava o marido, cujos ciúmes levaram ao assassinato dela. Duas mulheres, Teresa e Benedita, foram mortas devido a conflitos aparentemente banais

⁷ KAYE, Anthony E. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007, pp. 79-80.

⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: Benedita Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)” in *Afro-Ásia*, v. 42, 2010, p. 168.

⁹ Em análise de comunidades escravas no Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, Anthony Kaye classificou diferentes tipos de relacionamento amoroso entre cativos, desde os namoros mais casuais até os mais sérios, chegando à coabitação e ao casamento legítimo, reconhecido legalmente pela sociedade em geral e, mais especificamente, pelos senhores. Apesar das diferenças existentes entre os dois contextos, é interessante a perspectiva de que no Brasil havia também graus de aprofundamento nos relacionamentos escravos. Ver KAYE, *Joining Places... op. cit.*

com seus maridos e uma terceira, Luísa, porque o casal não suportava mais o peso do cativeiro. A seguir, serão analisados delitos em que foram vítimas escravos de sexo masculino, ainda que mulheres estivessem envolvidas nas disputas havidas entre eles. Os cativos Aleixo e Anastácio digladiaram-se pelas atenções da escrava Izabel, assim como Trajano e Luiz disputavam por Bernardina. Crispim foi morto por Benedito ao adentrar, durante a madrugada, no quarto em que este dormia com sua mulher. Valério agrediu João por variadas razões que envolviam o pertencimento de ambos nas comunidades em que se encontravam, mas que abrangia também a concorrência pelas atenções da escrava Rufina. Em comum, todos eles remetem às reações dos escravos à insubmissão daquelas mulheres ao poder masculino que eles, mesmo enquanto cativos, buscavam exercer sobre suas parceiras.

Disputas Afetivas: o Ônus sobre Mulheres Escravas

Em 22 de dezembro de 1868, veio a óbito na fazenda de Teresa Michelina do Amaral Pompeu a escrava Querubina, preta que então trabalhava como cozinheira dos carpinteiros que realizavam obra na dita fazenda. Acusado de cometer o crime, foi preso o escravo Filito – de cerca de 16 anos, natural de Campinas, filho de Faustino e sua mulher Simplícia, escravos da mesma senhora Teresa Michelina, trabalhador de roça. Ao ser interrogado, Filito declarou

*que tinha relações de amizade com a preta Querubina escrava também da mesma sua senhora, e que esta lhe mandou dizer por outra pessoa que não queria mais saber dele, e que ele respondente não fez caso disto, que assim como ela não queria ter mais relações com [ele], ele procuraria alguma outra...*¹⁰

¹⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.071, Doc. 2. Réu: Filito, escravo de Dona Teresa Michelina do Amaral Pompeu, 1868.

Note-se nas palavras do réu uma interessante inversão das situações feminina e masculina: no discurso de Filito está ausente a questão da falta de mulheres apontada pela demografia escrava da região; caso Querubina terminasse o relacionamento ele simplesmente “*procuraria alguma outra...*” parceira. Mesmo assim, não há indícios nos autos de que ele tivesse sido bem sucedido na busca. Algum tempo depois, Querubina “*ia buscar água para beber...*” e passou pelo réu que dava de comer aos animais, quando de repente

ela descompôs a ele respondente, com palavras insultuosas de ‘filha da puta’ [sic] como o desafiando a ele respondente, que se era homem, que a acompanhasse que ela queria mostrar para quanto ela servia, e que apesar dela ser mulher, ele respondente havia de [ver] para quanto ela prestava, ao que ele respondente apanhou no chão um pedaço de vara de malhar feijão, ou uma varinha com que costumava a [repostar] os animais no pasto quando tem de se dar milho, ou para encilhar-se algum, e que deu-lhe uma varada nela a vista de tantos insultos que tinha recebido, e que ela nesse momento agarrou nele respondente e lutaram alguma coisa, e que sendo ela uma negra de bastante força, ele respondente foi ao chão, não podendo lembrar-se se escorregou, ou se ela deitou no chão, e que estando ele respondente com uma faca na cintura, ela tirou esta faca e queria cravar nele respondente ao que ele avançou para tomar-lhe a faca e agarrando na folha, ela puxava, do que resultou os golpes, que ele tem na palma da mão e de uma das vezes pode tomar-lhe a faca, e que aí ela tornou a agarrar nele respondente e atirou no chão ao que nesta luta ele com a faca na mão feriu a ela // nas costas, isto vendo depois que viu ela ensanguentada, e ele respondente fugiu para apadrinhar-se com alguém para apresentá-lo a sua senhora...

Alguns aspectos do depoimento de Filito se mostram bastante instigantes, a começar por sua tenra idade. Apesar de se declarar como trabalhador de roça, o rapaz exercia também a função de alimentar os animais, apontando para a comum sobreposição de funções referida no capítulo dois. Talvez o fato de não trabalhar

exclusivamente sob a vigilância de feitores na roça e a maior autonomia desfrutada pelo trabalho com animais constituíssem pequenos estímulos que tornavam Filito mais atraente naquela escravaria – mesmo que ele não exercesse de fato funções especializadas. Os maiores espaços de ação de Filito são evidenciados quando em contraste com o depoimento de Procópio, parceiro de réu e vítima, solteiro de 15 a 16 anos, que testemunhou no processo e disse ter ido *“de manhã cedo para a roça como é de costume a trabalhar, e vindo a noite para a casa nada podia ter visto do fato acontecido...”*.

Poucas são as informações sobre os outros cativos de Dona Teresa Michelina, mas entre os carpinteiros que trabalhavam na construção de uma nova casa de máquinas estava um Antônio Carlos da Silva, escravo de dona Branca Maria de Jesus, solteiro de 18 anos e oficial do Mestre Carapina. Analisando friamente estes dados, é possível imaginar que Antônio desfrutasse de boa colocação quando se tratasse de estabelecer uma família, pois devido à sua profissão poderia lhe oferecer os pequenos confortos advindos do fruto de seu trabalho e mesmo a possibilidade de alforria, mediante o acúmulo de pecúlio ao longo de vários exaustivos e famigerados anos. O nome de sua senhora não é citado em nenhuma outra parte, o que sugere fortemente que ele trabalhasse alugado com o mestre carapina ou mesmo pagasse jornais a sua proprietária, usufruindo assim de maior liberdade de movimentação e controle sobre a própria vida, evidenciados pelo sobrenome que carregava.

As circunstâncias que levaram ao início do relacionamento entre Filito e Querubina permanecem ignoradas, assim como a razão do rompimento. Os dois parceiros dos protagonistas que prestaram esclarecimentos no processo, Procópio e a escrava Anacleta – solteira de 18 anos, que trabalhava como servente dos carpinteiros –, declararam desconhecer brigas ou rixas antigas entre os dois. O feitor livre da

propriedade, José Joaquim Pires, homem casado de 58 anos, serviu como testemunha no processo. Em sua qualificação, ele declarou viver “*de lavoura*”, mesmo estando “*empregado na fazenda de Dona Teresa na qualidade de feitor...*” e, como dirigia o “*serviço na roça que é distante da casa meia légua...*”, quando foi à noite para casa é que foi informado do fato pelo administrador da fazenda. Perguntado “*se não sabia ou não ouviu falar se havia alguma rixa antiga entre Filito e Querubina ou alguma inimizade como é de costume entre escravos...*”, José Joaquim respondeu negativamente. Além da elucidação quanto ao relacionamento do casal, o depoimento do feitor revela a proximidade dos contatos existentes entre livres e escravos, mas também as concepções das autoridades com relação às interações entre cativos, as quais passariam costumeiramente pela “*inimizade*”.

Na ausência de testemunhas que presenciaram o conflito, a única versão dos fatos é aquela dada por Filito, o qual afirmava não ter iniciado o confronto. Ao contrário, Querubina o haveria descomposto com insultos e provocações “*apesar dela ser mulher*”, desafiando sua masculinidade e incitando-o a acompanhá-la, “*que ela queria mostrar para quanto servia*”. O que teria ocasionado a raiva de Querubina ficou sem esclarecimento, mas a imagem formada pelos autos é de uma mulher nada submissa perante seu parceiro. Tratava-se, mesmo, de “*uma negra de bastante força*”, a ponto de encarar uma briga corporal contra Filito sem encontrar-se em desvantagem física. A figura da cozinheira Querubina desafia, assim, ideais de docilidade das escravas domésticas como os encontrados em Gilberto Freyre, que apontando a “*doçura nas relações de senhores com escravos domésticos*”, entendia que para “*o serviço doméstico mais fino*”, eram escolhidas escravas com “*qualidades físicas e morais*”, “*as mais limpas, mais bonitas, mais fortes.*”¹¹ Querubina não era doce, mas uma mulher forte,

¹¹ Grande parte da interpretação de Freyre sobre a escravidão transparece não através de afirmações ou análises contundentes, mas da própria prosa sedutora do autor que revela, à revelia, uma visão bastante

insubmissa, capaz de usar palavras de baixo calão e se atracar com seu ex-amante; sendo sua força suficiente para ferir Filito; submetido a exame de corpo de delito constatou-se que ele trazia ferimentos produzidos por instrumento cortante em ambas as mãos, com grave incômodo de saúde. Ainda assim, ela não resistiu aos ferimentos a faca que ele lhe desferiu, faca aliás que quem carregava era o escravo, não a cozinheira.

Alguns anos depois, em 1876, Elisa – preta de 18 a 20 anos, escrava de Antônio Luiz de Arruda – também morreu em decorrência do término de um relacionamento amoroso. O autor do crime foi um homem livre, chamado José Ferreira Neto – solteiro de 30 anos, natural do Rio de Janeiro, filho de Eugênia e pai que ignorava, residente havia dois ou três meses na cidade de Campinas, onde era jornaleiro. Interrogado, ele afirmou

*que matou essa escrava, por ódio que dela tinha, e isto que constava-lhe que ela andava falando mal dele respondente, chamando-o de [ladrão] no meio da rua. Disse mais que do Espírito Santo [para cá] teve relação íntima de amizade com essa escrava, com quem vivia amancebado até o mês passado a quem havia procurado, [diz] prometido casamento a pedido dela comprometendo-se a ganhar dinheiro para libertá-la...*¹²

Assim, depois do rompimento, por volta das cinco horas da manhã de 29 de outubro de 1876, ele arrombou o portão da casa onde morava Elisa e, encontrando-a tomando água num poço do quintal, deu-lhe uma facada pelas costas que a fez cair

distorcida da realidade das interações sociais do Brasil escravista. Sobre as escravas domésticas, afirma ele: “A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe...”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, pp. 435-6. Mais adiante, ao tratar dos encontros sexuais entre senhores e cativas, afirma que o “que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço...” (p. 456). Sobre este último aspecto, ver o excelente trabalho de Saydia Hartman, que rebate terminantemente a ideia de sedução dos senhores pelas escravas, argumentando que a própria condição da escravidão tornava qualquer contato entre eles violento e forçado. HARTMAN, Saydia V. “Seduction and the ruses of power” in *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996.

¹² AESP, ACI, *Microfilme 13.02.088, Doc. 11, Réu: João Ferreira Neto, 1876*. Há discrepâncias quanto ao nome do réu; apesar de no instrumento de pesquisa do Arquivo do Estado ele constar como João, em grande parte do processo ele é tratado e se designa como José.

morta e em seguida fugiu e se entregou para a polícia. Diferente de Querubina, portanto, Elisa não entrou em confronto físico direto com seu agressor, mas, como se verá, ela também se revelou independente e insubmissa perante seu parceiro, resultando disto sua morte. Segundo o testemunho de Quintiliano – escravo de Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, solteiro de 40 anos – havia rixa entre réu e vítima e “*ainda a [sic] poucos dias ele deu-lhe uns bofetões, perto do mercado...*”.

A qualificação de José Ferreira indica que ele era um homem livre ou liberto de poucos recursos sociais e financeiros; recém-chegado à cidade, não era capaz de mobilizar redes de solidariedade e ajuda mútua a seu redor. Neste contexto, talvez a ofensa pública sofrida por ele, ao ser chamado de “*ladrão*”, se mostrasse ainda mais grave, uma vez que de princípio sua posição naquela comunidade era frágil, pois que recente.

Sem maiores especializações, Ferreira vivia de jornal, mas ainda assim prometia angariar dinheiro suficiente para a alforria de Elisa e é de se frisar aqui a clareza dos interesses e projetos de Elisa. Mais do que a formação de uma família nuclear ou a maternidade, Elisa naquele momento queria ser livre e, para isso, utilizava-se de quaisquer recursos que lhe estivessem disponíveis. Talvez a desconfiança de que seu amásio não seria capaz de cumprir a promessa fosse um fator importante em sua decisão de romper o relacionamento, desferindo assim mais um golpe na moral ofendida de Ferreira.

Sobre a situação de instabilidade em que vivia José Ferreira, é esclarecedor o depoimento de Vicente Guimarães, testemunha jurada no processo – africano solteiro de 60 anos e que vivia de suas agências. Ele dizia nada saber acerca do assassinato de Elisa a não ser depois de ter sido cometido, e que

só conheceu o acusado presente pouco tempo antes desse fato, não tendo com ele relação alguma, sendo certo entretanto que na véspera do assassinado de Elisa o dito acusado dormiu no quarto onde ele depoente mora que pertence a Caetano Miguel de Camargo, tendo ele depoente pernoitado, aliás [permitido] ao acusado ali pernoitar porque este lhe pediu tal coisa dizendo que no dia seguinte ia trabalhar com // carroça para o que tinha se ajustado, que no dia seguinte o acusado [retirou-se] muito cedo sem dizer coisa alguma a ele depoente, que ainda ficou dormindo...

Em dois interrogatórios subsequentes, José Ferreira afirmou que foi procurar Elisa na manhã do crime para “*pedir a sua roupa que estava em poder...*” dela, mas “*a mesma Elisa despeitada deu-lhe uma bofetada, então subindo o sangue a cabeça dele interrogado, deu a facada que não sabe onde acertou...*” e que sabia que durante o tempo em que ele “*entretinha relações amorosas com Elisa...*” ela era infiel e “*entretinha relações com outros, mas que ele interrogado não tinha coragem para largar dela...*”. Mais uma vez, a escrava demonstrava, agora fisicamente, sua independência e força – nesse sentido, sua imagem aproxima-se da de Querubina, que se atracou com Filito alguns anos antes e foi capaz de feri-lo.

Outro ponto interessante é o fato de Elisa, mesmo em sua condição enquanto escrava, ser livre o suficiente para tomar decisões quanto a alguns aspectos de sua vida pessoal, sem levar em consideração as opiniões de terceiros, mesmo que estes fossem seus amantes. Seus desejos, de entreter relações amorosas com José Ferreira e/ou outros homens, e suas ações, indicativas de que ela realizou suas vontades, comprovam que sua vida e seu corpo lhe pertenciam exclusivamente. Seu principal objetivo era alcançar a própria alforria e a possível formação de uma família, ao casar-se com Ferreira, consistia apenas em um passo na direção da liberdade. No entanto, como indicado anteriormente por Taunay, o casamento poderia ser entendido como um segundo cativeiro para as mulheres e Elisa, assim, talvez se visse trocando um senhor por outro –

ou, caso se casasse antes de conseguir a alforria, vivendo sob o domínio de dois senhores. Sendo dona da própria vida, apesar de escrava, ela afinal se recusou a seguir em frente, terminando o relacionamento com Ferreira e exercendo sua liberdade também ao relacionar-se com outros homens. Ao fazê-lo, despertou a ira do antigo amásio que recorreu à violência física como único modo capaz de cercear estas liberdades. Assim, o poder de Elisa não era o chamado “poder da fraqueza”, nem mesmo o da “sedução”, discutidos anteriormente. Ele provinha de algum grau de liberdade quanto ao seu corpo, mas esbarrava frequentemente nas concepções de terceiros quanto ao que era ou não adequado fazer com este mesmo corpo e, mais grave ainda, na punição rigorosa por esta liberdade algo frágil.

Sobre o início desse relacionamento, o réu contou que

logo que veio para esta cidade, fez conhecimento com a escrava Elisa, de Antônio Caldeireiro, que manifestou desejos de casar-se com ele interrogado, e para isso pediu-lhe que fosse trabalhando para adquirir algum dinheiro, que reunido ao que ela própria, [sic] complementar-se a soma precisa para ser libertada; que a dita escrava porém, passado algum tempo, travou relações com outro, começando a desprezar ele interrogado, e por isso quisesse, por duas vezes desligar-se inteiramente dela, mas foi sempre seduzido pelas constantes promessas que Elisa lhe fazia, de casar-se com ele, até que um dia desenganado disso por causa do mau comportamento de Elisa, resolveu-se ele interrogado [ir em] casa dela buscar a sua roupa...

Elisa é assim descrita como a escrava sedutora, que se utilizava de seus atributos para atrair diversos parceiros com o objetivo, mesmo que não fosse o único, de alcançar sua alforria. Ainda assim, seu algoz reconhecia que ela se empenhava em atingir sua meta, pois tinha reunido algum dinheiro ela própria. Considerando sinceras as propostas de José Ferreira de casar-se com ela, fica também evidente que o casamento não constituía necessariamente a maior ambição de Elisa, talvez porque significasse uma

restrição de sua liberdade em relacionar-se com outro(s) homem(s). Através dos vestígios deixados por suas palavras e ações, Elisa demonstrava que a formação de uma família nuclear podia ser preterida por outros objetivos e padrões de comportamento. Contrastava, portanto, de forma gritante com a posição de José Ferreira, para quem a frustração daquele desejo podia acarretar atos extremos praticados, segundo ele próprio, “*sob o domínio de grande paixão...*”.

A investigação sobre a morte de Valentina por Benedito, ambos escravos de Manoel Joaquim de Moraes, em 30 de setembro de 1882, foi mais bem sucedida em esclarecer detalhes sobre o relacionamento entre ambos e sobre outras circunstâncias que permearam o crime.¹³ A primeira testemunha a depor no processo, Martiniano Pacheco de Moraes, solteiro de 22 anos, declarou que “*há tempos o indiciado Benedito... teve relações particulares com a assassinada...*” e que “*há quinze dias mais ou menos pela razão de estarem ambos disputando o mesmo Moraes mandou corrigi-los dando-lhes um pequeno castigo...*”. Vê-se de partida como o poder senhorial imiscuía-se rotineiramente nas relações pessoais de seus cativos, a ponto de castigá-los quando se desentendessem e não apenas com o intuito de disciplinar o trabalho – muito embora fosse verossímil que tais desentendimentos comprometessem o bom andamento do trabalho dos envolvidos.¹⁴ Benedito – natural da Bahia, filho de Eduarda, escrava de Viana residente na Bahia, e Antônio liberto, solteiro de 26 anos residente na fazenda de seu senhor havia 14 anos – explicou mais detidamente em seu interrogatório suas relações com Valentina:

ele interrogado tinha relações com a assassinada, há um ano mais ou menos e durante esse tempo tendo-lhe muita afeição lhe era penoso saber de infidelidades praticadas por ela. Que há um mês mais ou

¹³ AESP, ACI, Microfilme 13.01.103, Doc. 3. Réu: Benedito, escravo de Manoel Joaquim de Moraes, 1882.

¹⁴ Será que o castigo seria aplicado por um feitor escravo?

menos, de volta de Atibaia da casa da senhora D. Ana... mulher de Cândido Bueno, onde tinha ido tratar-se de incômodos, estando com ele interrogado Valentina transmitiu-lhe moléstias venéreas, o que o fez ficar-lhe com má vontade e indisposto contra ela, dando disso parte a seu senhor. Que por causa disto seu senhor castigou levemente a ela, que ficando zangada começou a dizer que ele interrogado era feiticeiro, queimando um cordão de Santa Catarina que ele interrogado possuía. Que tudo isto deu lugar a que há doze dias mais ou menos ambos tivessem uma forte disputa entre si de que resultou serem castigados. Então como ele quisesse casar com ela e ela declarasse positivamente que era mais fácil casar-se com qualquer outro idoso ou mesmo morrer do que casar com ele interrogado, produzindo-lhe isto grande [ressentimento], desde logo premeditou matá-la para não vê-la casada com outro. Que ontem... estava ele interrogado jantando no cafezal, com os outros escravos do eito, quando viu as negras passarem para casa, conduzindo mamonas, e achando que era ocasião azada para consumir o seu intento, ele interrogado seguiu atrás das negras, tendo se levantado sem dizer nada, e alcançando-as em meio do caminho, foi um pedaço conversando com elas até que uma perguntou-lhe aonde ia, respondendo que ia buscar umas [peneiras] ainda continuou a conversar, mas desde logo parando a assassinada na beira do caminho para apanhar umas vassouras aí ele interrogado disse-lhe que o seu negócio não era com elas e sim com a assassinada e voltando para o lado desta derrubou-lhe o balaio que levava, com uma mão agarrou-lhe num braço e com a outra puxando pela faca que trazia deu-lhe muitos golpes que a mataram instantaneamente...

Depois disso, ele fugiu e foi à cidade se entregar para a polícia. Benedito ainda esclareceu que a faca que trazia consigo e “*com que cometeu o delito, não pertence a ele interrogado e sim ao seu parceiro Elias, a quem tinha pedido havia três dias já, muito de propósito para realizar o ato que praticou, e que se deu muitas facadas foi porque estava com muita paixão e raiva contra a assassinada...*”.

Um detalhe interessante desses discursos, e que reaparecerá constantemente em outros depoimentos analisados adiante, é a consideração de que um escravo ou escrava foi castigado “*levemente*” ou sofreu um “*pequeno castigo*”. Tal é a fala de Benedito, mas apenas sobre a punição sofrida pela mulher; quando se trata do castigo aplicado a ambos duas semanas antes do crime, ele prescinde de usar adjetivos que atenuem a violência física.

Valentina foi por ele retratada como amante indócil, que ao invés de se contentar com a “*afeição*” de Benedito, tal como Elisa, insistia em ser infiel, a ponto de lhe transmitir doenças venéreas. E, denunciada a seu senhor, ela não aceitou ser punida ainda que “*levemente*” em silêncio, mas ficou “*zangada*” e continuou a brigar com o parceiro. Apesar disso tudo, Benedito perseverava no intuito de se casarem, apenas para ter como resposta a asserção humilhante de que ela preferia casar-se com um “*idoso*” qualquer ou morrer. Novamente, vê-se uma escrava que, mesmo diante da proposta de casamento por parte de seu amante, mostrava-se algo desinteressada na formação de uma família, pelo menos com aquele parceiro. Da mesma forma que Elisa, Valentina não dobrou-se à vontade de seu companheiro e parecia ter outros interesses que não a constituição de uma união estável e os eventuais filhos daí decorrentes. Ambas as escravas também partilhavam da apropriação de seus corpos, sentindo-se livres para escolherem seus amantes, deixá-los quando achavam interessante fazê-lo e, nesse meio tempo, seguiam suas vontades e desejos sem se submeter aos padrões de comportamentos delas esperados pela sociedade em que viviam.¹⁵ É importante

¹⁵ Nesta discussão, é importante sempre levantar um parêntese reiterando o caráter violento da sociedade em que tais mulheres viviam. Tratavam-se, afinal, de escravas cujos corpos, legalmente, pertenciam a outrem, podiam ser comercializados e abusados com trabalho excessivo, castigos e maus-tratos de diversas ordens, inclusive através de estupro por parte de senhores, administradores e feitores. É possível, portanto, que Valentina não exercesse livremente sua sexualidade, naquele momento, mas fosse vítima de mais uma camada de violência que o sistema escravista permitia que se fizesse com seu corpo. A perversidade da situação seria ainda mais exacerbada pela interpretação, por parte de seu companheiro, de que ela praticava “*infidelidades*” das quais, como apontou Hartman, não era possível se furtar. Ver HARTMAN, “*Seduction...*” *op. cit.*.

esclarecer que não se trata, aqui, de encarar a sexualidade de mulheres negras como exacerbada, tal como o fizeram diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX, mas de ressaltar a liberdade defendida e desempenhada por aquelas mulheres de fazerem com o próprio corpo o que bem queriam.¹⁶ O comportamento abusado e audacioso de Valentina chegou ao ponto de ela mandar um recado ao amásio, comunicando-o “*que ia festeja-lo e beber a sua saúde em consequência de uns castigos que ele réu havia sofrido...*”.

Vêm se delineando através da análise desses autos figuras femininas muito distintas dos ideais de domesticidade e maternidade, os quais envolviam as mulheres da sociedade imperial de forma geral, escravas, negras, livres ou brancas. Sem de forma alguma afirmar que as atitudes de Querubina, Elisa e Valentina fossem as únicas possíveis, é esclarecedor observar sua recusa em se submeter ao padrão familiar que delas se esperava e a violência com que foram reprimidas. Em paralelo à colocação de Wissenbach sobre libertas que julgavam “inadmissível a violência do marido que substituíra a dos algozes da escravidão”, os autos até aqui analisados demonstram como, ainda enquanto escravas, aquelas mulheres se viam oprimidas, concomitantemente, pelos “algozes da escravidão” e pela violência de seus maridos e parceiros, escravos ou livres, ainda antes do casamento.¹⁷ Ao optarem por não se casar com Beneditos ou Josés Ferreiras, foram obrigadas a encarar a terrível realidade de que, no entendimento daqueles homens, elas lhes pertenciam e isso lhes dava poder de vida ou morte sobre elas.¹⁸

¹⁶ Sobre o papel da sexualidade nas imagens sobre mulheres negras, ver SILVA, *Racismo e sexualidade... op. cit.*, especialmente pp. 1-10; 27 e ss.

¹⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 145.

¹⁸ Ver a discussão de Maria Odila Dias sobre a forma como a alta concentração de população masculina nas grandes propriedades implicava também em maiores riscos para as mulheres, que se viam ainda mais sujeitas aos mandos e desmandos de seus parceiros. Elas tinham de enfrentar, nesse contexto, os ciúmes – infundados ou não – que seus companheiros sentiam de todos os demais escravos da propriedade e da vizinhança, o que muitas vezes resultava em violência. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Resistir e

A vulnerabilidade encarada por aquelas mulheres cotidianamente se acha presente também na fala de outras escravas, testemunhas-informantes naquele auto. Segundo Luiza – de 20 anos e natural de Campinas –, no dia em que foi morta Valentina, elas iam com outras quatro parceiras em direção à casa de seu senhor,

quando foram alcançadas pelo escravo da mesma fazenda de nome Benedito, que vinha correndo, e como elas supusessem que era negro fugido puseram-se a correr para casa até que ficando cansadas pararam, então foram alcançadas pelo mesmo Benedito ...que as perseguia correndo, assustando a elas sossegou-as este dizendo que lhes não queria fazer mal e que ia a casa buscar uma peneira e conversando seguiu por algum tempo no grupo delas...

Apolinária – casada de 30 anos e natural de Campinas – também afirmou que as escravas ficaram a “*princípio assustadas por pensarem que [Benedito] era algum quilombola...*”. No desempenho de suas funções, portanto, elas estavam à mercê do ataque de ainda outros homens, que poderiam a qualquer momento levá-las com eles em fuga. Os temores de Luiza e Apolinária não se confirmaram, mas não foi esse o caso de outras mulheres que viveram situações similares, como se viu no capítulo quatro.

As ações das companheiras de Valentina são em si reveladoras dos laços que as uniam; diversas testemunhas afirmaram que elas, assustadas, gritaram e suplicaram a Benedito que não machucasse Valentina, mas tiveram em resposta ameaças contra elas próprias. O réu ainda as perseguiu por um certo espaço, enquanto elas corriam para casa a pedir ajuda, antes de evadir-se. Uma delas, cujo nome não é revelado, era comadre de Valentina.

Sobre o comportamento de Benedito, Martiniano Pacheco de Moraes afirmou que ele “*nunca fez barulho na fazenda a não ser simples troca de palavras e que tem*

Sobreviver” in PEDRO, Joana Maria & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 363-4. Neste artigo, a autora analisa alguns dos delitos citados no presente trabalho.

apenas o defeito de fugir sem motivo justificado...". Elisbão – *"liberto de Manoel Joaquim de Moraes, casado"*, de 40 anos, natural de Campinas e testemunha jurada no processo – declarou que *"conhece Benedito desde muito tempo e sabe que ele nunca foi barulhento causando na casa até admiração o crime que ele cometeu..."*. Note-se como apesar de Elisbão ter alcançado sua liberdade ele continuava, de alguma maneira, pertencendo a seu antigo senhor. Trata-se de evidência dos profundos laços de dependência que ligavam diversos setores da sociedade imperial, em especial libertos e seus ex-senhores.

De fato, em seu último interrogatório, o réu continuou a se mostrar um bom escravo, ao dizer que se arrependia do que fizera e reconhecia *"ter bom cativo e que seu senhor não merecia passar pelo desgosto do ato que ele praticou, repetindo sempre que foi vítima da raiva de que se achava possuído..."*. Este discurso vai de encontro a outros analisados neste trabalho, em que escravos contestavam o cativo e reclamavam do mau tratamento que recebiam. Pode ser que o senhor de Benedito fosse mais benevolente que o restante de sua classe, ou ainda que Benedito fosse extremamente bem sucedido em corresponder às expectativas senhoriais, desfrutando assim de um *"bom cativo"*.¹⁹

Apesar de ele confessar no primeiro interrogatório a premeditação do crime, o júri de sentença entendeu que havia no seu caso o atenuante de *"de não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar e a circunstância atenuante de ter o delinquente cometido o crime em afronta de alguma injúria..."*. A injúria com que foi afrontado por Valentina, segundo as

¹⁹ Sobre propriedades do Sul dos Estados Unidos em que não havia castigos físicos ou estes eram infrequentes, ver a discussão existente no capítulo três deste texto. CRAWFORD, Stephen C. "Punishments and Rewards" in ENGELMAN, Stanley L. & FOGEL, Robert William. (orgs.) *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery. Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom: Technical Papers, Volume II*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1992; pp. 536-550.

testemunhas, foi o fato de, ainda naquele momento, ela responder negativamente a uma última proposta de se casar com ele.

Caso tivesse aceitado o pedido, muito provavelmente Valentina tivesse sobrevivido, ao menos por algum tempo. Pode ser, porém, que alguns anos mais tarde ela encontrasse destino semelhante ao de Alexandrina, escrava de Francisco José de Camargo Andrade Jr, morta em 21 de setembro de 1868 com três feridas na região da cabeça e pescoço, produzidas por instrumento penetrante e cortante, cujos danos foram avaliados pelos peritos em 2:000\$000.²⁰ O auto de corpo de delito revela ainda que ela “*encontrava-se pejada e no último mês de gravidez...*”. Seu marido, também de nome Benedito, foi preso, acusado de cometer o crime. O senhor de ambos prestou informações no processo então instaurado e depôs que estava na cidade quando soube que “*Benedito chato*” matou “*sua mulher de nome Alexandrina*” em seu sítio chamado Santa Luzia. Informado pelo réu e testemunhas, descobriu

que o fato deu-se numa varanda em seu sítio, sabendo que foi o réu que matou por ter este confessado quando foi preso de noite por isso que fugiu logo que se deu o fato... no mesmo lugar achavam-se seus escravos Estevão, e Bastiana, os quais dizem que não ouviram nem sentiram nada. Disse mais que antes do galo cantar ainda a assassinada levantou-se para acordar uma outra rapariga, cujo filho estava chorando... Disse mais que o indiciado era de bom comportamento não se embriagava e estimava muito a assassinada, a qual por sua vez era de bom comportamento e que merecia confiança dele informante e de sua família...

O depoimento de Benedito esclarece não apenas os acontecimentos daquela noite, mas detalhes da sua relação – e do desgaste dela – com a esposa. O trecho a

²⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.069. Documento 5, Réu: Benedito, escravo de Francisco José de Camargo Andrada Jr., 1868.

seguir, apesar de longo, traz detalhes muito reveladores sobre as experiências vividas pelo réu e suas interpretações sobre o que elas significavam:

ele respondente tendo saído para trabalhar na casa de um cunhado de seu senhor, ali esteve dois meses e vinte e três dias, e voltando em princípio do mês de agosto desse ano, para a casa de seu senhor, encontrou sua mulher Alexandrina muito desconforme com ele respondente sem fazer caso algum dele, que era seu marido, e ele informante desconfiou que ela andara metida com um rapaz de nome Carlos, porque em sonhos ela falava e ele respondente percebeu que dizia o seguinte, como que referindo-se a outro escravo João [Teotônio] “olha compadre você queria que eu [metesse] com o rapazinho e que desse o que me prometeu... estando ele respondente e seus companheiros trabalhando, sua mulher disse a João [Teotônio] que [desse] o que você me prometeu sendo certo que João [Teotônio] e Carlos são muito amigos. Disse mais que sua mulher por seu lado // caso fazia dele respondente até o maltratava tanto que quando lhe fazia café ora enchia de grãos de mamão, ora de milhos e ora de sebo, e por isso ele respondente lhe disse o que é que você pretende fazendo assim, e ela nada respondeu; ele respondente conservou-se quieto até que não querendo sua mulher vir mais para a senzala, o feitor João mandou que ele respondente fosse dormir com ela na casa, mas indo ele respondente encontrou sua mulher do mesmo modo, e dormia numa marquesa conquanto ele respondente dormia no chão, e se ele respondente ia bolir com ela, ela levantava-se e ia sentar-se perto do fogão; no domingo dia ontem ao de sua noite [sic] sua mulher arranjou um pedaço de [carim] com uma garrafa de pinga e mandou levar para João [Teotônio] e Carlos, acontecendo isto de tarde a oito da noite, depois ele respondente recolhendo-se para dormir com ela na varanda da casa do sítio, era já bem tarde porque o galo já tinha cantado três vezes, quando ele respondente foi ter com sua mulher mas esta recebeu como sempre e lhe disse você [desengana] que não [encosta] mais seu corpo no meu, então ele respondente zangado agarrou um machado e deu-lhe dois golpes no pescoço dela que produziu a morte instantânea... Disse mais que Carlos é rapaz de vinte anos mais ou menos, e que João [Teotônio] é

até compadre dele respondente. Perguntado se ele respondente não sabia que sua mulher estava grávida? Respondeu sabe, mas que não sabe se era dele...

Os escravos citados, João e Carlos, negaram que este estivesse envolvido com Alexandrina. O último afirmou ter treze anos, e não vinte como dissera Benedito, e que não apenas não estava metido com a moça, mas que tinha raiva dela, ainda que “à toa”. Benedito, no entanto, estava convencido de que o comportamento da mulher em relação a ele mudara. Obrigado a passar um período relativamente longo afastado, voltou apenas para encontrar uma esposa distante que o rejeitava. Nesse contexto, o que foi descrito pelo escravo Estevão como histórias que “*não passava[m] de brincadeiras*” era entendido pelo réu como prova da infidelidade de Alexandrina. Ela não apenas não queria contato físico com Benedito, mas também negligenciava outros cuidados que no entender do réu lhe devia, como demonstra a passagem que reconta a sabotagem do café.

A frustração é palpável no depoimento de Benedito, revelando como mesmo o casamento legítimo e o pertencimento a um núcleo familiar – dificultados pela alta taxa de masculinidade na região e pelas possíveis recusas de mulheres como Elisa e Valentina – não significavam o fim da história. A manutenção dos afetos duramente conquistados podia ser mais difícil aos homens escravizados e, ainda assim, eles eram obrigados a se deparar com o fato de que suas parceiras eram também agentes com vontades próprias, que agiam de acordo com elas, independentemente dos desejos de seus companheiros.

Nesse caso, o necessário afastamento ordenado pelo senhor e a presença de homens solteiros próximos a Alexandrina levaram à sua morte e à de seu filho ainda no ventre. Destruía-se assim não apenas a família, mas todas as vantagens que estavam a ela associadas, como o acesso a roças, a possibilidade de uma moradia em separado, o

crescimento da confiança senhorial, o trabalho em conjunto com o objetivo de alcançar maiores confortos e, eventualmente, a alforria. Com sua ação, Benedito pode ter perdido também a solidariedade de seus parceiros. Todos os escravos que depuseram afirmaram que as suspeitas do réu eram infundadas e que o casal vivia bem; Alexandrina era estimada pela família senhorial, tinha “*bom comportamento e que merecia confiança*”, inclusive a ponto de dormir numa marquesa “*na casa*”. No entanto, o júri encontrou atenuantes na ação do réu e considerou que, apesar de ele não estar “*louco*” quando cometeu o crime, o fez em defesa dos seus direitos e tinha certeza do mal que se propunha evitar ao cometê-lo. Foi afinal condenado à pena de 300 açoites e uso de ferros nos pés por seis meses.

Diversas eram as formas com que os maridos escravos podiam se sentir desrespeitados por suas esposas, levando-os a reagir com violência. Além da fidelidade, como demonstrou Benedito, eles exigiam deferência, obediência e bom tratamento. Um dos escravos da herança de Francisco Inácio do Amaral Lapa, de nome Eufrásio, provocou diversos ferimentos com uma mão de pilão em sua mulher, Benedita, do que resultou sua morte em 7 de maio de 1879.²¹ Os dois tinham ao menos duas filhas residentes na mesma fazenda: Mafalda, de 13 anos, e Angélica, mais nova, a qual encontrou a mãe morta mas não depôs no processo. Interrogado, Eufrásio – de 50 anos, filho de Marcelino dos Santos, natural do Paraná e quitandeiro – confessou ter matado a mulher, justificando suas ações pelo motivo de que “*procurou-a e foi por ela desprezado...*”. Outras testemunhas, no entanto, apontam para motivações diferentes. Nas palavras de Mafalda,

sua mãe possuía três paletós novos dados por nhá moça Lapa, (sua senhora), [sic] sendo que esses paletós são dois brancos e um de [lã] de cor, e que sua mãe viera saber que seu pai havia levado esses

²¹ AESP, ACI, Microfilme 13.02.092, Doc. 10. Réu: Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa, 1879.

paletós para a cidade, e que lá os vendeu, de modo que sua mãe ficou privada do uso deles na última festa da semana santa. Que em vista desse ato de seu pai e no interesse de [tornar a haver] seus paletós, a mesma sua mãe assustara a seu pai Eufrásio que desse conta dos paletós, pois que a não aparecendo ela iria participar a sua senhora. Que desde essa questão dos paletós anda o casal de rixa e chegando a ponto de um dia a sua mãe dizer-lhe por estas palavras: “Minha filha [sic] este seu pai é um malvado, pois prometeu matar-me!” Que na manhã de hoje seu pai Eufrásio ainda respondeu a chamada na fila e que pouco depois na ocasião em que espalhava-se o feijão no terreiro desaparecera, tendo fugido. Que sendo sua mãe cozinheira não respondia a chamada na fila por não ser isso de costume na “Fazenda” [sic], sendo mais tarde dada a falta dela, e daí foi que veio a saber-se que fora encontrada morta na sua própria casa e cama...

A escrava Delfina, casada de 40 anos e companheira de réu e vítima, forneceu mais detalhes sobre o desenrolar dos fatos:

ontem a noite depois [do] recolher ela informante teve uma alteração de palavras com a assassinada e isto no tempo em que o casal, isto é, Benedita e Eufrásio, achavam-se dentro de sua senzala a socar canjica, sendo essa senzala parede e meia com a senzala da informante, sendo que Benedita altercava de sua casa e ela informante também de dentro de sua casa. Que essa alteração proveio de ter a informante sabido que a assassinada dissera que a informante havia furtado paletó seu. Que a informante dissera à assassinada por que havia levantado esse falso, quando seu próprio marido que ali estava ouvindo foi que levara para a cidade e aí os vendeu. Que em seguida a suas palavras, a assassinada disse: “eu sei que você não tem culpa, que a culpa tem este desgraçado, que se não me der amanhã os paletós irei dar parte a senhora para ser castigado. [sic] Que com esta última resposta tudo ficou acabado, continuando o casal Benedita e Eufrásio sós em sua senzala a socar canjica. Que a informante dormiu e nada mais viu e nem ouviu...

Benedita e Eufrásio, portanto, partilhavam de moradia em separado de seus companheiros e também de suas filhas, mas próxima o suficiente de sua vizinha de modo que ambas pudessem altercar cada uma de dentro de sua casa. Consta ainda que, à noite, eles se trancavam à chave. Enquanto cozinheira, Benedita desfrutava de alguns privilégios, como o de não responder chamada na fila, como seu marido e demais parceiros que trabalhavam na roça e, tudo indica, iniciar o dia de trabalho um pouco mais tarde, já que sua ausência demorou a ser notada e só o foi bem depois da primeira apresentação dos outros cativos para o trabalho – ou ela desfrutava de maior autonomia, a ponto de sua ausência passar despercebida devido à falta de supervisão em seu cotidiano. Além disso, sua intimidade com a família senhorial fica evidente. Ela fora presenteada com três paletós, fato destacado pela tradição de se dar aos escravos uma ou duas trocas de roupa por ano e ameaçou o marido de procurar a proteção de sua senhora quando as peças sumiram. Tratava-se, provavelmente, de peças mais finas, que consistiam em regalias, e não de parte da vestimenta provida pelos senhores, e das quais Benedita ficou privada em uma festa. No entender de Eufrásio, porém, ele partilhava da posse desses bens, a ponto de poder vendê-los sem necessidade da permissão da esposa. O objetivo da venda permanece obscuro, assim como o destino do dinheiro obtido.

Eufrásio, por sua vez, não desfrutava dos mesmos privilégios, apesar de se declarar quitandeiro. De acordo com o depoimento do administrador da fazenda, o réu compareceu à “*revista da madrugada*”, onde ordenou-se “*que fossem feitos uns pequenos serviços antes da gente irem [sic] para a roça...*”. Depois, quando seguiam os escravos para os serviços determinados, é que se deu pela falta dele e de Benedita e, supondo que ambos tivessem fugido juntos, passou-se a buscá-los. O crime foi descoberto quando a filha deles, Angélica, entrou no “*quarto do réu a fim de trazer uma caçarola que lá estava, e aí logo após a entrada chamando e declarando que a mãe*

estava lá morta...”. É difícil imaginar o impacto deste cenário sobre aquela família bem estabelecida, sobre uma filha pequena que encontrou o corpo da mãe morta pelo pai a golpes de mão de pilão. Como punição pelo crime, Eufrásio foi condenado à pena de 120 açoites – pena menor do que a de Benedito pela morte da grávida Alexandrina – e uso de ferros ao pescoço por três anos os quais seriam cumpridos à vista de suas filhas órfãs na fazenda de seus senhores.

Poucos meses depois, em 23 de novembro de 1879, Antônio – natural de Campinas, escravo de roça na lavoura de Pedro Antônio de Oliveira, filho de pais incógnitos, de idade 38 anos – altercou com sua esposa Teresa e “*deu-lhe uma facada sobre o peito esquerdo...*”, a qual produziu sua morte.²² Interrogado, ele confessou o homicídio, mas disse que

matou a sua mulher sem intenção alguma de o fazer, pois lembra-se que bebeu umas porções de pinga antes desse crime e sentindo-se embriagado estava com a faca na mão fazendo cigarro e lembra-se de chegar sua mulher no lugar onde estava fazendo [cigarro] injuriou por palavras [ileg.][agarrou-lhe] nas barbas, e puxou por elas, e por isso deu-lhe com a faca sem lembrar de que modo e quando viu foi quando sua mulher caiu, e vendo-se então perdido e desgraçado procurou fugir dali para vir apresentar-se à justiça não o tendo conseguido porque foi logo preso...

As demais testemunhas do inquérito ratificam essa versão, apenas afirmando que ele não estava muito, se é que estava embriagado quando foi preso e, nesse ato, ameaçou os presentes com a faca que trazia, até ser rendido. Sem depoimento de nenhuma testemunha informante, tudo que se sabe do relacionamento entre Antônio e Teresa é o que consta do interrogatório do réu e da afirmação de achar-se arrependido do crime. Teresa encarna, assim, o papel da mulher exaurida pela bebedeira do marido e

²² AESP, ACI, Microfilme 13.02.094, Doc. 10. Réu: Antônio, escravo de Pedro Manoel de Oliveira, 1879.

que, ao confrontá-lo, acabou morta. Não consta dos autos se eles tinham filhos ou havia quanto tempo seriam casados, mas novamente fica claro que a formação de uma família, mesmo que objetivo ardentemente cobiçado por homens e mulheres escravizados, não implicava necessariamente na ausência de sérios conflitos e nem se encerrava em companheirismo e ajuda mútua na construção de uma vida melhor.

Essa ideia de companheirismo foi salientada por Gregório, filho de Bento e Rosa, roceiro de 40 anos, natural de Campinas, escravo do capitão José Elias de Oliveira. Em 23 de abril de 1876, ele deu uma facada em sua mulher Luiza, escrava do mesmo, de que resultou a morte imediata dela.²³ A originalidade das ações de Gregório está na motivação alegada para o homicídio. Segundo a denúncia, ele ocorreu “*por haver o referido indiciado furtado um leitão, furto que foi denunciado pela mesma Luiza, do que resultou ser o indiciado castigado, e em consequência disso cometeu o crime indicado...*”. O capitão José Elias confirmou o furto de uma leitoa na véspera, pelo que “*foi moderadamente castigado com cinquenta açoites e ser esse [feito] descoberto pela própria mulher de Gregório, a escrava Luiza e seus parceiros, acreditando ele depoente que Gregório praticou esse ato contra a mulher como uma vingança...*”. No entanto, o mesmo senhor informou às autoridades que, depois de assassinar sua mulher, o réu tentou se suicidar, fato comprovado por exame de corpo de delito a que foi submetido, no qual constatou-se a existência de ferimentos feitos a faca em seu corpo. Depois de recuperado, Gregório foi interrogado e assumiu que

foi ele mesmo quem os fez [os ferimentos], e que foi levado a assim proceder por não querer sujeitar-se mais a sofrer os rigores com que eram maltratados pelo feitor, o qual pelo fato de ele haver furtado um leitão o castigou muito severamente e que receando sofrer novos castigos preferiu suicidar-se para assim descansar. Perguntado quem foi que matou sua mulher Luiza? Respondeu que foi ele próprio quem

²³ AESP, ACI, Microfilme 13.02.089, Réu: Gregório, escravo de José Elias de Oliveira (capitão), 1876.

*a assassinou com uma facada porque esta mesma queria morrer para não ficar só no mundo. Disse mais que ele primeiro feriu a mulher para depois tentar suicidar-se, e que assim procedeu porque estimava muito sua mulher, e não queria que ela ficasse penando no mundo...*²⁴

O feitor – livre – da fazenda, Luiz Antônio Cardoso, retificou a afirmação de que o roubo foi descoberto por denúncia de Luísa. Ele notou que se havia matado um leitão pelo cheiro que sentiu do pelo do animal e “*suspeitando por isso que tivesse havido alguma parte foi à senzala do mesmo réu e deu busca nela em presença dele e de sua mulher, encontrando em um buraco feito no chão e coberto por uma tábua um leitão pelado...*”. O depoimento do feitor é instigante ao relatar como, de dentro da senzala e já ferido, Gregório, provocando-o, mandou que “*ele depoente lhe pagasse dez mil réis que lhe devia...*”. A afirmação de que o réu tinha uma pequena quantia em dinheiro, suficiente para fazer empréstimo ao feitor livre, traz maior complexidade a suas afirmações dos maus tratos sofridos no eito – seria aquela soma fruto da venda de outros leitões roubados? Em outros momentos, ele afirmou que sendo ele e a mulher

muito maltratados pelo feitor que lhe exigia serviços superiores a suas forças, andava ele interrogado em tal estado de desespero que concebeu o projeto de matar-se e resolveu leva-lo a efeito no dia em que tendo sido castigado por causa de haver cometido o furto de um leitão, furto esse feito em razão de se achar com fome, comunicou esse seu projeto a sua mulher e esta pediu-lhe que também a matasse pois não queria ficar sofrendo sozinha no mundo...

Tal desespero se dava no momento de recrudescimento do ritmo de trabalho durante a década de 1870, em que escravos e escravas revelavam repetidamente suas concepções do que era aceitável ou não no tratamento que recebiam de seus senhores. Elaboravam, perante a Justiça, discursos em que repudiavam os castigos em excesso ou

²⁴ Ambos os grifos, desse parágrafo e do anterior, são meus, com o intuito de destacar o discurso de moderação de castigos feito por terceiros *versus* a realidade de sua violência, na perspectiva daqueles que os sofriam.

injustificados, exigiam o recebimento de alimentos e vestimentas suficientes para seu bem estar, elencavam, enfim, uma série de direitos, discutidos no capítulo dois, que deveriam ser cumpridos pelo “bom senhor”.²⁵ Tal não era a realidade de Gregório, pois apesar de ser

ele interrogado um homem fraco e sua mulher aleijada, o feitor exigia que eles fizessem serviço igual aos outros escravos fortes, e os espancava desapiadadamente quando não acompanhavam os outros escravos... recolhendo-se ele respondente para sua senzala, às dez horas da noite, com muita fome e sem ter o que comer, viu-se na necessidade de matar um leitão, e sendo por isso castigado com açoites no dia seguinte, fez o propósito de suicidar-se como o único recurso que tinha para evitar a continuação das perseguições que sofria, visto como estava convencido que seu senhor não o venderia a outrem, e como manifestasse em voz alta essa sua [pretensão], e sua mulher Luíza o ouvisse, ela procurou agarrar a ele interrogado, pedindo-lhe que a matasse primeiro, porque se junto com ele ela sofria tanto trabalhando ele interrogado por ambos na roça, sua sorte pioraria, vendo-se isolada...

Longe de significar o fim de seus sofrimentos, a ação de Gregório resultou na perda da companheira, em dolorosos ferimentos em si mesmo e, finalmente, na sua recuperação, que possibilitou ser ele levado a julgamento, no qual foi condenado à pena de 150 açoites e uso de ferro ao pescoço por dois anos, sendo depois devolvido a seu senhor para seguir trabalhando. O peso da ausência de Luísa em sua vida pode somente ser medido por suas afirmações de arrependimento e pelo fato de o feitor afirmar que “*o réu e sua mulher viviam em perfeita harmonia...*”.

Luísa incorpora, assim, um tipo diferente de escrava das descritas até aqui; longe de desafiar recorrentemente o marido, partilhava “*em harmonia*” com ele dos rigores do

²⁵ MACHADO, *Crime e escravidão... op. cit.*; MATTOS DE CASTRO, Hebe M., “Laços de Família e direitos no final da escravidão” in ALENCASTRO, Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALVES, *Quando falha o controle... op. cit.*.

cativeiro, tentando ambos se apoiarem mutuamente para sobreviver na escravidão. Tendo a conversa sobre o suicídio ocorrido entre marido e mulher sem outras testemunhas, é difícil saber se ela de fato pediu ao parceiro que não a deixasse só. No entanto, é possível imaginar que Gregório apresentasse neste momento um discurso mais interessado em exaltar as próprias qualidades enquanto marido, que trabalhava pelos dois na roça, se arriscava ao furtar um leitão para sustentá-los e, finalmente, não abandonava a mulher em isolamento. Ele discursava sobre os meandros e dramas da escravidão a que estava submetido e o mundo sem alternativas ao qual se achava preso, pois não via possibilidades de ser vendido a outro senhor mais generoso. É fácil imaginar que os mesmos pensamentos povoassem as mentes de diversos de seus companheiros os quais, ao fim e ao cabo, não tomaram as mesmas decisões que ele, a começar pelo homicídio da esposa, passando pela tentativa frustrada de suicídio e pela elaboração e expressão dessas ideias perante as autoridades.

Disputas Afetivas: o Outro Lado da Moeda

A predominância masculina nos plantéis em diversas regiões do Império é notória e apontada como grande desafio a ser superado e pode ter sido uma razão fundamental de conflitos entre escravos de ambos os sexos.²⁶ Na região de Campinas, como aponta Robert Slenes, a razão de masculinidade se manteve alta ao longo do século XIX: 192 homens para cada 100 mulheres em 1801; 286, em 1829; e de 182 a

²⁶ Diversos fatores poderiam explicar a concentração de homens jovens dentre a escravaria da região. À preferência dos senhores por escravos homens para desempenharem atividades que requeriam maior vigor físico somar-se-ia a tendência de concentração, com o avançar do século XIX, da propriedade escrava em áreas de maior produção agrícola exportadora, como as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Com os altos preços que escravos jovens do sexo masculino atingiam nestes mercados, eles se tornaram altamente concentrados no Sudeste brasileiro, mais capaz de atrair esta população do que áreas menos bem sucedidas economicamente. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 63-87; MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

213, em 1872, considerando populações acima de 15 anos.²⁷ Os dados coligidos e analisados por este autor, no entanto, indicam que, dentro desse universo acentuadamente masculino, existiam diferenças significativas, cruciais para a compreensão das experiências vividas por indivíduos diversos. Nos três períodos estudados por ele, a razão de masculinidade é menor em posses de até 9 escravos, crescendo nitidamente nas posses maiores.

A razão deste desequilíbrio pode ser encontrada na própria formação das escravarias da região, oriundas do tráfico transatlântico, num primeiro momento, e interno, na segunda metade do século. A preferência demonstrada pelos senhores na aquisição de homens a mulheres não podia ser revertida pelo crescimento vegetativo da população cativa, que tenderia a naturalmente trazer maior balanceamento à situação. Ainda de acordo com Slenes, o “grande desequilíbrio entre homens e mulheres adultos tem implicações importantes para a família cativa”, como o fato de que “uma grande percentagem de homens nunca teria podido formar uniões monogâmicas com a expectativa de ‘permanência’”.²⁸

Contudo, Sandra Graham rebate o argumento que aponta a preponderância numérica de homens no tráfico africano para explicar a baixa taxa de matrimônio entre escravos, dizendo que se trata de um argumento que leva em conta apenas o ponto de vista masculino. As mulheres escravas, continua, tinham mais ampla escolha de possíveis parceiros disponíveis, não apenas dentro das senzalas como fora ou advindos dela. Assim, pode-se explicar um celibato forçoso de homens que tinham dificuldade

²⁷ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, tabelas A-1, A-2 e A-3, pp. 263-5. A discrepância observada para o ano de 1872 se deve à utilização de diferentes documentos como fonte para o cálculo. O primeiro dado, uma razão de masculinidade de 182 homens para 100 mulheres, foi alcançado através de uma amostra que abarca listas de matrículas incluídas em inventários *post-mortem* e uma lista de avaliação dos escravos de uma grande propriedade do município. O segundo dado, com razão de 213, baseia-se num quadro estatístico datado de 1875 da população escrava da região.

²⁸ SLENES, Na senzala... op. cit., p. 73.

em encontrar parceiras, mas fica sem explicação o comportamento feminino ao permanecerem solteiras.²⁹ Alguns sintomas e efeitos da tensão gerada pela preponderância masculina em propriedades na região de Campinas já puderam ser observados no item anterior, que abordou diversos crimes praticados contra escravas por seus parceiros cativos, muitos dos quais foram motivados pela disputa da atenção daquelas mulheres com outros homens.

As dificuldades no estabelecimento e ou manutenção de relações afetivas com mulheres cativas foram motivação de quatro dos onze crimes contra a pessoa, ocorridos entre 1850 e 1888, em que réus e vítimas eram homens escravos. Os outros autos criminais desta categoria envolveram, predominantemente, disputas ocorridas nos locais de trabalho, em que se revelam diferentes posições de poder ocupadas por escravos nas senzalas e as tensões geradas por tais hierarquias.

Um processo criminal de Campinas datado de 1867 pode trazer ainda outra perspectiva sobre a experiência da mulher escravizada. Nele, o réu africano Anastácio foi acusado pelo homicídio de seu parceiro Aleixo, ambos escravos da herança de Abel Bueno de Lacerda. O motivo da contenda foram ciúmes da escrava Izabel.³⁰ Moçambique, “*filho de Pais Africanos que ficaram na África, donde ele respondente saiu pequeno*” e que, portanto, “*ignora*”, sem saber precisar sua idade, trabalhador de roça, analfabeto, Anastácio ainda foi ambíguo quanto a seu estado: num primeiro auto de perguntas se disse solteiro, enquanto no auto de qualificação afirmou ser viúvo. Ele apresentou-se na cadeia de Campinas em 7 de novembro daquele ano, relatando que na noite anterior,

²⁹ GRAHAM, Caetana diz não... *op. cit.*, p. 59.

³⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.068, Doc. 10. Réu: Anastácio, escravo do Reverendo Antônio Manoel de Camargo Lacerda, 1867. Fiz uma discussão pormenorizada deste e de outro crime cometido na propriedade da herança de Abel Bueno de Lacerda em ALVES, Maíra Chinelatto. “O Falecido Senhor: disputas e conflitos na partilha de uma propriedade em Campinas nos anos 1860”. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em 20 de abril de 2015.

estando ele respondente lavando os pés no rego d'água, aí chegou Aleixo escravo e parceiro dele respondente; e nesse lugar teve ele respondente uma disputa com o dito Aleixo por ciúmes deste por causa da escrava Izabel [...] Que tendo-se ele respondente atracado com Aleixo, que o queria levar ao Feitor, deu-lhe com a faca que tinha os golpes de que lhe resultou a morte; e isso na ocasião em que a escrava Izabel que vinha atrás de Aleixo presenciou a luta e saiu para pedir socorro. Que Aleixo assim ferido retirou-se para sua senzala, aonde foi morrer...

Izabel – viúva (de um casamento anterior, ou pelo recente falecimento de Aleixo?) de 25 anos, natural de Campinas – foi ouvida como testemunha-informante durante o inquérito e relatou que

Anastácio pretendendo casar com ela respondente, irritou-se pela preferência dada a Aleixo, em consequência do que, tendo ela ido buscar água, no dia da morte, aconteceu aparecer-lhe Anastácio Moçambique e dizer-lhe “agora você me paga”, pelo que correu ela respondente em direção a casa e observou que se travava disputa entre Aleixo que chegou nessa ocasião à fonte e o réu presente. Declarou mais que chegando a casa contou o ocorrido a seus parceiros, e estes acudiram ao lugar, encontrando a Aleixo morto...

Ao final do processo, Anastácio foi julgado culpado pelo crime de homicídio e condenado à pena de 300 açoites, além do uso de ferro no pé por período de três meses. Relacionando este caso com outros que envolveram disputas afetivas entre escravos e escravas, pode-se fazer algumas observações pertinentes. Em primeiro lugar, fica clara a disputa entre dois homens escravizados pela atenção de uma mulher. Os autos, no entanto, não indicam o grau do relacionamento estabelecido entre Izabel e Anastácio, se é que havia algum: ele queria se casar com ela, mas teriam eles sido amantes antes de ela preferir Aleixo? Ou o relacionamento entre Izabel e Aleixo seria mais estável e duradouro e Anastácio é quem pretendia interferir nele? O viúvo Anastácio, de 35 anos

de idade, concorria com Aleixo, de cerca de 40 anos para se casar com Izabel, de 24 anos. Vale notar que todas as mulheres da propriedade tinham parceiros identificados, enquanto 17 homens permaneciam solteiros.³¹

A ausência de esclarecimentos a esse respeito é interessante, pois difere de outros documentos analisados neste capítulo, nos quais a transferência do afeto feminino para outros sujeitos ou a recusa das mulheres em se submeter a relações monogâmicas foram motivações dos crimes dos quais foram elas as vítimas. Ou seja, os autos deixam óbvia a ligação efetiva entre as mulheres e aqueles réus e o modo como o rompimento dessa ligação podia levar a desfechos trágicos. Neste caso, as circunstâncias permaneceram bem mais nebulosas. Supondo que esse silêncio signifique que Izabel nunca esteve de fato envolvida com Anastácio, as ações deste último parecem bem mais intrigantes. Podem significar que Izabel despertou fortes sentimentos amorosos em ambos os escravos; mas pode também significar que o reduzido número de mulheres naquela área era suficiente para levar o réu a se envolver numa violenta contenda pela preferência de uma escrava com a qual nunca foi bem sucedido em estabelecer uma relação afetiva.

Outra diferença importante é justamente o alvo da agressão e posterior morte: Anastácio agrediu Aleixo, não Izabel. Em outras situações, a desconfiança de que suas mulheres eram infiéis, ou a recusa em manterem com eles relações íntimas, levou seus parceiros a agredirem-nas e assassiná-las. Aqui, não há indicação de que Izabel devesse a Anastácio, mesmo no entendimento deste, qualquer fidelidade ou submissão. Ainda assim, segundo o depoimento da escrava, houve um confronto inicial entre ela e o réu; ela conseguiu fugir e só depois disso aconteceu o homicídio. Segundo outra testemunha informante, Theodoro – solteiro de 19 anos natural de Campinas – “o Réu procurou

³¹ Centro de Memória da UNICAMP, Tribunal do Júri de Campinas, 1º ofício, A 3743, ff. 33v-35

antes, matar a Izabel, e que esta correu para casa, e como encontrasse Aleixo no caminho e reconhecesse o perigo em que ele teria de se achar, avisou a seus parceiros a fim de que viessem acudir, o que já não foi mais possível...”

Um segundo interrogatório ao réu vem contrariar suas declarações anteriores e apresentar outra possibilidade de como teriam se passado os fatos. Estando ele

lavando os pés num rego da fazenda do seu senhor, veio ter com ele o escravo Aleixo, dizendo que ele interrogado andava ... só esperando a escrava Izabel, o que negou ele interrogado, que neste [ínterim] chegou a referida escrava, a qual sendo interrogada, confirmou aquela negação; pelo que o referido Aleixo ameaçou a Izabel, e então ele interrogado defendendo aquela dizendo-lhe que ele Aleixo não tinha o direito de dar nela, porque não os tinha achado juntos, foi quando Aleixo agarrou nele interrogado, dizendo que o ia levar ao Feitor. Que nesse ato ele interrogado ofendeu a Aleixo com uma pequena faca, conseguindo evadir-se, e vindo no dia seguinte entregar-se...

Anastácio apresentou, assim, uma versão do ocorrido que não encontrava corroboração em nenhum outro testemunho. Apropriando-se do papel de defensor de Izabel contra os ciúmes de Aleixo, ele narrava uma interessante inversão, acusando a vítima de ciúmes excessivos e injustificados, enquanto negava qualquer proximidade entre ele depoente e a escrava. Pode ser que a mudança nas declarações do réu refletisse uma estratégia de defesa, informada por seu curador. No entanto, a questão do envolvimento amoroso, sua ameaça e os ciúmes daí provenientes permaneceram centrais na explicação do crime. Note-se, a originalidade das alegações de um outro réu, Benedito, que em 1859 alegou outros motivos para a agressão a seu parceiro Crispim, discutida adiante. Apesar das implicações constantes nos autos da existência dessas mesmas questões de infidelidade, aquele réu justificou suas ações de maneira totalmente

diferente, alegando ter-se defendido contra uma ameaça física e concreta, mais do que se resguardar do risco de perder sua mulher para outro homem.

Izabel encontrava-se num vértice de disputas e proteções. De um lado, contava com o amparo de seu companheiro – segundo ela própria, Aleixo era quem ocupava essa posição – e de seus outros parceiros, escravos da mesma herança, que correram a acudi-la quando ela correu para a casa em busca de ajuda. Nesse momento, ela mobilizou as redes de solidariedade existentes naquela propriedade, ainda que isso fosse insuficiente para garantir a segurança dela e de seu companheiro. De outro lado, enquanto uma das partes de um triângulo amoroso, pode ter tido sua segurança pessoal ameaçada por um pretendente inoportuno disposto a fazê-la pagar por tê-lo preterido, tendo depois de conviver com as trágicas consequências deste conflito: a morte de seu escolhido.

Já viúva aos vinte e cinco anos de idade, Izabel encontrava-se em posição estatisticamente mais vantajosa do que Anastácio, também viúvo. Com a superioridade no número de homens na região, seria mais fácil para ela encontrar um novo parceiro, caso ela assim desejasse, do que para o réu conseguir estabelecer novo relacionamento duradouro, depois da morte de seus respectivos cônjuges. No entanto, a frieza dos números não significa que também ela não sofresse com a perda de um ente querido e visse, naquele momento, frustradas suas expectativas de encontrar com seu companheiro um alento, ainda que fugaz, para a vida no cativeiro.

Na noite de 8 de agosto de 1859, Crispim – crioulo, solteiro de cerca de 22 anos, natural de Iguape, filho de Jacinta e pai incógnito, escravo de Domingos Leite Penteado – sofreu uma facada no ventre, dada por seu parceiro Benedito – africano Mina Congo de idade e pais desconhecidos por ter vindo muito pequeno de sua terra, casado e

trabalhador de roça, morador na casa de seu senhor havia 12 anos.³² Segundo a denúncia de seu senhor, o ferimento ocorreu “*porque o dito escravo Crispim foi tocar ao Benedito da cama em que estava com a mulher afim de se ficar com ela*”. Perguntado, o ofendido afirmou que de fato se deitara na cama do réu para “*esperar sua mulher para com ela ter relações ilícitas*” e Benedito “*desesperando com isto deu-lhe a facada*”. As diversas testemunhas que depuseram no processo, das quais três eram escravos da mesma propriedade, expuseram versões semelhantes: sem fazer qualquer menção à participação da mulher do réu no ocorrido, eles repetiram o depoimento de Benedito, dizendo que o casal encontrava-se em seu “*quarto, com a porta cerrada...*”, dormindo em sua cama, quando Crispim entrou, já tarde da noite. Observe-se a terminologia empregada nos depoimentos, referindo-se ao cômodo ocupado pelo casal como “*quarto*”, e não “*senzala*”³³, e ao fato de a porta estar fechada, mas não trancada, podendo assim ser aberta por qualquer outra pessoa. Mesmo se tratando de informações aparentemente superficiais, elas demonstram um entre vários possíveis arranjos de moradia escrava, no qual alguma privacidade era garantida aos escravos casados, privacidade esta fragilizada pela fácil exposição representada por uma porta destrancada.

Esta circunstância faz lembrar o caso analisado no item anterior referente ao homicídio da escrava Benedita por seu marido, Eufrásio, em 1879. O detalhe interessante para a presente discussão é o fato de o administrador daquela fazenda ir à procura de Benedita, chamando-a “*do lado de fora da porta do quarto em que o casal dormia, cuja porta achava-se fechada com chave e esta ao lado de fora, supondo ele*

³² Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.02.056, Documento 14. Réu: Benedito, escravo de Domingos Leite Penteado (afiançado), 1859.

³³ Uma das testemunhas informantes, Felix, relatou que “acordou-se com um grito, e levantando-se para ver o que era achou o Crispim já ferido e deitado no quarto do feitor...”.

por isso que ela não estivesse dentro...”.³⁴ Aqui, no contexto do final da década de 1870, também o aposento em que dormiam os cativos casados foi referido como “*quarto*”, com o diferencial de eles terem acesso à chave. Nesse caso, a própria possibilidade de privacidade entre o casal pode ter sido fator fundamental para as ações de Eufrásio, pois testemunhas relataram que o casal estava em conflito antes do crime ter lugar, mas elas não interferiram em seus desentendimentos.

Retomando a narrativa de Benedito quanto ao ferimento que causou em Crispim, o primeiro afirmou a diversas testemunhas que foi acordado durante a noite pela vítima, à qual não reconheceu no escuro de seu quarto. Depois de perguntar “*por três vezes*” quem era e sem obter resposta, temendo que o intruso “*lhe queria fazer mal*”, Benedito o esfaqueou e só “*conheceu que era o Crispim depois de ferido pelo grito que deu*”. Na ausência de seu senhor do sítio, ele “*foi logo participar ao feitor o qual [o] prendeu*”. Levado a julgamento pela ofensa física, o júri entendeu que Benedito agiu em defesa da própria pessoa e de seus direitos conjugais e o absolveu.

Neste acontecimento algo simples, sem grandes inimizades ou conflitos, ficam claras algumas questões importantes para o debate aqui levantado. Primeiro, e mais obviamente, está a ameaça constante à estabilidade dos relacionamentos formados por escravos e escravas. Os autos não se debruçam sobre o que levou Crispim ao “*quarto*” de Benedito e sua mulher, se ele de fato mantinha algum relacionamento ilícito com ela ou se estava justamente tentando estabelecer tal relação. A mulher de Benedito, única testemunha ocular do desenrolar dos fatos, não foi elencada como testemunha informante – e esta pode ser uma informação importante a revelar o papel ocupado pelas mulheres naquele contexto –, mas independentemente da existência ou não de qualquer ligação imprópria entre ela e a vítima, os direitos conjugais de Benedito, como entendeu

³⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.092, Doc. 10. Réu: Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa, 1879.

o júri, encontravam-se ameaçados. No ambiente de excesso da população masculina sobre a feminina, a necessidade de controle e manutenção do poder de maridos sobre esposas, espalhada pela sociedade como um todo, assumia contornos alarmantes, como apontados nos casos de vítimas femininas de maridos e amásios enciumados.

Ainda assim, Benedito não se utilizou desse discurso para justificar suas ações. As únicas pessoas que se referiram às “*relações ilícitas*” que Crispim esperava ter com a mulher do réu foram a própria vítima e seu senhor, o qual provavelmente repetia as informações prestadas por ela ao informar o ocorrido às autoridades policiais. Chama a atenção, na leitura do processo, como praticamente todas as testemunhas reafirmam o fato de Benedito estar dormindo, ser acordado e perguntar por três vezes quem estava em seu quarto antes de fazer o ferimento. Mesmo que se entenda que esses depoimentos eram também reproduções da versão do réu sobre o ocorrido, vem à tona uma segunda questão relevante, ainda que, à princípio, óbvia: o fato de que os relacionamentos desenvolvidos entre homens escravizados aconteciam também em outras chaves, que não a das violentas disputas pela atenção e manutenção de suas mulheres.

Benedito feriu Crispim; porém, segundo ele, não porque esse último mantivesse “*relações ilícitas*” com sua mulher, mas exatamente por desconhecer as intenções da vítima quando esta adentrou os aposentos do casal. Ele foi aparentemente cuidadoso em insistir repetidamente que perguntou “*por três vezes*” quem adentrara seu quarto e somente por se sentir ameaçado pela presença estranha foi que recorreu à violência física. No lugar de uma inimizade ferrenha e de uma disputa até as últimas consequências para manter seus direitos conjugais, Benedito argumenta ter tido prudência antes de partir para o confronto direto com a vítima e, talvez mais importante, contenção ao reconhecer tratar-se de seu parceiro e buscar rapidamente por socorro. Mais do que traços de personalidade ou circunstâncias peculiares que expliquem os

acontecimentos daquela noite, é possível ler neles a existência de laços afetivos, de camaradagem entre aqueles homens, além de um sistema de valores que ditava não ser necessário tirar a vida de outrem apenas pela invasão de seu espaço privado ou mesmo por ameaças à estabilidade conjugal e familiar de um indivíduo. Estabilidade conjugal esta que sobrevivia a – e talvez germinasse com – o silêncio feminino.

Outro caso de homicídio, ocorrido na década de 1880, também remete a um triângulo amoroso, mas com circunstâncias mais enigmáticas. Segundo denúncia do promotor, nos últimos dias de julho de 1884, Trajano – solteiro de 38 anos, filho de José, natural do Ceará – teria se travado de “razões” com seu parceiro Luiz, ambos escravos de Domingos Leite Penteado Júnior, e

*descarregou sobre a cabeça deste uma pancada com o olho do machado que trazia para lenhar. Luiz caiu imediatamente. Isto feito, Trajano foi a casa, abandonando a vítima na roça, lugar do delito, e lá tranquilamente deu milho aos animais. Depois voltou e conduzindo o cadáver para um lugar mais remoto aí o enterrou. Como se notasse na fazenda o desaparecimento de Luiz, o seu senhor chegou por via de deduções ao conhecimento do fato relatado...*³⁵

A desavença teria ocorrido “por ciúmes de uma rapariga do mesmo Domingos Penteado, de nome Bernardina. O denunciado no seu interrogatório perante o delegado de polícia confessou o crime com um cinismo revoltante...”.

Interrogado em 22 de agosto daquele ano, Trajano confessou ter matado Luiz havia cerca de um mês, às sete horas da manhã, quando ambos faziam lenha na roça e

que dias antes de ser cometido o crime ele respondente e o assassinado tiveram dúvidas por causa de uma rapariga de nome Bernardina com quem o assassinado entretinha relações libidinosas; que o assassinado dirigiu-se a ele respondente dizendo que era

³⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.01.108, Doc. 8. Réu: Trajano, escravo de Domingos Leite Penteado Júnior, 1884.

ocasião de se [desenganarem] a respeito da rapariga Bernardina, e que dissera-lhe estas palavras, tendo um machado armado, e que ele respondente respondeu que não queria dúvidas com o assassinado e que este repetindo que era o dia de se [desenganarem], avançou contra ele respondente e descarregando-lhe uma pancada com o machado, ele respondente desviou de dita pancada e em ato contínuo tomando uma acha de lenha deu com esta uma pancada no lado esquerdo da cabeça de seu companheiro Luiz, e que este caiu por terra... e que ele respondente aí o deixando voltou para a casa aonde foi dar milho aos animais que depois de feito este serviço foi ao lugar em que se deu o fato e aí encontrando o cadáver de Luiz, carregou este para um lugar pouco distante, tendo atravessado um carreador e logo abaixo deste perto de uma barroca e onde havia pedras e um buraco antigo feito para tirarem mel, ele respondente aprofundou mais dito buraco cerca de seis palmos, e nele enterrou o cadáver de Luiz, deitando sobre este terra e algumas pedras...

Essas declarações primeiras do réu já trazem elementos intrigantes não apenas sobre o homicídio, mas também sobre o cotidiano naquela fazenda. Outra vez, vê-se a disputa de uma escrava por dois de seus parceiros, mas nesse caso os papéis de cada um desses três personagens são mais indistintos ou, como se verá adiante, voláteis. Todo o desenrolar do crime se deu no contexto do trabalho; a começar pelo fato de réu e vítima estarem conjuntamente fazendo lenha, passando pela atividade posterior do réu de dar comida aos animais até o uso de um “*buraco antigo feito para tirarem mel*” que serviu de sepultura a Luiz. Trajano se viu ameaçado por Luiz, que teria tentado desferir nele um golpe de machado, e revidou com uma das achas de lenha que ambos partiam naquela manhã. Um dos pontos de debate ao longo dos autos foi justamente a arma do crime, pois algumas testemunhas juraram ter ouvido a confissão do réu de que teria usado um machado para cometer o crime. Outra controvérsia dizia respeito ao número de golpes dados na vítima: o réu afirmava ter sido apenas um, enquanto aquelas mesmas testemunhas afirmavam terem sido dois. Aparentemente, a importância dada a estes

detalhes diz respeito à intenção do réu, ou seja, se ele desfechou mais de um golpe de machado contra a vítima, tinha intenção de matá-la e não apenas de se defender, repudiando novos ataques. De acordo com todos os relatos, porém, o fato de ambos estarem envolvidos no trabalho específico de lenhar propiciou o uso de machado ou acha de lenha como instrumento de violência.³⁶

O preto Faustino, solteiro de 35 anos, natural da Bahia, declarou que “*no dia do crime, o réu tinha sido dispensado de fazer lenha por ter ficado com a obrigação de tratar dos animais*” e que

o réu quando tratava dos animais, o que sempre fazia ficar dispensado da obrigação de lenhar. Disse mais que depois de // crime, o réu voltou para a casa a tratar dos animais, feito o que dirigiu-se ao lugar onde estava o cadáver e tratou de enterrar dentro do cafezal, em um lugar que dias depois o próprio réu mostrou a ele informante e onde efetivamente foi encontrado o cadáver. Disse mais que o réu não fez alteração nenhuma em seus hábitos, que continuaram a ser muito regulares como se nada tivesse acontecido...

Talvez o “*cinismo revoltante*” apontado pelo promotor público se ligue à frieza de Trajano, que continuou normalmente com sua rotina imediatamente depois de cometer o crime e nos dias subsequentes. O fato de ele ter deixado o cadáver para tratar dos animais pode significar que o réu procurava ser um bom escravo ao cumprir religiosamente suas obrigações, ou que não queria chamar muita atenção para si mesmo ao descuidar de suas tarefas. De fato, uma das testemunhas juradas no processo, Bento Rodrigues de Godoy, disse “*mais que conhece o réu há muitos anos e que o tinha em*

³⁶ Nos casos de agressão e homicídio de senhores em Campinas, muitas vezes instrumentos de trabalho foram usados como armas. Diversos proprietários da região foram feridos com foices, machados, paus e mesmo facas com que trabalhavam os cativos no momento em que a sempre tensa relação com seus senhores descambou em violência física. Ver ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando Falha o Controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2015.

seu conceito como um escravo morigerado...”. O comportamento frio de Trajano pode ter tido várias motivações.

Uma primeira explicação liga-se à hipótese de ele ter sido provocado por Luiz, primeiramente por palavras e depois por ameaças físicas, justificando o homicídio com a defesa de sua pessoa. Faustino, já citado, afirmou ter presenciado os acontecimentos daquela manhã e, perguntado pelo curador do réu, *“respondeu que o assassinado Luiz estava com um machado quando provocou a Trajano e que este lhe deu as pancadas referidas, sendo antes ameaçado pelo assassinado Luiz que queria dar pancadas no réu com o dito machado...”*

Uma segunda explicação pode ser encontrada na impopularidade de Luiz naquela senzala. O mesmo Faustino achava-se fazendo lenha com outros parceiros, e *“presenciou em companhia de Arthur a prática do crime tendo revelado a alguns parceiros...”*, mas nenhum deles levou o caso ao conhecimento de seu senhor. A testemunha Joaquim Antônio Ribeiro, caixeiro que conduziu uma força policial que foi até a fazenda apurar a denúncia, declarou que os escravos da fazenda, para acobertar o crime, propalaram a notícia de que Luiz tinha fugido. Caso isso fosse verdade, significaria a conivência dos escravos daquela propriedade em acobertar o crime. Faustino explicou que *“o assassinado não era benquisto entre seus companheiros, tanto assim que ele depoente não gostava do mesmo Luiz...”*. Arthur – mulato solteiro de 25 anos, natural do Rio de Janeiro – afirmou não ter presenciado o fato, mas que o réu lhe dissera no dia do crime que *“Luiz está morto e fui eu quem o matou...”* e que o assassinado *“era naturalmente provocador...”*. Ainda assim, o fato só chegou ao conhecimento das autoridades depois de um mês.

Ligada à impopularidade de Luiz, uma terceira explicação pode ser encontrada na figura de Bernardina. A primeira informação a respeito do papel dela na trama

proveio da testemunha jurada Antônio da Costa Nogueira: “segundo ouviu do próprio réu, foi por causa de uma crioula que vivia amasiada com o dito réu, mas que o traiu, tendo relações com o assassinado...”. Diversos depoimentos citaram a existência de rixas entre réu e vítima, devido a ciúmes de Bernardina. Faustino novamente trouxe maiores esclarecimentos em seu detalhado depoimento. Na manhã em que ocorreu o crime, estando com seus parceiros na roça lenhando,

ali aparecera o réu com um machado com o qual batia sobre um pau fingindo que também fazia a sua lenha, assistindo por essa ocasião uma rixa que se dera entre o assassinado e a escrava Bernardina, rixa que começou por uma alteração verbal e finalizou por bofetadas aplicadas por Luiz na referida Bernardina, e que depois disto o réu espreitava o assassinado, quando este lhe voltou as costas, deu-lhe uma machadada nas costas com o olho do machado, que o prostrou imediatamente, e o réu ainda foi verificar o estado do ofendido e reconhecendo que ainda ele tinha vida, aplicou-lhe sobre a cabeça segundo golpe de machado feito com o olho do machado que o matou instantaneamente...

Pela dispensa já citada que tinha Trajano de fazer lenha quando tratava dos animais, Faustino interpretava que

quando [Trajano] apareceu no roçado parece que levava a intenção de agredir o assassinado, visto que entre eles havia rixas velhas por causa de ciúmes nas relações com a escrava Bernardina, tanto que nessa ocasião o assassinado lhe fizera diversas provocações, as quais o réu não deu resposta...

Essa interpretação é corroborada pelo seu entendimento de que Trajano estava “fingindo” fazer lenha com seus parceiros; na verdade sua atenção estaria toda concentrada em observar a briga entre aquele casal. Bernardina – solteira fula de 20 anos, natural da Bahia, trabalhadora de roça e filha de Agostinho – também serviu de

testemunha-informante no processo; em um primeiro depoimento afirmou que “*apenas sabe por ouvir dizer que o escravo Luiz tinha fugido...*”. Num segundo momento, deu declarações mais elaboradas:

Disse que nada viu e que sabe por ouvir dizer a outros parceiros que Trajano assassinou a Luiz ... cujo desaparecimento fora por eles atribuído a fuga. Disse que no dia em que Luiz desapareceu houve com efeito entre este e ela informante uma briga por ela se opor a acompanhá-lo, e que tendo ela se retirado desse lugar não presenciou coisa alguma... que quando Luiz deu-lhe bofetadas por ela não querer acompanhá-lo, Trajano não estava presente e que quem a tirou das mãos de Luiz foi o escravo Faustino que a acompanhara até perto do lugar em que se achava reunida a [gente]...

Provavelmente, todos esses fatores foram importantes no modo como aconteceu e foi desvendado o crime. O júri absolveu o réu, entendendo que ele não foi o agente provocador do conflito e agiu em defesa própria. No entanto, talvez a ação mais interessante de Trajano esteja ligada ao seu comportamento com relação a Bernardina. Ela, como a maioria das escravas que foram vítimas ou serviram como testemunhas-informantes nos processos estudados no presente trabalho, foi agredida pelo parceiro com quem mantinha um relacionamento afetivo. Essas mulheres viviam sob constante ameaça de violência física, tanto, enquanto escravas, por parte de seus senhores, administradores ou feitores, quanto, por serem mulheres, por parte também de seus maridos e amásios. Ainda assim, as redes de sociabilidade a que pertenciam eram complexas o suficiente para, ocasionalmente, também proverem-nas de algum cuidado e proteção. É possível comparar o que aconteceu com Bernardina com o caso, citado por Maria Odila Dias, em que uma liberta grávida foi severamente agredida por recusar

casar-se com um escravo.³⁷ Levando em consideração as singularidades de cada circunstância, o relato de Bernardina sugere a existência de sociabilidades múltiplas e contraditórias que, se por um lado permitiam que ela fosse esbofeteadas por seu amásio, por outro colocavam no mesmo cenário outro parceiro de cativeiro que a retirava das mãos daquele que a agredia. Mais do que isso, a acompanhava até um lugar em que a existência de gente reunida lhe angariava maior proteção e acolhimento. Pode-se argumentar que, de uma ou outra forma, seu corpo era manipulado pelos homens com quem com vivia como seus iguais em condição, ou que caso o agressor fosse um senhor ou feitor ações como a de Faustino seriam limitadas, para não dizer impossibilitadas. No entanto, por importantes que sejam estes exercícios de imaginação, o fato concreto e importante para Bernardina é que, ao ser atacada por Luiz, pôde contar com a ajuda dos outros escravos que ali estavam. Essas pequenas pistas nos fornecem vislumbres de diversas redes de relacionamentos em que estavam envolvidos os cativos ouvidos no inquérito. Essas redes abrangiam desde os possíveis envolvimentos amorosos à quase cumplicidade de silêncios que negligenciavam a denúncia de um crime, passando pela retirada de uma vítima de violência das mãos de seu agressor e a entrega desta à “gente” que poderia protegê-la.

Trajano não se voltou contra Bernardina por sua suposta traição, nem há indícios de que a tenha ofendido, fisicamente ou de qualquer outra maneira, em momento algum. Ao contrário, segundo as testemunhas ele teria resistido às repetitivas provocações de Luiz e só agiu violentamente depois desse último ter agredido a escrava. Nesse caso, o fim do relacionamento amoroso não implicou na interrupção da proteção que o réu dedicava àquela escrava. As declarações de Bernardina levantam ainda outra possibilidade muito interessante: ela afirmou que Trajano não estava presente quando

³⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Resistir e Sobreviver” in PEDRO, Joana Maria & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

ela foi agredida por Luiz, contradizendo assim o testemunho de Faustino. Supondo que este último estivesse certo, talvez a cativa tentasse, por sua vez, proteger o réu ao negar a existência de um motivo para ele cometer o crime.

Comparando-se a essas experiências mais positivas de solidariedade e ajuda mútua, a figura do assassinado compunha um contraponto. Malquisto por diversos parceiros, foi ele quem agrediu Bernardina, “*por ela se opor a acompanhá-lo*”. Os autos não esclarecem aonde eles deveriam ir: o escravo queria simplesmente se retirar da roça com sua amásia, talvez a afastando momentaneamente de Trajano? Ou ele desejava a companhia dela numa jornada mais longa e arriscada? O pretexto utilizado para encobrir o assassinato foi a suposta fuga de Luiz. Seria isso não apenas uma dissimulação, mas um projeto que a vítima alimentava e ocasionalmente partilhava com seus parceiros, para o qual deseja e requeria a companhia de Bernardina? Em oposição ao “*morigerado*” Trajano, que em seu depoimento final isentou seus parceiros de qualquer participação, cumplicidade ou mesmo testemunho no crime, o “*provocador*” Luiz representava um mau escravo, mau amásio e mau parceiro de cativo, fatores que o incluíam marginalmente, ou às avessas, naquela comunidade.

Mulheres Escravas e o Sonho da Liberdade

O processo-crime relativo à ofensa física na pessoa de Valério, escravo da herança de Francisco Raimundo de Souza Barros, em 1874, aponta outros limites e possibilidades das interações entre escravos e escravas. Desenvolvido nas fronteiras entre três propriedades – aquelas a que pertenciam réu e vítima, além de uma terceira em que o primeiro estava trabalhando – o conflito analisado a seguir revela as interações ocorridas entre vizinhanças, tal como as relações de fidelidade conquistadas por cada uma das partes nas senzalas em que viviam e remete a alguns temas já discutidos anteriormente nesta tese. O que se pode depreender dos autos é que, na noite de 3 de

agosto daquele ano, Valério se envolveu numa discussão com João, escravo de Francisco Alves de Almeida Sales, o que levou ambos a se agredirem com paus e uma faca.³⁸ Disso resultaram graves ofensas a Valério e outras menos sérias a João. A leitura dos depoimentos de testemunhas e testemunhas-informantes elencadas para esclarecer o caso tem o interesse particular de revelar duas versões do ocorrido, a depender se o depoente estava ligado à propriedade do Major Franco, onde o réu trabalhava, ou à herança de Francisco Raimundo de Souza Barros, a que pertencia a vítima.

Segundo auto de perguntas ao ofendido, por volta das 10 horas daquela noite, ele

estava deitado na sua senzala quando ouviu da banda de fora a fala do preto João Almeida que diz ser escravo de Francisco de Almeida e que andava trabalhando de pedreiro em casa do Major João Franco, com o qual escravo ele respondente tinha relações de amizade, mas que sabia ultimamente andar sequestrando uma escrava do dito Major João Franco com quem ele respondente tem relações a tempo de cinco anos por nome Rufina da qual o dito João a provocava [já a tempo dizendo] que ele ofendido não era homem para ela, e que ele havia de lhe [meter] o corno. Então saindo da senzala tomou um pau [e ronda] de cabo de relho e saiu sem lhe [dizer] nada por não querer falar-lhe diante dos parceiros dele ofendido presentes [a conversa] Rafael, Manoel grande, e o [Amaro] o seguiram para a porta logo atrás foi o escravo João armado também de um pau e encontrando-se os dois o ofendido perguntou-lhe “João [você diz que eu ando] falando mal da [gente] da fazenda de João Franco e que não sou homem, e por isso agora aqui diante do Tio Benedito feitor Martinho [sic], Cassiano, sustente o que tem dito a meu respeito ao que ele respondeu com palavras [desonestas] e ofensas caindo-lhe logo em cima...

O réu foi aqui identificado como “João Almeida, que diz ser escravo de Francisco de Almeida”. A apropriação do nome do senhor, aliada à sua ocupação de

³⁸ AESP, ACI, Microfilme 13.02.087, Doc. 3. Réu: João, escravo de Francisco Alves de Almeida Sales, 1874.

pedreiro, sugere que ele ocupava uma posição privilegiada em sua senzala, esclarecida pelo fato de que João “*andava trabalhando de pedreiro em casa do Major João Franco*”. Talvez ele tivesse sido alugado por seu senhor, mas é bem possível que João trabalhasse para si, pagando parte de seus jornais a seu proprietário e se apropriando do restante. O fato de ter uma especialização conferia a João alguns privilégios, entre eles uma maior mobilidade, liberdade na organização de seu próprio tempo e trabalho. Quando empregados a jornal, homens e mulheres escravizados conseguiam angariar dinheiro para complementar seu sustento ou adquirir pequenos luxos, além de poderem, ao longo de muitos anos de trabalho e economias, sonhar com a compra da carta de manumissão. Outra possível vantagem de sua situação era a ampliação das redes sociais do indivíduo, o que talvez facilitasse o estabelecimento de relacionamentos amorosos com mulheres de outras propriedades. Aparentemente, a alocação de João como pedreiro na fazenda do major João Franco implicou também em sua interferência no duradouro relacionamento de Valério com uma escrava daquela propriedade.

De fato, a alegação deste último de que mantinha um relacionamento com Rufina havia cinco anos indica a viabilidade da manutenção desse tipo de ligação – supondo que eles não tivessem pertencido à mesma propriedade, sendo um deles vendido posteriormente. A chegada do pedreiro João parece ter abalado a estabilidade daquela relação. Além disso, Valério acusava João de “*andar sequestrando*” a escrava, o que pode ser interpretado ao menos de duas maneiras: ou João realmente tentava apoderar-se violentamente de Rufina, contra a vontade dela; ou Valério não conseguia enxergar o poder de decisão da parceira que se envolveu com outro homem, imaginando que ela somente o faria caso fosse forçada e não de acordo com seus próprios desejos. Infelizmente, nenhum dos depoimentos constantes dos autos consegue esclarecer esta questão. A própria Rufina serviu como testemunha-informante no processo e foi

qualificada como mulher casada, de vinte anos. Não há dado algum sobre a identidade de seu esposo e seu depoimento foi bastante sucinto: ela afirmou apenas que “*dormindo [fechada] nada soube do ocorrido nessa noite, e nem no outro dia, senão pelo que se dizia na casa, e era que o escravo de nome João, pertencente a Francisco Alves de Almeida Sales, fora o ofensor de Valério seu parceiro.*” Como fizeram outras mulheres em situação semelhante, ela aparentemente preferiu se manter distante das investigações, posição contrastante com a dos escravos de sexo masculino que serviram como informantes no caso que recontaram suas versões sobre o crime de maneira bastante detalhada e deixando bem clara suas opiniões e solidariedades com réu ou vítima. As poucas palavras de Rufina não revelam grande intimidade com nenhum dos homens envolvidos, apesar de ela se referir a Valério como “*seu parceiro*” e marcar alguma distância do “*escravo de nome João*”. Ao contrário, ela dormia “*fechada*”, presumivelmente desacompanhada de réu ou vítima, e ficou sabendo do ocorrido por ouvir dizer “*na casa*” e não pessoalmente por algum deles.

No entanto, ao aspecto amoroso se somaram outros fatores para ocasionar o conflito. João acusou Valério de falar “*mal da [gente] da fazenda de João Franco...*”, o que talvez colocasse em risco sua interação harmoniosa com seus vizinhos. O Major João Francisco de Andrade Franco serviu como testemunha no inquérito e relatou os fatos do ponto de vista de João. Este teria, na noite anterior, saído “*fora de hora de sua casa por precisão...*”, quando “*viu um vulto fora da porteira e tratando de verificar quem era reconheceu ser Valério... e perguntando... [lhe] o que fazia ali foi lhe respondido que o estava [rondando] e que dizendo Valério isto o acometeu com um pau...*”. Para defender-se, João teria se valido de uma faca que trazia consigo. Segundo o major, porém,

no domingo dois do corrente ele depoente viu Valério passar pelo portão abeirando seu terreiro, caminho de passagem e fronteando as senzalas dos escravos deu um assobio mui [sic] forte, chegando ele de [frente] ao terreiro reconheceu o dito Valério o qual repetiu o mesmo assobio e [vendo] o depoente Valério saiu apressadamente e perturbado a ponto de não poder dar pacificamente louvado a ele depoente o que fez-lhe desconfiar que Valério ou desafiava a outrem (segundo a cultura de semelhante [gesto]) [sic] ou estava ali por causa de qualquer escrava da casa o que ele depoente [comunicou] a sua senhora e ao feitor. Sabendo mais ele depoente por ouvir dizer que Valério por algumas vezes mandou desafiar a João [para briga] porém que João nunca aceitou tais desafios...

Delineia-se, assim, uma outra interpretação do ocorrido, na qual o causador do conflito foi Valério. João não apenas não aceitava os desafios daquele, como usou de uma faca apenas para se defender do ataque que sofria. Incidentalmente, este testemunho revela uma espécie de código utilizado nas comunicações entre escravos: o assobio que permanecia algo obscuro ao senhor poderia significar um desafio ou o chamado de uma escrava. A reação de Valério ao deparar-se com o Major indica que ele não tinha interesse em esclarecer suas intenções, preferindo mantê-lo na ignorância sobre o significado do assobio.³⁹

Uma segunda testemunha jurada, Benedito Franco de Andrade, o feitor de escravos do Major, casado e de cinquenta e poucos anos, aludiu a outro fator que poderia ter ocasionado o conflito: João teria lhe dito que perdera uma japona, a qual foi encontrada por Valério, mas este não a queria entregar. Pode ser que, entre as vantagens que tinha João devido à sua profissão de pedreiro, estivesse também a possibilidade de possuir vestimentas melhores do que as de outros escravos. Delineia-se assim outra camada de tensão existente entre aquelas escravarias, com a apropriação da vítima de

³⁹ Robert Slenes fez um excelente estudo sobre as formas de comunicação estabelecidas entre escravos opacos ao entendimento senhorial em “‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92.

um casaco do réu. Quando os dois se encontraram à noite, a disputa tornou-se física, com o ferimento a faca na vítima. Benedito referiu ainda ser “*certo que Valério por muitas vezes [vindo] desafiar a João e este nunca quis aceitar esses desafios...*” No entanto, ele ouvira dizer que a “*verdadeira causa da inimizade de João com Valério é por ter este amizade ilícita com uma escrava do Major João Franco a qual foi tomada por João, e que [a japona] de João ele depoente tomou de Valério e entregou a João...*”.

Na verdade, um segundo depoimento do Major, depois de repetir a história dos assobios, que por ser singular e insistente lhe despertou a “*curiosidade*”, e da rixa entre réu e vítima “*por causa de escrava preta...*”, confirmou ser

também certo que esse mesmo escravo Valério algum tempo antes havia se apossado de uma japona do escravo João, que na conduzida a cidade por um outro parceiro, [apesar] de que João [dissera] a ele respondente que deixando a japona a beira do caminho, aí Valério se tinha apoderado dela, sendo também verdade que o mesmo Valério restituiu a japona a pedido do preto Benedito que é feitor da fazenda...

Ora, o fato do Major João Franco se referir ao feitor como “*preto*” indica que este fora escravo, mesmo que se encontrasse livre em 1874, pois pôde jurar no processo. Tal como o pedreiro João, Benedito assumia o sobrenome de seu senhor. Talvez esses escravos estivessem ligados consanguineamente às famílias de seus proprietários, mas é bastante possível que, independentemente de ligações de sangue, eles fossem bem sucedidos em estabelecer políticas de aproximação com os interesses senhoriais. Demonstrando obediência, devoção e respeito, eles podiam servir como mediadores entre esses interesses e os do restante das senzalas a que pertenciam e esperar alcançar, ao longo do tempo, a liberdade. Benedito parece ter sido bem sucedido nesse propósito, equilibrando-se na difícil posição de atender as demandas senhoriais e manter o respeito da comunidade a que pertencia. Benedito era tratado com respeito por seus parceiros,

mas também pelos escravos da vizinhança, como atesta o tratamento dispensado a ele por Valério, que se referiu a ele em seu depoimento como “*Tio Benedito feitor*” e teria concedido a seu pedido de devolver a japona de João.

A proximidade entre Benedito e seus feitorados foi confirmada pelos depoimentos dos escravos da herança de Francisco Raimundo de Souza Barros. Manoel grande, viúvo de cinquenta anos, contou que na noite do acontecimento

chegaram a senzala dele informante o indiciado João pedreiro, Benedito, Cassiano, e ... Martinho armados de cacete e com facas [a cinta] perguntando a ele se sabia do escravo Francisco, e d’outro cujo nome não se recorda da [fazenda] de João Franco que andavam fugidos, e que respondendo ele informante que não sabia deles, retiraram-se...

Segundo Manoel, Valério não participara dessa conversa, aparecendo em sua senzala só mais tarde, e depois de algumas horas ficou sabendo da briga que tivera lugar “*na várzea da fazenda da herança a que eles são pertencentes...*”.

Já Rafael, solteiro de vinte e oito anos, natural de Mogi Mirim, contou

que o ofendido e o indiciado João tinham uma rixa antiga por causa de ciúmes visto que Valério tinha contraído relações ilícitas com Rufina escrava de João Franco, vizinho da fazenda da herança, e o indiciado João apoderou-se dela, mas que Valério não se incomodava com isso, antes deixou de frequentar a fazenda de João Franco, desde que o indiciado lhe mandou positivamente dizer que não andasse falando dele, porque Rufina era sua parceira, e queria viver com ele. Que muito tempo se passou até que em a noite do acontecimento...

Nesse contexto, apareceram na fazenda da herança João, Cassiano, Benedito e Martinho à “*procura de Chico da Costa que andava fugido...*”, estando também presente Valério, mas que todos conversaram mansa e pacificamente.

Note-se a multiplicidade das lealdades de Benedito e seus parceiros: estavam juntos naquela noite, passando por diversas propriedades, provavelmente aproveitando-se e apropriando-se daqueles espaços, constituindo assim um exemplo de autonomia e camaradagem entre si. Entretanto, tais atividades eram propiciadas pela procura de outros seus parceiros que, fugidos, consistiam em prejuízo e ameaça para seu proprietário. Na aparente incongruência destas duas facetas revela-se mais uma vez a complexidade do funcionamento do sistema escravista e das comunidades escravas, distendidas entre diferentes lealdades e interesses.

Bem depois de se separarem sem incidentes, Rafael foi acordado e informado sobre o ferimento de Valério, o qual se achava “*muito aflito e sufocado...*”, sem poder contar o que houvera. Alguns dias depois do fato, porém,

indo ele informante se [recolhendo] para a fazenda e passando por detrás do chiqueiro da fazenda de João Franco que é a caminho encontrou-se com João pedreiro indiciado, que lhe perguntou como ia dos ferimentos o Valério e contou-lhe que tinha sido ele o ofensor e que disso tinha dado parte a seu patrão [sic] João Franco...

Benedito, portanto, parecia circular entre os escravos de ambas as propriedades tão naturalmente que, num primeiro momento, sua condição de livre passa despercebida na leitura dos autos. Mariano, escravo da herança, solteiro de quarenta anos, chega a afirmar que procuravam dois cativos fugidos “*os escravos João pedreiro, Martinho, Benedito e Cassiano...*”.

Esses depoimentos formam um retrato de convivência “*mansa e pacífica*”, evidenciada pela proximidade física e de contato entre as escravarias. O depoimento de Marcelino, escravo da herança, viúvo de cinquenta anos, traz complexidade a esse panorama ao explorar a profundidade das desavenças entre João e Valério. Disse ele que

havendo rixa entre o indiciado João e Valério desde logo depois da semana santa por causa de uma rapariga, encontrou-se João com ele informante a beira do tanque da fazenda em que este mora e disse-lhe que dissesse a Valério que no lugar em que se [encontrassem] não havia de nascer mais mato significando [apoiar] muito forte luta em que ficasse o lugar tão pisado que por muito tempo se tornaria difícil a vegetação nele. Que ele informante a vista disso que lhe tinha dito João, cerca de [um] mês antes do acontecimento, tratou de [acautelar] seu parceiro Valério, fazendo com que ele não [passasse] na fazenda de João Franco onde se acha abrigado o indiciado, quando viesse a cidade, e tem certeza que Valério [abarcou] sempre seus conselhos de [cautela]. Que ao passo que isso se dava [acontecía] que João frequentava a fazenda da herança a que pertence Valério, ora levando [uma vinha] a pretexto de divertir-se ora [aparecendo] a título de procurar escravos fugidos, como nessa noite do acontecimento fez, procurando assim segundo tudo leva a crer para o fim de encontrar-se com Valério e realizar seu criminoso intento...

Outra vez, uma testemunha-informante teve de explicar o significado das expressões por ele utilizadas, alimentando a suposição de que os escravos utilizavam-se de linguagens e metáforas obscuras para se comunicarem sem ser necessariamente compreendidos pelos setores livres da sociedade em que estavam inseridos.⁴⁰ Além de apontar a duração das rixas entre Valério e João, desde a semana santa até começo de agosto, Marcelino alegou ser uma figura importante para o ofendido, a quem sempre aconselhava e cujos conselhos eram respeitados. Diferentemente da imagem anteriormente descrita, João aparece aqui como o causador de ameaças e provocações, enquanto Valério era cauteloso e seguia os conselhos de seu parceiro mais velho e experiente.

O objetivo desta discussão não é esclarecer o grau de culpa de cada um dos envolvidos, nem definir uma das versões sobre o ocorrido como mais verdadeira. O

⁴⁰ Nesse sentido, ver SLENES, Robert W. “‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92.

ponto central a ser observado é a existência dessas redes de relações em que ambos estavam inseridos. O escravo Marcelino, tal como Benedito Franco de Andrade, ocupava posição de destaque junto a seus companheiros. Os dois tinham aproximadamente a mesma idade, eram naturais de Campinas, à época do crime eram, respectivamente, um viúvo e o outro casado. “*Tio*” Benedito foi bem sucedido em sua estratégia de alcançar a liberdade, mas ainda enquanto feitor mantinha relações próximas com seus antigos parceiros de cativeiro. Marcelino não havia – talvez ainda – conseguido sua alforria, mas mantinha posição de destaque, suficiente para ter seus conselhos sempre “abarcados”.

Esse documento é peculiar por apresentar um alto número de escravos ouvidos – nove testemunhas-informantes, além de réu e vítima. Em seus depoimentos, esses sujeitos puderam desenhar um panorama de alianças e desavenças que por vezes desembocavam em ações violentas, mas que em outros momentos formavam os alicerces das comunidades a que pertenciam. Essas comunidades, como ficou evidenciado, se expandiam por propriedades vizinhas, cujas fronteiras eram frequentemente ultrapassadas em relacionamentos amorosos, mas também de amizade e discórdia, em divertimentos e no cotidiano de trabalho que norteava a vida daqueles indivíduos.

Essas tramas de disputas e afetos envolvendo a população escrava, com todas as suas contradições, é o principal objeto desta pesquisa nos autos criminais. A história de Izabel, por exemplo, mesmo através dos poucos indícios que nos deixou, mostra algumas das vantagens e desvantagens encontradas por escravas de sexo feminino no relacionamento com outros escravos. Revela também as formas como enfrentavam os desafios que lhes eram propostos. Vale a pena lembrar que ela, diante da briga entre

Anastácio e Aleixo, recorreu a seus parceiros para ajudarem-na e estes parecem ter respondido rapidamente ao seu apelo. Mesmo nas frágeis condições em as marcavam, em alguns casos as comunidades escravas podiam oferecer efetiva proteção a seus membros, em particular às mulheres. A discussão implementada neste capítulo ajuda a refletir sobre essas interações, suas limitações e seus possíveis significados para aqueles sujeitos históricos.

CAPÍTULO 6 – ENTRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: NA OPACIDADE DAS MARGENS

Discutir escravidão e liberdade implica lidar com uma complexidade de questões que não podem ser esgotadas pela simples ideia de contraposição, nem ser descartadas como uma diferenciação vã. Como apontou Eric Foner sobre o Sul dos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão, “nada além da liberdade” significava uma conquista enorme para homens e mulheres que passaram suas vidas enquanto propriedade legal de outrem. Muito embora a situação de libertos – e livres pobres – em muitos aspectos se aproximasse das condições vividas por escravos, o simples fato de não poderem mais ser vendidos e comprados constituía uma grande transformação em suas vidas.

Este capítulo propõe a discussão das muitas vezes tênues gradações entre escravidão e liberdade, principalmente no contexto conturbado da década final da instituição, momento em que sua legitimidade estava comprometida e seu fim – decretado pela impossibilidade de sua reprodução tanto por via do tráfico, proibido em 1850, quanto pelo crescimento vegetativo da população escrava, a partir da lei de 1871 – era inevitável. Os autos criminais relativos a esse período podem ser encarados como meio de observar as ações e reações de cativos à própria escravização e aos movimentos sociais que abalavam as estruturas da escravidão e que levariam à sua abolição em 1888. De forma similar, estes documentos podem revelar transformações ocorridas nas lutas dos escravos ao longo do tempo, através de mudanças em suas atitudes perante autoridades policiais e judiciais, as quais revelam discursos cada vez mais politizados por parte dos próprios escravizados. Vêm à tona também as concomitantes modificações

da sociedade em que estavam inseridos, que permitiam, nas últimas décadas da escravidão, a expressão de falas que em outros momentos encontrariam ambientes muito mais hostis, quando fossem levantadas por cativos. As lutas por melhor tratamento engendradas ao longo do tempo seriam melhor recebidas num contexto de crescente contestação da legitimidade da propriedade escrava, tornando-se mais interessante aos escravos formar e exprimir concepções sobre o tratamento que recebiam em cativeiro. Suas falas tinham então maior probabilidade de alcançar ouvidos simpáticos a sua situação do que quando foram proferidas em momentos de estabilidade do sistema escravista.

Como a historiografia sobre o tema vem apontando, os anos 1880 foram de intensa agitação, abarcando desde a crescente rebeldia dos cativos que culminou em fugas massivas a partir de 1887, até as ações e propagandas abolicionistas e a percepção generalizada do esgotamento político da instituição. Em meio a esses contextos mais amplos, homens e mulheres eram mantidos em cativeiro e coagidos a trabalhar, encarando cotidianamente a luta por maiores espaços de autonomia e a constante restrição desta mesma autonomia pela autoridade senhorial. Nesse cenário, desenvolviam com seus parceiros e parceiras relacionamentos mais ou menos afetuosos, informados por redes de solidariedade e companheirismo, assim como por disputas e desentendimentos os quais, muitas vezes violentos, eventualmente levaram-nos às garras da Justiça. Este trabalho busca, portanto, pelas especificidades dessas interações em meio às efervescências sociais e políticas da década final da escravidão.

Para trazer maior complexidade ao tema, vale ressaltar que o debate historiográfico sobre o pós-abolição nas Américas apresenta diversas interpretações sobre essas questões, sendo uma de suas possibilidades defender que a abolição não significou necessariamente o advento do trabalho livre, mas a implementação de

diversas formas de trabalho tutelado. A oposição crua entre trabalho escravo e trabalho livre vem sendo debatida pela historiografia, que aponta a convivência de trabalhadores assalariados e cativos ainda antes da abolição, assim como situações limítrofes que não se encaixam nas definições nem de trabalho escravo, nem de trabalho livre.¹

Embora diferentes do jugo da escravidão, estas tinham como finalidade cercear a autonomia dos trabalhadores com o intento de garantir a continuidade da produção, em oposição à possibilidade de formação de campesinatos independentes e voltados para a agricultura de subsistência. É o que apontam os estudos de Eric Foner e Rebecca Scott que, apesar de se referirem aos Estados Unidos e a Cuba, são bastante esclarecedores quanto às dinâmicas das abolições nas Américas e ao cerceamento de liberdades e direitos dos libertos.² Não tendo alcançado propriamente a liberdade, aqueles trabalhadores continuariam a lutar por autonomia, em condições distintas, mas ligadas às experiências de autodeterminação vividas no cativeiro, tais como a manutenção das tradicionais roças atribuídas a escravos e a oposição ao pagamento de aluguel para viverem em suas antigas senzalas.³ Silvia Lara também discutiu os problemas da “transição” do trabalho escravo para o livre, problematizando-o, e indicando a necessidade de se atentar para os destinos dos ex-escravos e para as ligações entre seus

¹ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. Dissertação de Mestrado. USP: São Paulo, 2012; BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004 & *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*, Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 2006; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GRINBERG, Keila. “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”. *Almanack braziliense*. N. 6. 2007; LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, v. 6, n. 11, 2005; MACHADO, Maria Helena, *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994; “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: Benedita Maria da Ilha, mulher livre/Ovídia, escrava narra sua vida (sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42, 2010.

² FONER, Eric, *Nada Além da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983 & *The History of American Freedom*. Londres: Norton, 1998; SCOTT, Rebeca J.. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre; 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/ Ed. Unicamp, 1991

³ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação; abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998; FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

enfrentamentos e a experiência da escravidão.⁴ Mesmo as alternativas discutidas durante o Império para a mão-de-obra escrava não envolviam necessariamente a criação de um mercado livre de trabalho, como é o caso do debate sobre a imigração chinesa, cujos contratos claramente revelavam os reais desejos da classe de proprietários: substitutos literais dos escravos africanos, através da proposição de manter os “coolies” na mesma situação em que os africanos foram mantidos nos três séculos anteriores no que dizia respeito a horas de trabalho, alimentação, vestimentas, e práticas de punição⁵. Imigrantes europeus também sofriam semelhantes penúrias. Longe de “civilizar” o país através do branqueamento, “a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de ganho e do eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros”⁶ demonstra as coerções sofridas pelos diversos tipos de trabalhadores do Brasil imperial que não caracterizam sistemas de trabalho livre.

A seguir, estes temas serão tratados com base nos autos criminais de Campinas, a começar pela imensidão de condições existentes entre liberdade e escravidão ao longo da segunda metade do século XIX, concentrando-se, depois, nas discussões específicas baseadas em documentos datados do começo e final da década de 1880.

Entre escravidão e liberdade, um mundo

Mesmo em plena vigência do regime escravista, no Brasil e em outros países nas Américas, a escravidão conviveu cotidianamente com outras formas de trabalho, em que

⁴ LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil” in *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, no. 16. São Paulo: EDUC, 1998.

⁵ CONRAD, Robert. “The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893” in *International Immigration Review*, Vol. 9, No.1, (Spring 1975), pp. 41-55. Ver especialmente o modelo de contrato à p. 51.

⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes” in NOVAIS, Fernando A. & ALENCASTRO, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 310.

se empregavam nascidos livres, ingênuos e libertos e mesmo escravos, que ainda não significavam exatamente “trabalho livre”, como se discutiu acima, mas que demonstram o intrincado jogo de relações que caracterizava aquelas sociedades. Variadíssimas eram as possibilidades de um indivíduo se encaixar no vasto mundo de gradações que existiam entre os dois extremos que, como vários outros estudos têm demonstrado, não eram assim tão absolutos – tanto porque escravos tinham, apesar da própria condição, alguma margem de poder sobre a própria vida, quanto porque a liberdade formal não se traduzia em total autonomia sobre a mesma.

Tal era o caso da escravidão urbana, já bastante estudada pela historiografia brasileira e brasilianista, em que o trabalho realizado por homens e mulheres escravizados se dava numa chave diferente do que acontecia em propriedades rurais. Nas cidades, os escravos tinham a possibilidade de viver sobre si, pagando jornais a seus proprietários, mas controlando aspectos importantes das próprias vidas, como habitação, alimentação e relacionamentos sociais, além de terem a autonomia de organizar o próprio trabalho, não mais realizado sob os olhos atentos de feitores, administradores e senhores.⁷

No entanto, também nas propriedades rurais esta trama pode ser observada. No capítulo dois foram discutidas variadas possibilidades de ocupações desempenhadas por homens e mulheres escravizados, as quais podiam significar maiores ou menores níveis de autonomia por parte daqueles indivíduos. Um processo de 1881 revela, assim, um

⁷ Sobre escravidão urbana e o contexto de trabalho nas cidades do Império ver, entre outros: KARASCH, Mary, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Reis, João José. “De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição” in *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 199-242; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995; WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998. Ver o interessantíssimo caso de um escravo de Campinas que, enquanto escravo, era também comerciante e desfrutava de grande liberdade, mas, quando da morte do senhor e sem ver concretizada a promessa de alforria que este lhe fizera, perdeu seus privilégios. XAVIER, Célia Lima Regina. *A Conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, capítulo 1.

escravo que, como carpinteiro, não frequentava a roça junto de seus parceiros de senzala nem estava à mercê da supervisão do feitor.⁸ No capítulo quatro, porém, levantou-se o contraponto dos aparentes privilégios desfrutados por escravos domésticos: por um lado, eram poupados do cansativo trabalho no eito, recebiam melhor vestuário e alimentação e podiam, ao fim de longuíssimos anos de bons serviços prestados, ser recompensados com uma carta de alforria, muitas vezes condicionada a outros tantos anos de trabalho. Por outro, estavam sujeitos a extensas horas de trabalho nas casas sob o olhar vigilante de seus senhores e senhoras e mais suscetíveis à crueldade do tratamento destes.⁹

Uma segunda abordagem indica a coexistência de trabalho assalariado e escravo ao longo do século XIX. Nos autos criminais, esta simultaneidade é demonstrada nos casos, já debatidos no capítulo três, em que feitores livres e administradores conviviam cotidianamente com homens e mulheres escravizados. Há, porém, outros exemplos difundidos naqueles documentos. Retomando uma discussão feita naquele capítulo sobre o homicídio do feitor Antônio Joaquim Camargo pelo escravo africano Feliesberto em 1857, alguns outros pontos podem ser levantados.¹⁰ Serviram como testemunhas, além dos informantes escravos, alguns homens livres que trabalhavam na propriedade: João Batista do Amaral Cezar – casado, natural e morador de Campinas “*onde vive de ofício de carapina*”, de 25 anos de idade – afirmou

que achando-se no sítio do senhor do réu trabalhando pelo seu ofício de carapina, aconteceu em um dia... chegar da roça um preto que veio

⁸ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Autos Crimes Do Interior (ACI), Microfilme 13.02.098, Documento 8. Réu: Francisco, escravo de José Guatimozin Nogueira, 1881.

⁹ BLASSINGAME, John W. *The Slave Community. Plantation Life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1979; GLYMPH, Thavolia. *Out of the House of Bondage. The Transformation of the Plantation Household*. New York: Cambridge University Press, 2008. BARROS, Maria Paes. *No Tempo de Dantes* in: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial/ Imprensa Oficial/Unesp, 1999.

¹⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.02.053, Documento 3. Réu: Feliesberto [sic], escravo de Luiz Nogueira Ferraz, 1857.

dar parte de ter o réu presente assassinado ao feitor com uma enxada, então o patrão dele depoente Luiz Nogueira Ferraz dirigiu-se para o cafezal, e ordenou a ele depoente que fosse também com seus oficiais de carapina...

É de se notar a distância com que Cezar – que, aliás, ocupava posição superior na hierarquia daqueles trabalhadores livres, “*seus oficiais de carapina*” – se colocava em relação aos escravos da propriedade, a ponto de não atribuir nome ao “*preto*” que denunciou o crime. Ele reforçou este ponto quando, ao ser interrogado pelo curador do réu quanto à malignidade do feitor morto, respondeu “*que não frequentava o serviço, e por isso não sabe se o feitor era ou não maligno, porém que nesse mesmo dia do acontecimento, e antes do acontecimento, Luis Nogueira Ferraz, tinha dito a ele depoente... que o feitor era maligno...*”. Além de não frequentar o serviço, a informação de Cezar sobre o comportamento da vítima advinha não dos trabalhadores escravos, mas do senhor.

Um de seus subordinados, José Carlos da Silva, de 19 anos, foi menos veemente em seu distanciamento com relação aos cativos: relatou que viu “*um escravo do cafezal dar parte...*” do crime, mas “*quanto a malignidade do feitor tem ouvido dizer no sítio que o mesmo era espancador de escravos...*”. José Ignez de Souza afirmou ter visto “*o acusado com sinais de castigo de relho...*”. Na ocasião do exame de corpo de delito da vítima, o réu foi interrogado e relatou os castigos que sofrera por parte do feitor e que o teriam levado a cometer o crime; o que fez com que o juiz determinasse que os peritos “*examinassem as costas do preto para verificar se haviam essas alegadas sebécias; e passando os mesmos peritos a fazerem o exame, declararam, que nas costas nenhum sinal existe de castigo, e que apenas na coxa direita aparecem poucos ligeiros sinais de ponta de [látego] de relho...*”. Ora, o carpinteiro José de Souza foi capaz de reconhecer os sinais de abusos físicos que os peritos ignoraram, talvez porque enquanto carpinteiro

jovem e livre, ele se visse menos identificado ou alinhado com os funcionamentos da escravidão do que as autoridades policiais.

Um terceiro ponto a ser levantado versa sobre a dificuldade encontrada por escravos e escravas libertos em se desassociar do passado no cativeiro, fato já bastante debatido pela historiografia mas que também pode ser evidenciado pela análise nos autos criminais.¹¹ Tal é o caso do preto Estevão, “*escravo que foi do Tenente Coronel Francisco Gonçalves dos Santos Cruz*”, acusado de assassinar em seu sítio seu sogro, o preto velho Antônio Manoel Pedro, em 1860.¹² Estão ausentes informações mais detalhadas sobre as situações dos envolvidos: como Estevão alcançou a alforria, a quem exatamente pertencia o sítio em questão e como foi obtido, se a condição de “*preto velho*” da vítima, além do fato de não dispor de sobrenome, significa que também ele era um ex-escravo. No entanto, é possível saber que Alexandrina Maria do Espírito Santo era filha legítima do finado Antônio Manoel Pedro e de Vicência do Amaral e casada com o preto Estevão Gonçalves dos Santos Cruz – note-se a ausência de sobrenome de Alexandrina e a coincidência do sobrenome de Estevão com o de seu antigo senhor. Estes sujeitos estavam, por sua vez, cercados de outras personagens em situação duvidosa: foram testemunhas no processo duas jovens mulheres solteiras que viviam de suas costuras: Maria Gertrudes da Conceição e Leocádia Maria Justina. Uma terceira testemunha, Baldina Maria de Jesus, também sem sobrenome, era contudo filha de Jacinto Rodrigues de Moraes, viúvo que vivia de suas lavouras. Este último, em seu depoimento, observou que as duas primeiras eram “*mulatas*”. Documentos como este demonstram não apenas a proximidade em que viviam escravos, libertos e livres pobres,

¹¹ Ver, por exemplo, os esforços da escrava Benedita em se fazer passar por livre, acionando para isso uma rede de relacionamentos e solidariedade que atestaria sua posição social em MACHADO, Maria Helena. “Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: Benedita Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)” in *Afro-Ásia*, v. 42, 2010, pp. 157-193.

¹² AESP, ACI, Microfilme 13.01.010, *Documento 17. Réu: Estevão, escravo de Francisco Gonçalves dos Santos* [sic], 1860.

como também os empecilhos encontrados por homens e mulheres advindos da escravidão em se estabelecer de maneira independente do passado escravo. Mesmo depois de alforriados, continuavam a ser conhecidos e referidos como “*escravo que foi*” de alguém. Muitas vezes esta marca social tinha, na verdade, um objetivo positivo, no sentido de reafirmar que aquelas pessoas alcançaram a liberdade e afastar o perigo de reescravização, sempre um risco devido às condições duvidosas de afro-descendentes.¹³

Marcador semelhante pode ser encontrado em outro auto, datado de 1869, em que Antônio Oliveira Bueno, vulgo Odorico, seria acusado de ferimentos graves na pessoa da preta forra Benedita.¹⁴ Em momento algum é atribuído sobrenome à vítima, referida apenas como “*preta velha*” e “*Benedita de tal*”, nem há referências a seu modo de vida ou a seu antigo proprietário. Ainda assim, o documento ratifica sua condição de forra.

Já no começo da década de 1880, no entanto, outra Benedita se veria envolvida com a polícia e a condenação por seus modos de vida seriam bastante explícitas. Em outubro de 1881, Benedita de tal, preta liberta que foi escrava de Baldina de tal – note-se a precariedade também da antiga senhora da ré, cujo sobrenome permanece ignorado, talvez num sintoma de sua condição social mais pobre¹⁵ – era acusada de perturbar “*o sossego público e a paz das famílias, proferindo palavras obscenas e andando habitualmente embriagada como é público e notório, nesse estado tem penetrado em casa dos vizinhos provocando sempre desordens...*”.¹⁶ Uma testemunha no inquérito, a costureira suíça francesa Maria Noel, reafirmou as alegações da queixosa e foi além: relatou que “*a acusada desde muito tempo vive habitualmente ébria imoral e*

¹³ GRINBERG, Keila. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do Século XIX” in LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006; “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”. *Almanack braziliense*. N. 6. 2007.

¹⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.071, *Documento 4. Réu: Antônio Isidoro de Oliveira Bueno*, 1869.

¹⁵ Sobre senhoras de escravas empobrecidas na cidade de São Paulo, ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁶ AESP, ACI, Microfilme 13.03.145, *Documento 25. Ré: Benedita, liberta*, 1881.

escandalosa quase desde o tempo em que ainda era cativa, pois que ela depoente a conhece desde esse tempo...”. Segundo outro depoente, o negociante João Braz da Silva, a indiciada morava “em companhia de Vicencinha e uma outra mulata, cujo nome ignora...” em uma casa em que “todas estas criaturas viviam durante as noites inteiras fazendo barulhos e perturbando o sossego da vizinhança...”. Depois de passar “uma noite horrível, sem poder dormir, em razão da gritaria e barulho de toda ordem proveniente de embriaguez, e desesperado [Braz] foi requerer contra elas e depois de intimadas como se pusessem a chorar...” chegaram os envolvidos num consenso de que elas se mudassem da vizinhança. Ele ainda disse “que quando moraram na vizinhança dele depoente não tinha conta as vezes que entrava bebidas alcóolicas na casa dela, conduzida da venda ora por uma, ora por outra, inclusive a acusada...”.

Ora, naquele momento em que a escravidão enfrentava sérios questionamentos, o comportamento de Benedita e suas companheiras poderia até mesmo servir de argumento contra a concessão de alforrias e, mesmo, contra processos mais amplos de emancipação ou abolição. Na verdade, em diversas sociedades escravistas das Américas existia a ideia de que os escravos não estavam preparados para a liberdade; que, quando libertos, se comportariam como Benedita, perseguindo interesses outros ao invés de se manterem inseridos na economia enquanto trabalhadores – algo – disciplinados. Daí a necessidade, entendiam tais pensadores, de serem estabelecidos períodos de transição em que os escravos permaneceriam sob tutela de seus antigos senhores para poderem, afinal, desfrutar da liberdade que lhes seria concedida. É claro que, nesse meio tempo, os antigos proprietários usufruiriam dos frutos do trabalho daqueles indivíduos – um raciocínio algo semelhante às justificativas religiosas da escravidão, nos séculos XVI a XVIII, em que se argumentava que os senhores americanos resgatariam os africanos pagãos e os converteriam ao cristianismo, salvando assim suas almas e, nesse processo,

desenvolvendo suas economias. No caso do Brasil, o contexto conturbado em que ocorreu a abolição, já em 1888, impossibilitou a criação de sistemas de aprendizagem como os estabelecidos em Cuba e no Caribe Britânico; mas logo depois da assinatura da Lei Áurea foram criados mecanismos para coibir a vadiagem, numa tentativa de controlar a população egressa da escravidão e que, depois de livre, precisaria ser submetida a novos meios de controle social.¹⁷

Havia ainda os casos dentro do próprio sistema escravista em que ações de senhores e escravos deixavam os últimos em situações social e legalmente dúbias, como quando estes eram alforriados sob condição de prestação de serviços por determinado número de anos. A situação se tornava ainda mais complexa quando se tratava de mulheres que, neste período de libertação, tinham filhos, cuja condição social suscitou acirrados debates jurídicos.¹⁸ Semelhante era a situação dos ingênuos criados pela lei de 1871, que tornava livres os filhos de escravas nascidos a partir daquele momento, mas os submetia a servirem aos proprietários de suas mães, no arranjo mais comum, até completarem a idade de 21 anos, em condições muito semelhantes à escravidão, inclusive com o direito por parte dos proprietários de lhes infligirem castigos físicos. Mesmo se tratando de pessoas legalmente livres, o trabalho destas crianças e jovens podia ser negociado com terceiros e eles eram vistos em listas de avaliação de escravos em inventários *post-mortem* junto de seus pais.¹⁹

Algumas décadas antes, outra lei criou uma nova categoria de pessoas em situação dúbia: a proibição do tráfico atlântico de 1831 determinava que os africanos encontrados nos navios negreiros a partir daquele momento seriam livres, mas em vez

¹⁷ Sobre os casos de Cuba e do Caribe, ver SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba... op. cit.*; MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Transaction, 2007.

¹⁸ Ver ARIZA, *O ofício da liberdade... op. cit.*; PENNA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

¹⁹ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 141-5. Encontrei casos de ingênuos avaliados junto de seus pais em Campinas na década de 1870, discutidos em ALVES, Máira Chinelatto. *Quando Falha o Controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo: Alameda, 2015, capítulo 3.

de serem integrados imediatamente à sociedade brasileira, seriam mantidos em sistema de tutela pelo espaço de 14 anos, trabalhando em obras públicas ou arrendados a pessoas de bem. Receberiam como pagamento o “fornecimento de vestes, alimentação e tratamento nas enfermidades”, além de um “salário” que não seria pago a eles, mas “depositado na Tesouraria Provincial e depois repassado ao Juízo de Órfãos, para financiamento de futuras reexportações ou despesas com a manutenção deles.”²⁰ Apesar de vivenciarem uma condição social diversa da dos escravos, os africanos livres viviam sob constante ameaça de escravização ou de negação dos direitos que lhes garantia a lei, muitas vezes permanecendo sob tutela por períodos bastante maiores do que o determinado pelos regulamentos.

A mesma lei de 1831, consistentemente desrespeitada por autoridades, traficantes e compradores de escravos pelas duas décadas seguintes, criou uma multidão de africanos e africanas mantidos ilegítimamente em cativeiro, tal como um sem número de seus descendentes sobre os quais, a rigor, não deveria existir bases legais para escravização. Na década de 1860, já estaria algo difundida entre as comunidades escravas a ideia de que o direito podia funcionar como forma de contestação da legitimidade da escravidão. Através da mediação de advogados e rábulas como Luiz Gama, diversos indivíduos entraram com ações na Justiça buscando a própria liberdade, alegando terem sido importados ilegalmente depois da primeira lei de proibição do tráfico internacional, gerando com isso intrincadas batalhas não apenas nos tribunais, como também na opinião pública, já que muitas destas contendas eram divulgadas em periódicos da época.²¹

²⁰ BERTIN, Enidelce. *Os meias-caras. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. Salto: Schoba, 2013; pp. 52-3. Ver também CHALHOUN, Sidney. *A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²¹ AZEVEDO, Elciene. *Direitos dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Um processo criminal já citado há pouco levanta esta mesma questão, ainda que de forma tangencial. Em 1857, Feliesberto era acusado pelo homicídio do feitor livre Antônio Joaquim de Camargo, estando por isso incurso no artigo primeiro da lei de 10 de junho de 1835, que punia tal delito com pena de morte, sem direito a apelação.²² Depois de apresentado o libelo crime acusatório pelo promotor público de Campinas, foi nomeado curador do réu o “cidadão Reginaldo Antônio Moraes Salles” o qual apresentou ao juiz a seguinte petição:

que tendo o mesmo [réu] ter declarado ter a idade de 20 anos, ser africano, e portanto sendo ou devendo ser liberto não seja julgado pela lei de 10 de junho de 1835, [e sim] pelo Código Penal, porque mesmo que ele tivesse 30 anos ainda assim deveria ser considerado livre porque vindo da [idade] de seis, ou oito anos depois da lei de 7 de novembro de 1831 poderia ter 32 anos, e ser ainda livre...

O intuito da intervenção do curador, diferente dos casos analisados por Elciene Azevedo figurando Luiz Gama, não era exatamente alcançar a liberdade de Feliesberto, visto ter ele confessado ser o autor do assassinato por que era acusado. No entanto, a punição que ele sofreria enquanto homem livre seria muito mais leve do que a condenação à morte prevista pela lei de 1835. Os artigos 192 e 193 do Código Criminal do Império estabeleciam como pena máxima a de galés perpétuas, podendo limitar-se até a dois anos de prisão, a depender das circunstâncias que envolvessem o crime.²³ Reginaldo Salles requeria, então, que, dentre os quesitos apresentados pelo juiz para deliberação dos jurados, fosse feita tal observação, de modo a que o júri declarasse a

²² AESP, ACI, Microfilme 13.02.053, Documento 3. Réu: Feliesberto [sic], escravo de Luiz Nogueira Ferraz, 1857. Sobre a lei de 1835, ver RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005; PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de Doutorado em História.

²³ *Código Criminal do Império do Brasil, 1830*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 20 de março de 2015.

idade provável do réu, determinando assim se ele foi trazido da África para o Brasil antes ou depois da promulgação da lei de 1831. Vale salientar que tal demanda foi feita pelo curador, “*cidadão Reginaldo Antônio Moraes Salles*”, membro de distinta família da região, mas não pelo defensor apontado pelo senhor do réu, o doutor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, também membro de ilustre família imperial e sobrinho do Patriarca da Independência.

Já perante o júri, perguntado sua idade, Feliesberto declarou ter 20 anos. Em seguida, foi

Perguntado qual o motivo por que no juízo de formação de culpa disse que não sabia da sua idade, e agora diz que tem vinte anos, e quem o ensinou [insinuou] para isso? Respondeu que foi porque quando seu senhor o comprou na cidade do Rio de Janeiro foi pequeno sendo então seu senhor que lhe comprou o falecido João Bicudo...

No entanto, no primeiro interrogatório do réu, estranhamente, não consta que se lhe tenha sido perguntada sua idade. De qualquer forma, o júri respondeu que ele “*por seu aspecto tem mais de trinta e dois anos...*” e Feliesberto, numa manobra comum da época, foi condenado pela lei de 1835, mas não à pena de morte e sim à de galés perpétuas, arcando seu senhor com as custas do processo.

Os autos registram movimentos que, além de buscar determinar culpados por determinado crime, também trazem a lume outras questões não necessariamente relacionados ao delito. Ora, a própria aferição do júri com relação à idade de Feliesberto se coaduna muito convenientemente à fala de seu curador: naquele raciocínio, Reginaldo Salles argumenta que, mesmo se o réu tivesse os 32 anos estimados pelo júri, tendo vindo para o Brasil com seis anos ou oito anos, ainda seria livre. O fato é que a conta feita pelo júri – que não o considerou livre – era bastante estreita: tendo nascido

em 1825 e trazido da África aos seis anos de idade, seria possível que o réu participasse de algum dos últimos carregamentos de escravos legalmente importados antes da promulgação da lei em novembro de 1831. Se ele tivesse sido traficado com a idade de oito anos, também apontada pelo curador, sua comercialização seria ilegal. Pode ser que, em 1857, a resposta do júri refletisse mais uma tentativa de não se envolver no debate do que de resolvê-lo: estabelecer que o africano Feliesberto tivesse menos de 32 anos significaria bater o martelo em sua importação ilegítima e afirmar que ele fosse ainda mais velho implicaria o oposto, que ele foi transportado ainda durante a legalidade do tráfico. Como, de qualquer forma, ele se envolveu num sério delito e seria rigorosamente punido por ele, talvez aqueles cidadãos entendessem que não valeria a pena se estenderem no debate sobre sua condição. Alguns anos mais tarde – e sem envolver o direito criminal – outras ações tomariam lugar na própria província de São Paulo em que a determinação da idade de escravos poderia significar concretamente a categoria a que diversos homens e mulheres pertenciam: se à escravidão ou à liberdade que, ainda que precária, simbolizava um avanço e uma conquista para aqueles indivíduos.

Na década final da vigência da instituição no Império brasileiro, tais situações limítrofes se tornariam mais dramáticas, com a ascensão de movimentos abolicionistas e o recrudescimento das ações de contestação dos escravos contra o próprio cativo.

A pesquisa dos documentos criminais envolvendo escravos como réus e/ou vítimas nos anos 1880 no município de Campinas revela que houve, nesse período, uma diminuição no número desse tipo de ocorrências reportadas à Justiça. Foram levantados 31 autos, entre inquéritos policiais e processos- e apelações-crime, que se encaixam nos parâmetros da pesquisa. Tal cifra representa uma diminuição no número de delitos

envolvendo cativos, se comparada à década anterior, quando eles atingiram o auge com o registro de 39 documentos. Trata-se, porém, de uma quantidade de crimes maior do que as registradas nas décadas de 1850 e 1860.²⁴

Note-se que na última década da escravidão os crimes envolvendo escravos tenderam a se concentrar sobremaneira naqueles em que réus ou vítimas eram pessoas livres, mas fora das relações de poder a que os cativos estavam submetidos (ou seja, não eram senhores e seus prepostos). Isso pode indicar uma aproximação gradativa entre os mundos da escravidão e da liberdade, mais acentuada no momento da crise do sistema escravista. Outro ponto a ser considerado diz respeito à demografia da população escrava na região. Nos anos 1870, momento em que a criminalidade envolvendo escravos atingiu seu ápice, a concentração da mão-de-obra cativa no município também alcançou seu auge: como já foi apontado, havia então cerca de 14.000 homens e mulheres escravizados em Campinas. A partir desse momento, apesar do recrudescimento da população escrava nas regiões agroexportadoras da Província através do tráfico interno, a instituição via-se fragilizada pelo seu necessário fim. Já não poderia mais se reproduzir, nem através do tráfico atlântico, definitivamente proibido em 1850, nem pelo crescimento vegetativo dos escravos então existentes, já que a Lei do Ventre Livre de 1871 impedia o nascimento de novos escravos no Brasil. Somou-se a isso a promulgação em 1885 da Lei dos Sexagenários, a qual, mesmo sendo responsável pela libertação de apenas uma pequena parcela da população escrava, foi sintomática da crise política vivida pelo sistema e dos esforços empreendidos pelo governo imperial em adiar ao máximo sua extinção²⁵.

²⁴ Ver Tabela 1, p. 38

²⁵ CONRAD, *Os últimos anos... op. cit.*; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Os autos criminais deste período são ricos em informações sobre os contatos entre escravos, livres e libertos e sobre as concepções dos primeiros quanto ao mundo em que viviam e aos direitos que lhes seriam devidos por aquela sociedade.

Início dos anos 1880: Andanças de Bernardo

Na passagem da década de 1870 para 1880, aparecem nos Autos Crimes do Interior uma série de cinco documentos relacionados a crimes cometidos e/ou confessados por um mesmo escravo: Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim de Sampaio Góis.²⁶ Para além do fato de ser curioso um mesmo réu envolvido em tantos delitos, os depoimentos de Bernardino – ou Bernardo – são sintomáticos de uma série de transformações que marcavam o período. Sem nem adentrar no documento, apenas observando sua capa, é possível cogitar sobre os usos que Bernardino ou Bernardo fazia do próprio nome: longe de se tratar apenas um apelido, o fato de ele ser conhecido por dois prenomes pode indicar uma estratégia de resistência e sobrevivência, criando quase como uma nova identidade que o distanciava da escravidão.²⁷ A começar pelo auto em que ele era acusado pela morte do alemão Cristiano Schoroeder, em dezembro de 1879, o que se percebe é o reiterado esforço do réu em reafirmar o próprio lugar social, que deveria lhe garantir respeito por parte de outros indivíduos que partilhassem com ele o mesmo espaço.

O conflito começou quando Bernardo – usarei aqui, para simplificar a análise e em reconhecimento de sua agência, o nome com que o réu se identificou em seus

²⁶ AESP, ACI, *Microfilme 13.01.096, Documentos 9 e 10; Microfilme 13.02.095 Documentos 4 e 5, Réu: Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim Sampaio Góis, 1880 e Microfilme 13.01.100, Documento 5, Réus Dederich Xiste e Bernardino, escravo de Joaquim Sampaio Góis, 1881*. Estes documentos foram analisados em GOMES, Flávio & MACHADO, Maria Helena P. T. “Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo)” in GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

²⁷ Estratégia semelhante foi utilizada por Benedita Maria, liberta – ou Ovídia, escrava – que assumiu outra identidade para tentar escapar do cativeiro. MACHADO, “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição...” *op. cit.*.

depoimentos, diferente do que era apontado por seu senhor – adentrou pelas dez ou onze horas da noite do dia cinco de dezembro a venda do inglês Estevão Obest.²⁸ Repare-se logo que todas as testemunhas deste processo eram imigrantes europeus reunidos naquela venda, levantando-se assim a questão do relacionamento entre sujeitos que representavam os dois principais projetos imperiais quanto à questão do trabalho: escravidão africana e imigração europeia.

As tensões existentes entre estes dois grupos se tornariam mais claras com o avançar da década de 1880 e, principalmente, no início da República. Tal é o caso de uma mal sucedida greve de trabalhadores portuários na cidade de Santos, litoral de São Paulo, em 1891. Dois anos antes, em 1889, outro movimento grevista, vitorioso, ali eclodira. As circunstâncias tanto “da epidemia que então ceifava a vida dos portuários, quanto das crescentes necessidades das obras do cais, haviam justificado a concessão do aumento de salários reivindicado”, num movimento aparentemente não atravessado por disputas raciais. Em 1891, por outro lado, diversas circunstâncias levaram antigos quilombolas da região chamada Jabaquara, dos arredores da cidade de Santos, a se envolver na greve, não como operários fazendo exigências, mas como fura-greves: as condições em que se encontravam como trabalhadores de pedreiras eram ainda piores do que as dos portuários e antigas fidelidades de seus líderes facilitaram o desalinhamento daqueles homens com os grevistas. Além disso, o movimento também podia ser entendido como

uma luta entre nacionais e imigrantes e os operários estrangeiros e grevistas eram acusados de alimentar ‘preconceitos de raça’. Situação que se manteve nas décadas seguintes, nas quais a ascensão do

²⁸ AESP, ACI, *Microfilme 13.02.095, Documento 5, Réu: Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim Sampaio Góis*, 1880.

movimento operário e portuário de Santos conviveu com o desaparecimento da cena política dos rebeldes do Jabaquara.²⁹

Ora, as circunstâncias que envolveram a morte de Cristiano Schoroeder, ainda durante a vigência do sistema escravista no Império, são sintomáticas deste tenso processo que se ia desenhando com a aproximação do fim do século. Pois bem, naquela noite, entrou na venda “*um negro, cujos sinais são estes: - preto, pouco bigode, baixo, com mais de vinte anos de idade, falando bem, vestido de paletó preto, calça preta ou escura, chapéu escuro de copas baixas e calçado de botinas ou sapato. Que esse negro comprou e pagou alguns gêneros na mesma venda...*”. Nela já estavam o belga José Rousé, o inglês Guilherme Ridhele, o alemão Cristiano Schoroeder e o inglês Estevão Obest, dono da venda. Segundo este último, o negro – que somente depois se descobriria ser chamado Bernard, pois ele “*não era conhecido no lugar, pois havia aparecido ali naquela noite...*” – “*comprou-lhe meio quilo de toucinho meio quilo de açúcar dois pães uma caixa de fósforos e dois vinténs de pinga, tendo pago tudo e que esse negro era a primeira vez que ele depoente tinha visto, que não sabe seu nome e nem se era cativo ou livre...*”. Naquele tempo, o belga Rousé havia mandado abrir uma garrafa de cerveja, a despejado em dois copos e oferecido um deles à vítima alemã, a qual “*não aceitou dizendo que preferia um copinho de aguardente...*”, que lhe foi servido. Então, Bernardo

²⁹ MACHADO, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: As duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação” in GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Olívia. *Quase-Cidadãos. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007. Sobre movimentos grevistas de libertos, ver VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, (2000); LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária / Rede Unitrabalho, 2001. Robert Slenes discutiu a convivência entre imigrantes e escravos – ou, mais especificamente, o sistema escravista – no interior de São Paulo em SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in ALENCASTRO, Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 283-290.

aproximou-se sem ter sido chamado, levou a mão sobre o outro copo que Cristiano não tinha aceitado, levou a boca e bebeu não disse palavra ao depoente nem ao assassinado. Que em vista desse procedimento do negro, inteiramente desconhecido, o assassinado voltou-se para o negro e disse: que se retirasse dali e que se fosse embora que não devia ter ido ali beber a cerveja que não era dele. Que desta simples advertência do assassinado, respondeu o negro que era livre e passou a insultar por palavras // ao assassinado...

Saindo da venda aos insultos com os estrangeiros, Bernardo, que carregava arma de fogo, acabou por atirar em Schoroeder, fugindo em seguida e sendo perseguido “até o portão da estrada de ferro...”. Preso apenas no ano seguinte, em 1880, Bernardo afirmou ter 23 anos, ser solteiro e natural da Bahia, trabalhar na roça e viver em Campinas havia mais de dez anos. Sobre este crime, ele o confessou e afirmou

que em fins do ano passado, seriam nove horas da noite, ele interrogado, que andava fugido, chegou a uma venda na rua Álvares Machado, no largo de frente o cemitério com o fim de comprar toucinho, pão, farinha e outros gêneros de que carecia; e tendo encontrado a porta entreaberta entrou na venda onde foi bem recebido, comprou os referidos gêneros, que embrulhou em um guardanapo que trazia, e vendo diversos copos de cerveja sobre o balcão pegou num e bebeu, sentando-se em seguida sobre um banco que estava na venda; que ali estando presenciou entre Cristiano e outros uma forte discussão, a respeito de eleições e companhias de estradas de ferro, mas que tendo cerrado a discussão novamente encheram os copos de cerveja, ofereceram a ele interrogado que recusou e continuou a permanecer quieto, assistindo impassível a essa discussão; que logo depois o alemão Cristiano voltando-se para ele interrogado disse: - pisa daqui – ao que o interrogado respondeu que ia retirar-se porém que pisa só se dizia tocando os cachorros: que dizendo estas palavras retirou-se, sendo seguido por Christiano que o agrediu com uma tranca de porta, então o interrogado deu-lhe um tiro com uma garrucha de um cano, carregada com chumbo e uma bala de revolver, bala que lhe foi dada na estrada, por um indivíduo

desconhecido a que ele interrogado havia se queixado de seu senhor e dos maus tratos que recebia no sítio: disse mais que essa garrucha ele comprara há seis anos, mais ou menos, a um escravo do falecido José de Almeida Campos, de Indaiatuba....

Este longo trecho transcrito se justifica devido à riqueza de informações e interpretações que Bernardino inseria em seu depoimento. De saída, conhecem-se os gêneros de que Bernardo precisava – toucinho, pão, farinha – e os quais podia comprar. Mais adiante, ficará esclarecido pelo menos uma das maneiras com que o réu obtinha dinheiro e os possíveis destinos de suas compras. A seguir, note-se como os fregueses da venda debatiam entre si assuntos da política local, demonstrando tanto seu interesse como sua inserção em tais discussão, mas também que o réu, apesar de ouvi-los algo atentamente, não participava da conversa. Tendo ele simplesmente se servido da bebida ou sendo-lhe esta oferecida, o papel desempenhado por Bernardo naquela cena indica talvez uma prática recorrente nas sociedades escravistas, em que os brancos discutiam abertamente questões mais ou menos polêmicas na presença de seus escravos, os quais posteriormente se serviam deste conhecimento para agir por conta própria. É claro que a situação aqui apresentada tem suas particularidades, principalmente por não se tratar de senhores discorrendo sobre temas como liberdade na frente dos próprios cativos – como acontecera em Demerara no início daquele mesmo século³⁰ – mas é curioso observar esta imagem. O interesse de Bernardo pelo tema é evidenciado pelo fato de ele lembrar-se dele meses depois – ou, ainda, de ser esta a memória fabricada pelo réu em seu depoimento. Em 1880, o que se debatia nas vendas da região eram eleições e ferrovias e não havia naquele momento espaço para o negro tomar parte no debate, pelo menos na forma como este estava estabelecido.

³⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver também MACHADO, *O Plano e o Pânico... op. cit.*, pp. 100; 106 e ss.

O comportamento de Bernardo é aquele de uma inserção parcial no meio social em que se encontrava, ainda que este fosse composto pelo encontro efêmero num balcão de venda a tomar cerveja. Quando a contenda se encerrou, afirmava ele, “*ofereceram a ele interrogado que recusou e continuou a permanecer quieto, assistindo impassível a essa discussão...*”. Esta cena pode ser considerada uma janela para a compreensão de alguns aspectos que caracterizavam a sociedade imperial, em particular sua região sudeste, daquele momento: pode-se afirmar que Bernardo – tal como escravos, libertos, livres de cor e quiçá brancos pobres – não fazia parte da política oficial exercida pelos cidadãos de bem que compunham o Império, mas isto não significa dizer que eles não agissem politicamente.³¹ No entanto, ainda que de forma muito sutil, no entendimento de Bernardo ele estava sendo convidado a participar da reunião, mas era de seu interesse recusar-se e permanecer “*impassível*”.

Logo a seguir, porém, segundo sua interpretação, ele foi novamente não apenas excluído da conversa, como grosseiramente escorraçado da venda pelo alemão Schoroeder. Mais uma vez, Bernardo afirmaria a própria agência, ao responder que “*ia retirar-se porém que pisa só se dizia tocando os cachorros...*”. Esta colocação aponta um sujeito não apenas com consciência de seu valor como também do tratamento que merecia receber de quaisquer outras pessoas, independentemente do status social por elas ocupado. Além disso, seu relato não demonstra obediência ao receber uma ordem, mas uma ação individual, realizada por motivos particulares, desempenhada apesar do destrato de seu interlocutor. A partir do momento em que a interação ocorrida na venda degingolou em uma disputa, ficou claro que Bernardo encontrava-se em situação de

³¹ Sandra Graham entende este mesmo momento da passagem de 1879 para 1880 como marco na formação de uma cultura política no Brasil Império, depois de uma revolta popular urbana ocorrida na corte. GRAHAM, Sandra L.. “O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. In *Revista Brasileira de História*, no. 20, 1991, pp. 211-232. Sobre a mesma revolta, ver JESUS, Ronaldo Pereira de. “A Revolta do Vintém e a crise na monarquia” in *Revista História Social*, no. 20, 2006, pp. 73-89.

poder, tanto pela posse de uma arma de fogo – carregada – quanto pela disposição e habilidade em utilizar-se dela.

A parte final do excerto citado evidencia a preocupação, por parte das autoridades policiais, em esclarecer o acesso de Bernardo a estas armas. A garrucha fora comprada havia “*seis anos*”, mas de um outro escravo – vale lembrar que ele encontrava-se fugido quando foi preso – o que demonstra que a posse de tais armamentos podia ser algo difundida entre cativos durante a vigência da escravidão. Ao longo da década de 1880, a grande preocupação das autoridades imperiais seria exatamente o controle sobre a circulação de informações sobre casos individuais e coletivos de rebeldia escrava, assim como sobre a movimentação de cativos e as comunicações existentes entre eles, com o intuito de prevenir grandes revoltas que atemorizavam as autoridades policiais e os senhores de escravos. Como aponta Maria Helena Machado,

a segurança pública [foi a] questão mais delicada da década: temia-se, de fato, que o pânico gerado por insurreições de escravos, reais ou imaginárias, não só desafiassem a ordem pública, como se transformassem em senha para a explosão da crescente fúria, alimentada por certas camadas da população que, cada vez mais inseguras com o desenrolar dos fatos, mostravam-se propensas a reagir pela força.³²

No contexto que então se configurava, era crucial para a polícia descobrir como escravos como Bernardo tinham acesso a armas de fogo, que poderiam ser utilizadas em crimes isolados ou em movimentos sociais mais amplos. É curioso notar, porém, que o grande interesse dava-se não pela forma de aquisição da arma em si, mas da munição imprescindível para sua efetiva utilização. O réu em evidência conjurou uma explicação bastante inverossímil para a origem da bala que matou Schoroeder: foi um “*indivíduo*

³² MACHADO, *O Plano e o Pânico... op. cit.* p. 72.

desconhecido” na estrada que lhe forneceu, depois de ter ele se queixado dos maus tratos recebidos de seu senhor. Ora, no mínimo a interação de Bernardo com o tal *“desconhecido”* foi mais longa do que a menção superficial insinuada no interrogatório do réu. É difícil imaginar que um encontro rápido e casual terminasse com a doação de uma bala para um escravo fugido. No entanto, a fala de Bernardo remete à interpretação por parte das autoridades imperiais de que quaisquer atos de rebeldia mais acentuada por parte de escravos estaria ligada necessariamente a elementos externos que seriam os catalizadores destes movimentos, minimizando assim a autonomia dos próprios cativos de refletir sobre sua condição e organizar ações para contestá-la.³³ Afinal, o *“desconhecido”* citado por Bernardo poderia ser um abolicionista radical buscando levantar as senzalas da região, ter origem livre ou escrava, ser de qualquer cor dentre o vasto universo que compunha a população brasileira no século XIX e nos dias atuais. Poderia, contudo, não ser nada *“desconhecido”*, ser um colega, amigo, parente, ou ainda um parceiro de negócios que lhe daria ou venderia a bala – a qual Bernardo teria condições de comprar como o fizera com os mantimentos que adquirira na venda do inglês.

O dinheiro e a munição amealhados por Bernardo seriam temas centrais na investigação de outros crimes cuja suspeição recaía sobre aquele escravo, ocorridos em período próximo àquele em que foi preso. É difícil entender exatamente como tais suspeitas foram levantadas, mas resultaram no interessantíssimo interrogatório em que Bernardo confessava ter sido o autor da morte do francês Francisco Savary

por mandado de seu genro Dederiche Xiste e que havendo grande inimizade entre genro e sogro, a ponto de ter este para distrair-se feito uma viagem em companhia de um [cabelhereiro] que com ele

³³ Novamente, é importante ressaltar a análise de Machado sobre um movimento de fundo messiânico ocorrido na mesma região de Campinas em 1882, em que não há evidências de participação de agentes externos, notadamente abolicionistas. MACHADO, *O Plano e o Pânico... op. cit.*, pp. 96 e ss..

*morava, de volta dessa viagem e continuando as discussões entre aqueles, Dederich Xiste, a quem o interrogado conhecia porque costumava vender-lhe criações que furtava, encarregou a ele interrogado de matar a Savary, prometendo-lhe a quantia de cem mil réis, no caso de que efetivasse a morte, e que se apenas ferisse, nada lhe pagaria...*³⁴

Dando-lhe instruções precisas, Xiste teria determinado a ocasião mais propícia para realizar o assassinato, dizendo-lhe que chegasse “no dia marcado pela madrugada antes que dois outros negros viessem vender galinhas a Savary, como haviam prometido, que batesse naquela janela do quarto onde dormia Savary, que este infalivelmente abriria a porta, pensando serem os dois outros vendedores de galinhas...”. Bernardo revelava, assim, não apenas seu hábito de furtar “criações”, mas também a forma como podia comercializá-las, através de compradores conhecidos que lhe abriam a janela no meio da madrugada para realizar o negócio. Talvez deste tipo de comércio ilegal o réu amedalhasse o dinheiro para fazer as compras na venda do inglês Obest, mas talvez tais fundos fossem provenientes de uma outra atividade mencionada neste depoimento: Bernardo também se empregaria como matador de aluguel. As condições da transação acordada entre este e Xiste parecem bastante simplórias; o acordo foi selado em um “campo, além da linha férrea, e por isso nem um outro da família Savary teve conhecimento desse ajuste, e nem de modo algum concorresse para ele...”, o valor a ser pago pela morte era relativamente baixo e a condição imposta pelo contratante, de que somente pagaria se a vítima de fato fosse assassinada, demonstram a fragilidade da posição do réu na negociação, que lhe traria pequeno lucro e alto risco.

Mesmo assim, ele seguiu aquelas instruções e, quando o francês lhe abriu a janela, deu-lhe “um tiro de garrucha a queima roupa; que esta garrucha estava

³⁴ AESP, ACI, Microfilme 13.02.096, Documento 9, Réu: Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim Sampaio Góis, 1880; Microfilme 13.02.100, Documento 5, Réu: Dederich Xiste e Bernardino, escravo de Joaquim Sampaio Góis, 1881.

municiada com chumbo e uma pequena bala de revolver, a qual lhe foi fornecida por Dederich Xiste...”. Novamente, vê-se a ânsia de esclarecer a origem da munição utilizada pelo réu e a resposta dada por este que, aparentemente, correspondia ao desejo das autoridades em serem reasseguradas da incapacidade do escravo em adquiri-la por seus próprios meios. Ressaltando mais uma vez a instabilidade da posição de Bernardo, este revelou “que logo depois que Dederich Xiste saiu da cadeia indo o interrogado a casa dele para receber o dinheiro prometido o mesmo Xiste o quis matar com um revolver, estando nessa ocasião em companhia do mesmo Xiste o outro genro de Savary, também armado de revolver...”. Assim encerrou-se o assunto. A leitura dos autos de interrogatório em processos criminais deixa bastante claro quais eram as questões de monta para as autoridades que os promoviam: por um lado, o escrutínio detalhado sobre a origem dos projéteis utilizados por Bernardo, por outro, o desinteresse em descobrir se o acordo acertado entre o réu e Xiste veio a termo, se o primeiro recebeu o pagamento prometido pelo segundo ou como escapou ele da tentativa de assassinato empreendida pelos genros do francês Savary.

As aventuras de Bernardo, no entanto, não se encerravam por aí. Em seguida, foi-lhe perguntado quem matou Theodoro da Silveira Franco, respondendo o réu que não fora ele nem sabia responder sobre este crime. Negou também ser o autor da morte de Tristão Pompeu, mas confessou ter dado um tiro em Antônio Feliciano Correa, conhecido por Geringonça. Segundo seu depoimento, vinha Bernardo acompanhado do escravo Joaquim para a cidade de Campinas, quando, ao chegar na porteira da fazenda Sete Quedas, foram alcançados por Tristão Pompeu, administrador da fazenda de Francisco Pompeu do Amaral, um filho deste e um pajem.³⁵ Nessa ocasião, “reconhecendo Tristão o escravo Joaquim pertencente a fazenda que ele administrava e

³⁵ Seriam administrador e proprietário parentes?

que andava fugido chegou-se a ele e ordenou-lhe que seguisse por diante...". Em outro momento do processo, Bernardo seria acusado de, junto de outros dois quilombolas, assaltar "*aos condutores de um negro fugido e que por eles foi tomado, e levado como companheiro para o quilombo...*".³⁶ É importante salientar a diferença entre Joaquim estar fugido e aquilombado junto de Bernardo e Bernardo tomá-lo de assalto e levá-lo para o quilombo. A primeira interpretação, condizente com as informações prestadas pelo réu, implicam uma maior autonomia dos escravos envolvidos, especialmente Joaquim. A segunda versão aponta este como um escravo mais passivo, que seria "*levado como companheiro*", negligenciando a vontade do cativo de esquivar-se do cativeiro. Esta parecia ser, muitas das vezes, a abordagem das autoridades imperiais, que preferiam acreditar que os escravos eram seduzidos por elementos externos a manifestar o próprio descontentamento a reconhecer a autonomia – e o que chamamos hoje de agência – de suas ações.

Em princípio, Joaquim obedeceu à ordem de Tristão, mas

que ao chegarem no areão [sic], parou e disse a Tristão que não ia adiante, e se quisesse que o matasse; nesse ato tendo Tristão puxado pelo revólver e intimado o preto que seguisse e que do contrário o atiraria, Joaquim levou a espingarda ao ombro, e então Tristão disparou um tiro que errou, e em seguida Joaquim disparou-lhe um tiro de espingarda, cuja bala acertou na cabeça de Tristão que caiu morto...

Ora, esta passagem informa como a fuga de Bernardo da propriedade de seu senhor Joaquim Sampaio Góis não significava, de modo algum, que ele se isolasse do cativeiro; pelo contrário, os diversificados laços sociais estabelecidos e mantidos por

³⁶ Em outro auto, datado de 1881, Sebastião Dias Almeida era acusado pela morte do escravo Joaquim, pertencente ao mesmo Francisco Pompeu do Amaral, com um tiro de garrucha no escravo que, achando-se aquilombado numa mata do sítio do conselheiro Albino Barbosa, foi encontrado dentro de um pequeno rancho, aparentemente sozinho, armado de uma foice com a qual resistiu à prisão. AESP, ACI, Microfilme 13.01.102, *Documento 7. Réu: Sebastião Dias Almeida*, 1881.

Bernardo compõem mais uma evidência da extrema proximidade existente entre escravos fugidos e o mundo da escravidão. Afinal, ele conhecia pessoas livres e de alguma posse, como Xiste e Savary, com quem mantinha um comércio de bens furtados, de um lado, mas, de outro, sustentava relações de amizade e companheirismo com outros cativos fugitivos, como Joaquim. Através de seu depoimento nos autos, fica claro que ele pertencia a uma rede maior de sociabilidades e compunha o que foi definido por Gomes e Machado como “quilombos volantes”, ajuntamentos de fugidos que, longe de apresentarem-se como grandes e organizadas comunidades, consistiam de assentamentos precários, “não passando de pousos temporários localizados às margens das fazendas ou nas proximidades das cidades”. A vantagem deste tipo de quilombo estava, num contexto da cada vez maior ocupação do Noroeste da província, na “possibilidade de deslocamento rápido” que desnorteava “as autoridades e os punha a salvo das repetidas expedições de repressão organizadas pela polícia com a colaboração do ‘povo’.”³⁷ Um detalhe curioso desta história está nas ações do companheiro de Bernardo, Joaquim, o qual, num primeiro momento, aceitou acompanhar o administrador de seu senhor para, logo depois, recusar-se a voltar para a fazenda. Esta resistência, porém, não se deu através da recusa algo pacífica, da fuga silenciosa durante a noite ou do enrolar no trabalho do eito, ou no enfrentamento direto e violento com figuras de autoridade através do uso de ferramentas de trabalho, como se viu anteriormente. Naquele momento, o escravo tinha condições de responder o tiro dado pelo revólver do administrador com sua própria espingarda, sendo inclusive mais apto no manuseio da arma de fogo, ou apenas mais sortudo, do que Tristão, que acabou morto. Neste caso, não foi perguntada, nem respondida, a origem da bala.

³⁷ GOMES & MACHADO, “Atravessando liberdades...” *op. cit.*, pp. 77-8.

Outro aspecto da sociabilidade de Bernardo fica evidente em sua narração do desenrolar dos acontecimentos depois da morte do administrador:

apeando-se logo o pajem e indo socorre-lo, o interrogado com o intuito de salva-lo, pois que Joaquim pretendia matar a ele também, ordenou que fosse embora e então o pajem correu, ficando no lugar unicamente ele interrogado e Joaquim que apoderaram-se dos cavalos e voltaram para o quilombo...

Apesar de seu histórico como assassino de diversas pessoas, Bernardo não via razão para tirar a vida do pajem do administrador, muito provavelmente um escravo. Talvez Joaquim pretendesse matá-lo exatamente porque, pertencendo à mesma propriedade, o conhecesse e tivesse alguma rixa com o criado que ocupava uma posição de certo privilégio e intimidade com o poder senhorial, mas Bernardo alegava ter sido o fator que impediu que mais uma morte acontecesse, justamente na pessoa de um escravo. É de se reparar que todas as suas confissões envolviam vítimas livres.

O quilombo a que o réu se referiu, derrubado em dezembro de 1879, localizava-se entre o sítio de Santa Cruz e o Ribeirão Capivari, no limite da fazenda Sete Quedas, já citada. Batida a mata por “*soldados e pessoas do povo nada se encontrou a não ser um rancho pequeno novo, o qual foi destruído, e queimado por ordem do delegado de polícia...*”. Ali estavam uns poucos objetos e mantimentos: folhas de repolho, pedaços de latas de sardinha, garrafas vazias e uma bolsa velha vazia, já “*em estado de putrefação a parte da bolsa que estava em contato com o chão...*”, indicando sua antiguidade. Os sinais de recente ocupação estavam no fato de o rancho ser novo e de haver vestígios de fogo fresco no fogão. As autoridades da força pública relataram no auto de destruição que, devido à proximidade com a roça da fazenda Sete Quedas, era “*provável que os quilombolas comunicavam-se com alguns escravos dessa fazenda...*”.

Retomando a outra confissão de Bernardo, quanto ao tiro dado em Geringonça, o réu prosseguia com seu relato. Imediatamente após o confronto com o administrador Tristão, voltavam ele e Joaquim ao quilombo, mas encontraram no caminho um homem, que se revelaria ser Geringonça, e trataram de se ocultar numa roça de milho. Como tal indivíduo perguntasse por diversas vezes quem ali estava que deixara os cavalos na estrada e sem obter resposta dos escravos escondidos, ele ameaçou dar um tiro de revólver. Então, *“o interrogado com a intenção não de matar, mas de o assustar somente, deu um tiro de garrucha que estava carregada com chumbo grosso, não sabendo se algum bago desse chumbo acertou ou não...”*. Trata-se, então, não de um crime encomendado e premeditado, mas de uma consequência de circunstâncias hostis em que Bernardo defendia a própria liberdade a todo custo.

Foi-lhe também perguntado se fora ele quem dera um tiro, havia cerca de um ano, em Torquato João Alves, administrador da mesma fazenda Sete Quedas em que se encontrava o quilombo destruído em 1879. Mais uma vez, Bernardo contou sua versão dos fatos. Respondeu que conhecia Torquato apenas de vista e *“não tinha e nunca teve malquerença...”* com ele, mas *“encontrando-se nesta cidade com os escravos João Vicente, [Nicácio] e Severino, estes o induziram a matar o mesmo administrador mediante o pagamento de duzentos mil réis, dando para realizar a morte as instruções e esclarecimentos necessários e mais uma pistola de dois canos, já por eles carregada com bala...”*. Este acordo é bastante parecido com o que Bernardo alegava ter feito com Dederich Xiste, exceto que, surpreendentemente, o valor oferecido pelos escravos era o dobro do oferecido para a morte do francês Savary e não fica claro se haveria restrições ao pagamento, como no caso antes analisado. Aceitando o negócio, Bernardo pôs-se de emboscada no terreiro daquela fazenda *“junto a porta do quadrado, e quando Torquato saiu e fechou essa porta alumiado por um molequinho que trazia uma candeia, o*

interrogado deu um tiro e correu...”. Ficam evidenciadas, assim, as redes que ligavam o réu a escravos da região, os quais não apenas angariavam dinheiro para matar um administrador malquisto por eles, como também confiavam em Bernardo para executar a morte.

Finalmente, o réu foi interrogado sobre a tentativa de assassinato a Joaquim Leite de Godói, em novembro de 1878 – o que aguça a curiosidade para saber desde quando andava fugido e circulando pela região. Ele respondeu que, numa noite, “*vindo ele interrogado de Indaiatuba para esta cidade...*”, passou por uma porteira na casa da vítima e um cavalo tomou-lhe a dianteira e se aproximou da casa de Leite, chamando a atenção deste, o qual saiu para observar o que se passava. Bernardo então se escondeu para não ser visto, mas logo Leite saiu da casa com um moleque e ambos colocaram-se de emboscada

que vendo ele interrogado que tinha necessidade de ir para diante, deu um tiro com a garrucha ao que rezava não com a intenção de matar, e sim de assustar, e para que eles se retirassem do lugar, e o interrogado pudesse passar, como efetivamente fez dirigindo-se para esta cidade...

As peripécias de Bernardo compõem um rico quadro da virada dos anos 1870 para 1880, quando as agitações abolicionistas que caracterizaram os anos finais da escravidão no Império brasileiro ainda não estavam em pleno vapor. Mesmo se tratando das experiências singulares de um indivíduo, elas trazem uma série de informações sobre as vivências possíveis de um escravo cujas características eram bastante comuns no Brasil escravista: homem relativamente jovem, solteiro, trabalhador de roça, levado pelo tráfico interno de uma província menos envolvida na grande produção exportadora para trabalhar na pungente economia do interior paulista. Esta poderia ser a descrição de centenas de milhares de escravos que viveram e morreram em todo o Império,

especialmente no Sudeste, mas as escolhas e possibilidades encaradas por Bernardo tornam sua história peculiar. Fugiu da propriedade de seu senhor, que o maltratava, e assumiu a identidade de homem livre; podia, até certo ponto, viver como tal caso se ativesse ao contato com desconhecidos como os estrangeiros da venda onde podia comprar mantimentos. Tirava seu sustento de furtos e, vez por outra, de realizar serviços de matador – apenas de vítimas livres – para seus conhecidos, fossem eles livres ou escravos. Não vivia em isolamento, muito pelo contrário, aparecem nos autos reiterados sinais das relações de amizade e companheirismo que desenvolvera, principalmente com outros sujeitos que partilhavam de seu passado em cativeiro. Buscava, como tantos outros homens e mulheres, seguir seus próprios caminhos mesmo vivendo sob um sistema de opressão e violência, que nada obstante não conseguia abafar de todo os desejos e ações de suas vítimas.

É bastante provável que muitas destas ações se relacionassem intrinsecamente com o momento em que ele vivia, em que uma crise do sistema escravista se avizinhava e tornava-se cada vez mais aguda e clara, aumentando os espaços de autonomia tão veementemente buscados por homens e mulheres escravizados. Naquele começo dos anos 80 do século XIX era possível que, conhecendo a história narrada pelo réu nos autos, diante das reiteradas confissões deste, os jurados sorteados pelo tribunal para julgar a tentativa de homicídio na pessoa de Joaquim Leite Godói podiam simplesmente responder, quando inquiridos pelo juiz, que o réu Bernardino não deu o tiro que ele dissera ter dado na vítima, absolvendo-o das acusações.

Estarrecido com a conclusão do julgamento, o juiz de direito Antônio Gonçalves Gomide imediatamente apelou para o Tribunal da Relação, por entender que as decisões do júri eram contrárias às evidências. Em seu arrazoado, retomou as provas reunidas no inquérito policial e a confissão do acusado, “*expondo em seus menores detalhes as*

circunstâncias do fato criminoso...”, as quais não poderiam ser conhecidas por ninguém além de seu autor. Continua ele:

a sinceridade da confissão está demonstrada pela inflexível insistência com que o réu manteve suas primeiras declarações, até mesmo depois de condenado à pena de açoites por crime de natureza idêntica. Confessando o crime perante o júri, ele já sabia por experiência própria que nem sempre a confissão conduz às galés. No julgamento perante o júri nada se opôs, que pudesse iludir, nem mesmo enfraquecer a força probante da confissão; apenas o curador do réu aventou algumas frívolas considerações, pondo em confronto a informação do ofendido com o interrogatório do acusado; e alegando que poderia ter o réu feito uma falsa confissão com o intento de trocar a vida do escravo pela do forçado. Esta última alegação, que já se vai tornando um lugar comum na defesa de escravos, e que nenhum fundamento encontra nos autos, como acima expendi, não podia impressionar espíritos refletidos, e com certeza não impressionou o júri, que absolveu o réu, não porque ficasse abalado em suas convicções, e sim porque tem entendido que a pena de galés já jamais deverá ser aplicada a escravos, e julga-se com direito de colocar a sua opinião acima do mesmo preceito legal. Entendi que não podia concorrer de minha parte para que se consumasse a violação da lei, e interpus esta apelação, de cuja procedência Vossa Majestade Imperial julgará com a costumada justiça. Campinas, trinta de setembro de mil oitocentos e oitenta. Antônio Gonçalves Gomide... [grifo meu]

Os caminhos da Justiça dificilmente são facilmente compreensíveis, mas no ambiente conturbado que se configurava no início da década de 1880 suas sinuosidades se tornam um tanto mais opacas. A recusa do júri em condenar um réu confesso pode estar ligada a diversos fatores, desde o clima de contestação da escravidão que se acirrava cada vez mais, até a tentativa de manutenção da propriedade escrava até seu

mais inescapável fim.³⁸ Num sintoma das forças contraditórias que então se enfrentavam neste campo aparece o juiz de direito tentando se ater à letra da lei. Como se verá adiante e demonstram os estudos sobre a década de 1880, em mais alguns anos seria impossível conter os tremores que abalavam o Império.

Início dos anos 1880: Outros casos

Outro documento, datado de 1881 e discutido brevemente no capítulo dois, também subiu para a corte de apelação por decisão do mesmo juiz Antônio Gonçalves Gomide. Trata-se do homicídio do mulato Raimundo por seu parceiro André, ambos escravos de José Ferreira Penteado, quando ambos sentavam-se para almoçar numa mesma gamela no curro da fazenda.³⁹ Relatando a altercação havida entre eles, o réu confessou ter feito o *“ferimento no peito do lado esquerdo de Raimundo...”* com uma pequena faca, *“por impulso instantâneo...”*. Ele disse que *“não premeditou essa ofensa, sendo esta apenas ato de momento e consequência...”* de um soco que a vítima havia lhe dado. Além disso, *“os lugares na tarimba onde ambos dormiam eram próximos, e assim constantemente vivia Raimundo a provocar a ele interrogado, não obstante o que, viviam os dois bem esta união por serem parceiros, porque vieram juntos do Rio de Janeiro há anos...”*. Em outros momentos dos autos, consta que *“o réu presente sempre mostrou ter boa conduta, vivendo em harmonia com o parceiro assassinado...”*. O que se depreende destas informações é que, apesar de serem amigos, a forçosa proximidade em que viviam, dormindo, comendo e trabalhando lado a lado todos os dias, levou a relação de ambos a um esgotamento tal que resultou na morte de um deles. É possível que os bons antecedentes de André fossem cruciais no resultado de seu

³⁸ Ver, por exemplo, nas crônicas de Machado de Assis a crítica aos abolicionistas de véspera em Assis, Machado de. *Obras Completas*, Vol III. 3ª edição. José Aguilar, Rio de Janeiro. 1973. p. 489 – 491.

³⁹ AESP, ACI, Microfilme 13.01.024, *Documento 4. Réu: André, escravo de José Ferreira Penteado*, 1881.

juízo, mas o fato é que, mesmo respondendo positivamente ao quesito sobre ser o autor do crime, os jurados entenderam haver atenuantes, que o homicídio fora causado por medo irresistível por parte do réu e ele foi absolvido. Como quando do julgamento de Bernardo, o juiz entendeu que a conclusão dos jurados era contrária às evidências dos debates e provas e recomendou que o processo fosse levado ao novo julgamento pelo Tribunal da Relação. Retomando os depoimentos das testemunhas e o interrogatório do réu, afirmou Gomide que reinava a discórdia entre aquele e a vítima e que “*as circunstâncias, que resultaram o fato criminoso [sic], repelem toda a ideia de medo irresistível...*”.

No novo julgamento, novamente se reconheceu que André matou Raimundo com uma facada, mas, utilizando-se do atenuante de “*não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar...*” e “*a ter precedido agressão da parte do ofendido...*”, o réu foi novamente absolvido. É comum encontrar em processos criminais ao longo de todo o século XIX sentenças contraditórias às provas – normalmente testemunhais – constantes dos autos ou sentenças que não condizem com a legislação vigente na época. Tal é o caso de muitos escravos que, tendo atentado contra a vida de seus senhores ou prepostos, deveriam ser julgados a partir da lei de 10 de junho de 1835 e condenados à morte, mas cujos vereditos passaram a ser comutados em penas mais leves, de galés ou açoites, mesmo não havendo qualquer mudança ou revogação da legislação. Esta manobra pode ser associada a um esforço de manutenção da propriedade escrava junto a seus proprietários, num ambiente de aumento no preço dos escravos depois do fechamento do tráfico atlântico e com a expansão da economia cafeeira no Sudeste. Tal raciocínio confirma-se quando da condenação a açoitamentos e usos de ferros no lugar de galés perpétuas, também devido ao entendimento de que muitos cativos cometiam crimes justamente para escapar ao

cativeiro em que viviam, mesmo que a alternativa consistisse em prestar trabalhos forçados pelo resto da vida.

Menos frequentes, porém, são as apelações por parte do juiz em caso de absolvição dos réus, como se vê aqui. O entendimento, citado por Gomide, de que “*a pena de galés jamais deverá ser aplicada a escravos...*” pode sintetizar esta crença na importância do poder privado dos senhores em disciplinar a própria escravaria. A novidade da solução encontrada em inícios da década de 1880 está na própria absolvição dos réus, em vez de castigá-los e devolvê-los a seus proprietários para então sofrerem medidas disciplinares complementares, talvez mais duras do que as aplicadas pelas autoridades públicas, preservando assim a propriedade e o poder senhoriais. A recusa em aplicar a pena de galés já existia nos anos 1860 e 1870, mas a hesitação na condenação de escravos contradizendo as provas – e confissões – normalmente aceitas em tribunal é muito curiosa e talvez seja sintomática de mudanças nas crenças e comportamentos vigentes na sociedade imperial, relacionadas a uma opinião pública cada vez mais questionadora do sistema escravista.

No mesmo período em que Bernardo aprontava suas correrias pelo município, Viriato – pertencente a Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, filho de Gertrudes escrava da mesma senhora, alfaiate de 25 anos, solteiro, brasileiro e nascido na cidade de Campinas – também foi preso e indiciado como réu em três processos criminais, acusado de furto, arrombamento e roubo.⁴⁰ As declarações de Viriato revelam detalhes de sua relação com outro imigrante, o português Francisco da Cunha de Oliveira, morador na cidade havia um ano e residente, ao menos temporariamente, na casa do Visconde de Indaiatuba. Apesar de os frutos de pelo menos um dos furtos ter sido encontrado em seu quarto, ele negava qualquer participação no crime, alegando ignorar

⁴⁰ AESP, ACI, Microfilme 13.01.096, *Documentos 7 e 8. Réu: Viriato, escravo de Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu*, 1880; Microfilme 13.01.097, *Documento 1. Réu: Francisco da Cunha Oliveira e Viriato, escravo de Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu*, 1880.

como e quando guardaram ali os bens em questão. Mesmo citado por Viriato nos outros autos, ele foi indiciado em apenas um deles e, sem surpresa, foi absolvido no julgamento.

Viriato, por sua vez, confessava ter cometido o roubo, mas a rogo de Oliveira e, ademais “*pensava que roubar não era crime...*” – estratégia algo anedótica que demonstra uma tentativa de manipulação, verossímil a seu ver, da situação em que se encontrava. Ele foi absolvido em um processo, mas acabou condenado à pena de um ano de galés na cadeia da capital e multa de 5% sobre o valor roubado. Mesmo escravo, sua sentença não foi comutada, como o era costumeiramente, em castigos físicos reservados à punição de crimes cometidos por cativos e que seriam proibidos apenas em 1886.⁴¹

Explicando o porquê de haver dito num primeiro interrogatório ser o único autor dos roubos e, num momento posterior, mudar sua declaração indicando Oliveira como principal autor, Viriato alegou que “*quando foram descobertos os objetos roubados, Francisco de Oliveira o chamou de parte e lhe pediu instantaneamente que não o compromettesse e apenas declarasse que ele Francisco de Oliveira apenas havia guardado as coisas [furtadas] não o tendo acompanhado nos roubos...*”. Vale lembrar que se tratava de um escravo qualificado e cria da casa de sua senhora, que desfrutava de significativa autonomia, como atestam suas repetidas saídas noturnas para cometer os furtos. Talvez estas fossem as condições que lhe permitiriam conhecer e se aproximar de Oliveira o suficiente para tornarem-se parceiros, que repartiriam “*a produção da venda entre eles...*”.

⁴¹ O artigo 60 do Código Criminal do Império determinava: “*Se o réu fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar*”. *Código Criminal do Império do Brasil, 1830... op. cit.*. Este artigo foi revogado pela lei 3.310 de 1886, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm. Acesso em 30 de março de 2015. Ricardo Pirola faz uma discussão sobre os usos da comutação de penas envolvendo escravos em PIROLA, *A lei de 10 de junho de 1835... op. cit.*, pp. 424 e ss.

Esses documentos são menos indiciários da desagregação do sistema escravista que já delineava-se no começo dos anos 1880, mas ainda assim são sugestivos deste processo, ao pôr em xeque a posição e funcionamento da Justiça e ao evidenciar movimentações de escravos que se aproximavam mais contundentemente das outras categorias sociais que os cercavam.

Avançando na década

Em 1884, o promotor público interino de Campinas denunciava Antônio José Torres pela morte de seu escravo Roberto Novo, ocorrida em 1878.⁴² Somente esta informação já denota a singularidade do momento político de meados da década de 1880, que permitia vir à tona e ser investigado um crime que, seis anos antes, fora ignorado. O texto da denúncia surpreende pela veemente condenação à instituição da escravidão e ao cruelíssimo tratamento dispensado a homens e mulheres escravizados enquanto ela vigeu:

Torres é filho de um país que há muito riscou dentre suas instituições aquela que permitia o cativeiro do ente racional e livre. Nascido em Portugal sob o regime da igualdade humana nenhum meio de vida lhe seria mais impróprio do que aquele que consagra a sujeição quase absoluta de um homem a outro. Não se deixando porém influenciar por essa consideração, Torres veio a Campinas e aqui estabeleceu-se com uma fazenda movida por braço escravo. No exercício de sua profissão de lavrador, Torres sempre se mostrou amante apaixonado da ganância pecuniária [ileg.] o mínimo sentimento humano [ileg.] de tirania desmedida [ileg.]. Quando a ira o acometia lançava mão de tudo que se achava ao seu alcance para castigar covardemente ao escravo, que tivera a desventura de provocar o seu ódio. As crueldades de Torres são fato notório no bairro em que reside. Como prova da atrocidade que o caracteriza refere o promotor o fato da denúncia. Mais ou menos em fins de 1878, Torres deitou querosene na

⁴² AESP, ACI, Microfilme 13.03.106, Documento 9. Réu: Antônio José Torres (fugido), 1884.

barba de seu escravo Roberto Novo, e chegou-lhe depois fogo. Horrivelmente queimado, Torres deitou-lhe mel sobre o corpo e o expôs, preso em vira-mundo, ao sol para que as vespas o mordessem. Não sei como escapou da morte Roberto voltou ao serviço da roça, mas não podendo trabalhar por se achar doente deu disso parte ao feitor, que não querendo resolver sozinho, por sua vez comunicou a Torres. Este enfurecendo-se aplicou ao negro um castigo de relho com tanta ferocidade que cortou-lhe o corpo e a cabeça. Depois de jantarem os escravos, Roberto tentou acompanhá-los ao serviço, mas faltando-lhe as forças saiu, pelo que Torres lançando de novo mão do relho tornou a castigá-lo e por tal forma que o feitor intercedeu em seu favor. Às 2 [horas] [ileg.] o negro ensanguentado [ileg.] carroça para [casa onde] [ileg.] vindo a falecer pouco [ileg.] o descobrimento de seu crime [simulou] a remessa do corpo para o cemitério desta cidade, e mandou-o enterrar mesmo próximo a sua casa onde foram exumados os ossos pelo digno Delegado de Polícia a 16 do mês de julho do ano corrente. Consta haver Torres desaparecido logo após as averiguações policiais e este fato concorre ainda para a prova do delito, e como pelo que fica dito, incorreu Torres no art. 193 do Código Criminal dá o promotor a presente denúncia... [grifo meu].

Naquele mesmo momento, discutia-se na corte um projeto de lei, tido como progressista, que previa a libertação de escravos maiores de 60 anos, sem compensação financeira ou na forma de serviços prestados aos senhores e a criação de um fundo de emancipação para financiar a alforria de cativos. Um ano depois, em setembro de 1885, foi aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe, que regulamentava a extinção gradual do elemento servil em termos muito mais palatáveis à classe proprietária brasileira, inclusive com tabelas de preços, para a libertação através do fundo, muito mais elevados do que os valores de mercado, valorizando significativamente aquela propriedade. Como já foi discutido anteriormente, a passagem desta lei pode ser compreendida como símbolo do

compromisso do estado imperial com a escravidão, encontrando formas de protelar sua extinção através de sua emancipação lenta e gradual.⁴³

Contudo, a instituição encarava um esgotamento político e social que abalava seus alicerces. A fala do promotor Costa Carvalho expõe a transformação havida ao longo do século XIX nas interpretações possíveis sobre o papel e natureza de homens e mulheres negros. Diferentemente dos seres inferiores, seja em termos de civilização ou “ciência”, retratados no começo do século, eles eram entendidos por Costa e Carvalho como “*ente racional e livre*”, homens em condição de igualdade com todos os outros e sujeitados a outrem pela aviltante instituição. O promotor sugere ainda que, entre os senhores nascidos no Brasil, haveria uma explicação para sua continuidade através do hábito aqui instituído de mantê-la. Como Torres era “*nascido em Portugal sob o regime da igualdade humana...*”, era de se esperar que ele rejeitasse o “*meio de vida*” de um senhor de escravos no Brasil, mas “*mostrou-se amante apaixonado da ganancia pecuniária...*”, sem “*sentimento humano*” e com “*tiranía desmedida*”, ira, ódio e crueldade que o tornaram notório no bairro em que residia. Trata-se, aqui, de uma impetuosa crítica à própria escravidão e aos abusos cometidos por senhores que, acreditando ter pleno direito sobre os corpos de suas propriedades, passavam cada vez mais a encontrar limites para suas ações e condenação pública a tratamentos desumanos como o descrito pelo promotor.

Mesmo em se argumentando que o caso em questão era uma exceção aos modos como normalmente se tratava homens e mulheres escravizados – exemplificados nos manuais de fazendeiros que foram publicados ao longo do século⁴⁴ –, é inegável que

⁴³ CONRAD, *Os últimos anos... op. cit.*, pp. 255-278 (a lei aprovada em 1885 encontra-se transcrita às pp. 370-5); MENDONÇA, *Entre a mão e os anéis... op. cit.*

⁴⁴ Ver por exemplo PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985 e TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Para uma análise destes interessantes livros, ver MARQUESE,

fatos como este trazem à tona a abjeta brutalidade que necessariamente existia dentro de um sistema que, nas palavras de Costa Carvalho, “*consagra a sujeição quase absoluta de um homem a outro...*”. A descrição das torturas sofridas por Roberto Novo é chocante e dificilmente não sensibilizam mesmo o nosso olhar distanciado pelo tempo e pelo conhecimento prévio de que coisas deste tipo aconteciam até com frequência no Império brasileiro.

Domingos, também escravo de Antônio José Torres, casado de 26 anos e trabalhador de roça, relatou em depoimento que seu senhor comprara em Campinas a Roberto Novo, que se achava adoentado mas mesmo assim não foi dispensado do trabalho e medicado. Roberto fugiu, mas foi logo capturado e trazido à casa amarrado, seguindo-se os suplícios anteriormente referidos. Disse ainda que, ao ser remetido à roça para trabalhar,

Lá chegando fez ver ao feitor de nome Joaquim Quirino, que não podia trabalhar por achar-se doente, e que então o feitor mandou participar este fato ao denunciado, que não demorou a chegar no eito, e ordenou logo que o feitor desse pancada, porém que este recusou-se a cumprir essa missão, em vista do estado doentio do seu parceiro...

A recusa do feitor Joaquim Quirino, no entanto, não surtiu muito efeito, já que Torres tomou de um relho e, juntos, “*deram pancadas no referido seu parceiro por espaço de uma hora e tanto...*”. Chegando a hora do jantar, a vítima ainda comeu um pouco, mas ficou logo prostrada “*a ponto de não poder levantar-se...*” e quando Domingos “*e seus parceiros chegaram em casa ao escurecer, o seu parceiro Roberto Novo já tinha falecido...*”.

Que o denunciado a meia noite ordenou a ele informante e seu parceiro de nome Manoel para que pusessem o cadáver dentro de um banguê, que eles aprontaram e em seguida entregou o mesmo ao feitor Joaquim Quirino e seu caixeiro de nome Rafael, já [falecido] afim de trazerem [ileg.] este cadáver sendo [ileg.] parceiros fechados pelo próprio denunciado, porém que mais tarde ouviu dizer por muita gente que o cadáver de seu parceiro ficou enterrado lá mesmo no sítio...

É verdade que Torres já em 1878 temia a divulgação deste fato – como testemunhou João Antônio Caetano, afirmando ter visto Roberto já bastante machucado pouco antes de sua morte – e por isso “*assentou de simular o enterramento do cadáver nesta cidade, fazendo enterrar perto do sítio pelo seu feitor Joaquim Quirino...*”. Este, no entanto, pouco depois revelou o lugar do sepultamento a outros escravos de Torres, de onde posteriormente foi exumado o cadáver para exame de corpo de delito pelas autoridades no poder em 1884. O feitor depôs no processo e ratificou os relatos anteriores, apenas espaçando num período de um ou dois meses os acontecimentos que outras testemunhas diziam ter acontecido em poucas horas e negando ter participado do açoitamento final imposto por Torres a Roberto Novo.

Conquanto Torres pedisse a Quirino que guardasse segredo do ocorrido e tentasse encobrir o crime, diversas pessoas entre escravos, livres e libertos tomaram conhecimento dele, mas apenas seis anos depois foi efetivada a denúncia que, embora julgada procedente, não seguiu adiante, pois o réu achava-se “*fugido, sem que se conheça o lugar de seu retiro...*”. Daí se pode observar o funcionamento da Justiça imperial, na qual, mesmo nos raros casos em que senhores eram denunciados por maus tratos em sua propriedade escrava, dificilmente passavam por julgamento e, menos ainda, eram condenados.

Os autos criminais compõem um retrato das transformações trazidas pelo findar do século, como a curiosidade de um crime de homicídio entre escravos da fazenda Santa Maria gerar um chamado de escolta através de telefone.⁴⁵ Talvez uma das mais impactantes mudanças no cenário do interior da Província nas últimas décadas do Império foi o advento das ferrovias implantadas nos anos 1870. Segundo Machado,

Embora voltada, primordialmente, para o transporte de café, o impacto das ferrovias na vida das cidades do Oeste Paulista foi intenso: além de propiciar uma rápida circulação de novas ideias, fatos e opiniões tanto na forma de jornais quanto oralmente, em proporções nunca antes atingidas, vulgarizou as viagens de trem, mesmo entre as camadas mais modestas da população, como os libertos e mesmo escravos.⁴⁶

O escravo Julião – filho de Ana e Sabino, solteiro de 28 anos e tropeiro, natural de São João do Príncipe, Província do Rio de Janeiro, residente em Sorocaba e pertencente a Feliciano Bueno de Camargo – valeu-se desta rede depois de agredir seu senhor em 1886.⁴⁷ Segundo a vítima, ambos estavam no município para vender animais quando o cativo lhe entregou um papel, dizendo ser um bilhete de Vicente da Cruz, mas naquele instante o réu o derrubou e feriu com sua própria faca, roubando-lhe ainda um total de cinco contos de réis em moeda corrente e dois ou três contos em obrigações. Capturado cerca de duas semanas depois em Ribeirão Preto e remetido para Campinas, Julião foi interrogado e admitiu ter ferido seu senhor e levado “*o dinheiro que caíra nesse tempo com a bolsa que o mesmo seu senhor tinha, e que fora preso na cidade de Franca...*”.

Interrogado sobre o fim dado aos bens roubados, ele respondeu “*que os valores em dinheiro tirou para si da bolsa e os mais papéis deixou dentro da mesma bolsa que*

⁴⁵ AESP, ACI, Microfilme 13.03.110, Documento 8. Réu: José Cabrinha, escravo da fazenda Santa Maria, 1885.

⁴⁶ MACHADO, *O Plano e o Pânico...* op. cit., p. 92.

⁴⁷ AESP, ACI, Microfilme 13.03.110, Documento 12. Réu: Julião, ex-escravo de Feliciano, 1886.

jogara no cafezal da fazenda do Conde de Três Rios, pouco distante desta cidade, caminho de São Paulo...”, sem poder precisar o local exato para eventual recuperação da mesma bolsa. Talvez o descarte das “*obrigações*”, que amontavam a vultuosa soma, adviesse de ignorância quanto a seu real valor ou simplesmente da compreensão de que não conseguiria trocá-las sem a presença de Camargo. Uma terceira possibilidade é ter o réu conseguido repassar estas letras para outrem, cobrando por elas ao menos parte de seu valor total. Julião declarava que ignorava o valor roubado, mas no ato de sua prisão declararam que ele trazia consigo cerca de três contos e novecentos mil réis, muito embora ele alegasse que “*não gastara mais de vinte e tantos mil réis...*”. Foi ainda questionado “*se não era verdade ter o interrogado jogado com alguém na cidade da Franca aonde apresentara dinheiro para o [jogo]? Respondeu que não era verdade, pois nem foi convidado para jogar e nem sabe jogar, vício que desconhece...*”. O objetivo do interrogatório em determinar onde foi parar a soma furtada fica bastante óbvio na leitura dos autos e o fato de grande parte do dinheiro ser recuperado sugere que Julião não tinha uma meta clara a alcançar através dos delitos que cometeu.

Ao ser interrogado sobre os lugares por que passara desde o acontecimento do crime até chegar a Franca, ele respondeu

que logo depois do crime fugira para não ser preso, em direção à estrada de S. Paulo, com intenção de iludir que para aqueles lados seguia, até que, com tenção firme de seguir a estrada de ferro Mogiana, chegara àquele cafezal, na dita estrada de S. Paulo, onde deixara a bolsa, ficando unicamente com moeda corrente e à noite, mais ou menos às 7 horas deixou esse cafezal e atravessando os campos adjacentes à cidade, foi ter à estrada de rodagem, no Taquaral, e por ela seguiu até que chegasse perto da estação das Anhumas, aonde pernoitara no mato; que no primeiro trem embarcara nessa estação, comprando a respectiva passagem, para Ribeirão Preto aonde chegara no dia imediato ao acontecimento do

crime nesta cidade, que tendo pernoitado em Ribeirão Preto seguira ao romper do dia e a pé, com destino à cidade da Franca, onde chegara depois de dois ou três dias de viagem...

A rota tomada por Julião tem a particularidade de ele se manter sozinho por todo o caminho, sem encontrar parceiros nem buscar familiares dos quais fora separado pela venda – ou ele ainda não os conseguira alcançar quando foi capturado. Como demonstram outros processos relativos a este período, existiam em Campinas diversos grupos formados por escravos fugidos que, longe de se fixar em ranchos bem estabelecidos, formavam pequenos quilombos volantes que circulavam pela região, mas Julião não era residente do município e provavelmente não tinha contato com aqueles cativos, o que pode explicar sua jornada solitária pelas estradas da Província. Relevante é o fato de ele ter comprado passagem e tomado um trem, ratificando a interpretação de que o controle social sobre a população cativa, naquele momento, se esfacelava a olhos vistos.

Julião acabou sendo libertado por Feliciano Bueno de Camargo – a quem pertencia pelo menos desde a matrícula de 1872, copiada nos autos, e a quem coubera em inventário – logo depois da apresentação do libelo crime acusatório que o enquadrava na já citada lei de 10 de junho de 1835, cuja pena prevista era a morte. Interrogado novamente já na condição de liberto, Julião recuperava um discurso de maus tratos por parte dos senhores comum a outros escravos que cometeram crimes semelhantes ainda na década de 1870.⁴⁸ Ele alegava “*não lhe dar o seu senhor roupa...*” e “*nem ordem de vender coisa alguma nos congueiros...*” e que cometera o crime porque, ficando Camargo “*zangado com ele réu atirou com o animal sobre ele o qual espantando-se logo em seguida caiu por terra o seu senhor e puxando o mesmo por uma faca ele réu apoderou-se da mesma e com ela fez os ferimentos pelos quais*

⁴⁸ Ver ALVES, *Quando falha o controle... op. cit.*, capítulo 3.

responde...”. Finalmente, “tinha a declarar que nunca teve intenção de ficar com a bolsa de seu senhor, pois se [o] quisesse fazer tivera muitas ocasiões para isso quando por diversas vezes viajou com ele...”.

Diversamente de outros casos já analisados em que, à revelia das evidências, escravos estavam sendo absolvidos pelo júri, Julião foi condenado à sentença de oitos anos de prisão com trabalhos e multa correspondente a metade do tempo, sendo enviado à casa de Correção da Capital da Província. Sua história assemelha-se com tantas outras recontadas neste trabalho, mas, como esperado, traz singularidades específicas ao seu comportamento individual e ao momento em que ele vivia e foi levado à Justiça para relatar ao menos parte de sua trajetória de vida.

Agitações nas Senzalas: Quilombolas

Em 27 de junho de 1886, o administrador da fazenda Palmeiras, de nome Augusto Graciano de Camargo, “*disparou três tiros de bala...*” sobre o escravo Messias, pertencente a João Nunes de Camargo.⁴⁹ Devido à gravidade dos ferimentos, foi necessária a amputação da perna direita da vítima – um “*preto de vinte e cinco anos presumíveis, alto, bem parecido...*”. Pouco mais de dez dias depois do ocorrido, Augusto Graciano compareceu à delegacia para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido, relatando:

Que na sexta-feira da semana em que os jornais desta cidade anunciaram as declarações feitas à polícia pelo quilombola José Mourthé, que acha-se preso por haver resistido à prisão, teve o interrogado ocasião de saber que na fazenda que administra acoutavam-se dois quilombolas em um galinheiro do pasto, já abandonado, e que servia de hospital para bexiguentos, os quais foram vistos ali completamente armados com uma garrucha de dois

⁴⁹ AESP, ACI, Microfilme 13.03.110, Documento 11, Réu: Augusto Graciano de Camargo, 1886.

canos e outra de um, pelos escravos da fazenda de nomes Cirilo e Elias, os quais aterrados de ali encontra-los, correram em gritos a dar parte ao interrogado que logo veio ver e encontrou vestígios como fossem o lugar aonde estavam deitados conservava-se ainda quente; dois pedaços de cobertores deixados por eles quilombolas; uma leitoa morta e o virado preparado da cabeça da mesma leitoa. Que desde essa noite a fazenda esteve em sobressalto, pois que a fama desses quilombolas aterrava a todos pelas suas façanhas, como é público na Província inteira. Que na qualidade de administrador secundário [sic] pois que o principal encarregado acha-se ausente do município, ele interrogado não dormia conservando-se sempre vigilante, temendo que esses quilombolas seduzissem os escravos como pertenciam, pela declaração de José Mourthé, e que chegassem até a atentar contra a vida do interrogado, visto como já o fizeram no Domingo último dessa semana na fazenda de Francisco Braga contra os agentes da força pública. Que descobriu às oito horas da noite de domingo, véspera da segunda-feira que constava pelo interrogatório de José Mourthé terem esses quilombolas de reunir escravos fugidos na fazenda da Cachoeira, o escravo desta fazenda de nome Messias em outro galinheiro junto àquele, que servia de quilombo aos dois encontrados, mas quando viu esse preto tomava-o por quilombola e perguntando quem está aí? Nada respondeu e correu...

O interrogado declarou mais que então perseguiu o vulto a cavalo e, com a intenção de intimidá-lo, disparou três tiros sem fazer pontaria contra o escravo, mas atirando para o chão. Sua justificativa para o fato de um dos disparos ter acertado o alvo foi que ou o tiro ricocheteou ou que o disparo não foi intencional, acontecendo justamente quando seu cavalo rodou. Ele disse ainda que

aí foi que o negro parou e declarou ser escravo da referida fazenda Cachoeira, pertencente a João Novaes de Camargo, e aí declarou esse escravo que ia comprar galinha naquele galinheiro, falso pretexto este, por todos que conhecem a disciplina das fazendas, que não pode ser aceito de outro modo que Messias era um dos tantos já seduzidos pelo chefe dos quilombolas, para o fim previsto pelo

interrogatório de José Mourthé. Que voltando ainda a acontecimentos desse domingo, o interrogado declara, que depois do almoço o administrador da fazenda Cachoeira, de nome Tristão disse ao interrogado que acabava de perseguir os dois quilombolas, que naquele mesmo dia tinham sido encontrados em um galinheiro de negros da fazenda de João Novaes de Camargo..

O depoimento de Augusto Graciano é esclarecedor de uma série de processos que se desenrolavam naquela sociedade na segunda metade da década de 1880. Em primeiro lugar, este depoimento revela um dos *modus operandi* possíveis das interações entre quilombolas e outros cativos, apontando para a intimidade desse contato e para o fato de os escravos fugidos manterem-se ainda inseridos nas redes sociais, políticas e econômicas do sistema escravista.⁵⁰

Em segundo lugar, percebe-se os temores que assolavam as camadas proprietárias de que seus escravos se unissem em revolta contra elas. O administrador da fazenda Palmeiras relatou as presumidas articulações existentes entre quilombolas e cativos de diferentes senhores, as quais poderiam estourar em rebelião aberta a qualquer momento. Sua tensão chegava ao ponto de impedi-lo de dormir para que pudesse permanecer vigilante e, assim, manter a ordem naquela propriedade. Esse pânico era suficiente para atribuir a qualquer escravo que se esquivasse das normas de comportamento aceitáveis a designação de quilombola.⁵¹ Naquele contexto, a reação violenta a qualquer ameaça parecia bastante justificada, tanto que, levado a julgamento, Augusto Graciano de Camargo foi inocentado. Os jurados consideraram que fora ele o autor dos ferimentos que mutilaram Messias, mas que “*o réu cometeu o crime casualmente em exercício da justiça e qualquer ato lícito*”. Vale ratificar que nem as testemunhas arroladas no processo nem o indiciado alegaram em momento algum que

⁵⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁵¹ MACHADO, *O Plano e o Pânico... op. cit.*

Messias tenha tomado qualquer atitude de violência contra o administrador; ele simplesmente fugira quando ambos se encontraram. Sua simples presença perto de um galinheiro onde se presumia houvesse quilombolas era ameaça suficiente para despertar a reação de Augusto Graciano e para inocentá-lo perante o tribunal do júri.

Ao longo da pesquisa de doutorado até aqui empreendida, foram encontrados outros autos envolvendo quilombolas, relatando, por exemplo, o sequestro de mulheres escravizadas discutido no capítulo quatro; mas em nenhum desses documentos a menção aos fugitivos pareceu causar nos homens em posição de poder tantos temores. Augusto Graciano afirmou categoricamente que “*a fama desses quilombolas aterrava a todos pelas suas façanhas, como é público na Província inteira...*” Os fatos a que ele aludiu em seu depoimento remetem a um segundo auto criminal, referente a acontecimentos datados de 2 de julho daquele mesmo ano de 1886 – depois da data em que consta ter sido Messias atingido por Augusto Graciano de Camargo, mas antes do depoimento deste último à Justiça. Então, foi preso um escravo do Major Francisco de Andrade Franco de nome José Mourthé pelo crime de resistência à prisão.⁵² Naquele dia, o Inspetor de Quarteirão Guilherme de Oliveira Monteiro comunicava ao delegado de polícia que respondera ao chamado do Sr. José Braga,

... a fim de capturar alguns escravos fugidos que se achavam aquilombados em um galinheiro situado no pasto da fazenda do mesmo senhor, ordenei que as ditas praças para lá seguissem armadas. Chegadas ao lugar do quilombo foram os ditos escravos intimados pelo cabo para que se entregassem a polícia, ao que responderam: que estavam prontos a morrer na luta, mas não a entregarem-se. Depois de arrombada a porta do galinheiro um dos negros disparou um tiro de garrucha a queima-roupa, na primeira

⁵² AESP, ACI, Microfilme 13.03.111, *Documento 5, Réu: José Mourthé, escravo de João Francisco de Andrade Franco*, 1886. Este documento foi analisado em GOMES, Flávio & MACHADO, Maria Helena P. T. “Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo)” in GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

praça que [entrou] a porta, sendo respondido o tiro pela mesma praça, ambos os tiros porém não atingiram os alvos. Como verificaram ser perigosíssima a luta não só por ser o galinheiro espaçoso e escuro, mas também por não saberem o número de negros e pela grande resistência que continuavam a fazer, o cabo julgou prudente não deixar as praças entrarem, visto serem só duas. O proprietário da fazenda lançou então fogo no galinheiro afim de obrigar os negros a saírem: o que se conseguiu só depois de se achar o sapê todo em chamas. Fora do galinheiro continuaram a resistência havendo então novo tiroteio entre as praças e dois quilombolas, tendo também feito fogo nessa ocasião o dono da fazenda e um empregado do mesmo. Afinal os negros correram e sendo perseguidos pelas praças conseguiram estas capturar um deles a quinhentos metros do galinheiro, e cercado por três baionetas continuou sempre a resistir com a foice e a faca...

Afinal, José seria denunciado pelo artigo 116, parte segunda do Código Criminal do Império, já que se opôs “com força à execução de ordens legais de autoridades competentes, sem resultar da oposição nenhuma ofensa física”. É interessante notar que a pena prevista pelo Código para resistência sem ofensa física dos oficiais encarregados era de prisão com trabalhos por seis meses a dois anos. José não foi indiciado, por exemplo, no art.113 do mesmo Código, que versava sobre “insurreição”. Este crime era caracterizado pela reunião de “vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força”. Aos cabeças do movimento, a pena prevista ia desde a morte, no grau máximo, passando por galés perpétuas e, em grau mínimo, quinze anos de prisão. O art. 115 abrangia ainda no mesmo crime “ajudar, excitar, ou aconselhar escravos insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim”, o que seria punido com prisão com trabalhos por períodos de oito a vinte anos.⁵³ Tal discussão tem por objetivo apontar algumas das contradições inerentes ao sistema escravista brasileiro: por um lado, José Mourthé era apresentado como potencial líder de um movimento

⁵³ *Código Criminal do Império do Brasil, 1830... op. cit..*

insurrecional que aterrava toda uma Província, mas por outro, ele não era acusado de nenhum outro delito que não o de resistir à prisão.

Em interrogatório, José Mourthé afirmou estar fugido havia cinco meses da fazenda de seu senhor, ser filho de Maria, de 25 anos de idade, solteiro, carroceiro e trabalhador de roça e nascido na Bahia. Interrogado, Mourthé confirmou parte das informações transcritas acima, mas ressaltou algumas imprecisões:

com relação a ele interrogado precisava distinguir-se alguns atos que não praticara, pois que, não fora ele e sim José Novo que respondera, preferir morrer na luta, mas que não entregava-se, chegando à ponto a resistência que fazia este de fazer fogo contra a força, não tendo ouvido a opinião do interrogado quando dissera à [sic] José Novo, que era melhor entregar-se, porque já tinham sido muito perseguidos, que não havia já lugar aonde ele interrogado vivesse sossegado, e tanto que não ofendeu a ninguém com as armas que trazia na mão e senão as largou foi para não perde-las. Perguntado quantos quilombolas com ele achavam-se reunidos, se efetivamente tinham aquele galinheiro da Fazenda do Braga como seu Quilombo ou há se [sic] outro quilombo em lugar retirado e quanto pernhoitaram ali de anteontem para ontem, respondeu que oito eram com ele os quilombolas que viviam unidos, sendo José Novo, Francisco Baiano, Cassiano, André e ele interrogado pertencentes a seu senhor João Francisco de Andrade Franco, João [Cangome] e Norberto pertencentes a Antônio José Machado e Arthur pertencente a Francisco Coutinho // deste município que somente seis pernhoitaram duas noites nesse galinheiro junto ao tanque da fazenda de Braga, que tinha de servir de quilombo a eles até a próxima segunda-feira de hoje a oito dias, e isto por ordem de seu chefe Cassiano, que com André achavam-se fora na fazenda denominada Cachoeira no bairro das Cabras deste município, tendo somente pernhoitado ali os seis outros inclusive o interrogado. Que não tinham quilombo neste município senão esse e que esperavam se reunir com outros muitos escravos do bairro das Cabras e seguirem para o município de Amparo, para... Fazenda de Rafael Luiz Pereira da Silva

no lugar chamado Caqueiras, sítio de Inocêncio Queiroz, aonde deviam-se internar com grande quilombo...

José Mourthé ainda foi interrogado a respeito do assassinato de Francisco Pereira Barbosa e declarou

... que [ouviu] dizer a João Cangome seu parceiro, que Cassiano, chefe, sabia quem eram os quilombolas José pertencente a fulano Cardoso de Itatiba e Pedro, cujo senhor ignora, os quais assassinaram dando um tiro cada um no Fazendeiro Francisco Pereira Barbosa, que morava no bairro do Jardim de Passarinhos, quando o assassinado passava pelo seu cafezal, isto no fim de maio ou em princípio deste mês, e que esses dois criminosos pertencem a outro grupo, que vagueia pelo município de Jundiá, e que João Cãogome [sic] e Cassiano [deram] notícia de terem estado na Fazenda de Paulo Viana, e que soldados perseguiram-nos daquele termo. Que não sabe quais foram os quilombolas que estiveram nos Valinhos e nem notícia teve disso...

A denúncia foi, afinal, indeferida pelo juiz, indício tanto da falta de evidências suficientes para condenar José Mourthé quanto, talvez, de um posicionamento político daquele magistrado em recusar-se a ceder ao terror que se espalhava pela Província.

Entretanto, independentemente do desfecho da ação judicial que tratava das ações e palavras do quilombola, as informações angariadas durante o inquérito policial são bastante instigantes. Percebe-se, assim, que José Mourthé fazia parte de um grupo bastante pequeno, formado por apenas oito homens, mas que mesmo assim era suficiente para aterrorizar a vizinhança. Tal fato se devia tanto às possibilidade de articulação desses oito fugidos com os escravos de diversas fazendas da região, a ser concretizada alguns dias depois de sua prisão, quanto à provável confluência de diversos pequenos bandos de fugidos errantes. Surgia assim no horizonte daqueles

homens da ordem a perspectiva da formação de um grande e ameaçador quilombo.⁵⁴ Some-se a isso a notícia da morte recente de um senhor por quilombolas e pode-se imaginar o medo que se espalhava pela região. Como demonstrou Flávio Gomes, este era um temor antigo dos senhores de escravos brasileiros; no entanto, pode ser que o clima agitado da segunda metade dos anos 1880 tenha contribuído para aumentar o alarme com relação aos escravos fugidos.⁵⁵ Sabemos também que, poucos meses depois dos acontecimentos acima relatados, escravos de diversas fazendas da região Sudeste empreenderiam fugas em massa das propriedades em que viviam, tornando a continuidade do sistema escravista no Império ainda mais precária.⁵⁶

Outro fator importante revelado pelo depoimento de José Mourthé diz respeito às interações vividas pelos quilombolas. Ele afirmou que, quando ele e seu companheiro José Novo foram abordados pela polícia, sua vontade era de entregar-se por não suportar mais viver perseguido e sem sossego. José Novo, por outro lado, declarou preferir morrer na luta. Nessa simples divergência, podemos observar como diferentes indivíduos reagiam de maneiras diversas a uma mesma situação e, muitas vezes, tais reações eram incongruentes. Disso poderia tanto resultar um conflito entre as partes, como elas poderiam agir de acordo com seus próprios interesses: José Novo de fato resistiu e conseguiu escapar, enquanto Mourthé não foi tão bem sucedido em sua fuga e acabou preso – embora ele afinal não fosse indiciado por nenhum crime. Podemos observar também que tais desacordos não eram impeditivos da formação de outros tipos de laços entre aqueles sujeitos. Aparentemente, José Novo e Mourthé não entraram em

⁵⁴ Ilmar Mattos apresenta uma importante interpretação sobre o funcionamento da sociedade imperial brasileira, dividida em dois “mundos”: à “ordem” pertenciam a administração do Estado e da propriedade privada, onde se incluíam as relações escravistas. A “desordem” era formada por setores não proprietários, nos quais estavam incluídos livres pobres e libertos, mas também escravos fugidos. MATTOS, Ilmar R. *O tempo de saquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁵⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; MACHADO, *O plano e o pânico... op cit.*

⁵⁶ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

conflito naquele momento e, antes disso, partilhavam das agruras da vida como quilombolas.

Essas experiências de desentendimentos e companheirismos fizeram parte da constituição das comunidades escravas em Campinas ao longo do Império, mas no contexto específico dos anos anteriores à abolição, poderiam assumir sentidos diferentes aos olhos os próprios cativos, de seus senhores ou das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem pública no município. Tendo lugar simultaneamente a outros movimentos sociais, como a ação de caifazes e outros grupos abolicionistas da Província, representavam uma ameaça cada vez mais iminente à manutenção da ordem e da propriedade escravista. A pesquisa de ações e discursos emitidos pelos próprios escravos no contexto de investigações criminais pode ajudar a esclarecer os papéis desempenhados por aqueles sujeitos nos processos mais amplos que mudariam os rumos da sociedade imperial brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo era debruçar-se sobre os modos como os próprios escravos e escravas viviam, entendiam e explicavam suas experiências no cativeiro, sempre através de um viés que valorizasse suas ações e agências. Talvez seu principal desafio fosse o de analisar estas histórias sem romantizá-las, percebendo as vantagens e desvantagens, os lados positivos e negativos, as alegrias e desafios que eles encontravam em suas trajetórias. Neste caminho, pude observar um amplo leque de questões envolvendo as afetividades, trabalhos, lealdades, frustrações e expectativas que, pode-se depreender dos autos criminais em que estiveram envolvidos, permeavam as vidas daqueles sujeitos.

A documentação aqui enfocada não revela uma padronização de ações e sentimentos, mas uma variada gama de interesses, experiências e desejos que, em alguns momentos, se coadunavam com as expectativas existentes sobre aqueles sujeitos e, em outros, eles iam de encontro a essas expectativas. Em comum, essas duas possibilidades e a infinidade de outras opções existentes entre esses dois extremos revelam que, como cativos, eles estavam sujeitos a diversificados tipos de violência, enquanto ao mesmo tempo tentavam angariar o máximo possível de espaços para decidir sobre diferentes aspectos das próprias vidas.

Os autos criminais relativos a delitos cometidos por ou contra escravos no município de Campinas revelam um universo referente à segunda metade do século XIX em que o aumento no preço dos cativos e a diminuição de seu número passavam a implicar uma maior exigência de sua força produtiva para compensar o investimento

feito em sua aquisição. Concomitantemente, essa mesma valorização podia significar um cuidado maior da propriedade em escravos e o funcionamento destas forças contraditórias forma um bom símbolo da complexidade com que funcionavam os sistemas escravistas nas Américas.

Marcada por contradições e questionamentos, a escravidão sobrevivia e vivia para submeter e violentar os corpos e mentes dos homens e mulheres que ela subjugava. Mas nunca pôde vencê-los totalmente como o provam os reiterados documentos que registram as ações e reações daqueles sujeitos em eterna busca por espaços de autonomia e liberdade, fossem quais fossem os significados que eles lhe atribuísem.

Nestes jogos de poder, algumas personagens se viam em posição ainda mais vulneráveis, como é o caso das mulheres que viviam sob cativo. Submetidas a enorme pressão, também elas demonstravam sua agência, percebendo nos modelos aspectos de feminilidade que vigiam à época aspectos que lhes pareciam positivos ou desejáveis, como por exemplo desfrutar da proteção de seus parceiros contra a violência exercida por terceiros, ou perseguindo através (ou junto) deles seus objetivos pessoais, como a busca pela alforria. É sugestivo notar que não foi encontrado nenhum documento em que duas ou mais mulheres tenham se envolvido num conflito físico, muito embora seja provável que eles ocorressem, mas não fossem denunciados à Justiça. Ainda assim, o mesmo desinteresse que existiria por parte dos senhores em levar às autoridades suas escravas faltosas certamente se estendia também quando os envolvidos eram homens. A conclusão a que se chega a partir desta observação não é a de que as mulheres eram naturalmente dóceis e pacíficas e, portanto, incapazes de agir de maneira violenta ou desafiadora. Nós vimos casos de escravas extremamente insubmissas que derrubam por terra concepções idealizadas do que deveria ser mulher. Talvez uma explicação mais plausível seja a de que, num mundo inerentemente

violento, fossem preponderantes as noções de honra e coragem pessoais masculinos. Provavelmente os conflitos inteiramente femininos se dessem e se resolvessem em outras chaves, que não apenas as das ações criminosas.

Elas eram parte fundamental das comunidades a que pertenciam; sem em momento algum supor que essa participação se desse de maneira sempre harmônica, os autos também demonstram que as sociabilidades escravas iam muito além da disputa e competição ou das “*inimizades*”, como supôs o interrogador de um dos casos estudados. Os laços de amizade e companheirismo estabelecidos por essas mulheres eram de diferentes naturezas, indo desde os protestos e súplicas quando uma delas era agredida até a combinação do assassinato de um senhor. Esses laços, fossem eles de solidariedade ou de rivalidade, denotassem eles resistência ou acomodação, estavam intrinsecamente ligados à condição de escravidão a que todos esses sujeitos estavam submetidos. No caso das mulheres, a essas pressões se somavam aquelas ligadas ao gênero e que em conjunto trabalhavam no sentido de oprimi-las e coagi-las com os propósitos de obediência, disciplina e trabalho. Elisa, Alexandrina, Querubina, Ana e tantas outras nos revelam que, em momento algum, a submissão era alcançada sem distúrbios.

Dialogando com uma rica historiografia que tem sido bem sucedida em reafirmar a agência exercida por homens e mulheres escravizados no Brasil, este estudo procurou desvendar as perspectivas dos próprios sujeitos sobre esta agência, mergulhando em suas narrativas sobre si mesmos e alcançando, assim, novas interpretações sobre as realidades e cotidianos da escravidão no Império.

ANEXO 1 – Documentos manuscritos (1850-1888)

Micro-filme	Documento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.007	4	Ofensa física	Aureliano Antonio de Carvalho	Domingos, escravo de José Flávio de Siqueira	1850
13.01.043	19	Ofensa física	João, escravo de Joaquim Ferreira Zimbres	Joaquim Gabriel Machado	1851
13.03.147	3	Suspeita de venda irregular de escravo	Manoel Cardoso de Almeida e Silva		1851
13.01.010	10	Uso de arma proibida e desacato à autoridade	Mulato Frozino ou Florindo de tal		1853
13.01.045	9	Homicídio	Domingos Atanásio e Amaro, escravo de Antonio Pinto Nunes	José Bueno de Moraes, feitor	1853
13.01.046	18	Roubo	Antonio, Felipe e Vicente, escravos de Manoel da Rocha Ribeiro	Sebastião José Xavier de Brito	1853
13.01.047	6	Ofensa física	Miguel, escravo de Francisco Rodrigues Cunha	José dos Santos	1854
13.01.047	3	Ofensa física	Antonio, escravo de João Manoel Oliveira	Miguel Jordão	1854
13.01.047	7	Uso de arma proibida	Antonio, escravo de João Manoel Oliveira	Francisco de Paula Campos Souza	1854
13.01.047	8	Ofensa física	Inácio Galvão Godói	Sabino, escravo de Fernando Castaneira	1854
13.01.049	5	Ofensa física	Caio, escravo da herança de Antonio Barbosa Aranha	Dois pretos morféticos Antonio e Manoel Joaquim	1855
13.03.142	14	Roubo de escravo	Anselmo José do nascimento	Francisco Antonio de Paula Vianna	1855

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.049	7	Ofensa física	Antonio (sapateiro), escravo da herança de Manoel Joaquim Sacramento Matos	Antonio Roberto de Oliveira	1856
13.02.053	1	Ofensa física	Cipriano, escravo de Francisco Teixeira Vilella	Pedro Ferreira	1857
13.02.053	2	Ofensa física	Cipriano, escravo de Francisco Teixeira Vilella	Francisco Teixeira Vilella	1857
13.02.053	3	Homicídio	Feliesberto, escravo de Luis Nogueira Ferraz	O feitor Antonio Joaquim de Camargo	1857
13.02.055	3	Ofensa física	Clemente, escravo de Álvaro Xavier de Camargo Silva	Ambrósio de tal	1858
13.02.055	5	Homicídio	Jesuíno, escravo de José Barbosa Aranha e outros escravos (Lourenço e Antonio, escravos de Antonio Machado do Prado, José e Miguel, escravos de D. Maria Francisca Barbosa Aranha).	Feitor de Bento José dos Santos, Camilo Pires	1858
13.02.055	6	Roubo e estelionato	João José Evangelista (ou Joaquim), escravo de Bento José de Souza		1858
13.02.055	7	Tentativa de homicídio	Joaquim, escravo de José Vicente Ferreira	Joaquim Antonio de Camargo e Joaquim Alves	1858
13.02.056	11	Ofensa física	Felipe, escravo de Maria Angélica dos Santos	Joaquim Benedito Xavier de Oliveira	1858

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.02.056	14	Ofensa física	Benedito, escravo de Domingos Leite Penteado	Crispim, escravo do mesmo	1859
13.02.057	6	Homicídio	João, escravo dos órfãos de Camilo Xavier Bueno da Silveira (capitão)	Manoel Mendes, administrador da fazenda	1859
13.01.010	17	Homicídio e Ofensa física	Estevão, escravo de Francisco Gonçalves dos Santos	Antonio Manoel Pedro e Alexandrina Maria do Espírito Santo	1860
13.01.020	2	Homicídio	Inácio, escravo de João Pires Batista	Benedito, escravo de João Pires Batista	1860
13.02.058	11	Injúria	Antonio, escravo de Tomás Antonio Torante	Antonio Alves de Oliveira	1860
13.02.059	3	Homicídio	Inácio, escravo de João Pires Batista	Benedito, escravo de João Pires Batista	1860
13.02.059	4	Furto e resistência	Jacinto, escravo de Inácio Bueno	Escolta	1860
13.02.060	12	Homicídio	José, escravo de Joaquim José da Silva Barreto	Feliciano Antonio de Oliveira (menino)	1861
13.02.060	15	Homicídio	David, escravo de Estanislao de Campos Salles	Feitor Benedito Cruz Oliveira	1861
13.02.063	1	Dano	Tomé, escravo de Antonio Miguel Teixeira	Egídio Bueno de Camargo	1863
13.01.009	4	Homicídio	Jerônimo, escravo de Francisco Teixeira Vilella	Benedito, escravo de Francisco Teixeira Vilella	1864
13.02.064	11	Homicídio	Firmino, escravo de Francisco Teixeira Vilella	Benedito, escravo do mesmo senhor	1864

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.020	6	Dano	José Franco de Andrade	Autor: o curador dos escravos Lucio e Paulo, escravos da herança de Antônio Francisco de Andrade	1865
13.01.020	7	Roubo	Reginaldo, escravo de Francisco Teixeira Vilella		1865
13.02.064	14	Homicídio	Luiz, escravo foi de Joaquim T. Teixeira	Feitor João Batista (Maranhão)	1865
13.02.065	1	Homicídio	Inácia Joaquina Duarte	Escravos da fazenda da ré	1865
13.02.066	4	Ofensa física	Maria Vicência	Thomas, escravo de Ana Eufrasina Teixeira	1865
13.01.020	8	Furto	Joaquim, escravo de Domingos Teixeira Nogueira	Borges e Sousa Ferreira, negociantes	1866
13.01.032	10	Fiança crime por furto	Reginaldo, escravo de Francisco Teixeira Vilella		1866
13.03.049	25	Roubo	Ana Luiza e Domingos, escravo de Joaquim Bonifácio do Amaral		1866
13.02.067	4	Tentativa de homicídio	Januário, Cândido e Leocádio, escravos de Francisco Teixeira Vilella (comendador)	Maria de tal	1867
13.02.068	10	Homicídio	Anastácio, escravo da herança de Abel Bueno de Lacerda	Aleixo, escravo do Reverendo Antonio M. C. Lacerda	1867
13.02.068	12	Homicídio	Marcelo, escravo da herança de Abel Bueno de Lacerda	Delfim de Oliveira Cardoso, feitor	1867

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.03.049	27	Resistência à prisão e Homicídio	Antonio Lourenço	Gaspar, escravo de José Francisco de Paula	1867
13.02.069	5	Homicídio	Benedito, escravo de Francisco José de Camargo Andrade Jr.	Alexandrina, mulher do réu	1868
13.02.069	8	Homicídio	Epifânio, Romualdo, Bonifácio e Manoel Baiano, escravos de Tereza Maria de Jesus Paula	Malaquias, feitor	1868
13.02.070	14	Homicídio	Ventura, escravo de Raquel Umbelina de Camargo e Bernardo, escravo de Vicente de Souza Queiroz	Vitorina, escrava de João de Campos Salles	1868
13.02.071	2	Ofensa física	Filito, escravo de Teresa Miquelina de Amaral Pompeo	Querubina, escrava da mesma (morreu)	1868
13.03.147	6	Invasão de domicílio	Antonio, escravo do Dr. José Rodrigues Souza (denunciado)	Felisberto Rodrigues de Souza	1868
13.02.071	4	Ofensa física	Antonio Isidoro de Oliveira Bueno	Benedita, preta forra	1869
13.02.072	14	Homicídio	Severino, escravo de Luciano Teixeira Nogueira	Bento Franco do Nascimento	1869
13.01.021	1	Homicídio	Ventura, escravo de Raquel Umbelina Camargo	Vitorina, escrava de João de Campos Salles	1870
13.02.075	1	Ofensa física	Daniel e Antonio, escravos de Eugênio Joly	José Antonio Martins	1870
13.02.076	9	Arrombamento e furto	Luis, escravo de Queirós e Aranha		1870
13.03.147	14	Comercialização de homens livres	Francisco Gomes do Céu Nogueira		1870

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.011	9	Homicídio	Tomé, escravo de Elisiário Xavier de Camargo	Antônia Maria de Jesus	1871
13.02.077	1	Homicídio	Camilo, Feliciano, Constantino e Gregório, escravos de Joaquim Guedes de Godói	Joaquim Guedes de Godói	1871
13.02.077	3	Ofensa física	Feliciano, escravo de Joaquim Guedes de Godói	José Francisco de Paula Guedes, senhor-moço	1871
13.02.077	6	Ofensa física	João Lico de Camargo e Amaro Ferreira da Silva	José, escravo de Francisco Bueno de Lacerda	1871
13.03.147	20	Fraude	Luis, escravo de Manoel Jorge Graça	José Maria Lamanaras, dono de Januário	1871
13.01.021	3	Compra falsa	José, escravo de Antonio Carlos Pacheco e Silva, e Domingos Morini		1872
13.02.079	6	Estelionato	José, escravo de Antonio Carlos Pacheco e Silva e Domingos Moriny		1872
13.02.080	9	Homicídio	Ambrósio, escravo de Bierrembach e Irmão	Senhor	1873
13.02.080	10	Homicídio	José e Basílio, escravo de Cândido José Leite Bueno	João alemão	1873
13.02.081	3	Tentativa de homicídio	Francisco, escravo de Antonio Jesuíno de Oliveira Barreto	José de Souza Teixeira, Alferes Antonio Firmino de carvalho e Silva e Antonio Ferreira Guimarães	1873
13.02.081	4	Ofensa física	Francisco, escravo de José de Souza Teixeira	João Francisco de Camargo	1873

Micro-filme	Documento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.02.080	6	Ofensa física	Manoel, escravo da herança de João Ferreira da Silva Gordo	Senhor-moço	1873
13.02.082	8	Homicídio	Saturnino e Luis, escravos de Abílio de Camargo Andrade	Feitor Theotônio Francisco de Oliveira	1873
13.02.082	9	Homicídio	Serafim, Gabriel e Conrado, escravos de Teodoro Leite Penteado	Feitor João Antonio Peixoto	1873
13.03.147	29	Roubo	Tobias, escravo de Joaquim Amaral Camargo	José Rodrigues Ferraz do Amaral	1873
13.03.152	16	Imprudência	Rupho, escravo do comendador Joaquim Policasto Aranha	João Ferreira da Silva	1873
13.01.012	12	Ofensa física	Rodolfo, escravo da firma social Castro & Amaral	Manoel Teixeira dos Santos Amaral	1874
13.02.087	3	Ofensa física	João, escravo de Francisco Alves de Almeida Sales	Valério, escravo da herança do Dr. Francisco Reginaldo Souza (Barros)	1874
13.03.147	33	Fuga de escravo	Aniceto, escravo de Joaquim Paulino Barbosa Aranha		1875
13.01.051	3	Ofensa física	Joaquim Jacinto da Luz	Uma escrava de Antonio da Costa Galvão	1876
13.02.087	8	Homicídio	Ana, Benedito, João, Martinho e Caetano, escravos de Francisco de Salles	Francisco de Salles	1876
13.02.088	11	Arrombamento e Homicídio	João Ferreira Neto	Antonio Luis de Arruda e sua escrava Elisa	1876

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.02.089	1	Homicídio	Benedito, Emiliano, João e Anísio, escravos da herança de Manoel Inácio de Camargo	Manoel Inácio de Camargo	1876
13.02.089	2	Homicídio	Gregório, escravo de José Elias de Oliveira (capitão)	Luisa, escrava	1876
13.02.089	4	Falsificação	João, escravo de José Joaquina Pires		1876
13.02.091	2	Homicídio	Severino, escravo de Felipe Antonio Franco	Honorato, parceiro	1876
13.01.013	11	Ofensa física	Escravos de Manoel Joaquim de Moraes	José Pereira e João Antônio, carroceiros de Jerônimo Alves	1877
13.01.014	6	Ofensa física	Isidoro, escravo de Abílio Camargo de Andrade	Filho de uma escrava	1878
13.02.092	10	Homicídio	Eufrásio, escravo dos herdeiros Lapa	Benedita, mulher do réu	1879
13.02.093	1	Tentativa de furto	Agostinho e Sebastião, escravos de Caetano José da Silva Costa Pessoa		1879
13.02.094	9	Homicídio	Vitorino, escravo de José Maria da Costa Wilk (comendador)	Joaquim Bento da Gama, feitor	1879
13.02.094	10	Homicídio	Antonio, escravo de Pedro Manoel de Oliveira	Teresa, mulher do réu	1879
13.03.148	4	Ofensa física	Francisco, escravo de José de campos Machado	João de Mattos	1879

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.03.148	8	Suicídio	João, escravo de Domingos Franklin Nogueira		1879
13.03.148	9	Suicídio	Elias, escravo de Felisberto Rodrigues de Souza		1879
13.03.148	14	Homicídio	Chico, escravo	Feitor	1879
13.02.095	4	Tentativa de Homicídio	Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim de Sampaio Góis	Joaquim Leite de Godói	1880
13.02.095	5	Homicídio	Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim de Sampaio Góis	Cristiano Schroeder	1880
13.01.096	7	Arrombamento e roubo	Veriato, escravo de D. Teresa Miquelina do Amaral Pompeu	Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira	1880
13.01.096	8	Arrombamento e roubo	Veriato, escravo de D. Teresa Miquelina do Amaral Pompeu	Joaquim Alves de Almeida Salles	1880
13.01.096	9	Ofensa física	Bernardino, vulgo Bernardo, escravo de Joaquim de Sampaio Góis	Antônio Feliciano Correia	1880
13.01.096	10	Ofensa física	Bernardino, escravo de Joaquim de Sampaio Góis	Torquato João Alves	1880
13.01.097	1	Furto	Francisco da Cunha Oliveira e Viriato, escravo de D. Tereza Miquelina do Amaral Pompeu		1880
13.01.014	16	Tentativa de Homicídio	Benedito Cardoso	Quitério, escravo de João Gonçalves Pimenta	1881

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.024	4	Homicídio	André, escravo de José Ferreira Penteado		1881
13.01.098	8	Tentativa de Homicídio	Francisco, escravo de José Guatimozin Nogueira	José Godói Bueno	1881
13.01.099	4	Homicídio	Joaquim, escravo de Francisco Pompeu do Amaral	Tristão Pompeu do Amaral	1881
13.01.100	5	Homicídio	Dederich Xiste e Bernardino, escravo de Joaquim Sampaio Góis		1881
13.01.101	1	Homicídio	André, escravo de José Ferreira Penteado	Raymundo, escravo do mesmo	1881
13.01.101	4	Roubo e Furto	José, escravo de Victor Gomes Teixeira e Companhia	Carlos Brumms, G. Braga e M. Mastoran	1881
13.01.102	7	Homicídio	Sebastião Dias de Almeida	Joaquim, escravo de Francisco Pompeu do Amaral, fugido	1881
13.03.146	59	Ofensa física	Francisco, escravo de Valentim José da Silveira Lopes		1881
13.03.148	18	Ofensa física	Daniel José da Silva e Daniel José do Nascimento	Antônio, escravo de Bernardino Pinto de Camargo	1881
13.03.148	20	Homicídio	Jacob Bolliger (farmacêutico) e Damião, escravo de Cassiano Gonzaga	Adalberto, filho de Augusto Couto de Andrade	1881
13.03.148	22	Homicídio	Luís de Assis Pacheco	Jerônimo, escravo de Cândida Aurélia de Barros	1881
13.01.103	3	Homicídio	Benedito, escravo de Manoel Joaquim Moraes	Valentina, escrava do mesmo	1882

Micro-filme	Docu-mento	Tipo de crime	Réu	Vítima	Ano
13.01.104	7	Ofensa física e Homicídio	Severo, Jesuíno e Benedito, escravos de Luiz Antônio Pontes Barbosa e Felipe Santiago	A família de José Dias	1882
13.01.015	4	Insurreição e Homicídio	Severo, Jesuíno e Benedito, escravos de Luiz Antônio Pontes Barbosa e Felipe Santiago		1883
13.01.015	8	Homicídio	Antônio José Torres	Roberto-velho, escravo do mesmo	1884
13.01.106	9	Homicídio	Antônio José Torres	Escravo do réu	1884
13.01.108	8	Homicídio	Traiano, escravo de Domingos Leite Penteado Júnior	Luiz, escravo do mesmo	1884
13.03.148	23	Suicídio	Não consta	Epifânio, escravo de Antônio Egídio de Souza Aranha	1884
13.03.148	27			Cornélio, escravo fugido de Antônio Américo Camargo	1884
13.01.110	8	Homicídio	José Cabrinha, escravo da Fazenda Santa Maria		1885
13.01.110	11	Tentativa de Homicídio	Augusto Graciano de Camargo	Messias, escravo de João Novaes de Camargo	1886
13.01.111	5	Resistência	José Mourthe, escravo de João Francisco de Andrade Franco		1886
13.01.011	6	Ofensa física	Paulo, escravo de João Francisco de Andrade Franco (major)		1886

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Autos Crimes do Interior. A mesma coleção de microfilmes encontra-se também no Arquivo Edgar Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas, o qual também foi consultado enquanto o Arquivo do Estado encontrava-se fechado para reformas. Para fins de uniformização das notas e referências, utilizou-se sempre a notação indicada pelos arquivistas do Arquivo do Estado, onde os documentos originais estão armazenados.

BIBLIOGRAFIA

Documentos impressos:

Assis, Machado de. *Obra Completa*. Vol III. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (1711)
(Ed. A. Mansuy) Paris: IEHEAL, 1968.

BARROS, Maria Paes. *No Tempo de Dantes* in: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes
de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial/
Imprensa Oficial/Unesp, 1999.

Código Criminal do Império do Brasil, 1830. Disponível em
www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 20 de
março de 2015.

Código do Processo Criminal de 1832.

Código do Processo Criminal de 1841.

Decreto no. 1695 de 15 de setembro de 1869, disponível em
[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-
1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html). Acesso em 05 de abril de 2015.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora
Nacional, 1942.

Lei de 28 de setembro de 1871 apud CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão
no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 366-369.

Lei de 15 de outubro de 1886. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm. Acesso em 20 de março de 2015.

PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

"Regimento que há de guardar o feitor-mor de engenho..." in: MELO, J. A. Gonçalves de. "Um Regimento de Feitor-mor de engenho de 1663". *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, 2 (1953): 82-87.

ROCHA, Pe. Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso theológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro Foro os pretos cativos africanos e as principais obrigações que concorrem a quem deles se servir*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Artigos e livros:

ABREU, Martha & CAULFIELD, Sueann. "50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890-1940)" in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 2, ano II, no. 1/2. Uberlândia, 1995.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação; abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. "Caras e modos dos migrantes e imigrantes" in NOVAIS, Fernando A. & ALENCASTRO, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Maíra Chinelatto. "O Falecido Senhor: disputas e conflitos na partilha de uma propriedade em Campinas nos anos 1860" in *Anais do XIX Encontro Regional de História organizado pela ANPUH – SP*. São Paulo, 2008. Disponível em

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em 20 de abril de 2015.

_____. *Quando Falha o Controle: crimes de escravos contra senhores*. Campinas, 1840/1870. São Paulo: Alameda, 2015.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio. Uso Comum e Conflito”. *Caderno NAEA*. Belém, no. 10, jan:dez 1989, pp.163-196.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo. Antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2005.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Direitos dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARBOSA, Emilene Ceará. *Estratégias de sobrevivência de escravas, forras, libertas e brancas pobres na São Paulo de fins do Império (1871-1889)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em História Social.

BARICKMAN, B. J.. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780/1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BEIGELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1968.

- BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- _____. *Os meias-caras. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. Salto: Schoba, 2013.
- _____. “Quando ser ‘possuída da liberdade’ tornava Maria uma ‘preta de caráter feroz’” in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Anais eletrônicos disponíveis em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300241394_ARQUIVO_EBertin_Anpuh_11_Texto.pdf. Acesso em 01 de maio de 2015.
- BINDMAN, David. *Ape to Apollo. Aesthetics and the idea of race in the 18th Century*. Ithaca, Cornell University Press, 2002.
- BLASSINGAME, John W. *The slave community. Plantation life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1979.
- BRADLEY, Josephine Boyd & LESLIE, Kent Anderson. “White Pain Pollen: an Elite Biracial Daughter’s Quandary” in HODES, Martha (org.) *Sex, Love, Race. Crossing Boundaries in North America*. New York: New York University Press, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARNEIRO, Sueli, “Gênero, Raça e Ascensão Social”, *Estudos Feministas*, 3, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. *A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHAMBERS, Sarah C. *From subjects to citizens: Honor, gender, and politics in Arequipa, Peru. 1780-1854*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. "The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893" in *International Immigration Review*, Vol. 9, No.1, (Spring 1975), pp. 41-55.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, Iraci Del Nero da & MARCONDES, Renato Leite. "A alimentação no cativeiro: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros." in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 162, n. 411, p. 199-246, 2001. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=21>. Acesso em 23/02/2015.
- CRAWFORD, Stephen C. "Punishments and Rewards" in ENGELMAN, Stanley L. & FOGEL, Robert William. (orgs.) *Without consent or contract: The rise and fall of American slavery. Conditions of slave life and the transition to freedom: Technical Papers, Volume II*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1992; pp. 536-550.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os Silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX". in *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, 2^a ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea” in *Revista Projeto História*, vol. 17, 1998.
- _____. “Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho.” *Estudos Econômicos*, no. 15, 1985
- _____. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” in *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, no. 2. 1994.
- _____. “Resistir e Sobreviver” in PEDRO, Joana Maria & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUBOIS, Laurent. *A Colony of Citizens. Revolution & Slave Emancipation in the French Caribbean, 1787-1804*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004
- EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- FIELDS, Barbara, “Ideology and Race in American History”, in: KOUSSER, J. Morgan e MCPHERSON, James M. *Region, Race, and Reconstruction*. New York: Oxford University Press, 1982.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- _____. *The History of American Freedom*. Londres: Norton, 1998.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

- FRENCH, Jan Hoffman. “Os Quilombos e seus Direitos Hoje: Entre a Construção da História e das Identidades”. *Revista de História*, 149, 2003, pp. 45-68.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/ CNPq, 1988.
- GILMAN, Sander L.. “Black Bodies, White Science: Towards an Iconography of Female Sexuality in Late Nineteenth-Century Art, Medicine, and Literature” in: GATES, Henry Louis (ed.), “*Race*”, *Writing, and Difference*. Chicago, The University of Chicago Press, 1985.
- GLYMPH, Thavolia. *Out of the house of bondage. The transformation of the plantation household*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- GÓES, José Roberto. “São muitas as Moradas: Desigualdades e Hierarquias entre os Escravos” in FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (orgs.) *Ensaaios sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOMES, Flávio & MACHADO, Maria Helena P. T. “Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo)” in GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José, (orgs.). *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- _____. “O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. In *Revista Brasileira de História*, no. 20, 1991, pp. 211-232.
- GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”. *Almanack braziliense*. no. 6, 2007.
- _____. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do Século XIX” in LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GUIMARÃES, Elione Silva. “Amores Ilícitos – os crimes passionais na comunidade escrava. Juiz de Fora, Minas Gerais, segunda metade do século XIX” in *Vária História*, no. 25, julho de 2001, pp. 165-193.
- _____. “Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais – Juiz de Fora, século XIX” in *Revista Justiça e História*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1, vol. 1. 2001, p.73-105.
- _____. “Experiências econômicas de cativos (Zona da Mata de Minas Gerais, segunda metade do oitocentos)” in: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 217-243.
- _____. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.
- HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power” in *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996.
- HODES, Martha, “The Mercurial Nature and Abiding Power of Race: A Transnational Family Story”, *The American Historical Review*, Vol. 108, n.1, Feb. 2003.
- _____. *The sea captain’s wife: a true story of love, race, and war in the Nineteenth Century*. New York: W. W. Norton, 2006.

- JAMES, C. L. R.. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. (Trad. port.). São Paulo: Boitempo, 2000.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. "A Revolta do Vintém e a crise na monarquia" in *Revista História Social*, no. 20, 2006, pp. 73-89.
- JOHNSON, Walter. "On agency" in *Journal of Social History*, vol. 37, no.1, 2003.
- JOYNER, Charles. *Down by the riverside: A South Carolina slave community*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 2009
- KARASCH, Mary, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KAYE, Anthony E. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.
- LARA, Sílvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil" in *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, no. 16. São Paulo: EDUC, 1998
- LEITE, Miriam Moreira, *Livros de Viagem, 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LIMA, Henrique Espada. "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX". *Topoi*, v. 6, n. 11, 2005.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária / Rede Unitrabalho, 2001.
- LUNA, Francisco Vidal, & KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: Benedita Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)" in *Afro-Ásia*, v. 42, 2010, pp. 157-193.
- _____. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- _____. “De rebeldes a fura-greves : As duas faces da experiência de liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação” IN: Flávio dos Santos Gomes e Olívia M. G. da Cunha, *Quase-Cidadãos. História e antropologias do Brasil Pós-Emancipação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.
- _____. “Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão” in Xavier, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto de & GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012, pp. 199-213.
- _____. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.
- _____. “Sendo cativo nas ruas. A escravidão na cidade de São Paulo” in: Porta, P. *História da Cidade de São Paulo*, vol. Império. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão” in: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em Teoria Econômica.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARTIN, Jonathan D. *Divided Mastery: Slave Hiring in the American South*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2004.

- MARTINS FILHO, Amílcar & Roberto B. Martins. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited" in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, no. 3, ago. 1983.
- _____. "Slavery in a Nonexport Economy: A Reply" in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 64, no. 1, fev. 1984.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996.
- _____. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas. 1859-1908*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- _____. "Laços de Família e direitos no final da escravidão", in ALENCASTRO, Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo de saquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco. Os antigos estados mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.
- MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Transaction, 2007.
- MINTZ, Sidney & Price, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica* (trad.). Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- OBENGA, T. & VANSINA, Jan. “O Reino o Congo e seus vizinhos” in OGOT, Allan (edit.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.
- PENNA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2005.
- _____. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de Doutorado em História.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/ INL, 1997.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
- _____. “De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição” in *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 199-242.
- _____. “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista” in *Afro-Ásia*, n. 34, 2006.
- _____. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806" in: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.), *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas, século XIX. Campinas, SP: [s. n.], 2004.
- _____. *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ROTHMAN, Joshua D. *Notorious in the Neighborhood. Sex and Families Across the Color line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.
- SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

- _____. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.
- SCOTT, Joan W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” in *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986). pp. 1053-1075.
- _____. “Unanswered Questions” in *American Historical Review*, Vol. 113, No. 5 (Dec., 2008). pp. 1422-1430.
- SCOTT, Rebeca J.. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre; 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/ Ed. Unicamp, 1991
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995.
- SILVA, Silvine Aparecida. *Racismo e sexualidade nas representações de negras e mestiças no final do Século XIX e início do XX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2008. Dissertação de Mestrado em História Social.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “Comments on ‘Slavery in a Nonexport Economy’” in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, no. 3, ago. 1983.
- _____. “L’arbre nsanda replanté: cultes d’affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du sud-est (1810-1888)”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, EHESS, v. 67/68, (2007), p. 217-313. Versão revista e ampliada de “A Árvore de Nsanda Transplantada: Cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (Século XIX)”. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Furtado (orgs). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 273-314.
- _____. “Lares negros, olhares brancos: Histórias da família escrava no século XIX” in *Revista Brasileira de História*, v.8, no. 16. São Paulo, 1988, pp. 189-203.

- _____. “‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92.
- _____. “As Provações de Um Abraão Africano: a Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 2, 1996.
- _____. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in ALENCASTRO, Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888*. Stanford University, PhD, 1976.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- STROTHER, Z. S. “Display of the Body Hotentot” in: LINDFORS, Bernth (ed.), *Africans on Stage. Studies in Ethnological Show Business*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. São Paulo: Alameda, 2014.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. “Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana. 1850-1888” in *Afro-Ásia*, no. 28, 2002, pp. 179-220.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- VAN DEBURG, William L. *The slave drivers; Black agricultural labor supervisors in the Antebellum South*. Greenwood Press: Westport, 1979.

- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais – século 19*. Bauru: EDUSC. 2004/ANPOCS.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, (2000).
- VOGT, Carlos & FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- XAVIER, Célia Lima Regina. *A Conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy: A century of Race, Gender and Southern Memory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
- WAYNE, Michael. *Death of an Overseer: reopening a murder investigation from the plantation South*. New York, Oxford University Press, 2001
- WHITE, Deborah Gray. *Ar’n’t I a woman? Female slaves in the plantation South*. New York: Norton, 1999.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.